



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS**

**IDEOLOGIA POLÍTICA E DISCURSO PARTIDÁRIO:
OS LIBERTADORES NO PARLAMENTO GAÚCHO
(1955-1959)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Douglas Storchi Carlo

Santa Maria, RS, Brasil

2012



IDEOLOGIA POLÍTICA E DISCURSO PARTIDÁRIO:

OS LIBERTADORES NO PARLAMENTO GAÚCHO (1955-1959)

Douglas Storchi Carlo

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Instituições Sociais e Políticas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo André Aveline Müller

Santa Maria, RS, Brasil

2012



Carlo, Douglas Storchi

Ideologia Política e Discurso Partidário: os
Libertadores no Parlamento Gaúcho / Douglas Storchi
Carlo.-2012.

225 p.; 30cm

Orientador: Gustavo André Aveline Muller

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2012

1. Ideologia política; 2. Análise de discurso; 3.

Teoria sócio-cognitiva; 4. Partido Libertador; 5.

Governo Ildo Meneghetti. I. Muller, Gustavo André Aveline

II. Título.



**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

IDEOLOGIA POLÍTICA E DISCURSO PARTIDÁRIO:

OS LIBERTADORES NO PARLAMENTO GAÚCHO (1955-1959)

elaborada por
Douglas Storchi Carlo

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

COMISSÃO EXAMINADORA:

Gustavo André Müller, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Reginaldo Teixeira Perez, Dr. (UFSM)

Carlos Roberto da Rosa Rangel, Dr. (UNIFRA)

Santa Maria, 10 de agosto de 2012.



*À memória de Orlando da Cunha Carlos.
À lembrança de Pia Caterina Carlo.*



AGRADECIMENTOS

A gratidão aos meus pais, Artur Omar e Zeli, que muito embora nunca tenham compreendido o significado maior desse desafio pessoal, prestaram-me (ainda assim) todo o suporte de que necessitei.

O carinho diante cumplicidade e apoio prestado pela minha companheira Silvane Weippert, sem o qual a realização deste trabalho não teria sido possível.

O meu agradecimento ao Arquivo Histórico e ao Museu Municipal de Cachoeira do Sul, especialmente à historiadora Ione Sanmartin Carlos, em grande parte responsável pelo meu interesse, respeito e amor pelo passado;

O reconhecimento pela compreensão e paciência à minha chefia e colegas de trabalho, especialmente aos procuradores federais Adilson Balboni, Rosane de Fátima B. Minuzzi, Elvira Villen Almudi e ao José Carlos Guizolfi Espig, que em diferentes momentos de minha vida profissional incentivaram-me ao contínuo aperfeiçoamento.

A homenagem especial ao meu orientador, Prof. Gustavo Müller, que desde o princípio confiou na minha potencialidade, instruindo-me pelos caminhos da erudição e da sabedoria de vida, a partir de sua infinita capacidade de auto-superação.

Agradeço, por fim, ao estimado Prof. Reginaldo Teixeira Perez, pela sua generosidade, profissionalismo e profunda contribuição teórica; aos Professores Daniel de Mendonça e Maria Isabel Noll, como exímios pareceristas da banca de qualificação; à Coordenação do Mestrado e do Curso de Sociologia EAD, nas pessoas dos Professores Francis de Moraes Almeida e Fabrício Monteiro Neves; aos colegas Antonio Augusto Durgante Berni, Márcia Regina Medeiros Veiga, Maria Rita Py Dutra e Cassia Bairros da Silva, pelo companheirismo durante o árduo período em que me dividi entre a Academia e a Jornada de Trabalho.



Os homens fazem sua história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: Marx-Engels, Obras escolhidas, Rio de Janeiro: Vitória, 1956, p. 224).



RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

IDEOLOGIA POLÍTICA E DISCURSO PARTIDÁRIO: OS LIBERTADORES NO PARLAMENTO GAÚCHO (1955-1959)

AUTOR: DOUGLAS STORCHI CARLO

ORIENTADOR: GUSTAVO ANDRÉ MÜLLER

Data e Local da Defesa: Santa Maria/RS, 10 de agosto de 2012.

A partir da revisão de um dos principais embates teóricos travados nas Ciências Sociais, com relação às diferentes concepções sobre o fenômeno da ideologia e do discurso político, esta pesquisa objetivou realizar, com alicerce na Teoria Sociocognitiva, uma análise ideológica dos discursos proferidos pelos parlamentares do Partido Libertador, no âmbito de sua atuação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, durante o primeiro mandato do Governo Meneghetti (1955-1959). A hipótese central é a de que eventuais mudanças ou interferências no padrão discursivo, em conta de pronunciamentos no parlamento gaúcho, expressem uma tendência natural à flexibilização do discurso por parte dos partidos políticos que se posicionam nos extremos da escala ideológica, quando confrontados com o poder ou com a continuidade de seu exercício. A partir das contribuições de diversos autores sobre o conceito de ideologia e a operacionalização da análise de discurso, esta pesquisa documental valeu-se de pronunciamentos legislativos que, em tese, ainda não haviam recebido um tratamento analítico ou, então, não haviam sido analisados de acordo com os objetivos dessa investigação. A elaboração de um construto teórico permitiu delinear um possível padrão de discurso da bancada libertadora, desenvolvendo-se a pesquisa em meio a fontes bibliográficas e documentais. Como resultado, a proposição geral que orientou a pesquisa foi parcialmente confirmada, na medida em que o avanço eleitoral dos partidos trabalhistas parece forçar os parlamentares libertadores, em determinados momentos, a flexibilizarem suas ideologias políticas, ampliando e até modificando sua pauta discursiva. No entanto, a instabilidade do quadro institucional no período delimitado, evidenciada pelas gradativas rupturas institucionais, à revelia das regras e dos procedimentos democráticos, associado à falta de legitimidade que os atores políticos atribuíam às instituições liberal-democráticas, parecem também ter fomentado a incerteza sobre possibilidades de retornos



futuros para concessões no presente, fazendo com que, em utros momentos, respondessem os Libertadores aos seus adversários com o mesmo grau de radicalização política, ignorando as estratégias para a obtenção de melhores resultados eleitorais. A singularidade desta pesquisa encontra-se na possibilidade de contribuir para o entendimento da configuração e dinâmica de funcionamento político-partidária no contexto regional, inclusive na Nova República, uma vez que parte dos principais quadros políticos que contribuiu para sua materialização foram formados naquele período.

Palavras-chave: Ideologia política; Análise de discurso; Partido Libertador; Governo Ildo Meneghetti.



ABSTRACT

Master Course Dissertation
Program in Social Sciencia
Federal University of Santa Maria

**POLITICAL IDEOLOGY AND PARTY DISCOURSE:
IDEOLOGICAL ANALYSIS OF DISCOURSES BY PARLIAMENTARY
MEMBERS OF THE LIBERTADOR PARTY**

AUTHOR: DOUGLAS STORCHI CARLO

ADVISER: GUSTAVO ANDRÉ MÜLLER

Defense Place and Date: Santa Maria, August 10nd, 2012.

From the review of one of the main theoretical struggles in social sciences, with respect to different conceptions about the phenomenon of ideology and political discourse and based on the sociocognitive theory, this research aimed to accomplish an ideological analysis of discourses by parliamentary members of the Libertador party, within the framework of their activities in the Legislative Assembly of the State of Rio Grande do Sul, during the first term of Meneghetti government (1955-1959). The central assumption is that eventual changes or interferences in the discursive pattern of pronouncements in the *Gaúcho* Parliament express a natural tendency to discourse flexibility on the part of political parties which stand at the extremes of the ideological scale when confronted with the power or with the continuity of their exercise. From the contributions of several authors on the concept of ideology and the implementation of discourse analysis, this documentary research used legislative pronouncements that, in theory, had not yet received an analytic treatment or had not been analyzed in accordance with the objectives of this research. The elaboration of a theoretical construct outlined a possible discourse pattern of the *libertadora* ranks, developing the research amid bibliographic and documentary sources. As a result, the general proposition that guided this research was partially confirmed, insofar as the labor parties' electoral breakthrough seems to force *libertadores* parliamentary members, at certain times, to make their political ideologies flexible, expanding and even modifying their discursive practice. However, the instability of the institutional framework in the period studied, evidenced by gradual institutional ruptures, in absentia of rules and democratic procedures, associated with the lack of legitimacy that the political actors attributed to liberal-democratic institutions,



seem to also have fostered uncertainty about possibilities of future returns for concessions at present, causing in other moments, *Libertadores'* responses to their opponents with the same degree of political radicalization, ignoring strategies in order to get better electoral results. The uniqueness of this research lies in the possibility to contribute to the understanding of the configuration and dynamics of political party operation in the regional context, including the New Republic, since part of the main policy frameworks that contributed to their materialization was created in that period.

Keywords: political ideology, discourse analysis, Libertador party; Ildo Meneghetti government



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Eleições para Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul em 19/01/1947	96
Tabela 2 – Eleições para Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul em 19/01/1947	96
Tabela 3 – Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 03/10/1950	98
Tabela 4 – Eleições para Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul em 03/10/1950	98
Tabela 5 – Eleições para governador do Rio Grande do Sul em 03/10/1954	100
Tabela 6 – Eleições para Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul em 03/10/1954	101
Tabela 7 – Evolução eleitoral: PTB (1950-1962)	102
Tabela 8 – Evolução eleitoral: PL (1950-1962)	102
Tabela 9 – Polarização partidária no Rio Grande do Sul: municípios-pólo (1950-1962)	103
Tabela 10 – Tendência evolutiva dos partidos no RS: municípios-pólo (1950-1962)	104



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AL. - Assembléia Legislativa
- FD. - Frente Democrática
- FUG. - Frente Única Gaúcha
- JK. - Juscelino Kubitschek
- LEC. - Liga Eleitoral Católica
- PCB. - Partido comunista Brasileiro
- PD. - Partido Democrático
- PDC. - Partido Democrático Cristão
- PDN. - Partido Democrático Nacional
- PL. - Partido Libertador
- PRF. - Partido Republicano Federal
- PRL. - Partido Republicano Liberal
- PRP.- Partido Representação Popular
- PRR. - Partido Republicano Rio-Grandense
- PSD. - Partido Social Democrático
- PSDA. - Partido Social Democrático Autonomista
- PSP. - Partido Social Progressista
- PTB. - Partido Trabalhista Brasileiro
- RS. - Rio Grande do Sul
- UDN.- União Democrática Nacional



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O CONCEITO DE IDEOLOGIA NA TEORIA POLÍTICO-ELEITORAL	
1.1 O conceito de ideologia política em perspectiva histórica	34
1.2 As contribuições dos estudos pós-estruturalistas ao conceito de ideologia	44
1.3 A noção de ideologia como um sistema sócio-cognitivo	48
1.4 Da ideologia ao discurso: a materialização de práticas e representações sociais	51
1.5 Discurso, sociedade e cognição à base da teoria e da análise do discurso	56
1.6 Das estruturas ideológicas às estruturas discursivas: a análise de discurso	60
2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PRODUÇÃO DO DISCURSO	67
2.1 Das características gerais do sistema partidário no período 1945-1964	73
2.2 Das singularidades históricas de âmbito regional: a experiência gaúcha	82
2.3 Do contexto ideológico e intelectual em que se insere o debate político	105
3 DA ANÁLISE EMPÍRICA	
3.1 Das recorrências temáticas no discurso libertador	127
3.2 Das regularidades discursivas no discurso libertador	145
3.2.1 Os sistemas de governo como fontes do vício e da salvação das instituições...	146
3.2.2 O viés oligárquico à base de uma visão liberal de mundo político-econômico	151
3.2.3 O conservadorismo como guia político do discurso libertador	170
3.3 Interferências ou variações no padrão do discurso libertador	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
Referências bibliográficas	215

INTRODUÇÃO

A presente dissertação insere-se na linha de pesquisa Instituições e Pensamento Político, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Objetiva-se realizar uma análise ideológica dos discursos proferidos pelos parlamentares do Partido Libertador (PL), no âmbito de sua atuação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, durante o primeiro mandato do Governador Ildo Meneghetti (1955-1959). A hipótese central é a de que eventuais mudanças ou interferências no padrão discursivo, em conta de pronunciamentos no parlamento gaúcho, expressem uma tendência natural à flexibilização do discurso por parte dos partidos políticos que se posicionam nos extremos da escala ideológica quando confrontados com o poder ou com a continuidade de seus exercícios.

Nesse sentido, o conceito de ideologia detém significativa importância nesta investigação, por possuir grande influência sobre a orientação e controle do discurso, determinando tanto sua produção como sua veiculação de sentido. Observou-se, contudo, uma infinidade de acepções sobre o conteúdo da expressão *ideologia* e, ainda, diversas composições analíticas sob o mesmo constructo teórico.

Por se constituir em um dos conceitos mais persistentes e controvertidos no pensamento político moderno, optou-se por reproduzir, em linhas gerais, os principais fluxos desse debate em meio às Ciências Sociais, de modo que se pudesse contemplar em seu entorno alguns elementos convergentes que estruturassem a investigação, em termos teóricos e empíricos. Desse modo, a noção de ideologia, em sentido amplo, abarca mediações com outras formas de consciência coletiva, relacionadas a diferentes áreas da vida social, política, econômica, moral ou mesmo religiosa. Em sua visão restrita, não raro associada às vertentes marxistas, procura-se vislumbrar a ideologia a partir da noção de *falsa consciência* ou de *distorção* do suposto significado original de uma expressão (ARANHA e MARTINS, 1993).

Mannheim (1956, p. 52) enfatiza o fato de que as opiniões, afirmações, proposições e sistemas de ideias não sejam considerados na forma em que se apresentam, mas interpretados à luz do contexto da situação de quem as exprime. Dessa preliminar, traça a distinção entre as normas que incorporam o passado, tendentes a preservar o *status quo* (ideologias) das que se firmam em elementos transcendentais, transmitidos ao longo da conduta, que tendem a romper, total ou parcialmente, com a ordem de coisas vigentes no tempo (utopias).

No campo da disputa eleitoral, também se verificaram inúmeros debates quanto ao papel que desempenha a ideologia frente ao sistema político-partidário, enquanto uma das principais causas orientadoras do voto. A tese originalmente considerada foi a do sociólogo Lipset (1967), que se utiliza de estudos sociológicos sobre o comportamento eleitoral para construir uma teoria a respeito do voto nas democracias ocidentais.

A conclusão a que chega o autor é a de que o mais constante elemento da história eleitoral está na ligação entre classes sociais e partidos políticos, fazendo crer que a situação socioeconômica inclina o indivíduo para determinada opção político-partidária. Tratando-se de um esquema multifatorial, é a ideologia que vai permitir ao cidadão diferenciar os partidos para além das políticas imediatas que defendem, reconhecendo o papel mais amplo que esses jogam no campo político.

Com isso, a ideologia passa a deter uma importante função no sufrágio, como sinalizadora da posição de classes, além de implicar uma linguagem comum entre partidos e eleitores. Downs (1999), todavia, partindo de fundamentos metodológicos inteiramente distintos, chega a conclusões semelhantes a respeito do papel da ideologia no comportamento eleitoral.

Se os partidos não representam outros interesses a não ser o próprio e o específico de ganhar as eleições, o voto expressa uma escolha individual, enquanto a ideologia denota uma linguagem sintética e econômica ao eleitor, em termos de custos de informação (DOWNS, 1999, p. 117-119). Diferenciando-se os partidos a partir de ideias chave, o eleitor consegue identificá-los sem precisar conhecê-los por seus pormenores programáticos.

A partir da década de 1950, no entanto, pesquisadores da Universidade de Michigan nos Estados Unidos empenharam-se em refutar tanto as teses da corrente sociológica (Lipset) como as da corrente econômica (Downs), segundo as quais a ideologia seria um elemento decisivo na determinação do voto. Para além de expurgarem o elemento ideológico do comportamento popular nas urnas, essa escola de pensamento incorpora noções fortemente elitistas, procurando correlacionar a estruturação do voto com o grau de instrução formal dos indivíduos (SINGER, 2002, p. 26).

Considerando ideológicos os eleitores que possuíssem um pensamento mais organizado na hora do voto, no sentido de que as suas ideias estivessem logicamente concatenadas, os pesquisadores de Michigan sugeriram que a *identidade partidária* (e

não a ideologia, por si mesma) deveria ser considerada como uma determinante estrutural do voto popular (SINGER, 2002, p. 28). Ao associarem ideologia com coerência e sofisticação política, acabaram por descaracterizar por completo a sua importância na vida quotidiana dos cidadãos, invocando o conceito de *orientação afetiva* do sujeito comum para com a sua escolha eleitoral.

Foi necessária, no entanto, a realização de diversas pesquisas nas décadas posteriores, associadas à emergência de novos eventos históricos no cenário político americano, identificando mudanças no comportamento desses eleitores, para que se esboçassem saídas teóricas para esse dilema. Desde então, fortes argumentos são contrapostos à tese do declínio da ideologia, por implicar a proclamação do seu fim à própria ideologia por excelência (JOHN, 2006), porquanto proponha a substituição de uma política fundada em ideias por outra fundada na gestão técnica da realidade (pragmatismo político).

Procurando demonstrar que o modelo de competição espacial é explicativo da dinâmica partidária, apesar da desestruturação cognitiva do eleitorado, é que Sartori (1982) sugere retomar o uso do conceito ideológico, mediante a incorporação das descobertas da linha psicossociológica. O autor agrega ao que chama de *voto por imagem* as noções de *voto por questão* e *de identificação*, ao observar que o indivíduo adere a um partido pela posição de classe assumida, ainda que o faça a partir de uma projeção sobre um vago conjunto de políticas e programas por aquele (re)produzido.

Essa formulação não pressupõe que a maioria do eleitorado tenha um pensamento logicamente estruturado em termos políticos, já que a adesão a uma imagem partidária não requer alta sofisticação, por si só. Dessa forma, o *voto por imagem*, ainda que não seja altamente estruturado em termos ideológicos, apresenta uma conotação política que é influenciada pela ideologia, sinalizadora da orientação no *continuum* esquerda-direita.

A partir dessa verificação é que autores como Levitin e Miller (*apud* SINGER, 2002, p. 35) observaram a correlação existente entre autoposicionamento e voto, com a forte e contínua associação entre ideologia e voto nas eleições norte-americanas na década de 1970. Ou seja, conforme a sugestão teórica de Sartori (1982, pp. 360-361), a existência de identificação ideológica não implica pensamento estruturado, mas o uso não ideológico dos rótulos ideológicos.

No âmbito da Teoria Política, a inclinação para um uso renovado e esclarecedor da ideologia pode ser vislumbrada em estudos produzidos a partir da

década de 1970, tal como o realizado por Mullins (1972), que ao explorar suas bases teóricas, identifica a cognição, a avaliação e a orientação para a ação social, além da coerência lógica, como elementos constitutivos do fenômeno ideológico. Procurando formular um conceito ou definição que fosse empiricamente relevante, o autor também busca diferenciar a ideologia de outros fenômenos e formas culturais com os quais foi freqüentemente confundida, como o mito e a utopia.

Uma compreensão mais analítica sobre o fenômeno ideológico, todavia, advém com a emergência dos chamados estudos pós-estruturalistas, pela negação da possibilidade de se instituir um critério definitivo ou absoluto para a definição do verdadeiro conhecimento. Daí a proposta de Freedon (1998) em reabilitar a ideologia como categoria de análise para o reconhecimento de uma ação política legítima, por meio de um método morfológico que se afasta tanto do essencialismo marxista como do relativismo pós-moderno.

É Laclau (1987), no entanto, quem desenvolve uma série de noções e de conceitos (oriundos das mais diversas áreas do conhecimento) para a definição do fenômeno *ideológico*, a partir de um aparato teórico mais complexo. Congregando as noções de *contingência*, *precariedade*, *indeterminação* e *paradoxo* (MENDONÇA, 2009), como os principais elementos da dimensão ontológica do social, o seu pensamento laclauiano está assentado sob uma leitura crítica da modernidade, a partir da qual são constituídas suas principais categorias de análise.

Formulando suas teses em oposição direta ao *essencialismo* filosófico, Laclau (1987) objetiva desconstruir certo modelo de análise propagado pelo Iluminismo do século XVIII, por se opor à ideia de preceitos fixos e universais que determinariam as condições e possibilidades de conhecimento acerca do mundo político. Tendo como marco analítico as categorias de *poder* e de *discurso*, que se desdobram em outros preceitos centrais à sua teoria, associa a ideologia à noção de fechamento social e de produção de horizontes necessários para a construção de vínculos/identidades sociais (MENDONÇA, 2009, p. 154).

Ao expor algumas questões essenciais acerca da Teoria de Discurso, Laclau (1987) também introduz a noção de *verdade* como uma construção discursiva, já que os sentidos não existem por si mesmos. Pauta-se, pois, a própria existência do discurso político pela tentativa de fixar sentidos, ainda que, necessariamente, de forma parcial, precária e provisória.

Tais características impõem-se pela própria *condição de incompletude* do social, no sentido de que não se pode conceber a sociedade como um objeto de conhecimento pleno, estando os sentidos sociais sempre abertos e incompletos. Todo o discurso político é, por esse motivo, um discurso de poder, na medida em que pretende impor verdades a respeito de um tema socialmente relevante.

Sua pretensão é a de construir a hegemonia, valendo-se para isso, por exemplo, de mecanismos psíquicos adaptados da teoria freudiana à linguística por Lacan, como o *deslocamento* e de *condensação*. Ao constituir uma cadeia de equivalência e articular as diferenças entre vários elementos discursivos, o discurso político (pretensão ao hegemônico) faz com que diminuam os significados individuais ou particulares.

No empreendimento de representar discursos ou identidades até então dispersos, a partir de um discurso centralizador (ponto nodal), o processo hegemônico consegue fixar determinado sentido ou significado, mas sempre provisória e precariamente. A hegemonia discursiva não pode ser representada como algo certo, absoluto ou necessário, mas um lugar vazio, o que significa dizer: é foco de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade.

Esse vácuo, na Teoria do Discurso de Laclau (1987), recebe o nome de *significante vazio*, no sentido de que ele é objeto de tantas condensações de discursos que, num determinado momento, perde seu sentido específico justamente pelo excesso de significações incorporadas. Tal categoria política foi construída a partir de aportes aos quais essa perspectiva teórica relaciona-se, expressando uma crítica ao fundamentalismo dos projetos emancipatórios da modernidade, como uma modulação dos valores humanos e políticos do Iluminismo (PINTO, 1999).

Valendo-se de premissas um pouco diversas, *van Dijk* (2005, p. 10) concebe as ideologias como *sistemas sociais e cognitivos* que sustentam e instrumentalizam as ações dos grupos políticos. Esses sistemas consistem em crenças, opiniões e normas discursivamente organizadas acerca de temas socialmente relevantes. Com base nesse modelo conceitual é que se mostra possível apreendê-las como complexos mentais de organização de conhecimentos e valores num determinado âmbito de conhecimento.

Conceber as ideologias como *sistemas cognitivos* implica (*van DIJK*, 1980, p. 37) equipara-las a uma forma de representação mental, armazenada na memória de longo prazo, que tanto pode ser usada para interpretar acontecimentos (*visão de mundo*) como

para instrumentalizar certas (inter)ações pelos atores políticos. Desse modo, além de organizarem, monitorarem e controlarem atitudes, as ideologias podem instrumentalizar a atuação dos indivíduos mediante a conjugação de conhecimentos (coerentes entre si) que sirvam aos propósitos de um mesmo grupo social.

Como *sistemas sociais*, todavia, a consideração das ideologias implica afirmar que assumem a forma de representações sociais coletivas (*van DIJK*, 1980, pp. 37-38), pelo seu compartilhamento por membros de um grupo cuja conduta seja por elas orientada. A partir da posição socialmente ocupada é que os membros de um determinado grupo ou organização selecionam as normas e valores comuns que melhor instrumentalizam seus fins e interesses, servindo de base para a produção e compreensão da ação e do discurso.

Como a mais importante interface entre as ideologias e os discursos há ainda os modelos mentais representados na memória episódica do indivíduo. Afetados por opiniões baseadas em uma determinada ideologia, ou em um determinado conjunto de ideologias, pode dizer-se que tais modelos são ideologicamente influenciados, representando ou construindo os eventos da perspectiva de um ou de mais grupos ideológicos.

Sendo os modelos mentais ideologicamente influenciados, pode-se também afirmar que as ideologias não somente podem controlar a fala e a escrita, mas também o modo de fazer/pensar. Isto explica o poder de influência das ideologias nos processos sociais de interação e coordenação, com reflexo na coesão do grupo e nas atividades organizadas pelos membros desses grupos em torno de seus objetivos comuns.

Ressalva-se, porém, não ser tal influência ideológica dos modelos mentais algo automático ou determinista, na medida em que as pessoas não são totalmente dependentes de suas ideologias, podendo construir seus modelos mentais com base nos seus conhecimentos e nas suas experiências pessoais anteriores. Reconhece-se, dessa forma, também a variação individual dos modelos, quando se compreende cada ator político como membro de muitos grupos sociais, cada qual com suas ideologias próprias e, não raro, conflitantes.

Mas, ainda que expressem informações subjetivas e pessoais, construídas com base nos episódios e experiências cotidianas, os modelos mentais são também afetados pela cognição social ou coletiva, demonstrando que os interlocutores do discurso são

membros de um grupo que partilham formas de entendimento da realidade. Como uma das formas básicas dessa forma de cognição, a ideologia define a identidade de um grupo e os sentimentos subjetivos entre seus membros, espelhando as similaridades de suas práticas sociais.

Isto posto, resta saber como o processo de identificação social se manifesta no campo discursivo, sugerindo que atores de um mesmo grupo político estejam ligados a modelos mentais consideravelmente próximos. Se tais modelos são representações sociais que dão significado ao discurso, é por meio de sua análise que se pode chegar às formas como as ideologias estão articuladas em termos discursivos.

A partir dessas premissas, as relações travadas entre ideologia e discurso mostram-se determinantes no desenvolvimento desse estudo, porquanto a primeira, por ter um conteúdo material (e não ideal), manifesta-se propriamente no segundo. Na medida em que se compreende o funcionamento da ideologia em sua imbricação com o discursivo, objetivando compreender direcionamentos de sentido determinados por sua interface sócio-cognitiva, é que se desenvolvem possíveis inferências e correlações entre si, com intuito de introduzir a teoria que fundamenta o presente exercício analítico.

Em ciências sociais, poucas são as áreas tão estreitamente relacionadas como as do estudo da política, da ideologia e do discurso (van DIJK, 2005). A política é, por sua natureza, uma esfera social de práticas quase que exclusivamente discursivas, cuja cognição é ideologicamente fundamentada; já o discurso expressa, representa e codifica as situações e as estruturas sociais de múltiplas maneiras.

Se o campo político é naturalmente ideológico, então também o são as suas representações no plano do discurso. Dentro desse raciocínio, as ideologias compartilhadas entre os membros de um determinado grupo ou organização são propriedades relevantes na compreensão dos fatos e decisões políticas em qualquer contexto em que se insira o seu estudo (van DIJK, 2005, p. 34).

Como um importante instrumento de investigação, a análise discursiva implica considerar os mais diversos sentidos que as expressões linguísticas assumem social e cognitivamente diante dos diferentes contextos. Nessa perspectiva, os pronunciamentos legislativos podem ser compreendidos como discursos políticos dotados de sentidos constituídos a partir de condições determinadas pelo contexto envolvido.

Como um complexo conjunto de atitudes e de representações coletivas que se relacionam a posições e interesses sociais em conflito, as ideologias materializam-se no discurso, como elementos capazes de disputarem a hegemonia em uma determinada formação social. Ainda assim, é possível questionar quais são as relações travadas entre as estruturas ideológicas e discursivas.

Na busca por tais indagações é que se recorre a uma explicação mais complexa das relações existentes entre discurso e sociedade, inserindo-se o presente estudo numa articulação teórica em que se contemplam as noções de ação e atores sociais, por sua dimensão sócio-cognitiva. Essa intersecção é proposta por van Dijk (2005), em vista do necessário conhecimento a ser considerado acerca das condições, consequências, planos e objetivos de ação social - como propriedades do pensamento e das representações intelectuais no cenário político.

O discurso é, portanto, definido por van Dijk (1997, pp. 68-69) como uma forma de uso linguístico e, de uma forma mais geral, como um tipo de interação social, condicionada pela cognição e socialmente contextualizada pelos participantes, tomados como membros em situações sociais. Essa definição das práticas discursivas remete ao (re)conhecimento pelos atores das representações que lhes são próprias e, também assim, das de seus opositores.

Van Dijk (2004) aponta que as Ciências Sociais possuem um crescente interesse no estudo do uso da linguagem, substituindo a abordagem gramatical pelo estudo analítico do discurso. Considera-se, para isso, o conhecimento que as pessoas expressam através de seus discursos, que é compartilhado socialmente entre seus pares e que não pode ser isolado linguisticamente, ignorando “como” o expressam, isto é, sob quais variáveis (ferramentas) discursivas intervêm.

Sendo as ideologias sumamente abstratas, porque devem ser funcionais em muitos campos e situações sociais, elas podem especificar-se no discurso concreto com relação a assuntos sociais particulares, tais como a questão da intervenção do Estado na economia; das políticas públicas, da ordem e da mudança social. Em suma, a fala e a linguagem escrita têm uma ampla gama de possibilidades para o acento e relance de informações, associada à definição da própria agenda/pauta discursiva, de modo que as opiniões possam ser ideologicamente utilizadas como ferramentas persuasivas.

Na presente investigação, a seleção de unidades léxicas segue uma pauta estratégica básica, que está apoiada na forma positiva ou negativa com que se descrevem (van DIJK, 1980a, p. 172), representam ou associam, respectivamente, as ações e os membros do grupo *ao qual se pertence (ingroup)* e ao qual se opõe (*outgroup*). Essa característica delimita-se nas estruturas do discurso não somente pelos adjetivos e substantivos usados para a auto-representação ou atribuição de valores ao grupo rival, mas também nas analogias e associações semânticas vinculadas a ambos os grupos com referência a ações, objetos, lugares e acontecimentos históricos.

Daí a luta pela hegemonia travada entre esses dois grupos expressar-se no empreendimento de desconstruir o adversário, bem como na forma de construir a si próprio, em oposição ao outro. Nesse sentido, a questão ideológica, constituída a partir de categorias definitórias de grupo (como identidade, atividades, metas, normas e valores, posição social e recursos políticos), parece reduzir-se às posições políticas pró ou anti-petebistas, porquanto maiores que as diferenças das partes que as constituem.

Mencionam-se, também assim, dentre outros elementos, as contribuições pós-estruturalistas que revisitaram os conceitos de *hegemonia*, *práticas discursivas* e *significante vazio*. A intenção é utilizar esses conceitos como categorias analíticas no estudo da ideologia partidária, ao se identificar na estrutura discursiva dos libertadores elementos performáticos e de persuasão que atribuem sentido e identidade não só à ação partidária, mas à sociedade gaúcha como um todo.

A pretensão do estudo é menos ambiciosa quanto à revisão histórica de preceitos que delinearam a história do liberalismo político ou econômico na sociedade moderna. Preocupou-se, noutro sentido, situar historicamente o entendimento dos preceitos *liberalista*, *positivista*, *trabalhista* ou *desenvolvimentista* à luz da própria conjuntura investigada, dadas as modificações de sentido e de abordagem que adquirem as ideias liberais em diferentes contextos históricos.

Apreendeu-se, com isso, a própria noção de Liberalismo como uma construção discursiva cujo universal se constitui em um típico *significante vazio*. Seu significado é objeto de disputa pela constituição de modelos e cadeias de equivalência e objetiva criar projetos hegemônicos pelos grupos envolvidos na luta política. Buscar seu sentido autêntico ou original seria de pouca serventia para aumentar o conhecimento sobre o fenômeno, dada as possibilidades concretas de sua metamorfose, em se constituindo em um processo em constante mutação de acordo com as contingências históricas.

Considerando que os mesmos institutos podem ter significados diferentes em contextos distintos, deve-se ir além de uma análise formal do discurso liberal (COSTA, 1999, p. 132), de modo que se possa definir a especificidade do liberalismo instaurado com características próprias no Brasil. Com isso, tal conceito só pode ser entendido com referência à realidade nacional na medida em que se importam princípios e fórmulas políticas que não são de todo *adequados* às necessidades das elites locais.

No que se refere às condições de produção do discurso, ganham destaque na dissertação os precedentes históricos em vista das particularidades regionais envolvidas, porquanto o desenvolvimento de atividades econômicas diferenciadas no extremo-sul do País dê ensejo a outro tipo de acumulação comercial, de característica fragmentada e desconcentrada. As diferentes matrizes sociais no Estado do Rio Grande do Sul acabam por estabelecer um curso próprio na transição para relações capitalistas de produção, com características divergentes do ocorrido nas demais regiões brasileiras.

Da divisão histórica entre as sociedades *pecuarista* e *colonial* deriva a mais importante consequência para a singularidade regional, que se dá com a passagem do regime monárquico para o republicano. Isto ocorre porque somente no Rio Grande do Sul dá-se a substituição da oligarquia tradicional pelo grupo político positivista, repercutindo numa das mais sangrentas guerras civis da história do País (TARGA, 2004).

O fato é que, em meio à formação da sociedade gaúcha, a deposição da oligarquia tradicional por um grupo político distinto implica uma significativa alteração no modo como se passa a legitimar o poder político em âmbito local. Daí a clivagem ideológica entre conservadores-liberais e conservadores-autoritários persistir desde primórdios da propaganda republicana até o advento do Estado-Novo, a partir da cisão ocorrida no interior da classe dominante gaúcha (TRINDADE, 2005).

Outra característica interessante e que se repete na história política do estado, de modo latente ou manifesto, é a tendência à polaridade política. Segundo Love (1975), a luta entre farrapos e imperiais é absorvida pelo comportamento político regional, tornando-se uma tradição que se estende durante os períodos republicanos, ao longo dos séculos XIX e XX.

Desatrelado de sua bipolaridade ideológico-partidária, em meados da década de 1930, esse sistema político entra em desarticulação frente à escalada repressiva que precede o Estado-Novo. Ao se intensificarem os mecanismos de repressão e de controle

social, rumo ao fechamento do regime, o quadro partidário gaúcho transforma-se profundamente até a extinção dos partidos políticos e o encerramento das atividades na Assembleia Legislativa (TRINDADE, 1979, p. 190).

A redemocratização da política brasileira, durante a segunda metade da década de 1940, reflete uma combinação de fatores internos e externos, pelo dismantelamento da estrutura ditatorial. Com o final do Estado-Novo, estabelece-se o sistema pluripartidário, no qual as agremiações partidárias obrigam-se à adoção do caráter nacional, muito embora sejam mantidas as correntes político-ideológicas de outrora em âmbito estadual.

Ademais, a queda do regime ditatorial é amortecida, sendo aproveitada sua máquina burocrático-administrativa na estruturação do novo quadro institucional. Para isso, vários recursos e instrumentos são acionados pelos grupos dirigentes ligados ao Estado-Novo, com inegáveis efeitos sobre a estrutura partidária que se estabelece no período de 1945 a 1964.

A nova Constituição (1946) congrega princípios liberais e conservadores, outorgando ao Poder Legislativo relativa importância para aprovação de medidas institucionais reclamadas pela sociedade, seja de caráter reformista, seja de caráter conservador. Daí se transformar o Legislativo em cenário de inúmeros embates e crises institucionais, em que nem a base governista, nem a base oposicionista detinham estabilidade de atuação política.

É nesse cenário histórico que o Partido Libertador encena sua participação política na Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul, integrando (pela primeira vez) a base governista estadual desde a redemocratização do país, no período de 1955 a 1959. Esse grupo político parece ter adquirido maior coesão e unidade política, porquanto os grupos e líderes que expressavam ideologias heterogêneas tenham migrado para outras organizações políticas após o Estado-Novo.

Desse modo, enquanto a configuração partidária nacional aponta para uma formação triangular (PTB, PSD e UDN), em torno da qual se dá a disputa pelo poder, a reorganização partidária gaúcha estabelece-se mais em função de clivagens ligadas ao padrão anterior do que definidos pelas lideranças e partidos emergentes no pós-guerra (LOVE, 1975). A enraizada dicotomia na tradição política gaúcha é expressa pelas coalizões PTB *versus* anti-PTB, de alta polaridade ideológica, mas de baixa coesão interna, por se restringirem suas afinidades em torno de um único sentimento político

com referência à imagem de Vargas. A tal particularidade também se associa a dissidência entre o PSD gaúcho e PSD nacional, no que tange à sua aliança com o PTB, resultando na soma de força dos *pessedistas* aos partidos de orientação liberal-conservadora no estado.

Por esse motivo, dentre os conservadores liberais, são os Libertadores que demonstram maior dinamismo político-eleitoral no estado, enquanto os udenistas apontam para os quadros remanescentes dos antigos PRR e PRL, em torno de seus líderes dissidentes (TRINDADE, 1975). Do lado oposto do espectro político encontra-se o PTB, como uma agremiação partidária genuinamente getulista que, ainda assim, apresenta sua inserção regional fragmentada.

O período que se segue, no campo político, é o dos reiterados embates e radicalizações ideológicas, com sucessivos rompimentos da ordem constitucional, em vista da ambígua imagem varguista que passa a se projetada pelos partidos em seus discursos políticos. Transforma-se, assim, o sistema político-partidário nas décadas de 1950 e 1960 numa verdadeira guerra de trincheiras ideológicas em que diferentes projetos políticos pretendem articular em torno de si um maior número de significantes sociais, estimulando processos pró ou contrarrevolucionários.

Nessa conjuntura política, torna-se possível identificar ao menos duas grandes cadeias de equivalência, representadas pelas forças PTB e Anti-PTB. Em meio a essas correntes, diferentes grupos políticos parecem diminuir suas diferenças ideológicas para integrarem em torno de si interesses comuns a respeito do processo de *mudança social*.

Para Pinto (2006), a mudança social é um significante vazio com grande presença no discurso político brasileiro, sendo esse significante talvez o mais importante e forte entre todos eles. Essa noção agrega em torno de si receios e expectativas muito diferentes com relação a mudanças, de modo que cada brasileiro, na conjuntura do pós-guerra, nela deposite diferentes opiniões a respeito dos rumos do País.

Expressam-se tais ideias por relações antagônicas, pressupondo em cada uma dessas construções o uso da lógica da equivalência, buscando diminuir diferenças interpartidárias e somar forças às cadeias que se organizam a favor ou contra a noção de mudança social. O discurso petebista, nessa perspectiva, é o que privilegia a mudança social a partir de uma noção pretensamente uniforme de nação ou de povo, de cujos interesses é o seu único e legítimo representante; já o discurso anti-petebista privilegia a

manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições morais e políticas, como o mais fiel guardião da democracia, ainda que o seja resultando em seu sacrifício.

Quanto mais avançavam os anos, novas e diferentes expectativas em torno da ideia de mudança eram incorporadas ao projeto petebista, que passa a arregimentar segmentos cada vez maiores da população. Para fazer frente aos avanços eleitorais da corrente adversária, também a oposição deixa de lançar candidaturas ou bandeiras políticas próprias (como o parlamentarismo, democracia liberal, etc.) para que, unida em torno dos ideais da ordem política, social e econômica, pudessem derrotar nas urnas o formato das *mudanças* defendidas pelo discurso a que se opunham.

Contudo, a forte agitação política e a radicalização dos discursos políticos resultaram em uma grave *crise orgânica* que debilitou a crença nas regras do jogo e nas instituições democráticas. Na medida em que esses discursos contêm significados incorporados por sujeitos que os constroem ou são por eles subjetificados, provocam efeitos concretos no modo como as pessoas e as instituições passam a se relacionar, com reflexo na própria forma com que a história tomou seus rumos.

A partir desses mesmos pressupostos, a pesquisa procurou identificar, como objetivo primeiro, as principais estratégias linguísticas presentes no discurso da bancada libertadora que, permeados pela *sobredeterminação* de sentidos, via deslocamento e condensação, trazem consigo a ilusão de fechamento social e de produção de horizontes necessários para a construção de vínculos/identidades sociais. Sabe-se, com efeito, que a verificação dessas distorções e suturas da realidade é possível e mostra-se viável pela identificação de cadeias de equivalência entre significantes, como um forte mecanismo da práxis ideológica.

Por esse motivo é que se propõe apreender o discurso libertador a partir dos contextos em que se insere, pelo viés das grandes transformações ocorridas no período. Essas transformações, dentre outros aspectos, se relacionam à transição do País para estruturas estatais mais modernas, que importaram na substituição do modelo rural agrário-exportador para o urbano industrializado, através de um paradigma político-econômico baseado no intervencionismo estatal, associado à emergência do fenômeno de massas no cenário eleitoral e midiático.

Para efeito desta investigação, interessa compreender quais são os pontos ideológicos centrais e como esses são processados pelos parlamentares Libertadores,

enquanto juízos de valor imbricados na (res)significação dos objetos simbólicos em disputa na conjuntura social em que estão inseridos. Dita compreensão dos pronunciamentos legislativos implica confrontar o explícito com o implícito, desvelando o caráter de aparente essencialidade de que são revestidos tais objetos para descobrir um recorte (discursivo) da realidade que foi forjado (social e cognitivamente) pelos atores políticos.

Do mesmo modo, identificar possíveis interferências em seu padrão discursivo pressupõe conhecer como se exteriorizam as suas ideias em termos linguísticos, além de compreender por que foram geradas, em função de um determinado contexto histórico. Exploradas as especificidades da cultura regional, o sistema partidário sul-rio-grandense assume feições polarizadas (também) na conjuntura social dos anos 1950, de modo que a apreensão das práticas discursivas imponha o (re)conhecimento não só das representações que são próprias aos atores investigados, como também das de seus opositores no campo político.

Com aporte teórico na afirmação de que a realidade é coletivamente construída, tendo a linguagem um papel fundamental na significação da vida política, considera-se que os parlamentares envolvidos pela pesquisa foram pensadores ativos que, em interação social, produziram representações próprias e específicas para solucionar questões que colocaram a si mesmos dentro de uma determinada conjuntura histórica. Isso ocorreu a partir da posição que socialmente ocuparam e dos segmentos eleitorais cujos interesses políticos representavam.

Como um importante instrumento de investigação, a análise de discurso implica considerar os mais diversos sentidos que as expressões linguísticas assumem social e cognitivamente diante dos diferentes contextos. Entretanto, na medida em que o discurso expressa, representa e codifica as ideologias de múltiplas maneiras, este critério de análise implica subjetividades e, com isso, perdas e ganhos numa determinada investigação.

Por serem as formações discursivas também integradas por contradições, pressupõe-se que identidades e diferenças sejam articuladas em sua constituição. De qualquer modo, ao se identificar um possível padrão de discurso que seria expresso por sujeitos que partilharam ideias comuns a grupos, épocas e instituições, não se está negando suas feições de mobilidade, de finitude e de não essencialidade das inferências.

É de conhecimento do investigador que da análise de tais fragmentos discursivos não possa ser considerada a noção de homogeneidade, nem mesmo que possam servir suas interpretações como evidências das verdadeiras ou objetivas intenções dos atores históricos. A ideia é a de que, ao se identificar as possíveis ideologias que, em tese, inspiraram, orientaram ou justificaram as ações desses parlamentares, sejam essas inferências consideradas como um conjunto de indícios a partir dos quais a interrogação científica pode (des)constituir tais objetos de estudo a qualquer tempo. Sem a pretensão de reconstituir ambientes discursivos que representariam as noções de atemporalidade, essencialidade ou homogeneidade, recorrem-se às mesmas definições que compõem os discursos de outra natureza.

Isto porque também não há neutralidade no discurso acadêmico: os índices de subjetividade estão nele introjetados, permitindo que se capte certa orientação de sentido. A questão é que, no cotejo de qualquer análise, representação ou interpretação, há sempre uma densidade saturada de tensões a ser presumida, devendo por isso estar desvinculada da noção de objetividade.

Reitera-se, assim, que o propósito específico desse estudo não é o de explorar o encadeamento dos fatos políticos da forma tipicamente historiográfica, mas avaliar suas possíveis interferências sobre o discurso dos deputados libertadores, em face do contexto social que os faz aproximar-se politicamente dos demais partidos que compuseram a coalizão de governo durante a primeira gestão do governador pessedista, Ildo Meneghetti (1955-1959). Desse modo, se o discurso libertador revela em sua gênese histórica uma tradição liberal amplamente reconhecida de se fazer (oposição) política no estado gaúcho, ele passa a expressar em suas estruturas ideológico-cognitivas as condições gerais de produção em que esse se insere após a sua ascensão à arena governamental, em meio à coalizão da Frente Democrática.

Nesse sentido, ao analisar as relações que permeiam a representação partidária de um determinado segmento social no parlamento gaúcho, considera-se o arranjo e a conjuntura política no período delimitado pela pesquisa. Nesse contexto, todo o discurso político parece exprimir, direta ou indiretamente, a disputa de visões sobre a realidade, numa dada circunstância histórica, em vista de comando ou de influência no poder que se exerce sobre a sociedade através das estruturas do Estado.

Constitui-se, pois, a luta político-partidária, em um instrumento e em uma forma de organização do poder, objetivando (re)afirmar ou renegar o *establishment*,

examinado a partir de um contexto histórico pré-definido. A consideração das peculiaridades históricas ligadas à formação social dos grupos que disputam o poder, por esse mesmo motivo, mostra-se valiosa ao refletir a natureza do processo político, além de sugerir algumas características do pensamento existente na sociedade envolvida.

Ainda que não se mostrem esses elementos autoexplicativos, na medida em que os interesses sejam diversos, múltiplos e não raro conflitantes, a análise dessas construções ideológicas pode indicar esforços para o reconhecimento das determinações mais gerais do processo ideológico brasileiro, em suas vertentes liberais e conservadoras, destacando o que há de comum entre diferentes manifestações históricas de uma mesma orientação básica. Apreendem-se, dessa forma, as proposições do *idealismo orgânico* e do *idealismo constitucional*, em seu conteúdo, com uma interpretação teórica válida, capaz de antecipar alguns conhecimentos acerca dos padrões e dos dilemas fundamentais da sociedade e da política brasileira, assim como do imaginário oposicionista em que se insere o Partido Libertador.

Além disso, essa reflexão pode servir de instrumento para melhor compreensão da natureza e dos limites dos projetos políticos investigados (*petebistas* ou *anti-petebistas*), por fornecerem concepções de mundo mais amplas, resultante do campo de forças em que interatua o Partido Libertador com outros grupos e agentes políticos que constituem o cenário político de então. Estabelecidas as relações que o discurso possui com a memória e verificadas as condições de sua produção, pode identificar-se a matriz intelectual que informa o discurso libertador e que permite compreender sua produção dos sentidos em relação com a ideologia política a que se vincula.

Sob tal ponto de vista, é importante recordar também que, ao longo da trajetória do pensamento político brasileiro, perdura mais um padrão de organizações do que um conjunto específico de organizações partidárias (SOUZA, 2006, p. 29). Esse padrão repousa, por sua vez, mais em incentivos materiais e menos em causas ideológicas isoladas, de modo que Brandão (2005, p. 236), em meio a um panorama dessas principais ideias políticas, avalia o poder explicativo desse campo de abordagem.

Nesta perspectiva, reconhece-se que o discurso libertador integra a família intelectual dos *idealistas constitucionais* (BRANDÃO, 2005) ou, na acepção de Trindade (1979), dos *conservadores-liberais* que, desde o final do Império até a instituição do Estado-Novo, em 1937, confrontam-se nas arenas políticas com seus

adversários *conservadores-autoritários* ou *idealistas-orgânicos*. Tais confrontos se dão em torno de uma maior ou menor intervenção do Estado na sociedade, bem como a partir da forma como concebem a ideia de mudança social, o que permite ao analista inferir algumas (ir)regularidades no funcionamento desses discursos.

Daí o discurso do Partido Libertador ser identificado tanto pelo padrão de linguagem quanto pelas ideologias que o fundamentam, em grande parte relacionadas ao liberalismo político, em sua acepção clássica, combinado ao estilo político conservador. Associando-se às formas ideológicas que sustentam a ação política dos grandes proprietários rurais, no final do século XIX, suas regularidades discursivas estão inseridas no tradicional padrão das oligarquias regionais que, até o advento da Revolução de 1930, dominam o campo político na maior parte do País.

Em sua feição sócio-cognitiva, o discurso libertador expressa o tradicional padrão oligárquico brasileiro, sendo amplamente conhecido no Rio Grande do Sul pelo seu modo de fazer oposição política. Como produto da incorporação de crenças representativas dos grupos sociais ligados direta ou indiretamente ao setor pecuarista-exportador, reivindicam seus representantes políticos a herança de uma das mais sólidas e longínquas orientações liberais da história brasileira.

No capítulo inicial, este trabalho percorre (a passos largos) a trajetória histórica que o debate acerca do conceito de ideologia política trilhou em meio às Ciências Sociais, em suas inter-relações com a noção de discurso. Em razão do extenso número de abordagens que envolve a análise de discurso (*lato sensu*), sob diferentes origens teóricas e enfoques metodológicos, demonstrou-se também quais foram os pressupostos epistemológicos determinantes para a eleição dessa perspectiva analítica como parâmetro da presente pesquisa.

Adotar esses princípios implicou considerar, no capítulo sucessivo, as condições gerais de produção, como peça chave para a compreensão do discurso que se analisa, enfatizando as relações de controle que caracterizam o contexto social e que dão significado aos pronunciamentos dos parlamentares libertadores. Daí serem revisitadas, no capítulo empírico, as principais recorrências temáticas presentes no discurso libertador. Também são analisadas as suas regras de funcionamento nesse dado momento histórico, permitindo descrever, em linhas gerais, um determinado padrão discursivo, questionado por suas regularidades e interferências em meio ao processo de produção de sentidos.

Por fim, como considerações finais, buscou-se retomar as principais referências teóricas que orientaram a investigação, procurando verificar-se em que medida a hipótese de pesquisa foi negada ou confirmada. Também aí se mostrou oportuno avaliar as possíveis contribuições da pesquisa para uma compreensão do imaginário libertador e *anti-petebista* durante o período investigado e, no limite, para hipóteses que poderão conduzir por outros meios a uma melhor visão sobre o fenômeno político analisado.

1 O CONCEITO DE IDEOLOGIA NA TEORIA POLÍTICO-ELEITORAL

1.1 O conceito de ideologia política em perspectiva histórica

Costuma-se associar a gênese do conceito de ideologia aos estudos desenvolvidos por um grupo de intelectuais franceses que, após a Revolução de 1789, procuraram estudar as doutrinas filosóficas e teológicas que serviram de base ao *ancien régime* (MULLINS, 1972, p. 499). Fortemente influenciados pelo *sensismo*¹, aspiram a fornecer uma sólida base para as ciências morais e políticas, sobre a qual as ideias pudessem ser examinadas à luz do estímulo a que foram submetidas no seu ambiente natural.

Valendo-se dessa epistemologia, as noções transcendentais de religião e de filosofia foram submetidas à crítica, com o objetivo de impedir a perpetuação de preceitos abstratos aos quais esses intelectuais creditavam a incompreensão dos homens entre si, em detrimento da construção do Estado Moderno (KNIGHT, 2006, pp. 619-620). Influenciado pelas tensões que habitavam a França pós-revolucionária, à frente dessa importante vanguarda, Destutt de Tracy (1754-1836) objetivou criar na chamada *ciência das idéias* a base de todos os saberes.

Imputa-se, nesse sentido, a esse mesmo filósofo, a utilização do termo *ideologia* nos tempos modernos, como um dos principais articuladores do Instituto Nacional francês (FREEDEN, 2006, p. 6). As formulações desse pensador, contidas no seu livro *Elements d'Ideologie* (1801), denotam uma acepção diferenciada do termo, em se propondo a fundamentar a ciência do homem e de seu pensamento (MULLINS, 1972, p. 499)².

1

¹ Sensismo ou sensualismo designa a corrente filosófica segundo a qual a mente é uma tabula rasa (JAPIASSÚ, 1996, p. 245), porquanto os nossos conhecimentos advêm das sensações, como uma condição necessária e suficiente. Oposto ao inatismo e ao racionalismo cartesiano, o sensismo designa o empirismo radical, num sentido amplo, que considera todas as ideias e representações como se fossem derivadas de nossa experiência sensorial, por um processo de transformação, associação e abstração. O termo é geralmente associado à doutrina de Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780), espessa no Tratado das Sensações (1755), com grande influência no pensamento francês do século XIX (*idem*, 1996, p. 50). Esse autor também é conhecido por seu pioneirismo ao enfatizar o papel da linguagem como um sistema simbólico no processo de formação do conhecimento, prenunciando as teorias linguísticas modernas (ANDRADE & SILVA, 2002, p. 22).

2

¹ Napoleão Bonaparte referiu-se ao termo ideologia de uma maneira pejorativa. Em discurso proferido em 1812, responsabilizava os professores do *Institut de France* de investirem contra ele ao lançarem

Karl Marx (1998), todavia, parece deter maior influência sobre o conceito, ao se referir a uma qualidade ou espécie de pensamento que encobre seus verdadeiros objetivos e intenções. Influenciado pelos embates teóricos travados na filosofia alemã, especialmente os relacionados às obras de Hegel e Feuerbach, o conceito de ideologia aparece como o equivalente ao de *ilusão* ou ao de *falsa consciência*, na qual a realidade é invertida e as idéias aparecem como motor da vida real³. Para esse autor, a ideologia é um conceito crítico e pejorativo que se dá em razão dos interesses das classes dominantes.

A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E, se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmara escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (MARX, 1998, p. 19).

Sendo a consciência um produto do social, a maneira como o homem produz seus meios de existência depende, antes de tudo, da natureza desses meios já encontrados e o que deles precisa reproduzir. Desse modo, segundo Marx (1998, p. 25), não se deve considerar o *modo de produção* sob o ponto de vista restrito, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos homens, até porque ele já representa um determinado modo de vida: o que os homens são coincide com a sua produção, isto é, tanto o que produzem quanto a maneira *como* produzem⁴.

mão de argumentações irresponsáveis, genéricas e falsas (KNIGHT, 2006, pp. 619-620). Acusava-os, assim, de ideólogos ou visionários, no sentido de que eram intelectuais sem compromissos com a realidade, isto é, que não tinham conhecimento da prática dos assuntos políticos.

3

¹ A ideologia opera como instrumento de dominação ao mascarar a realidade social e ocultar a verdade dos dominados. Ao naturalizar os fatos sócio-históricos ou inverter a razão lógica desses acontecimentos, ela serve à legitimação da lógica econômica, social e política dos grupos dominantes. Dessa ótica materialista surge a noção do ilusório e do discursivamente distorcido, dentre outros meios de que se servem para a alienação do povo, por exemplo, na representação da sociedade como um indivíduo coletivo, ocultando a realidade da parcela oprimida pela luta de classes, enquanto expressão das vontades e interesses da parcela opressora.

4

¹ A noção de ideologia, em sentido amplo, abarca mediações com outras formas de consciência coletiva, relacionadas a diferentes áreas da vida social, política, econômica, moral ou mesmo religiosa. Já em sua visão restrita, não raro associada às vertentes marxistas, procura-se vislumbrar a ideologia a partir da noção de *falsa consciência* ou de *distorção* do suposto significado original de uma expressão (ARANHA e MARTINS, 1993).

Mas o conceito de ideologia continua sua trajetória histórica, passando a ter o sentido de uma concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. Desse modo, para Mannheim (1956), a ideologia é o conjunto estrutural e orgânico de idéias, como pré-concepções socialmente construídas do mundo ao qual torna inteligível, abrindo possibilidades de compartilhamento de experiências individuais.

Compreendendo duas diferentes dimensões (total ou particular) desse mesmo fenômeno, em ambas as feições, a ideologia exprime a situação de vida que influencia o pensamento. Com isso, Mannheim (1956, p. 52) enfatiza o fato de que as opiniões, afirmações, proposições e sistemas de idéias não sejam considerados na forma em que se apresentam, mas interpretados à luz da situação de vida de quem as exprime.

Desse conceito traça-se a distinção entre as normas que incorporam o passado, tendentes a preservar o *status quo* (ideologias) das que se firmam em elementos transcendentais, transmitidos ao longo da conduta, que tendem a romper com a ordem de coisas vigentes no tempo (utopias), total ou parcialmente. De qualquer modo, essa definição também não é consensual nem definitiva, já que seus contornos nebulosos e pouco analíticos não atendem satisfatoriamente aos questionamentos que recaem sobre o conceito de ideologia⁵.

Em vista do enfoque eleitoral, ao longo das décadas de 1950 e 1960, travaram-se fortes debates quanto ao papel que desempenhava a ideologia frente ao sistema político-partidário, como uma das principais orientadoras do voto (SINGER, 2002), seja pelo caráter de classe, seja pelo efeito de economia da informação. Todavia, a ciência política comportamental não traz como resultado uma maior contribuição para tal problemática conceitual, senão nas implicações e expectativas associadas ao tema.

Essa tese é originalmente formulada pelo sociólogo Seymour Martin Lipset (1967), que se utiliza de estudos sociológicos sobre o comportamento eleitoral – realizados nas primeiras décadas do século XIX – para construir uma teoria a respeito

5

¹ Mullins (1972) opõe-se aos pressupostos da relevância dos interesses de classe na definição de ideologia na obra de Karl Mannheim, especialmente no que se refere à perspectiva dominante de um grupo social quanto aos critérios de conservação ou mudança social, por serem de pouco valor analítico. O problema crucial daí decorrente é o de que não se pode diferenciar a ideologia da utopia, a partir de tal perspectiva, senão pela sua verificação *a posteriori*. Para o autor, mostra-se impossível, pelo mesmo motivo, demonstrar que uma ideologia seja funcional, ou que uma utopia seja disfuncional, para efeito de manutenção ou mudança, senão a partir da análise empírica, em vista dos padrões que delinham certo sistema político.

do voto nas democracias ocidentais. A conclusão a que chega o autor é a de que o mais constante elemento da história eleitoral está na ligação entre classes sociais e partidos políticos, fazendo crer que a situação socioeconômica inclina o indivíduo para determinada opção político-partidária.

A ênfase na classe social como principal determinante da escolha partidária e da divisão entre os partidos parece validar os receios de muitos conservadores do século XIX de que os pobres votariam para defender seus próprios interesses, se lhes fosse concedido o direito de sufrágio. Por causa dessa convicção, os conservadores em quase todos os países ocidentais combateram a criação de um sistema político em que o governo representante da maioria da população adulta pudesse promulgar quanta legislação desejasse (LIPSET, 1967, pp. 292-293).

Mas ao destacar a ligação entre *classe social e partido político* esse autor reconhece que não há uma relação mais íntima entre *classe e sufrágio*, considerando o voto como sendo determinado por diversos elementos, fazendo com que haja variações no comportamento eleitoral entre os grupos sociais em situação homogênea⁶.

Há uma variedade de razões, algumas já debatidas, para explicar por que não existe, de fato, uma relação mais íntima entre classe e sufrágio. Talvez a mais importante (mas não derivável de um estudo dos eleitores) seja a dos ajustamentos constantes feitos pelos principais protagonistas do jogo democrático - os partidos e seus líderes - para adaptarem-se (sic) aos requisitos de conservação do equilíbrio do sistema. Os partidos preocupam-se em preservar a possibilidade de que os caprichos da sorte, na eleição seguinte, os mantenha no poder ou a este os façam regressar. Por conseqüência, como os acontecimentos históricos transformam as necessidades sentidas pelo eleitorado, os partidos democráticos alteram seus programas de modo a reterem votos ou a obtê-los (LIPSET, 1967, p.294).

6

¹ Nesse sentido, Lipset (1967, pp. 191-194) identifica padrões de participação eleitoral idênticos em diversos países europeus, no sentido de que os homens votam mais do que as mulheres; os de maior instrução, mais do que os de pouca instrução; os residentes urbanos, mais do que os rurais; os eleitores entre 35 e 55 anos de idade, mais do que os mais jovens e os mais idosos; as pessoas casadas, mais do que as solteiras; as pessoas de elevada posição social, mais do que as de baixa condição; e os membros de organizações, mais do que os não-membros. As explicações para essas diferenças foram justificadas pelo autor a partir da identificação de fatores sociais que afetariam os índices de comparecimento eleitoral, tais como: a) a relevância da política governamental para o indivíduo; b) o acesso a informações acerca da relevância das decisões políticas para os seus interesses; c) as pressões sociais para o exercício do voto; e 4) as pressões cruzadas de interesses, informações ou grupos conflitantes.

Nesse viés, Lipset (1967) chama a atenção para o fato de que muito embora o vínculo entre classes e posição ideológica dependa da ligação entre partidos políticos e ideologia, a inclinação de certa classe por determinado partido ou, então, por certa ideologia, sejam coisas distintas. Isto porque, tratando-se de um esquema multifatorial, é a ideologia que vai permitir ao cidadão reconhecer os partidos para, além das políticas imediatas que defendem, conhecer o papel mais amplo que jogam no processo político.

Por a ideologia envolver uma variável de longo prazo, os partidos de direita podem atrair maiores fatias do eleitorado trabalhador quando os problemas conjunturais a resolver envolvam questões de política externa, moralidade ou eficiência administrativa. Isto não impede, porém, o retorno desses mesmos eleitores aos partidos de esquerda, quando as opções de classe voltem a ocupar espaço na agenda política (LIPSET, 1967, p. 295).

Com isso, a ideologia passa a deter uma importante função no sufrágio, como sinalizadora da posição de classes, além de implicar uma linguagem comum entre partidos e eleitores. Daí a conclusão de que estar à esquerda ou à direita significa, respectivamente, favorecer mudanças em direção à igualdade ou recusá-las em nome da ordem (SINGER, 2002, p. 24).

Downs (1999), todavia, partindo de fundamentos metodológicos inteiramente distintos, chega a conclusões semelhantes a respeito do papel da ideologia no comportamento eleitoral. Pressupondo que o eleitor comporta-se tal como um consumidor, buscando diminuir custos e aumentar benefícios, os partidos políticos não representam interesses, a não ser o próprio e o específico de ganhar as eleições.

Se os partidos não representam interesses de classes, o voto do indivíduo expressa uma escolha individual, enquanto a ideologia denota uma linguagem sintética e econômica de custos de informação ao eleitor. Assim, com os partidos diferenciando-se a partir de ideias-chave, o eleitor consegue diferenciá-los sem precisar conhecê-los em profundidade por seus pormenores programáticos (DOWNS, 1999, p. 117-119).

Por compreender a ideologia como uma linguagem predominante na arena eleitoral, Downs (1999, pp. 25-29) sugere que o processo político possa ser compreendido como um ambiente de competição espacial muito próximo ao utilizado pela Ciência Econômica. Desse modo, assim como os empresários produzem mercadorias acreditando que irão trazer mais lucros a si próprios, os membros dos

partidos formulam políticas acreditando que irão trazer mais votos a si mesmos, de modo a atingir os seus respectivos fins⁷.

A partir da década de 1950, no entanto, pesquisadores da Universidade de Michigan empenharam-se em refutar as teses – tanto da corrente sociológica de Lipset como da corrente econômica de Downs – de que a ideologia fosse um elemento decisivo na determinação do voto (SINGER, 2002, p. 26). Trata-se da vertente *psicossociológica* de análise do comportamento eleitoral, que perseguindo certa objetividade como princípio metodológico, conclui que a maioria do eleitorado não pensa em termos ideológicos, ou melhor, revela um baixo *grau de estruturação política*⁸.

Considerando ideológicos os eleitores que possuam um pensamento mais organizado na hora do voto, no sentido de que suas ideias estejam logicamente concatenadas, os pesquisadores de Michigan sugerem que a *identidade partidária* (e não a ideologia, por si mesma) deveria ser considerada como uma determinante estrutural do voto (SINGER, 2002, p. 28).⁹ E, ao associarem ideologia com coerência e sofisticação política, acabaram por descaracterizar por completo a noção de ideologia na vida quotidiana dos cidadãos.

Referem-se, aqui, à literatura de *morte* ou de *fim da ideologia*, cujos representantes teóricos objetivaram rever o significado, o alcance e o impacto dos sistemas ideológicos até então vigentes. Envolvidos no cenário do pós-guerra, motivados pelo relativo bem-estar social e pelo desenvolvimento econômico nas

7

¹ Muito embora Giovane Satori (1982, p. 356), assim como Downs, trabalhe com o conceito de *espaço* no âmbito político, aquele autor italiano não concebe os partidos como empreendimentos comerciais, porque ambas as instituições não desempenham um papel prescrito, exclusivamente, no sentido de maximizar votos ou consumidores, já que a oferta nos respectivos mercados pode também perpassar por (segmentos de) públicos diferenciados por identidades variadas.

8

¹ Para além de expurgar o elemento ideológico do comportamento eleitoral, como preditor do voto, excluindo os modelos sociológicos de Lipset e o da competição espacial sugerido por Downs, essa escola de pensamento também incorpora noções elitistas tais como o estudo produzido por Philip E. Converse (1964), no sentido de que as elites intelectuais operam com sistema de crenças denominado (ideo)lógico, enquanto atuam nas massas sistemas de ideias desestruturados e incoerentes, procurando correlacionar os sistemas de crenças que possuem relação lógica entre si com o grau de instrução formal do indivíduo.

9

¹ Contrariando Lipset, para quem o eleitor escolhe o partido em função dos interesses sociais que este representa, a identificação partidária é um componente psicológico que não está necessariamente vinculado a conteúdos programáticos ou ideológicos (SINGER, 2002). A ligação do partido com o indivíduo detém uma natureza não-racional, por invocar na vertente psicossocial o conceito de orientação afetiva do sujeito para o objeto grupal no ambiente em que se insere. Transmitida determinada identidade pela família ao indivíduo, durante a gestão de sua personalidade, a identidade *chimanga* ou *maragata*, por exemplo, é que influenciaria, dentre outros aspectos, seu pertencimento a determinado partido ou grupo de interesse – e não o contrário.

sociedades industriais avançadas, esses teóricos sustentaram que a ideologia tinha perdido a sua capacidade de inspirar ou fundamentar ações coletivas no cenário político (JOHN, 2006).

Ao agregarem valoração negativa ao fenômeno ideológico, dando ênfase à sua forte carga emocional - de tendência extremista e com propensão ao conflito - os defensores do declínio e morte da ideologia identificam o esgotamento das teorias sistemáticas e totalizantes, tais como a do nazi-fascismo, do comunismo e das ditaduras de cunho nacionalista (John, 2006). Emerge daí o consenso entre certos grupos intelectuais sobre alguns dos principais questionamentos políticos, sobretudo quando relacionados ao Estado de Bem Estar (Welfare State), à organização descentralizada do poder e à coexistência entre economia mista e pluralismo político-partidário.

Como um expoente intelectual desse expressivo período, Bell (1952) publica a mais influente obra sobre o tema em meio às Ciências Sociais, ao sustentar não haver mais diferenças entre as ideologias de esquerda e de direita, diante do crepúsculo milenar de todas as crenças religiosas, filosóficas e revolucionárias¹⁰. Em sintonia com as teses contemporâneas, que proclamam o declínio da figura do intelectual politicamente engajado, ele compila seus artigos publicados na década de 1950 para declarar, em *O fim-de-ideologia*, a própria consolidação do Estado moderno, em sua vertente capitalista, pela ausência de outros projetos alternativos.

Do emotivo para o pragmático, o centro de transformação das ideias políticas em ação social é deslocado, em vista de uma posição conservadora que concebe o liberal-democrático como um pensamento hegemônico. É necessária, no entanto, a realização de diversas pesquisas nas décadas posteriores, associada à emergência de novos eventos históricos no cenário político americano, identificando mudanças no comportamento de seus eleitores, para que se esbocem saídas teóricas para esse dilema.

Desde então, fortes argumentos são contrapostos à tese do declínio da ideologia, por implicar a proclamação do fim da ideologia por excelência (JOHN,

10

¹ Examinando a possibilidade da ideologia ser estudada em torno dos três eixos hegelianos (doutrina, crença e ritual), Slavoj Žižek (1993) afirma que a teoria da ideologia morre por seu próprio ensino imperialista, já que todos os discursos que organizam práticas sociais são incomensuráveis entre si. Dessa forma, identifica a fonte do progressivo abandono de ideologia, como categoria analítica, a partir da multiplicidade de conceitos associados ao mesmo fenômeno, assim como ao alcance pretendido pela sua versão marxista. Por abarcar todas as formas de pensamento, como meio de fornecer um padrão através do qual a distorção ideológica seja apreendida num determinado discurso, denota a impossibilidade de encontrar um ponto fora de si mesmo a partir do qual a sua crítica possa ser efetuada, uma vez que a ideologia, em suas definições modernas, é constitutiva do sujeito, cuja parcialidade não se pode abstrair.

2006), propondo a substituição de uma política fundada em ideias por outra fundada na gestão técnica da realidade (pragmatismo político). Procurando demonstrar que o modelo de competição espacial é explicativo da dinâmica partidária, apesar da desestruturação cognitiva do eleitorado, é que Sartori (1982) sugere retomar o uso do conceito ideológico, mediante a incorporação das descobertas da linha psicossociológica.

Daí agregar, ao que chama de *voto por imagem*, as noções de *voto por questão* e *de identificação*, contemplando a fusão desses dois últimos elementos, ao observar que o indivíduo adere a um partido pela posição de classe assumida, ainda que o faça a partir de uma projeção visual sobre um vago conjunto de políticas e programas por aquele produzido.

É perfeitamente possível (...) várias pessoas identificarem-se com o mesmo partido embora tendo dele representações mentais muito diferentes (...). Uma imagem é, no meu entender, um vago pacote de políticas e programas condensado numa palavra ou frase, e por ela transmitido. 'Bom para os trabalhadores', ou ainda melhor, 'partido dos trabalhadores' é uma imagem (e não uma questão). Os rótulos liberal e conservador, progressista e reacionário, esquerda e direita, exemplificam tipicamente as imagens pelas quais os partidos procuram passar à frente uns dos outros (SARTORI, 1982, p. 360).

Essa formulação não pressupõe que a maioria do eleitorado tenha um pensamento logicamente estruturado em termos políticos, já que a adesão a uma imagem partidária não requer alta sofisticação, por si mesma¹¹. Dessa forma, o *voto por imagem*, ainda que não altamente estruturado em termos ideológicos, apresenta uma conotação política que é influenciada pela ideologia, sinalizadora da orientação no *continuum* esquerda-direita.¹²

11

¹ Outra importante contribuição teórica de Sartori (1982, pp. 157-159) é a que trata da questão ideológica de cada partido, ao afirmar que quanto mais polarizado for o sistema, maior a chance de surgirem partidos *anti-sistema*, que tentarão deslegitimar as regras do jogo democrático. Uma polarização moderada, por outro lado, apresenta uma força centrípeta, ou seja, dos partidos polarizados disputarem o centro, tendendo a fazer coalizões e acordos ao invés de mera disputa e oposição. Do contrário, tais agremiações exercem tipicamente uma oposição irresponsável, que rejeita a identificação com o sistema político e não tem preocupação alguma com as promessas e projetos apresentados (SARTORI, 1982, p. 164), já que as chances de comporem o governo ou de terem que honrar os compromissos assumidos mostram-se extremamente reduzidas.

12

A partir dessa observação é que autores como Levitin e Miller (*apud* SINGER, 2002, p. 35) verificam a correlação existente entre auto-posicionamento e voto, a partir da forte e contínua associação entre os sentimentos ideológicos e o voto nas eleições americanas na década de 1970. Ou seja, conforme a sugestão teórica de Sartori (1982, pp. 360-361), a existência de identificação ideológica não implica pensamento estruturado, mas o uso não ideológico dos rótulos ideológicos.

A inclinação para um uso renovado e esclarecedor da ideologia pode ser vislumbrada em estudos produzidos a partir da década de 1970, tal como o realizado por Mullins (1972), que ao explorar suas bases teóricas, identifica os elementos constitutivos do fenômeno ideológico: a) cognição; b) avaliação; c) orientação para a ação política; e d) coerência lógica. Procurando formular um conceito ou definição que fosse empiricamente relevante, o autor busca diferenciar a ideologia de outros fenômenos e formas culturais com os quais foi aquela freqüentemente confundida.

Segundo esse mesmo autor, a não diferenciação de outras manifestações culturais, como o mito e a utopia, é o principal entrave para o desenvolvimento de uma adequada conceituação do fenômeno ideológico; porque implica abarcar significados que não lhe são característicos, de modo que outras formas simbólicas não possam dele ser adequadamente discriminadas (MULLINS, 1972, pp. 498-499). É na tentativa de retratar essas semelhanças e diferenças que estabelece os protótipos com as características gerais do mito, da utopia e da ideologia, a partir do uso de sistemáticas comparativas.

Nesse sentido, Mullins (1972, p. 499-500) identifica na *emergência da sociedade moderna* um aspecto crucial do pensamento *ideológico*, como critério básico para a sua diferenciação do pensamento mitológico e utópico, que já encontram expressão clássica em eras precedentes. A influência *moderna* sobre a ideologia implica diferenciação quanto à *consciência histórica*, apreendendo a noção de mudança quanto aos limites e possibilidades do controle humano como questão central para tal diferenciação¹³.

¹³ A opção epistemológica pelo *continuum* esquerda/direita, como contrapartida à identificação liberal/conservadora, assenta-se no argumento de que a primeira terminologia expressa conteúdos relativamente vazios, como preservação ambiental e igualdade de gênero, que passaram a ser importantes para o eleitorado europeu e norte-americano a partir da década de 1970, ao serem incorporados a outras noções originárias desses mesmos conceitos (SINGER, 2002, p. 37).

¹ Para Mullins (1972), no tempo histórico, um evento é concebido em algum ponto de um *continuum* linear. Os acontecimentos históricos, portanto, são vistos como únicos, assim como as ações sociais são tidas como *sui generis*. Incorporam um tipo de consciência histórica característica da idade

Assim, além de conceber a ideologia como um fenômeno social mais dinâmico, Mullins (1972, p. 500) também a distingue do mito e da utopia, de acordo com os *símbolos* pelo quais estes são constituídos¹⁴. A linguagem ideológica, nesta perspectiva, está repleta de metáforas e metonímias, mas ao contrário do mito, é moldada de forma de lógica (objetivando simplificar os acontecimentos e situações) e, diferentemente da utopia, tende a informar uma ação política num *continuum* linear (e não a partir de uma condição imaginária de uma sociedade ideal).

1.2 As contribuições dos estudos pós-estruturalistas ao conceito de ideologia

moderna, relacionada a certo grau de mudança social, de descontinuidade na sociedade e na cultura humana, com reflexos na necessidade de (re)inventar as próprias concepções do futuro e a possibilidade de imaginar qualitativamente um novo regime social. Desse modo, se na ideologia as ideias estão ligadas a programas e estratégias concretas, a utopia é conceituada pelo autor como não-histórica, na medida em que representa um mundo reconstruído idealmente, com ênfase numa estrutura socialmente fechada, através da qual não se pode reconhecer o fluxo incessante do processo histórico. Com isso, todos os processos em curso nas sociedades utópicas seguem padrões recorrentes e ocorrem internamente, como parte de uma concepção do todo. Não existe o conceito de um processo histórico em que a transformação social seja possível. Embora a idealização da utopia permaneça como uma condenação do sistema político real, o modelo utópico não é um guia para a transformação do sistema existente. Como um objeto de contemplação, ele se prolonga no tempo e os problemas históricos associados com a transformação da sociedade não são adequadamente enfrentados. Não há a preocupação com a forma, como na ideologia, dado o contexto sociológico, os limites e possibilidades da ação humana, em vista dos instrumentos e dos recursos disponíveis. Muito embora a ideologia possa influenciar os ideais utópicos de justiça ou de sociedade, esses não são expressos como modelos elaborados, já que permanecem suspensos em um lugar qualquer no espaço e no tempo. No tempo mítico, por sua vez, a preocupação não é com o que aconteceu, mas com o que acontece momentaneamente. Assim, numa sociedade caracterizada pela consciência mítica, a estrutura social não é vista como um arranjo que pode ser alterado por determinada geração, de acordo com suas percepções culturais, mas como uma ordem sagrada e eterna que é santificada pelos mitos que expiam sua importância e origem.

14

¹ A ideologia, segundo Mullins (1972), caracteriza-se pela intenção, que é orientada para os problemas dos grupos humanos que vivem em determinada sociedade preocupando-se como a sua condição social pode ser melhorada. A utopia, por sua vez, é francamente imaginária e não tem o drama ou a tensão do mito e da ideologia. Considerando que as imagens do mito comprimem o sentido, a linguagem ideológica tende a explicar o significado dos acontecimentos, situações e possíveis cursos de ação humana. Em comparação com o mito, a linguagem da ideologia tende a expandir significados, ainda que seja mais simples e econômica do que a da utopia que, como uma condição imaginária de perfeição social, tende à descrição elaborada. Já a ideologia informa a ação política. Portanto, bem mais do que utopia, a ideologia inclina-se à simplificação das alternativas para reduzir situações complexas a proporções inteligíveis, objetivando o sucesso de determinada ação ou objetivo. Ela avalia os significados e seleciona os sentidos que lhe são mais estratégicos e relevantes, relegando os temas para um segundo plano. Por seu lado, uma vez que o mito utiliza a linguagem altamente figurativa e metafórica da poesia, ele não se vale de uma simbologia lógica, podendo expressar princípios básicos ou verdades fundamentais sem recorrer à linguagem filosófica. Basta que atinja a essência da cultura, em termos narrativos ou não. Ao encontrar sua expressão na projeção de uma imagem, ele tende a personalizar os eventos históricos. Ao incentivar a identificação pessoal com seus símbolos, ele se mostra essencialmente plástico e espontâneo. Possuindo também características religiosas, ele lida com a experiência humana de forma intensa, não raro trágica e que aduz veracidade absoluta.

Uma compreensão mais analítica sobre o fenômeno ideológico advém com a emergência dos chamados estudos pós-estruturalistas, pela negação da possibilidade de se instituir um critério definitivo ou absoluto para a definição do verdadeiro conhecimento. Daí a proposta de Freeden (1998) em reabilitar a ideologia como categoria de análise para o reconhecimento de uma ação política legítima, por meio de um método morfológico que se afasta tanto do essencialismo marxista como do relativismo pós-moderno.

Freeden (1998, pp. 18-19) concebe a ideologia como uma estrutura complexa que consiste em uma amálgama de componentes racionais e irracionais localizados em determinados contextos históricos, cujos conteúdos linguísticos expressam e, ao mesmo tempo, constituem a realidade. Muito embora conclua que o estudo ideológico possa fornecer conhecimentos funcionalmente estáveis, a busca pela certeza ontológica ou pelo conhecimento objetivo, a partir de uma realidade fixa e externa (como a decorrente das noções de distorção ou de falsa consciência) é sempre ilusória, sugerindo que melhores respostas podem ser buscadas a partir de diferentes níveis do processo analítico envolvido (BRITO, 2005, p. 122) ¹⁵.

Laclau (1987), por sua vez, a partir de um aparato teórico mais complexo, também assentado na matriz pós-estruturalista, desenvolve uma série de noções e de conceitos (oriundos das mais diversas áreas do conhecimento) para a definição do fenômeno *ideológico*. Congregando as noções de *contingência*, *precariedade*, *indeterminação* e *paradoxo* (MENDONÇA, 2009, p. 154), como os principais elementos da dimensão ontológica do social, o seu pensamento está assentado sob uma leitura crítica da modernidade, a partir da qual são constituídas suas principais categorias de análise.

Sabemos, a partir dos pressupostos da Teoria do Discurso, que a produção de sentidos por um sistema discursivo é sempre precária, contingente e limitada pelo seu corte antagônico. Justifica-se o seu caráter precário, pois os sentidos constituídos por um determinado sistema discursivo sempre tendem a ser

15

¹ De acordo com essa proposta de estudo, é através do morfológico que se formariam as melhores noções estruturais acerca de um fenômeno, por meio de uma escolha metodológica adequada para a investigação. A crítica ao seu trabalho, todavia, reside no fato de que, em sua busca de objetividade factual, ele permanece preso à noção descritiva da ideologia (BRITO, 2005, p. 122), como uma reivindicação tipicamente positivista, que corresponde ao apelo incondicional pelo método indutivo, em detrimento de sua identificação com as ações políticas concretas.

alterados na relação com os demais discursos dispostos no campo da discursividade, que é o espaço no qual os discursos disputam sentidos hegemônicos. Além de precária, a prática discursiva é também contingente, uma vez que não há necessariamente previsibilidade para produção de determinados sentidos no espaço social. Entretanto, tanto a precariedade como a contingencialidade discursivas estão limitadas por aquilo que está além dos limites do próprio discurso e que representa a sua negação: o seu corte antagônico (MENDONÇA, 2003, 138).

Formulando suas teses em oposição direta ao essencialismo filosófico¹⁶, Laclau (1987) objetiva desconstruir certo modelo de análise propagado pelo iluminismo do século XVIII, por se opor à ideia de preceitos fixos e universais que determinam as condições e possibilidades de conhecimento acerca do mundo político. Tendo como marco analítico as categorias de poder e de discurso, que se desdobram em outros preceitos centrais à sua teoria¹⁷, associa ideologia à noção de fechamento social e de produção de horizontes necessários para a construção de vínculos/identidades sociais¹⁸.

Por esse motivo, para Laclau (2003), uma teoria contemporânea da ideologia deve abordar, cumulativamente, a ideia de *distorção constitutiva* - realizada pela projeção e não pela revelação de um sentido ilusório sobre um objeto particular a que se aduz um sentido original - e de *engessamento* - ao se fixar, no sentido semântico, um conteúdo a algo que não possuía significado absoluto, tal como ocorre no conteúdo a que se outorga um sentido contingente e próprio da moralidade/interesse de um grupo social específico, como se representativo fosse da coletividade em que se insere, em sua plenitude¹⁹.

16

¹ A teoria filosófica do essencialismo encontra em Aristóteles um de seus maiores precursores (JAPIASSÚ, 1996, p. 90), ao distinguir as propriedades que as coisas exemplificam contingentemente (acidentais) daquelas que exemplificam necessariamente (essenciais). A emergência da ciência moderna traria consigo uma filosofia hostil a essa distinção, já que se encontra diretamente relacionada com a metafísica escolástica.

17

¹ Deste ponto de vista teórico, três questões dominam o debate capitaneado pela sua teoria do discurso: a crítica ao essencialismo filosófico, o novo papel ocupado pela linguagem na estruturação das relações sociais e a desconstrução da categoria do sujeito, no que diz respeito à constituição das identidades coletivas.

18

¹ Para uma melhor compreensão dessa perspectiva analítica, no entanto, necessário é que se compreenda o principal ponto de cisão entre a perspectiva de Antonio Gramsci e a de Ernesto Laclau (1987), no que se refere à noção de hegemonia não como uma unidade de todo bloco histórico, mas como um lugar vazio, foco de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo social (ALVES, 2010).

19

¹ Como uma representação assumida por um determinado conteúdo particular, num determinado momento histórico, a hegemonia tem a função de incorporar uma *plenitude ausente*, ou melhor, a falta constitutiva de uma articulação incompleta de sentido, seja por meio de relação entre identidades, seja por meio de sua negação, a partir de seu corte antagônico. Ao se pronunciar em nome de uma

Ao se expor algumas questões essenciais acerca da Teoria de Discurso em Laclau (1987), introduz-se a noção de *verdade* como uma construção discursiva, já que os sentidos não existem por si mesmos. Por não haver uma essência pré-constitutiva nas relações sociais, é a própria prática discursiva que irá estabelecer as características e os limites identitários.

Pauta-se a própria existência do discurso político pela tentativa de fixar sentidos, ainda que, necessariamente, de forma parcial, precária e provisória²⁰. Tais características se impõem pela própria *condição de incompletude* do social, no sentido de que não se pode conceber o social como um objeto de conhecimento pleno, porquanto os sentidos sociais sejam sempre abertos e incompletos.

Segundo Laclau (1987, p. 241), a noção de sociedade é sempre constituída na falta, dada a impossibilidade de qualquer lógica hegemônica dar conta da totalidade do social ou mesmo ocupar o seu centro. O processo hegemônico é tal que esta incompletude é contingencialmente suprida, mas impossível de ser plenamente resolvida.

Todo o discurso político é, também assim, um discurso de poder, na medida em que pretende impor verdades a respeito de um tema socialmente relevante. Sua pretensão é a de construir a hegemonia, valendo-se para isso de práticas de *deslocamento* e de *condensação*²¹ que tendem a articular elementos que não estavam previamente conjugados entre si.

plenitude social ausente, toma-se a sociedade como um todo coerente e homogêneo em suas opiniões e interesses (MENDONÇA, 2009). As identidades, por sua vez, são constituídas sempre na falta, na incompletude; o processo hegemônico é tal que esta incompletude é contingencialmente suprida, mas impossível de ser plenamente resolvida. Daí lançar mão da ideia de *impossibilidade da sociedade*, no sentido de que é impossível concebê-la como objeto de conhecimento pleno, uma vez que os sentidos sociais são sempre abertos e incompletos.

20

¹ Precário e provisório porquanto os sentidos fixados pelo discurso não sejam eternos, nem absolutos, estando ameaçados de desconstrução a qualquer tempo por parte de outro discurso mais convincente, do ponto de vista hegemônico. Mesmo na presença de tais ameaças, mostra-se de qualquer forma exitoso, na medida em que contém uma continuidade histórica.

21

Mecanismos de linguagem que integram um complexo sistema de transformações que articula (no sonho ou no discurso) conteúdos manifestos e latentes, por meio de processos de simbolização. Para a construção e implementação do caráter ideológico nessas formas simbólicas, Thompson (1995) aponta cinco modos pelos quais pode operar-se: como instrumentos de legitimação (racionalização; universalização ou narrativização); dissimulação por deslocamentos (metomínimas; paráfrases) e por condensações (metáforas; polissemias); unificação (estandardização; simbolização de unidade); fragmentação (diferenciação; expurgo) ou retificação (naturalização; eternalização; nominalização ou passivização). Contudo, esses mesmos modos de operação da ideologia podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente ou, então, operarem de outras maneiras em circunstâncias particulares (THOMPSON, 1995, p. 81).

O discurso político, por sua natureza, é um discurso ideológico, sendo definido a partir da desconstrução do outro para sua autoconstrução (PINTO, 2006, p. 89). Não é por outro motivo que também as ideologias assumem a forma de uma estrutura polarizada diante de certas relações e interesses que se encontram em jogo entre os membros do grupo de referência (ingroups) e os do grupo de oposição (outgroups).

Ao constituir uma cadeia de equivalência e articular as diferenças entre vários elementos discursivos, o discurso hegemônico faz com que diminuam os significados individuais ou particulares. No empreendimento de representar discursos ou identidades até então dispersos, a partir de um discurso centralizador (ponto nodal), o processo hegemônico consegue fixar determinado sentido ou significado, mas sempre provisória e precariamente.

A hegemonia discursiva não pode ser representada como algo certo, absoluto ou necessário, mas um lugar vazio, o que significa dizer: é foco de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade. Esse vácuo, na teoria do discurso de Laclau (1987), recebe o nome de *significante vazio*, no sentido de que ele é objeto de tantas condensações de discursos que, num determinado momento, perde seu sentido específico justamente pelo excesso de significações incorporadas²².

Com isso quer-se também dizer que todo discurso, toda identidade ou sentido formado por uma articulação discursiva se dá a partir de seu próprio corte antagônico, ou seja, o outro discurso que o nega, que ameaça a existência de todos os elementos que constituíram um determinado discurso. Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que os limites de um discurso articulado por um *significante vazio* servem também para a própria cadeia discursiva e para unir as diferenças (PINTO, 2006) por ela articuladas (condição de possibilidade), esses impedem sua expansão significativa e ameaçam sua existência (condição de impossibilidade).

Talvez o aspecto mais interessante a se ressaltar, no contexto de sua teoria sobre o discurso, seja a forma como se expressa a ideologia, numa tentativa de constituir ou representar a sociedade como um todo coerente, em termos retóricos, pelo uso de artifícios lingüísticos como o *sinédoque* e *catacrese*²³ (FERRARI, 2004). Isto ocorre na

22

¹ Um *significante vazio* é, ainda, um discurso capaz de impor-se num contexto social a ponto de representá-lo de forma hegemônica (MENDONÇA, 2009, p. 165).

23

¹ *Sinédoque* é uma figura de linguagem, como subespécie de metonímia ou transnomação, que consiste no emprego de um termo por outro; na parte por um todo; no todo por uma parte; na causa pelo efeito; na marca pelo produto; no autor pela obra; no contentor pelo conteúdo; no possuidor pelo

medida em que os efeitos particularizantes de tal apreensão ou representação mantenham em conflito certas relações entre o representante e o representado ou, então, entre a referência e o seu contexto.

1.3 A noção de ideologia como um sistema sócio-cognitivo

Valendo-se de premissas muito próximas é que *van Dijk* (2005, p. 10) concebe as ideologias como *sistemas sócio-cognitivos* que sustentam e instrumentalizam as ações dos grupos políticos, consistindo em crenças, opiniões e normas discursivamente organizadas acerca de temas socialmente relevantes²⁴. Com base nesse modelo conceitual é que se mostra possível apreendê-las como complexos mentais de organização de conhecimentos e valores num determinado âmbito de conhecimento.

Conceber as ideologias como um sistema cognitivo implica (*van DIJK*, 1980, p. 37) equipara-las a uma forma de representação mental, armazenada na memória de longo prazo, que tanto pode ser usada para interpretar acontecimentos²⁵ (visão de mundo) como para instrumentalizar certas (inter)ações pelos atores políticos²⁶. Desse

possuído; na matéria pelo objeto; no abstrato pelo concreto; no lugar pela coisa; na coisa pela sua representação; no inventor pelo invento; no gênero pela espécie e no indivíduo pelas classes. Já a *catacrese* consiste em dar à palavra uma significação que ela não possui, ao empregá-la fora do seu significado real. Seu uso contínuo faz com que não mais se perceba que está sendo usada no sentido figurado.

24

¹ Compreende-se, para isso, a noção de *crenças* como unidades de conhecimento não sedimentadas em princípios lógicos ou racionais; as *opiniões* como crenças constituídas de juízos de valor pessoal ou coletivo e as *normas* como opiniões gerais ou valores adotados por um mesmo grupo cultural. Finalmente, essas mesmas crenças, opiniões e normas podem assumir a forma de sistemas mais complexos chamados *atitudes*, quando organizadas em torno de um núcleo conceitual, geralmente representado por um tema socialmente relevante (*van DIJK*, 1980, p. 40).

25

¹ Em outras palavras, as ideologias interferem na maneira pela qual os indivíduos vêem e classificam o mundo à sua volta. A memória possui papel de destaque em sua reprodução, através da codificação, da retenção e da recuperação de ideias, seja quando o conhecimento prévio do indivíduo confronta um dado novo; seja quando não haja conhecimento prévio que possa atuar como mecanismo de comparação e avaliação.

26

¹ Como um meio de traduzir ideias em ações, por unificar pensamento e ação social, definindo quais são os meios e os fins a serem perseguidos politicamente. Contudo, diferentemente de outras aproximações tradicionais, essa noção de ideologia não supõe veracidade ou falsidade de determinados conteúdos, nem mesmo que seu uso ocorra exclusivamente por parte dos grupos dominantes (*van DIJK*, 1980). Isto porque não somente esses grupos fazem uso de ideologias que servem à legitimação de poder ou à produção de consenso entre os seus, já que também os grupos dominados e de oposição detêm ideologias que organizam suas representações sociais tendentes à mudança ou à resistência. Da mesma forma, as ideologias podem organizar atitudes e conhecimentos falsos a partir de um ponto de vista específico, ou de acordo com um sistema epistêmico de critérios do conhecimento, de modo que não sejam estes atributos necessários a todas as ideologias. Ainda que

modo, além de organizarem, monitorarem e controlarem atitudes, as ideologias podem instrumentalizar a atuação dos indivíduos mediante a conjugação de conhecimentos (coerentes entre si) que sirvam aos propósitos de um mesmo grupo social.

Como um sistema social, todavia, a consideração das ideologias implica afirmar que assumem a forma de representações sociais coletivas (*van DIJK*, 1980, pp. 37-38), pelo seu compartilhamento por membros de um grupo cuja conduta seja por elas orientada. A partir da posição socialmente ocupada é que os membros de um determinado grupo ou organização selecionam as normas e valores comuns que melhor instrumentalizam seus fins e interesses²⁷.

Com isso, as ideologias integram a mente de um indivíduo, sob o viés individual, da mesma forma que, sob o viés social, elas dispõem sobre as representações coletivas, dispostas nas mentes dos indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social, como algo que eles possuem em comum. Nesse sentido, somente faz sentido falar em ideologia quando se considera, ao mesmo tempo, a sua dimensão cognitiva e social.

Isto porque a apreensão e reprodução das ideologias ocorrem por meio de processos cognitivos socialmente localizados. Daí a noção de não serem meramente adquiridas e reproduzidas pelos indivíduos, mas socialmente aprendidas e coletivamente representadas por um grupo de pessoas, como é também o caso da linguagem²⁸.

Considerada a ideologia em suas feições cognitiva e social, por meio de uma teoria multidisciplinar, dá-se a interface entre essas duas dimensões nos chamados *modelos mentais*, que representam a base lógica de todo o discurso, oral e/ou escrito. Tais modelos não são apenas importantes para a representação das experiências pessoais, como também são a base da produção e da compreensão da ação e do discurso²⁹.

elas estejam frequentemente associadas aos conflitos sociais entre grupos, também este não é um critério necessário ou suficiente para o desenvolvimento e reprodução de ideologias sociais.

27

¹ Ainda que não se desconsiderem as cognições singulares, relacionadas com o conhecimento e a experiência pessoal, subjacentes aos discursos individuais (*van DIJK*, 2007). Isto porque estão interligadas também às atitudes individuais e às influências intelectuais mais particulares sobre os acontecimentos e os contextos de comunicação. Mas nem todos os membros de um grupo dispõem do mesmo grau de conhecimento acerca do sistema ideológico, na medida em que suas elites dispõem de um faro mais apurado que os outros membros do grupo.

28

¹ Os aspectos sociais das ideologias podem ser definidos tanto em nível macro quanto em nível micro da sociedade: naquele manifestam-se as ideologias nas relações entre os grupos de atores sociais, instituições, organizações e Estados como um todo; neste manifestam-se as ideologias nas práticas sociais da vida diária, isto é, na interação entre os atores políticos.

29

Afetados por opiniões baseadas numa determinada ideologia, ou num determinado conjunto de ideologias, pode dizer-se que os modelos mentais são ideologicamente influenciados, representando ou construindo os eventos da perspectiva de um ou de mais grupos ideológicos. São, portanto, representados (os modelos mentais) na memória episódica, como a mais importante interface entre as ideologias e os discursos.

Sendo os modelos mentais ideologicamente influenciados, pode-se também afirmar que as ideologias não somente podem controlar a fala e a escrita, mas também o modo de fazer/pensar. Isto explica o poder de influência das ideologias no processo de interação e coordenação sociais, com reflexo na coesão do grupo e nas atividades organizadas pelos membros desses grupos em torno de seus objetivos comuns.

Ressalva-se, porém, não ser tal influência ideológica dos modelos mentais algo automático ou determinista, na medida em que as pessoas não são totalmente dependentes de suas ideologias, podendo construir seus modelos mentais com base nos seus conhecimentos e nas suas experiências pessoais anteriores. Reconhece-se, dessa forma, também a variação individual dos modelos, quando se compreende cada ator político como membro de muitos grupos sociais, cada qual com suas ideologias próprias e, não raro, conflitantes³⁰.

Mas ainda que expressem informações subjetivas e pessoais, construídas com base nos episódios e experiências cotidianas, os modelos mentais são também afetados pela cognição social ou coletiva, demonstrando que os interlocutores do discurso são membros de um grupo que partilha formas de entendimento da realidade. Como uma das formas básicas dessa forma de cognição, a ideologia define a identidade de um grupo e os sentimentos subjetivos entre seus membros, espelhando as similaridades de suas práticas sociais.

Isto posto, resta saber como o processo de identificação social se manifesta no campo discursivo, sugerindo que atores de um mesmo grupo político estejam ligados a modelos mentais consideravelmente próximos. Se tais modelos são representações

¹ Isso significa que ideologias gerais podem ser traduzidas para experiências específicas que serão incorporadas nos modelos mentais. É que ao falar ou escrever, envolve-se a construção (ou atualização) de modelos mentais, de modo que as suas estruturas e conteúdos se mostrem permeáveis às noções ideológicas.

30

¹ Possuindo experiências únicas em sua trajetória pessoal, cada ator político pode identificar-se com diversos grupos ou formações sociais ao mesmo tempo em que, por sua vez, essas conduzirão a diferentes posições ideológicas.

sociais que dão significado ao discurso, é por meio de sua análise que se pode chegar às formas como as ideologias estão articuladas em termos discursivos.

A partir dessas premissas, as relações travadas entre ideologia e discurso mostram-se determinantes ao desenvolvimento desse estudo, porquanto a primeira, por ter um conteúdo material (e não ideal), manifesta-se propriamente no segundo. Na medida em que se compreende o funcionamento da ideologia em sua imbricação com o discursivo, objetivando compreender direcionamentos de sentido determinados por sua interface sócio-cognitiva, é que se desenvolvem possíveis inferências e correlações entre si, com intuito de introduzir a teoria que fundamenta o presente exercício analítico.

1.4 Da ideologia ao discurso: a materialização de práticas e representações sociais

Em ciências sociais, poucas são as áreas tão estreitamente relacionadas como as do estudo da política, da ideologia e do discurso (van DIJK, 2005, p. 15). A política é, por sua natureza, uma esfera social de práticas quase que exclusivamente discursivas, cuja cognição é ideologicamente fundamentada; já o discurso expressa, representa e codifica as situações e as estruturas sociais de múltiplas maneiras.

Se o campo político é naturalmente ideológico, então também o são as suas representações no plano do discurso. Dentro desse raciocínio, as ideologias compartilhadas entre os membros de um determinado grupo ou organização são propriedades relevantes na compreensão dos fatos e decisões políticas em qualquer contexto em que se insira o seu estudo (van DIJK, 2005, p. 34).

Como um importante instrumento de investigação, a análise discursiva implica considerar os mais diversos sentidos que as expressões linguísticas assumem social e cognitivamente diante dos diferentes contextos. Nessa perspectiva, os pronunciamentos legislativos podem ser compreendidos como discursos políticos dotados de sentidos constituídos a partir de condições determinadas pelo contexto *imediate, situacional e cultural*. São o resultado da representação construída pelo sujeito a partir da memória e de sua experiência de vida³¹.

31

¹ O discurso é constituído pelo sujeito sob condições ou influências de ordem *individual* ou coletiva, sendo engendrado pela sua experiência de vida e a partir da posição social que ocupa. Além da cognição e da memória, as condições de produção do discurso compreendem, em sentido restrito, o contexto imediato (condições de enunciação) e, em sentido amplo, o contexto situacional (sócio-histórico) e cultural (ideológico e intelectual). O *contexto sócio-cultural* está relacionado ao que a

Não existindo, pois, pensamento fora da linguagem³², pode afirmar-se que é a partir de sua visão de mundo e de seus objetivos pessoais que o sujeito constrói o seu discurso e, também assim, que é através de um determinado padrão de linguagem que o indivíduo expressa seus pensamentos. Uma vez que não existem ideias ou pensamentos desvinculados da linguagem, é pelo discurso que o indivíduo reage (linguisticamente) aos acontecimentos.

Como um complexo conjunto de atitudes e de representações coletivas que se relacionam a posições e interesses sociais em conflito, as formações ideológicas materializam-se no discurso, como elementos capazes de disputarem a hegemonia numa determinada formação social. Ainda assim, é possível questionar quais são as relações travadas entre as estruturas ideológicas e discursivas?

Na busca por tais indagações é que se recorre a uma explicação mais complexa das relações existentes entre discurso e sociedade, inserindo-se o presente estudo numa articulação teórica em que se contemplam as noções de ação e atores sociais, por sua dimensão sócio-cognitiva. Essa intersecção é proposta por van Dijk (2005), em vista do necessário conhecimento a ser considerado acerca das condições, consequências, planos e objetivos de ação social - como propriedades do pensamento e das representações intelectuais no cenário político.

A definição das práticas discursivas requer, nesse sentido, o (re)conhecimento pelos atores das representações que lhes são próprias e, também assim, das de seus opositores. Construídas a partir das categorias definidoras de um grupo (como identidade, filiação, atividades, metas, normas e valores), as ideologias equivalem às representações que o indivíduo faz de si mesmo, diante de um contexto e circunstância, bem como acerca das relações que estabelece com outros grupos na estrutura social³³.

autora chama de *interdiscurso* - vozes que são emergentes no texto pela experiência e pelo não-dito, construído pelo esquecimento enunciativo ou ideológico, constituintes dos sujeitos e dos sentidos construídos pelos sujeitos. Entre o contexto *situacional* e o *cultural*, há ainda o contexto *mediato* que é a conjuntura em que o fato acontece no momento da prática linguístico-discursiva.

32

¹ Aprende-se a pensar ao mesmo tempo em que se aprende a se expressar nas diferentes linguagens. Não se pode separar um processo do outro. A linguagem não é, pois, um instrumento do pensamento, mas a matéria do próprio pensar. É pela palavra que se é capaz de se situar no tempo, lembrando o que ocorreu no passado e antecipando o futuro pelo pensamento. (ARANHA e MARTINS, 1993, p. 35). Não há, assim, pensamento fora da linguagem, nem linguagem fora do pensamento. E é desse modo que se pode definir um discurso como a expressão encadeada do pensamento, sob a forma de palavras.

33

Por essa razão é que (não raro) as ideologias possuem uma estrutura discursiva polarizada, como reflexo das dissidências entre grupos que competem entre si, valendo-se de auto-referências internas e externas (van DIJK, 1980). Tais estruturas transparecem na forma de atitudes políticas mais

Essas noções preliminares acerca da natureza das ideologias sugerem o modo como afetam a elaboração/compreensão do discurso, influenciando no processo de interação comunicativa (verbal ou escrita) em determinados contextos sociais. Exercendo os sistemas cognitivos uma particular influência nesse processo, seja no controle dos interesses e das representações sociais, seja no armazenamento e na recuperação da memória, pode questionar-se, por fim: Qual é a função maior das ideologias no plano social?

Ao que tudo indica, a função social das ideologias é permitir que os membros de determinado grupo se (re)conheçam e protejam os seus interesses comuns, além de coordenarem as suas ações sociais e objetivos (van DIJK, 1996, p. 27). Ademais, a ideologia é considerada fundamental por enquadrar o discurso do indivíduo em um conjunto de crenças, opiniões e normas, isto é, um sistema de atitudes, cujo valor de verdade dependerá da posição de sua enunciação, bem como do contexto histórico e social relacionado.

Se o discurso expressa, representa e codifica as situações e as estruturas sociais, é também possível afirmar, a partir da relação entre sociedade e discurso, que a interação social pressupõe o compartilhar de conhecimentos, atitudes e metas, entre os elementos que se expressam, em grande medida, em meio ao discurso. Para esse propósito, colocam-se em jogo as informações acerca do ambiente sócio-cognitivo em que se inserem os atores políticos, tanto na execução das ações como na compreensão de suas estratégias discursivas (van DIJK, 1996, p. 18). Compreende-se, para isso, que as relações entre sociedade e discurso são necessariamente indiretas, estando mediadas por representações mentais compartilhadas por atores de um mesmo grupo ou organizações sociais e político-partidárias.

Esse esquema considera as interfaces entre cognição social e pessoal, sugerindo que não só a articulação entre discurso e ideologia é indireta e mediada pela cognição (van DIJK, 1997), mas também a existente entre a ideologia e a própria gestão intelectual do discurso³⁴.

específicas das correntes partidárias que, associadas a diferentes variáveis, acabam por influenciar o conteúdo do discurso partidário, com menor ou maior sucesso.

34

Nenhuma descrição das estruturas sociais, por um lado, nem mesmo das estruturas discursivas, por outro, é completa se não forem considerados os inúmeros elementos mentais contidos no plano cognitivo: crenças, opiniões e normas, dentre muitos outros aspectos que influenciam o plano discursivo (van DIJK, 1993). A escolha deste esquema explicativo não é arbitrária, porque a cognição é de fato concebida como mediadora entre a sociedade e o discurso.

Acredita-se que de nenhuma outra maneira discurso e sociedade possam ser relacionados, empírica ou teoricamente, sem a consideração das ideologias e representações mentais. Qualquer abordagem que ignore essa interface (cognitiva) está condenada a especular vagamente sobre como as estruturas sociais afetam ou são afetadas pelo discurso; sobre quais são as funções culturais e sociais do discurso e sobre como os participantes são capazes de atuar como membros de um mesmo grupo (van DIJK, 1997, p. 68).

O discurso é, portanto, definido por van Dijk (1997, pp. 68-69) como uma forma de uso linguístico e, de uma forma mais geral, como um tipo de interação social, condicionada pela cognição e socialmente contextualizada pelos participantes, tomados como membros em situações sociais. Essas sucintas definições sugerem múltiplas relações com a cognição e a sociedade, de modo que se possa afirmar que os atores políticos consignem ao discurso significados contentores desses mesmos universos.

Como manifestação linguística que enseja práticas sociais, o discurso deve ser avaliado pela maneira como é compreendido - papel esse cumprido pelo estudo da cognição, que é o aspecto mental envolvido na interação entre os membros de um grupo e que redundará no compartilhamento de crenças e opiniões gerais.

O discurso, seja oral ou escrito, define-se como um evento comunicativo de um tipo especial, estreitamente relacionado com outras atividades comunicativas não verbais (tais como gestos ou o tratamento da imagem) e outras práticas semióticas de significado, de significação e com os usos sociais de códigos simbólicos, como os da comunicação visual (por exemplo, os gráficos, a fotografia e o cinema). Estas sucintas definições de discurso já sugerem múltiplas relações com a cognição e com a sociedade. Assim, hoje é comumente aceito que mais do que dizer que o discurso ‘tem’ significados, se deve afirmar que os usuários das línguas lhe “atribuem” significados. Estas atribuições, tradicionalmente chamadas “interpretações”, são de natureza tanto cognitiva quanto social. (van DIJK, 1997, p.68, *tradução nossa*).

Pretendendo aliar o lingüístico ao sócio-cognitivo, três conceitos são fundamentais para o desenvolvimento desse quadro teórico-metodológico: discurso, sociedade e cognição³⁵. Como preceitos essenciais para o adequado estudo do discurso

35

¹ Nesse sentido, o discurso é definido como um evento comunicativo *sui generis*, estritamente relacionado com outras atividades comunicativas não verbais (gestos, feições e imagem); com semióticas de significado e de significação; e com o uso social de códigos simbólicos, tais como os de comunicação social (gráficos, fotografia, cinema, etc.). A cognição é representada tanto em sua dimensão social como individual; tanto no pensamento como na emoção; tanto nas representações da memória como nos processos mentais. A sociedade é aqui compreendida tanto em micro-nível das

e, conseguintemente, para a sua análise investigativa, procura-se enfatizar algumas das interações que estabelecem esses termos entre si.

Frise-se, desde já, que os sentidos não existem em si, mas são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-cognitivo em que os significados são (re)produzidos. É, pois, Conforme van Dijk (1980, p. 42), a tarefa da teoria da ideologia é formular este nível mais amplo de proposições (de uma época particular, período, cultura ou grupo), enquanto cabe à sua análise especificar quais atitudes (e, portanto, quais crenças, opiniões e normas) estão influenciadas por estas proposições mais gerais.

1.5 Discurso, sociedade e cognição na base da teoria e da análise ideológica do discurso:

Uma teoria cognitiva não deve ignorar as muitas maneiras em que as representações mentais exercem influência na organização do discurso e da interação social. Da mesma forma, uma teoria social somente pode ser considerada adequada se levar em conta a natureza cognitiva e discursiva da sociedade.

Todas as representações sociais são formadas no discurso e pelo discurso, através do uso da fala e da linguagem escrita (van DIJK, 1997). Nesta perspectiva, uma teoria do discurso deve explicitar onde e como as estruturas discursivas são condicionadas pelas estruturas sociais; as limitações cognitivas que lhes são impostas e, inversamente, como afetam a mente, a ação social e a sociedade.

A base cognitiva do discurso implica o processamento das estruturas da superfície discursiva (sons, grafias, formas sintáticas, palavras) na memória de curto prazo e a construção estratégica das representações semânticas em funcionamento, armazenadas na memória episódica³⁶, tanto para a compreensão como para a produção do discurso (van DIJK, 1997, p. 69). Todavia, ainda que a análise cognitiva forneça muitas respostas a questionamentos sobre um determinado discurso, o que se evidencia é uma explicação virtual, isto é, uma abstração do que acontece no mundo real.

situações e interações sociais como no macro-nível dos grupos, das relações grupais, das instituições, dos sistemas abstratos e da ordem social, política e cultural.

36

¹ Em outras palavras, a memória episódica é única e pessoal. Não só apresenta modelos mentais de eventos específicos, mas também modelos generalizados de tipos de eventos pessoais, juntamente com outras representações esquemáticas que incluem conhecimentos e opiniões sobre as pessoas que o indivíduo conhece.

Desse modo, necessita-se também de um componente que dê concretude à análise discursiva, como um evento comunicativo particular, de modo que todo e qualquer discurso que tenha lugar entre duas mentes que se comunicam e analisam uma informação seja o resultado de um processo de interação social. Segundo van Dijk (1997, PP. 69-70), além das interpretações subjetivas e das variações pessoais na execução daquelas estruturas que compõem a superfície discursiva, requer-se usuários linguísticos reais, na qualidade de membros de grupos políticos ou de culturas concretas que devem compartilhar conhecimentos das regras discursivas (ainda que somente gramaticais) e das normas que comandam o mundo sócio-cultural e político.

Daí a dimensão social do discurso ser constituída pelas ações dos usuários da língua envolvida no discurso, seja em seus atos de fala, seja em outras formas de interação social produzidas em situações sociais distintas. No entanto, também essa interação social é inconcebível sem uma explicação cognitiva dos processos que nos permitem dar sentido às coisas; aos modelos de eventos e ações; às crenças, normas e atitudes.

Para Van Dijk (1993), os modelos mentais representam construções prévias de algumas das características dos eventos: são únicos e pessoais, pois contêm o conhecimento e as opiniões particulares sobre uma situação ou evento com seus próprios parâmetros de tempo e lugar; ações e eventos; ideias e participantes. Eles representam a forma como as pessoas constroem, subjetivamente, os acontecimentos do mundo a partir de suas experiências pessoais.

Os modelos executam uma série de tarefas vitais na compreensão do discurso. Quando “imaginamos” aquilo ao que o discurso se refere, os modelos nos proporcionam a base do conhecimento referencial que precisamos para explicar os fenômenos de correferência e coerência acima mencionados. Cognitivamente, então, a referência no discurso está relacionada a um modelo de uma situação. Se os fatos se encontram relacionados no modelo, então são coerentes as sequências das frases que denotam esses fatos. Isto mesmo é válido para a correferência e para as relações entre os indivíduos que participam nos fatos de um modelo (van DIJK, 1993, p.43).

(Tradução nossa)

Os modelos de acontecimentos oferecem uma espécie de esquematização geral e abstrata que se utiliza na interpretação de inumerável quantidade de fatos e situações pelos quais o indivíduo passa durante sua rotina diária (van DIJK, 1993). Assim, é razoável supor que tais esquemas possuam categorias como cenário (espaço e tempo); participantes da ação (indivíduos e coisas) e atos ilocucionários relevantes, além do próprio acontecimento em si.

Em outras palavras, o enunciatário toma decisões interpretativas orientadas, dotadas de eficácia e efetividade, buscando ganhar tempo de processamento e liberação de memória para processar mais dados que o ajudem a ter um modelo contextual mais abrangente. O estudo desses modelos e suas capacidades de influenciar a visão de mundo do enunciatário mostra-se, assim, importante para compreender de que maneira as ideologias podem ser difundidas (via discurso) de maneira eficiente³⁷.

Os modelos não só derivam das experiências pessoais, mas também podem ser subjetivos. Quer dizer, permitem aos usuários da linguagem, individualmente, uma interpretação específica de um discurso. Pode haver diferenças nas interpretações locais das palavras e das frases ou das conexões locais das frases e, sobre tudo, na organização temática de um discurso. O que para um leitor é importante em um discurso, pode não ser para outro e isso dará lugar a uma diferente disposição macroestrutural do modelo. Similarmente, as opiniões pessoais, baseadas em atitudes mais gerais, normas, valores ou ideologias armazenadas na memória social. (van DIJK, 1993, p.43, *tradução nossa*).

Dessa forma, tudo o que se relaciona ao textual, à interação verbal e ao uso de todo tipo de linguagem num ato comunicativo é tratado como *discurso*; já as características mentais das ideologias, como as ideias e crenças, bem como as suas relações com opiniões que formam o conhecimento social de que elas advêm, são denominadas de *cognição*. Por fim, aspectos sócio-históricos, culturais e políticos das ideologias, assim como seu papel reprodutor de dominação ou dissidência desse domínio são abrangidos pela noção de *sociedade*.

Na realidade, a identidade social de um indivíduo; o sentimento de pertencimento a um grupo e as relações que estabelece com seus pares, associado às interpretações que (re)produz sobre o mundo, são representações mentais desde a sua origem (van DIJK, 1980). Uma explicação mais profunda sobre essas situações sociais, sobre o processo de interação social ou sobre os próprios atores envolvidos enseja uma explicação cognitiva detalhada desses mesmos aspectos sociais de interação, como as crenças, as normas, os valores e as ideologias³⁸.

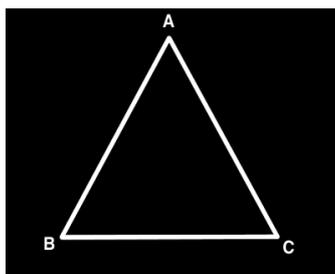
37

¹ Como uma estratégia argumentativa importante no sentido de manipular saberes e crenças, com o intuito de adquirir, para si ou para o grupo social do qual se faz parte, um poder que propicie às ideologias desse mesmo grupo serem disseminadas de maneira ainda mais vigorosa e contínua, criando atitudes e práticas sociais que acabem por originar relações assimétricas entre grupos distintos dentro de uma mesma sociedade.

38

Em raciocínio inverso, pode afirmar-se que por essa contínua interdependência entre a mente e a ação é que as estruturas sociais dão forma ao imaginário em muitos sentidos. Daí as relações de grupo, as estruturas sociais e os interesses coletivos influenciarem os conteúdos e as estruturas das ideologias, atitudes e conhecimentos básicos dos grupos sondáveis³⁹.

Ao se retomar os elementos básicos dessa teoria, é possível representá-los graficamente na forma de um triângulo ou pirâmide, de forma que sua base seja formada pelo (b) discurso e pela (c) sociedade, obviamente vinculados entre si pela forma interativa que o primeiro assume frente às circunstâncias sócio-ambientais. Noutras palavras, a base estende-se desde as microestruturas da fala e do texto (tomados como inter-relações sociais) até a contextualização social das funções do uso lingüístico – incluindo contextos de fala e participantes no discurso, como os atores políticos e as posições que ocupam nas estruturas sociais.



De um lado, o triângulo deve ser observado (em sua base) por suas raízes na estrutura social, que adquirem maior transparência empírica graças às suas manifestações discursivas. Por outro lado, o vértice superior é ocupado pela (a) cognição que supervisa, regula e atua como mediadora entre a sociedade e o discurso, na forma de elaborações abstratas de pensamento e matizes ideológicos que dão sentido e orientação ao discurso político.

¹ A partir do momento em que se identifica com um grupo específico, o sujeito passa a refletir em seus discursos os pontos de vista gerais compartilhados por seus demais integrantes. Passo sucessivo, o ponto final do caminho que se inicia na primeira experiência sensorial do enunciatário encerra-se numa ação social propriamente dita, em que se (re)produzem as ideologias.

39

¹ Com efeito, é possível que as ideologias sejam estruturadas mediante os mesmos parâmetros que as identidades sociais conferem aos indivíduos, incluindo a noção de pertencimento ao grupo por afinidade de atitudes, valores, posição social e acesso a recursos específicos.

Em outras palavras, a cognição parece necessitar uma dimensão (episódica) mais pessoal e uma dimensão social, compartilhada com os outros, que consiste em esquemas de conhecimento, atitudes sociais, ideologias, normas, valores e outras crenças sociais representadas na 'memória social'. É aí onde a cognição proporciona a necessária 'interface' entre a sociedade e a estrutura social, por uma parte, e o uso lingüístico, por outra. (van DIJK, 1997, p.69, *tradução nossa*).

Se a relação entre cognição e sociedade pressupõe a existência do discurso; a relação entre discurso e cognição pressupõe a da sociedade; ao posto que a relação entre discurso e sociedade pressupõe a existência da cognição. Com isso, cada um dos vértices do triângulo demonstra ser condição conceitual e empírica para os outros dois (van DIJK, 1997, pp. 67-68), além de fundamento para a definição da humanidade em seus planos social, cognitivo e discursivo.

1.6 Das estruturas ideológicas às estruturas discursivas: a análise do discurso

Superados esses precedentes teóricos, o questionamento sucedâneo é o de como são expressas e reproduzidas as ideologias e demais processos mentais nas estruturas discursivas, já que não é explícita a forma como o sistema ideológico afeta (ou é afetado) pelo discurso político. Essa questão conduz à preliminar de que só interessam à análise investigativa as estruturas que podem ser contextualmente variáveis (van DIJK, 1996).

Como pessoas de ideologias diferentes não possuem gramáticas diferentes, ainda que delas possam fazer uso diferenciado, tem-se que o elemento gramatical apenas define as comunidades - e não os grupos ideológicos envolvidos. No entanto, os discursos ideológicos são dotados de estruturas que lhes são próprias, podendo ser aplicados a todos os níveis de ação, significado e forma (van DIJK, 2005, pp. 20-21).

A respeito da estrutura e organização do fenômeno ideológico, como um conjunto de valores significativos, pode-se dizer que representa a eleição de valores sócio-culturais tidos como os mais importantes para um determinado grupo (van DIJK, 2006, p. 19). Assim como outras representações sociais, as ideologias são organizadas dentro de um esquema padrão que consiste num número limitado de interpretações auto-seletivas dos membros de determinado grupo ou organização.

Vale lembrar, nesse viés argumentativo, que todo o discurso político constitui-se num instrumento de persuasão em torno de um tema público que é usualmente

controvertido (FERRAZ, 2010). Enquadrando-se na esfera da chamada comunicação interessada, o discurso visa a induzir os ouvintes/eleitores a adotar uma determinada atitude, adesão ou postura que interessa direta ou indiretamente ao comunicante.

Quando se examina o conteúdo desses discursos, observa-se que geralmente funcionam como instrumentos de legitimação, compensação ou mesmo defesa de determinados interesses (políticos, econômicos, etc.), em meio à (sobre)determinação de significados que conduz a uma natural reação de defesa pelo eleitor, sob a forma de desconfiança e ceticismo. Reagindo a essa resistência, em um jogo estratégico tendente à conversão do interesse pessoal em uma causa nobre, altruísta e de interesse geral, é que se revela a capacidade argumentativa do orador (FERRAZ, 2010). Desmobiliza a reação de defesa do eleitor/ouvinte para então persuadi-lo, ganhando o seu voto, confiança ou adesão a determinada causa ou postura política.

Sendo as ideologias sumamente abstratas, porque devem ser funcionais em muitos campos e situações sociais, elas podem especificar-se no discurso concreto com relação a assuntos sociais particulares, tais como a questão da intervenção do Estado na economia; das políticas públicas, da ordem e da mudança social. Em suma, a fala e a linguagem escrita têm uma ampla gama de possibilidades para o acento e relance de informações, associada à definição da própria agenda/pauta discursiva, de modo que as opiniões possam ser ideologicamente utilizadas como ferramentas persuasivas.

Ao assumir que os discursos expressam as ideologias de seus produtores/intérpretes, a análise de discurso predispõe-se à investigação dos conteúdos pela sua tendência à fixação de significados específicos⁴⁰. Nesse contexto, compreende-se que a hegemonia ou luta pelo poder constitui-se de disputas para a fixação de sentidos, pela inter-relação de atitudes e valores que organizam e dão significado ao mundo social (MENDONÇA, 2009)⁴¹.

40

¹ A teoria sociológica de Pierre Bourdieu (2004) parece ser oportuna para a compreensão do funcionamento macroestrutural da sociedade e, particularmente, dos processos de dominação social. Sua concepção de poder coloca em evidência a importância que tem a própria ideologia no estabelecimento e na manutenção da dominação. A disputa pela hegemonia acaba por revelar relações de dominação baseadas na naturalização das práticas e das relações sociais. Contudo, o que é senso comum hoje poderá não passar de crença ideológica de alguns poucos grupos amanhã.

41

¹ Além de caracterizar uma relação de ordem, essa noção hegemônica do discurso também pode servir como peça fundamental para a análise de períodos históricos em que as próprias noções de ordem política, institucional ou democrática não estiveram claramente dadas ou hegemônicas pelos sujeitos políticos em disputa (MENDONÇA, 2009, p. 158).

Em meio à competição pela determinação do real é que se identificam as chamadas cadeias de equivalência entre significantes, como mecanismo primeiro da *práxis* ideológica⁴². No caso de práticas discursivas estabelecidas sob essa égide, os discursos autônomos são contingencialmente agregados a partir de um determinado elemento de coesão (*ponto nodal*), tendendo a abstrair suas disparidades e diferenças (MENDONÇA, 2003, p. 142).

Constitui-se, dessa forma, um determinado discurso comum, como um produto de articulações concretas que unem palavras e ações, objetivando disputar espaço numa determinada conjuntura social. É possível notar, a partir desses princípios, o quão ausente pode resultar a ordem num determinado momento político, ou mesmo quanto os sujeitos políticos investigados possam desrespeitar os frágeis liames institucionais de determinados regimes políticos por eles (des)acreditados, mediante a construção de cadeias de equivalência entre significantes, como um típico mecanismo da prática ideológica (MENDONÇA, 2009, pp. 15-159)⁴³.

Se considerarmos, no entanto, que as ideologias são o fundamento de juízos sociais e que as proposições ideologicamente controladas são frequentemente resultado de juízos de valor, a análise de tais opiniões deve indicar quais determinantes ideológicos estão em jogo. Um estudo mais analítico do discurso, nesse sentido, exige uma formulação clara sobre os postulados em que se sustentam tais ideologias, buscando especificar quais expressões ou significados do discurso dão lugar a que classe de inferências e processos mentais.

Van Dijk (2004) aponta que as Ciências Sociais possuem um crescente interesse no estudo do uso da linguagem, substituindo a abordagem gramatical pelo estudo analítico do discurso. Considera-se, para isso, o conhecimento que as pessoas

42

¹ Com efeito, para Laclau (1987), as duas principais operações pelas quais age a hegemonia são definidas como as lógicas da equivalência e da diferença, compreendida a primeira como a simplificação do espaço político, ao passo que a segunda é tida como a da sua expansão e complexificação. No empreendimento de representar discursos ou identidades até então dispersos, a partir de um discurso centralizador (*ponto nodal*), o processo hegemônico consegue fixar determinado sentido e, a partir deste, articular elementos que não estavam previamente conjugados entre si.

43

¹ Rejeitam-se, por esse motivo, os modelos da sociedade como totalidades que determinam todo o tipo de arranjo estrutural para que, em sua contraposição, se considere o caráter aberto e incompleto do social, como uma precondição de toda prática hegemônica, já que nenhuma lógica consegue dar conta da totalidade do social, sob pena de se produzir uma sutura que autoeliminará o próprio conceito de hegemonia (LACLAU, 1987). Se os sentidos sociais estão permeados pelas inconstâncias que carregam as noções de contingência e de precariedade, não se poderia conceber uma concepção universalizante ou teleológica da realidade ou da história, presente em discursos ou meta-narrativas de predição social.

expressam através de seus discursos, que é compartilhado socialmente entre seus pares e que não pode ser isolado linguisticamente, sem ignorar “como” o expressam, isto é, sob quais variáveis (ferramentas) discursivas intervêm.

Na presente investigação, a seleção de unidades léxicas segue uma pauta estratégica básica, que está apoiada na forma positiva ou negativa com que se descreve (van DIJK, 1980a, p. 172), representa ao associa, respectivamente, as ações e os membros do grupo *ao qual se pertence (ingroup)* e ao qual se opõe (*outgroup*). Essa característica delimita-se claramente nas estruturas do discurso não somente pelos adjetivos e substantivos usados para a auto-representação ou atribuição de valores ao grupo rival, mas também nas analogias e associações semânticas vinculadas a ambos os grupos com referência a ações, objetos, lugares e acontecimentos históricos⁴⁴.

Trata-se, aqui, do chamado *quadrado ideológico* (van Dijk, 1997, p. 31), que recebe esse nome porque, para levar essa estratégia a efeito, o enunciador constrói seu argumento cuja base se assenta em quatro diretrizes: a) as propriedades e/ou ações positivas do endogrupo são enfatizadas; b) as propriedades e/ou ações positivas do exogrupo são abrandadas; c) as propriedades negativas e/ou ações negativas do endogrupo são abrandadas; e d) as propriedade negativas e/ou ações negativas do exogrupo são enfatizadas.

Essa estratégia constitui uma das etapas propostas por van Dijk para se analisar um discurso político, integrando um enquadramento metodológico mais amplo que o autor denomina de *análise ideológica do discurso* (van DIJK, 1996). Dita análise evidencia-se como uma opção significativa quanto a resultados, já que muito além de se preocupar com o caráter sintático ou semântico do discurso, envolve-se com a conjuntura sócio-histórica e as relações de poder que regulam a estratégia argumentativa empregada pelo enunciador.

Em tal processo de representação⁴⁵ positivo de si próprio e, ao mesmo tempo, negativo do outro, é frequentemente identificado a presença de figuras de linguagem

44

¹ Com isso, os grupos podem ser definidos e associados a ideias, valores ou a eventos específicos, seja em defesa da iniciativa privada, do mercado e das liberdades individuais, em meio a um passado glorioso, heróico e revolucionário; seja em ataque ao socialismo, ao populismo, às reformas políticas e à intervenção do Estado na economia, em nome da democracia e da segurança nacional.

45

¹ Estratégica consideravelmente explorada na análise cognitiva inter-grupos junto à Psicologia Social, sendo também utilizada para a identificação de estruturas e estratégias discursivas ideologicamente relevantes de acordo com o tema, contexto, atos de fala e metas comunicativas dos grupos políticos envolvidos.

que são típicas à produção discursiva, como ferramentas capazes de dar ênfase ou menor tonicidade a fatos, valores, eventos ou ações, tais como a negação (*disclaimers*), a sinédoque e a topicalização (van DIJK, 1996, p. 25). De qualquer sorte, as ideologias subjacentes ao discurso podem afetar a semântica de muitas outras formas, tanto em nível micro (lexicalização, significado local e coesão das sentenças) como em nível macro (temas e sentido em geral).

Tanto o estudo das relações travadas entre as estruturas sociais e discursivas, como a análise do papel do discurso na produção e disseminação de ideologias deve ser realizado no micro plano do discurso e das práticas sociais (van DIJK, 2003b, p.148), por meio de propriedades do discurso que sejam relevantes para o estudo de determinados temas ou questões políticas. De qualquer forma, é preciso optar por uma análise mais pormenorizada daquelas estruturas que sejam relevantes para o estudo de uma questão política em concreto.

Entre as propriedades discursivas que são relevantes para o estudo do fenômeno social e ideológico, a *seleção lexical* parece ser a que se associa mais às crenças, atitudes e ideologias dos interlocutores, contribuindo à identificação das representações sociais que os membros da sociedade têm das estruturas sociais. Os significados das unidades lexicais selecionadas estão submetidos aos temas do discurso, ou melhor, aos assuntos de que trata determinado discurso e que constituem uma macroestrutura semântica, como resultado das escolhas que os enunciadores realizam, a partir de seus modelos mentais.

Valendo-se dessas operacionalizações semânticas e lexicais como estratégias discursivas, pode afirmar-se que as estruturas ideológicas de um discurso possuem relação direta com determinados padrões ou modelos mentais ou de pensamento (van DIJK, 2005, p. 19), na medida em que a informação acentuada ou amenizada tende a ser colocada numa posição proeminente, facilitando a sua apreensão cognitiva e o seu enquadramento na memória. Por colocarem em jogo determinadas ideias e preferências que disputam por espaço e influência, dentro de um determinado quadro ou modelo mental, é que as ideologias possuem reflexo sobre a formação, mudança e manutenção do próprio *status quo*.

A análise do discurso, nesses termos cognitivos, implica consideração da conjuntura dos fatos em que se inserem certas referências em determinado documento, sem ignorar as normas, valores e modelos de pensamento a que se vinculam os atores em situação de conflito. O caráter conflitivo, no entanto, é o que permite explorar os

significados que determinadas categorias políticas assumem num determinado discurso (van DIJK, 1996, p. 20), como as descrições auto-identitárias de grupo, mobilizando-se para promover ou resistir à mudança social.

Ignora-se, por esse mesmo motivo, a noção tradicional de que a linguagem expressa apenas o mundo das idéias, tal como um instrumento do pensamento ou representação. Compreende-se, isto sim, como uma ação *para fazer coisas*, já que os sentidos da fala não se encontram nos signos lingüísticos, mas sim na própria interação (van DIJK, 1997).

A linguagem, o discurso e o conhecimento são essencialmente sociais, de modo que ao construir (descrever) realidades, o falante/escritor afeta o ouvinte/leitor, seja legitimando ou desafiando a realidade – aqui considerada naquilo que as pessoas constroem como sendo o real. Por expressar o discurso uma prática social, sua análise tende à investigação daquilo que se entende por um conjunto de enunciados produzidos em *contextos sociais* a partir das posições de enunciação que os atores ocupam.

Possuindo vínculos diretos com a cognição, a análise de discurso considera o modo com que os conjuntos de enunciados são construídos; como as funções de linguagem são operadas e como as contradições ideológicas afloram discursivamente. Adotar esses princípios implica considerar as condições de produção como peça chave para a compreensão do discurso que se desenrola, enfatizando as relações de controle que caracterizam o contexto social e que dão o significado ao discurso num dado momento histórico (van DIJK, 1996, p. 18).

Com enfoque nas categorias ideológicas do discurso, diretamente relacionadas à identidade, ações, características, objetivos, normas, valores, interações e recursos, analisa-se o discurso dos atores em sua inter-relação com o conjunto de constrangimentos e incentivos do ambiente social em que se inserem, como variáveis que o circunscrevem. Associam-se, assim, à análise semântica e sintática dos elementos do texto, os elementos de conjuntura social em que o discurso é enunciado.

O discurso é, pois, o lugar social de inscrição da enunciação do sujeito, que tem materialidade histórica e ideológica. Mostra-se, por esse mesmo motivo, imprescindível levar em consideração de onde o sujeito do discurso enuncia, qual a sua função no ato da enunciação e em que condições este discurso é produzido.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

Com o desenvolvimento das seções anteriores, pode compreender-se que a ideologia possui um papel decisivo quanto ao enquadramento do discurso num determinado conjunto de crenças, cujo valor de verdade dependerá da posição de enunciação do indivíduo, bem como do contexto histórico relacionado. Pressupõe-se, assim, que o discurso não pode ser analisado desvinculadamente de suas condições de produção, uma vez que seu processo constitutivo é histórico, social e cognitivo.

Tendo uma historicidade a ser considerada, aliado à interação sócio-cognitiva entre os seus usuários, admite-se que um determinado grupo político possa sofrer variações semânticas e lexicais em seu padrão discursivo, por ser um organismo vivo que sofre influências constantes do meio. Não se depreende o sentido, pois, da materialidade discursiva, mas sim de uma série de relações estabelecidas entre o enunciado, seu enunciador e o amplo contexto que envolve a enunciação.

Sabe-se, também assim, que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Sendo regulado socialmente, uma mesma expressão, ideia ou visão poderá adquirir diferentes sentidos, segundo a circunstância que envolva o enunciador.

Desse modo, conhecer a posição ideológica do grupo social ao qual ele pertence, associado às condições históricas em que se produz o seu discurso político, expressa os fundamentos mínimos para uma análise das crenças e polarizações ideológicas envolvidas. Desvelam-se assim as disputas de sentido e as estratégias linguísticas utilizadas para a pretensa conquista hegemônica.

A partir dessas noções teóricas preliminares, depreende-se que a ação política (aí incluída a noção de discurso) de um determinado grupo social está relacionada com os entendimentos que esse possui do mundo em que se insere, expressando interesses e valores forjados pela sua alocação na estrutura da sociedade. Nesse sentido, ao analisar as relações que permeiam a representação partidária de um determinado segmento social no parlamento gaúcho, considera-se o arranjo e a conjuntura política no período delimitado pela pesquisa, seja em âmbito nacional, seja em âmbito regional.

Protagonistas das disputas e confrontos que se encontram em órbita no universo político, os partidos agregam em torno de si indivíduos ou grupos relativamente sintonizados a um mesmo programa ou objetivo maior, com perspectivas semelhantes

de opinião e ação social (FERREIRA NETO, 1989). Como canais das mais diferentes posições defendidas pelos membros da sociedade, esses partidos disputam (inclusive internamente) o predomínio de concepções com as do restante corpo político.

Explorando as possíveis raízes das organizações partidárias, em sua acepção moderna, Duverger (1987) associa as a) de *origem parlamentar* àqueles partidos surgidos após à constituição dos parlamentos, cujos membros passaram a se reunir em grupos que representavam a mesma localidade geográfica ou, ainda, que comungavam de idéias ou interesses semelhantes; b) as de origem *eleitoral* àqueles partidos emergentes após a instituição do sufrágio universal, pela difusão de comitês criados com intuito de orientar os novos eleitores a respeito das propostas políticas que defendiam e c) as de *origem externa* àqueles partidos concebidos a partir de instituições preexistentes, interessados em atuar junto ao governo para garantir seus próprios interesses.

Não nascendo *prontos* nem *uniformes*, os partidos ganham suas feições ao longo de sua formação e desenvolvimento nos diferentes países em que foi adentrou. Duverger (1987) relaciona o desenvolvimento dos partidos à recente ampliação da democracia, com a extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares.

Em 1850, nenhum país do mundo (a não ser os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido atual do termo: encontravam-se tendências de opiniões, clubes populares, associações de pensamento, grupos parlamentares, mas nenhum partido propriamente dito. Em 1950, estes funcionavam na maior parte das nações civilizadas; os outros se esforçavam por imitá-las (DUVERGER, 1987, p. 19).

Em sua fase inicial, os partidos políticos eram liderados por influentes aristocratas ou burgueses da alta sociedade, que apresentavam os candidatos aos cargos eletivos e financiavam as suas respectivas campanhas. Sucessivamente, as contingências políticas forjaram novas acepções acerca do princípio da igualdade, fazendo com que as organizações partidárias assumissem formas variáveis no espaço e no tempo, anunciadas pelas mais diferentes circunstâncias históricas:

Quanto mais as assembleias políticas vêm desenvolver-se suas funções e sua independência, tanto mais os seus membros se ressentem da necessidade de se agruparem por afinidades a fim de agirem de comum acordo; quanto mais o direito de voto se estende e se multiplica, tanto mais se torna necessário enquadrar os eleitores por comitês capazes de tornar conhecidos os

candidatos e de canalizar os sufrágios em sua direção (DUVERGER, 1987, p. 20).

De qualquer modo, o cenário político no século XIX até meados do século XX ficou em grande parte restrito à participação das elites econômicas e sociais, até que se inserisse o fenômeno das *massas* no processo eleitoral. Daí a classificação proposta de Duverger (1987), dando ensejo à distinção entre os partidos de *quadros* e os de *massa*, não primar não pelo número de membros, mas pela sua estrutura organizacional⁴⁶.

Nesse contexto, todo o discurso político parece exprimir, direta ou indiretamente, a disputa de visões sobre a realidade, numa dada circunstância histórica, em vista de comando ou de influência no poder que se exerce sobre a sociedade através das estruturas de Estado. Constitui-se, pois, a luta político-partidária, em um instrumento e em uma forma de organização do poder, objetivando (re)afirmar ou renegar o *establishment*, examinado a partir de um contexto histórico pré-definido.

A consideração das peculiaridades históricas ligadas à formação social dos grupos que disputam o poder, por esse mesmo motivo, mostra-se valiosa ao refletir a natureza do processo político, além de sugerir algumas características do pensamento existente na sociedade envolvida. Ainda que não se mostrem esses elementos autoexplicativos, na medida em que os interesses sejam diversos, múltiplos e não raro conflitantes⁴⁷, a análise dessas construções ideológicas pode indicar esforços mais ou menos comuns em manter ou alterar a ordem social estabelecida.

46

¹ Em síntese, para Duverger (1987), os partidos *de quadros* são aqueles que, com ênfase na representação individual, reúnem pessoas ilustres para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos. Inicialmente, tratava-se de pessoas influentes, cujo nome, prestígio ou brilho servem de caução ao candidato para o cultivo de votos; sucessivamente, de pessoas ilustres, com notório saber, como técnicos da arte política, da retórica e da organização de campanhas; por fim, de pessoas destacadas financeiramente, cuja importância da fortuna lhes é suficiente para assumir o posto de liderança. Já os partidos *de massas* aparecem na fase de instituição do sufrágio universal, no limiar dos séculos XIX e XX, como organizações mais complexas, estruturadas, centralizadas e com maior rigor ideológico. À medida em que o eleitorado se expande e que os *cidadãos* (passivos) do regime pós-revolucionário se tornam mais reivindicativos, são recrutados os vários segmentos sociais para agrupar o máximo de militantes ativos, segundo seções de base territorial.

47

¹ Para Müller (2002), a política não tem apenas um único espaço no qual os vários interesses estão em jogo, por ser constituída de uma série de *arenas* nas quais os conflitos podem ser simultaneamente travados. Significa dizer que a política é um jogo composto de regras não apenas objetivas, formais, mas também ocultas, imersas em uma região de pouca visibilidade e, por esse motivo, sujeitas à análise por instrumentos bem específicos. Ao transportar o conceito de *múltiplas arenas* para a atividade política, o que se parece afirmar é que, como uma ação dotada de racionalidade, a Política estabelece locais próprios para que se realizem as disputas e os confrontos dessa mesma natureza.

Os partidos estão ligados ao seu tempo, ao meio social em que se organizam e à consciência de cidadania que expressam. Não existe partido político, mas partidos políticos ligados a momentos específicos de organização do poder, de instalação do Estado. A questão é ainda, portanto, mais complexa: a discussão sobre cidadania e partidos é parte integrante de uma discussão sobre o poder e sobre as relações entre classes sociais (FERREIRA NETO, 1989, p. 13).

Sob tal ponto de vista, é importante recordar também que, ao longo da trajetória do pensamento político brasileiro, perdura mais um padrão de organizações do que um conjunto específico de organizações partidárias (SOUZA, 2006, p. 29). Esse padrão repousa, por sua vez, mais em incentivos materiais e menos em causas ideológicas isoladas, de modo que Brandão (2005, p. 236), em meio a um panorama dessas principais idéias políticas, avalia o poder explicativo desse campo de abordagem:

Com efeito, além da emergência ou renovação das disciplinas que investigam os fenômenos do viver em transição (...) uma das características mais salientes das Ciências Sociais que estamos fazendo é o crescimento e a diversificação desta área de pesquisa que vem sendo chamada, com maior ou menor propriedade, de *pensamento social* no Brasil ou de *pensamento político brasileiro*. Visto retrospectivamente, os seus contornos nunca foram muito claros: como se trata de uma área de fronteira, acolhendo orientações intelectuais provindas das diversas ciências humanas, o estudo do *pensamento político-social* estabeleceu-se aqui, como em todo o mundo, no cruzamento de disciplinas tão variadas como a antropologia política e a sociologia da arte; a história da literatura e a história da ciência; a história das mentalidades e a sociologia dos intelectuais; a filosofia e teoria política e social; e a história das idéias e das visões-de-mundo. Essa superposição – por vezes conflituosa na medida mesma da indiferenciação – talvez fosse inevitável no caso de país de capitalismo retardatário como o nosso, uma vez que o tratamento da literatura, da arte, da cultura e das ciências aqui praticadas acaba tendo uma importante dimensão política por força da relação urgente que se estabelece entre formação da cultura e formação da nação (BRANDÃO, 2005, pp. 231-232).

Ao investigar a existência de famílias intelectuais no Brasil, Brandão (2005) reconhece algumas de suas características formais, citando os conceitos do *idealismo orgânico* e do *idealismo constitucional*⁴⁸, tal como formulados por Oliveira Vianna

¹ Chaves interpretativas propostas por Brandão (2005) para analisar as correntes liberais no pensamento político brasileiro, originalmente formuladas por Oliveira Vianna. Trata-se da hipótese

(1883-1951), capazes de descrever e analisar as principais formas de pensamento que dominaram o pensamento político brasileiro desde o final do século XIX:

No mesmo sentido, não será surpresa constatar que, sem deixar de representar um notável esforço de absorção dos “avanços metodológicos” da ciência social internacional, os (a maioria dos) trabalhos mais importantes que foram publicados no país nas últimas décadas sobre eleições, partidos e sistemas partidários, governo, instituições e políticas públicas podem ser enquadradas em uma ou em outra orientação. Uma vez situados, torna-se mais inteligível o modo como cada autor e corrente responde aos desafios da “nossa revolução”, posiciona-se diante da agenda política do dia, expressa tendências sociais – e não apenas acadêmicas ou individuais – de longa duração, luta para ganhar a opinião pública e dirigir intelectual e moralmente a ação de grandes grupos sociais (BRANDÃO, 2005, p. 239).

No argumento desenvolvido em sua tese, Brandão (2005) oferece a exame a classificação de um variado leque das produções intelectuais que, a partir de seu esforço teórico, ganham a dimensão de uma teoria sobre a genealogia do pensamento social brasileiro. Com o objetivo de transcender a mera classificação e alcançar a lógica dos estilos de pensamento, da análise comparada dos autores, ele o infere como um critério capaz de separar e aglutinar os diversos grupos intelectuais diante da problemática relação entre Estado e Sociedade no Brasil (CÊPEDA, 2008, p. 234).

Assim, o idealismo orgânico, base do "programa conservador", somente pode orbitar em torno do Estado, quando reconhece a debilidade da sociedade como fonte da organização política. O modelo que privilegia a organicidade estatal origina-se na matriz interpretativa que inicia com Visconde do Uruguai e Oliveira Viana, e que depois tem vida longa nos vários momentos da vida política nacional, do tenentismo e de Vargas ao modelo burocrático-autoritário dos militares. Assenta-se na tese de que "não é possível construir um Estado liberal (e democrático) em uma sociedade que não seria liberal" (BRANDÃO, 2007, p. 46). Frente à fragilidade, plasticidade amorfa e subsunção das elites predatórias, somente o Estado pode ser aval da liberdade: "ao contrário da Europa e dos Estados Unidos, aqui o Estado não deveria ser tomado como a principal ameaça à liberdade civil, mas como sua única garantia. Já o idealismo constitucional ordena sua lógica argumentativa segundo o paradigma oposto: no Brasil, são as formas viciosas das instituições políticas que reprimem e deformam a sociedade. O percurso liberal, que têm como expressão autores distantes no tempo como Tavares Bastos e Raymundo Faoro (para quem o traslado do modelo estatal português é origem de muitas de nossas vicissitudes institucionais e, depois, sociais), tem como mote geral a aposta de que a "boa lei produz a boa sociedade". Essa família intelectual está unida pelos laços de valorização da

geral formulada em seu livro e artigo, em que questiona se tais conceitos em tensão possuem valor cognitivo heurístico para repensar a tradição intelectual brasileira do Império aos nossos dias.

representação política, do federalismo e da visão institucional *sub leges* (CEPÊDA, 2008, pp. 234-235).

Não se trata, porém, de reduzir a análise investigativa a um pressuposto determinista - pela simples associação dos fenômenos do getulismo *versus* anti-getulismo, respectivamente, às do idealismo orgânico *versus* idealismo constitucional - ignorando a riqueza das mediações existentes e as particularidades do caso concreto. Uma proposição do gênero não subsistiria, por si só, até porque estas chaves interpretativas só podem ser estabelecidas em razão da natureza dos problemas postos pela sociedade num determinado momento de seu desenvolvimento, bem como em função da capacidade de seus portadores de dar respostas à altura tanto desses dilemas históricos como das exigências do seu dia-a-dia (BRANDÃO, 2005, p. 245).

De qualquer sorte, com algumas ressalvas, acredita-se que a comparação proposta seja pertinente para o reconhecimento das determinações mais gerais do processo ideológico brasileiro, em suas vertentes liberais e conservadoras, destacando o que há de comum entre diferentes manifestações históricas de uma mesma orientação básica. Além disso, essa reflexão pode servir de instrumento para melhor compreensão da natureza e dos limites dos projetos políticos investigados (*petebistas* ou *anti-petebistas*), por fornecerem concepções de mundo mais amplas, resultante do campo de forças em que interatua o Partido Libertador com outros grupos e agentes políticos que constituem o cenário partidário brasileiro do período investigado.

Dada as condições mais gerais, cabe reconhecer em que medida essa formulação teórica pode adequar-se ao grupo político sob investigação, o que não implica supor que as suas idéias estejam em conformidade direta com essa matriz de pensamento ou que possam ser dissolvidas em tal contexto político, econômico ou mesmo lingüístico, de forma irrestrita. Apreendem-se, dessa forma, as proposições do *idealismo orgânico* e do *idealismo constitucional*, em seu conteúdo, com uma interpretação teórica válida, capaz de antecipar alguns conhecimentos acerca dos padrões e dos dilemas fundamentais da sociedade e da política brasileira, assim como do imaginário oposicionista em que se insere o Partido Libertador.

Ciente de que essas e outras proposições interpretativas não traduzem relações diretas com o grupo político investigado, por mais sistemáticas e coerentes que possam parecer, propõe-se reconstruir um panorama histórico do sistema político brasileiro, associado à consideração das singularidades do contexto regional sul-rio-grandense. O

estudo compreende, assim, tanto a influência que as *regras do jogo partidário* possuem na tentativa de construção do almejado *consenso* em torno do Estado (e das formas pelas quais se revestem as relações de poder) como as especificidades do contexto regional, porquanto revistam o sistema partidário de uma dinâmica própria.

2.1 Das características gerais do sistema partidário no período 1945-1964

Como um conjunto de partidos que interagem de maneira padronizada, implicando regularidades na distribuição do apoio eleitoral e na continuidade de seus elementos constituintes, definem-se algumas das características do sistema partidário no período delimitado pela pesquisa, i.e., de 1955 a 1959. À determinação do padrão de concorrência e de consolidação desse sistema, relacionada ao seu nível de institucionalização⁴⁹, também podem ser associadas questões quanto ao número de partidos em disputa e ao grau de polarização ideológica.

Objetivando analisar algumas das características do sistema partidário no período 1945-1964, sem desconsiderar a dinâmica dos eventos que possuem reflexo na estrutura do Estado e no próprio ambiente de competição eleitoral, busca-se referenciar a presente investigação no recurso de periodização dos sistemas partidários, como instrumento de inteligibilidade e de trânsito entre características estruturais (FERREIRA NETO, 1989). Isto porque os próprios acontecimentos históricos, ao se desenrolarem, trazem consigo a idéia de transformação de modelos precedentes que não podem ser ignorados.

Delimitada a presente investigação no espaço e no tempo, alguns acontecimentos e circunstâncias históricas que se relacionam ao processo de estruturação social são levados em consideração, porquanto também tenham ingerência direta ou indireta sobre a organização do sistema partidário nacional. Refletem-se, dessa forma, nas transformações ocorridas no Estado e na sociedade brasileira, em sua inter-relação com as forças políticas e com o desenvolvimento do quadro político-econômico que se consolidava.

Nessa esteira, há pesquisadores que interpretam a penúria institucional pela qual passa o estado gaúcho, nas décadas de 1950 e 1960, como consequência do movimento geoeconômico nacional que expressa a versão geográfica da criação e expansão da

49

¹ Referindo-se à institucionalização do processo pelo qual organizações e seus procedimentos adquirem valor e estabilidade, sendo amplamente reconhecidas e aceitas pelos atores políticos que sobre o sistema partidário depositam expectativa e confiança.

hegemonia do capital industrial oligopólico no país (MÜLLER, 1979). Isto decorre da forma como o capital se consolidava no país, acabando por redefinir a antiga articulação que existia entre os vários mercados regionais.

Na medida em que se implantavam os blocos básicos industriais no centro-sul do país, com os inibidores econômicos e políticos à instalação de uma indústria diferenciada no extremo-sul, a crise aparece de modo explícito na síntese de que *o Rio Grande não dispõe de condições materiais, geográficas e políticas para erigir um pólo industrial de vulto*. Implicando a luta por um pólo industrial aspectos políticos e financeiros mais amplos e profundos (MÜLLER, 1979, pp. 362-363), a burguesia mercantil, produtora agropecuária e industrial sul-rio-grandense deixa de lado o seu regionalismo e, passa a se articular política e economicamente em nível nacional para discutir o modo capitalista de organização do trabalho social.

Todavia, contam também os enfoques sociológico e político com igual prestígio e envergadura, havendo inúmeros estudos realizados acerca da criação e do funcionamento do sistema partidário desse período, congregando diferentes abordagens que, em princípio, compõem um mesmo objeto. Exemplo claro é a obra de Soares (1973), que analisa os dados eleitorais quanto à disputa por cadeiras na Câmara Federal e nas Assembléias Legislativas, fazendo observar o crescimento dos partidos reformistas em oposição ao declínio dos partidos conservadores.

A interpretação do autor está ligada às características sócio-econômicas, vinculadas ao desenvolvimento das forças produtivas e da expansão do processo político-eleitoral às zonas urbanas (SOARES, 1973, p. 16). Partindo de uma interpretação sociológica, parece testar os limites explicativos e condições de validade da abordagem marxista acerca da conjuntura político-partidária no período investigado.

Soares (1973) destaca os principais fatores que permitiram o declínio eleitoral dos partidos conservadores tradicionais, simultaneamente a uma considerável ascensão dos partidos progressistas. Ao pressupor que a infraestrutura socioeconômica determina o apoio eleitoral que um partido pode receber, vincula o seu crescimento nas urnas a: a) modificações favoráveis na infraestrutura; b) extensão do sufrágio e da cidadania política às classes menos favorecidas; c) efetiva utilização do sufrágio universal; d) ampliação de sua estrutura organizacional; e e) ao melhor funcionamento da estrutura partidária.

Ao analisar as bases sócio-econômicas dos partidos políticos, o autor faz crer que tanto a preferência partidária quanto a percepção das qualidades dos candidatos estão inseridas numa estrutura supra-individual, cujas bases sócio-econômicas (em geral) e de classe (em particular) são fundamentais na determinação do comportamento eleitoral do indivíduo (SOARES, 1973, p.215). Assim surge a forte influência das superestruturas na preferência eleitoral e partidária, a partir da associação dos indicadores sócio-econômicos à distribuição dos votos nos estados-membros.

Sob outro enfoque dos estudos partidários, Meneguello e Lamounier (1986, pp. 40-41) procuram questionar os fatores limitativos do enraizamento social dos partidos e de sua baixa institucionalização no país, seja como reflexo da centralização burocrática no período anterior (1930-1945); seja pela menor regularidade nos padrões de competição e pela forte característica anti-partidária enraizada na cultura política brasileira. Ao mencionarem a presença de líderes ambiciosos, acusados de manipular as massas em razão de preceitos personalistas, delimitam alguns dos possíveis fatores responsáveis pela desagregação partidária no país⁵⁰.

Como uma das mais expressivas e valiosas contribuições sobre o assunto, encontra-se também a obra de Souza (1976), em que percorre um vigoroso caminho analítico para demonstrar a ocorrência do chamado *realinhamento eleitoral*, decorrente das mudanças sociais que ditaram diferentes estratégias eleitorais por parte dos atores partidários. Para essa pesquisadora, o sistema partidário delineia, por um lado, o conjunto de relações dos diversos partidos entre si, do corpo eleitoral e dos grupos de interesse e, por outro, dos diversos aparatos que compõem o Estado.

Ao identificar as mudanças político-institucionais surgidas a partir da Revolução de 1930, redundando na criação de uma extensa e centralizada *máquina* burocrática, a autora destaca a ascendência desse modelo sobre o sistema partidário que se estende no período 1945-1964. Delineando a influência estatal na formação e no relacionamento dos partidos políticos, como seu mais importante ponto de inflexão, ela sugere a continuidade do modelo de dominação política estabelecido nas décadas precedentes, como uma típica modernização de cunho conservador:

50

¹ Tais como a) as deficiências institucionais do parlamento; b) o mau funcionamento do sistema político-eleitoral em processar e compor os conflitos sociais com alguma autonomia; c) a debilidade congênita do sistema partidário; e d) o engajamento debilitante que as agremiações partidárias dispunham como respostas adaptativas aos condicionamentos prévios que lhes foram impostas pelo Estado Novo.

Uma das hipóteses centrais desse trabalho é, portanto que a importância do partido como instituição (ou o grau de institucionalização do sistema partidário) em relação às outras forças que compõem a estrutura do Estado pode achar-se em relação inversa com a centralização deste. Não parece exagerado generalizar, portanto, que o clientelismo declina em importância como forma de controle e utilização de recursos políticos quando a Estrutura do Estado favorece a consolidação dos partidos como articuladores de alternativas e de objetivos nacionais; inversamente, a existência de uma estrutura estatal centralizada antes do surgimento do sistema partidário constitui, por si mesma, uma dificuldade à sua institucionalização, e um estímulo à política clientelista. Em tais situações, como é o caso do Brasil, a evolução dos partidos tem que se confrontar com alternativas já apontadas, ou seja, pseudo-partidarismo, clientelismo ou multipolarização (SOUZA, 1976, p. 36).

A partir da centralização administrativa promovida pelo governo do ex-presidente Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, o aparato burocrático passa a atuar no espaço organizacional e decisório que deveria ser ocupado pelos partidos, (de)limitando a sua participação no processo de formulação, implemento e controle das políticas públicas. Em consequência, cria-se uma máquina burocrática não controlável pelo Poder Legislativo ou por qualquer outro tipo de organização representativa da sociedade civil (SOUZA, 1976, pp. 83-85) - como os partidos políticos e associações civis - implicando redefinições nos canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, através da centralização, da intervenção nos estados e da suspensão das organizações partidárias.

Em virtude dessa poderosa influência que demarca as características do sistema partidário no período 1945-1964, os partidos são lançados nas estruturas do Estado com recursos da chamada *patronagem política*.

O essencial, portanto, é que o grau em que os partidos brasileiros do período 1945-1964, indistintamente, se alimentam do clientelismo e fazem dele uma estratégia de aquisição e consolidação de poder ser tomado como indicador dos obstáculos à institucionalização do sistema partidário como um todo. Este argumento torna-se mais nítido quando compararmos o caso brasileiro com sistemas políticos em que o sistema partidário é importante. Verificamos, com efeito, que, onde os partidos têm funções importantes na formulação de objetivos nacionais e na articulação de alternativas quanto a interesses básicos da população, embora exista sem dúvida a chamada *patronagem*, ela não tem as mesmas proporções que o fenômeno assumiu no caso brasileiro (SOUZA, 1976, pp. 35-36).

Um claro exemplo dessa postura pode ser identificado na trajetória do Partido Social Democrático (PSD), constituído a partir dos interventores estado novistas que se beneficiam da máquina pública colocada à disposição das administrações estaduais e municipais, assegurando sua maioria absoluta na Assembléia Constituinte. Como um partido de centro, moderado e moderador, assume vital função no modelo político de então, na medida em que se estabelece como ponto de refúgio aos políticos que, forçados pela lógica da competição a radicalizarem suas posições, declinam à força centrífuga que regula a mecânica política em termos eleitorais⁵¹ (LAMOUNIER, 1986, pp. 43-44).

Não muito diferente é a gênese do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), gestado por Getúlio Vargas a partir das mesmas estruturas estatais, porém à esquerda do espectro ideológico. Possuindo um caráter político mais agressivo, com inclinações nacionalistas e reformistas, constitui-se no terceiro maior partido da Terceira República (SCHMITT, 2005, p. 17), sendo a legenda com maior crescimento eleitoral ao longo do período investigado.

Noutro extremo desse mesmo espectro, situava-se a União Democrática Nacional (UDN), formada por opositores do Estado-Novo. Como um dos mais importantes partidos desse período democrático, teve participação decisiva em vários momentos históricos, como a eleição do ex-presidente Jânio Quadros e o Golpe Militar de 1964.

Para Franco (1980, p. 87), a UDN é a legítima herdeira da tradição liberal da reforma dos costumes políticos e administrativos, enquanto assume como ideologia o liberalismo (burguês) das classes médias urbanas mais cultas - mais político do que social. Na visão desse autor, seus ideais moralizadores representam a confiança no progresso democrático, com as liberdades individuais e com a limitação da intervenção estatal na economia.

51

¹ Na opinião de Meneguello e Lamounier (1986, pp. 44-46), a tese proposta por Hippólito (1984), quanto ao esvaziamento do centro político-partidário brasileiro, também adota o pressuposto sartoriano da *força centrípeta*, por motivos diferentes. Isto ocorre na medida em que o pluralismo moderado se transforma em polarizado pelo esvaziamento da iniciativa ou da autoridade antes conferida ao mesmo partido, como fiador do equilíbrio partidista, seja em função das dissidências ideológicas oriundas do surgimento de sua Ala Moça, de caráter progressista-reformista; seja em função da proposta de reforma agrária no governo do ex-presidente João Goulart, em vista dos conflitos ideológicos *interna corporis* entre os representantes de interesses urbanos versus rurais. Daí a análise de Hippólito (1984) primar pela organização interna da agremiação, das regras (in)formais de relacionamento entre suas diferentes facções e lideranças e, enfim, às decisões que tiveram de enfrentar na busca da auto-preservação.

Benevides (1981, pp. 247-249), todavia, sustenta que a defesa do livre mercado, da propriedade privada e dos direitos individuais não levava necessariamente à democratização da sociedade, na medida em que esse processo pressuponha a extensão da cidadania política e o reconhecimento da soberania popular. Fazendo clara distinção entre liberalismo e democracia na retórica udenista, a autora identifica em seu discurso o tom conservador, apoiado na herança, na tradição e no retorno ao passado.

Ainda que seus programas nacionais apresentem uma consistente retórica liberal, as práticas políticas udenistas refletem o permanente confronto entre a cúpula nacional, as seções estaduais e suas facções internas (Bacharéis, Banda de Música, Realistas e Bossa Nova). Valendo-se de um discurso liberal pré-democrático, como justificação de combate ao chamado modelo *getulista*, expressa as contradições e ambigüidades de uma agremiação que se revela progressista no que se opõe e reacionária no que propõe (BENEVIDES, 1980, p. 281)⁵².

Assim, o sistema partidário que funcionava no Brasil, ao longo de sua primeira experiência democrática representativa, pode ser caracterizado como um sistema moderadamente fragmentado (SCHMIITT, 2005, p. 25), com três grandes partidos (PSD, PTB e UDN) em torno dos quais orbitavam uma dezena de outros partidos-satélite⁵³. Mas essa avaliação somente é verdadeira se a unidade de análise se centrar no plano nacional, já que esse mesmo padrão não se repetia em todas as unidades da Federação, como demonstra Lima Jr (1981).

De qualquer forma, constitui-se num aspecto preliminar a qualquer análise sobre o sistema partidário o fato de que emerge, nesse período histórico, a gênese dos partidos políticos brasileiros, em sua acepção moderna. A institucionalização do sistema partidário, em nível nacional, acaba por transferir o centro de disputa e de equilíbrio de

52

¹ Não escondendo o seu caráter elitista, em nome da estabilidade e da aversão às mudanças, seus posicionamentos reacionários e, não raro, golpistas, dispõem-se a sacrificar a liberdade e a democracia em nome desses próprios institutos. Resgatam, pois, o discurso, os valores e a memória dos movimentos liberais brasileiros da primeira metade do Século XX, inspirados nos preceitos lockeanos do Séc. XVIII, porquanto se apropriem e se identifiquem com o seu legado (BENEVIDES, 1981, p. 243).

53

¹ Do ponto de vista ideológico, Schmitt (2005, p. 26) afirma que essas três legendas hegemônicas ocupam três posições clássicas do espectro político esquerda-centro-direita, compondo um sistema pluripartidário que também se manifesta em termos de ideologia – e não apenas quanto ao aspecto numérico agregado.

poder para um contexto mais amplo e complexo, evocando a luta político-partidária em suas múltiplas arestas⁵⁴.

Interdependentes os governos e as lideranças locais, com particularidades próprias na história política local, a nacionalização da vida partidária no país coexiste a uma série de clivagens regionais e (inter) estaduais, dando causa a diferentes sistemas partidários que exprimem as condições locais de disputa. Nesse sentido, a análise de Lima Jr. (1981) conduz ao raciocínio de que, possuindo o país mais de um sistema partidário, não se pode conceber os estados brasileiros como uma unidade analítica.

Identificando os vários subsistemas coexistentes no país (bipartidário, multipartidário, fragmentado ou altamente fragmentado e competitivo), esse autor demonstra que também a competição nas eleições partidárias (majoritárias e proporcionais), em meio a diferentes estados-membros e em nível federal, obedece a lógicas e limitações diferentes. Desse modo, sem olvidar o impacto da estrutura sócio-econômica sobre a evolução da competição partidária, faz por considerar a própria heterogeneidade do sistema político-eleitoral brasileiro⁵⁵.

Algumas dessas diferentes teses aventadas, resultantes de diversos estudos empíricos sobre o sistema partidário brasileiro (1945-1964), são analisadas por Lavareda (1991) na obra intitulada *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Classificando as principais teses sobre o sistema partidário, a partir das causas imputadas à afetação da competição eleitoral, ele identifica a *desestruturação*, a *bipolarização* e o *realinhamento* como três das principais correntes em disputa na literatura.

54

¹ Müller (2012) destaca três das arenas que compõem um sistema político democrático: a) a arena governamental, onde se travam as disputas acerca das ações do governo, ou seja, onde as decisões governamentais são discutidas e implementadas, constituindo-se num espaço conflituoso porque, muitas vezes, o desejo pessoal do governante não pode ser plenamente satisfeito, por existirem no seio governista correntes de opinião, divergências e interesses outros a serem contemplados; b) a arena parlamentar, onde a oposição e o governo, através de sua base aliada, expressam seu pensamento acerca das atitudes governamentais, travando disputas também relacionadas aos projetos de lei de autoria ou de interesse do governo; e c) a arena eleitoral, composta além do governo e da oposição, também pelo eleitorado que, por sua vez, compõe-se de segmentos ou de grupos de opinião dispersa e não fortemente estruturada que buscam informações de modo difuso, mas não de modo menos racional, no momento da eleição.

55

¹ O insuficiente desenvolvimento da sociedade brasileira; a ausência de uma visão nacional ideologicamente fundada; a organização incipiente do Estado; e a desmobilização dos grandes contingentes rurais até a década de 1930: indicam as razões pelas quais não se conhecem partidos modernos durante o Império e a República Velha brasileira (MONTEIRO, 1989, p. 20). Outrossim, os grupos condutores do processo político republicano são os mesmos do período imperial, sob nova nomenclatura, acompanhados do grupo militar recém-chegado à arena política, sob a influência positivista.

Com a revisão dessas principais correntes, o autor defende a insuficiência dos dados eleitorais por elas utilizados, em face da acentuada ênfase desses estudos nas eleições proporcionais, em detrimento das eleições majoritárias. Para Lavareda (1991, p. 26), estas últimas representam os principais momentos de nacionalização da vida política, fornecendo singular oportunidade para o exame dos atores partidários num momento de máxima coesão, com plataformas divulgadas simultaneamente em todo o conjunto do país⁵⁶.

Em linhas gerais, Lavareda (1991, pp. 103-106) defende a idéia de que os traços estruturais perdem sua capacidade explicativa sobre as características assumidas pela competição eleitoral a partir de meados da década de 1950. Diante das diferenças nas modalidades e esferas de disputa eleitoral, opera-se a articulação do sistema partidário na eleição para os governos estaduais, por possuir maior aderência ao perfil sócio-econômico dos representantes e representados.

Ao final desse período, os dados demonstram que as competições estaduais caracterizam-se por uma maior aderência à realidade socioeconômica, ao passo que as disputas nacionais (incluindo as escolhas locais para a Câmara Federal) assumem maior autonomia em face das estruturas sócio-econômicas regionais, no que se refere à definição das correntes de opinião e de implantação das organizações partidárias (LAVAREDA, 1991). Dada a dificuldade de estabelecer uma unidade entre as bases políticas em todo o país, os partidos adquirem um perfil fragmentado, controlado pelas elites locais, fazendo com que o pleito ocorrido em âmbito nacional dependa, excessivamente, das máquinas eleitorais e dos votos fornecidos pelos tradicionais *bolsões* do interior dos estados.

Dessa forma, se a modernização da sociedade brasileira perpassa pelo desafio da nacionalização da competição partidária, esse processo encontra resistências nas

56

¹ Neste aspecto, Lavareda (1991) propõe-se a superar a limitação das pesquisas anteriores, pela construção de uma hipótese alternativa de consolidação do sistema partidário brasileiro, às vésperas da ruptura institucional, em abril de 1964. Para isso, procura demonstrar que a marca da heterogeneidade do processo político não significa o colapso das funções institucionais, já que a duração do sistema, a estrutura de comunicação e o quadro legal-institucional que disciplinam a competição eleitoral, no plano majoritário, apontam para a consolidação do sistema partidário. Na busca de tais evidências, recorre esse pesquisador a interpretações das pesquisas de opinião realizadas pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), no limiar das décadas de 1950 e 1960, as quais demonstram certo nível de identificação partidária entre os partidos e o eleitorado. Com isso, direta ou indiretamente, expressa o insuficiente amadurecimento de vários setores da sociedade, como um dos principais fatores que levam ao colapso da democracia, na medida em que pesquisas de opinião demonstram a satisfação ou cumprimento, pelos partidos políticos, das suas funções institucionais.

estruturas de poder local, agravado pelas próprias coalizões eleitorais entre forças divergentes nos pleitos estaduais e nacionais.

Durante a fase formativa de partidos de massa no país, como vimos, foi dificultada a construção de uma unidade entre as bases partidárias de modo a permitir a emergência de partidos com abrangência nacional. Formados a partir de divisões estaduais, os partidos conservadores (UDN e PSD) adquiriram um perfil fragmentado, controlado que eram por elites regionais, as quais frequentemente confrontavam a direção nacional. As clivagens regionais foram também um fator de monta na evolução de partidos de esquerda ou populista. Os partidos de esquerda nunca passaram de pequenos grupos regionais. O Partido Comunista, único então detentor de potencial para se firmar como partido nacional, foi cassado em 1948 e frequentemente tornou-se um braço mobilizador do *getulismo* (SOUZA, 2006, p. 28).

Talvez por esse motivo o *getulismo* (e conseqüentemente, a posição adversa, como sua antítese) seja considerado como o único movimento de caráter nacional que tenha encontrado fórmulas, durante o período histórico, para construir pontes entre as diferenças regionais e para estabelecer alianças eleitorais mais estáveis (SOUZA, 2006, p. 28). O preço alcançado pelo suposto *consenso* implica, entretanto, trazer diferentes segmentos e forças opostas para as mesmas redes partidárias, colocando os interesses das regiões metropolitanas ao lado dos de setores patrimoniais de maior tradição no interior dos estados.

De qualquer forma, o fato é que o sistema político brasileiro não se mostrava consolidado o suficiente para se efetivar de forma homogênea em todo o território nacional, evidenciando outras experiências políticas internas, em vista das peculiaridades histórico-regionais. Estava estruturado em torno de regras coincidentes com os interesses e valores dos grupos sócio-econômicos representados pelos partidos políticos que, assim, envolviam-se mais diretamente nas articulações em torno do poder, sobretudo no âmbito local.

Daí a necessidade de delimitar as particularidades históricas da disputa partidária gaúcha, retratando também a realidade sócio-ocupacional da bancada libertadora e de sua base eleitoral no Estado. O objetivo desse empreendimento é identificar o dinamismo imposto ao sistema político-partidário local pelas circunstâncias de sua condição geográfica e sócio-econômica, expressos também na composição social das lideranças políticas e nos segmentos sociais eleitoralmente representados, enquanto

possuam reflexo (in)direto nas formulações ideológicas e discursivas a serem analisadas.

2.2 Das singularidades históricas de âmbito regional: a experiência gaúcha

A análise do subsistema partidário gaúcho exige considerações mais específicas pelas características de suas bases sociais, geoeconômicas e políticas, sendo recorrente na literatura a abordagem da tensão travada entre sua autonomia e integração ao resto do país. A ênfase das peculiaridades do estado e a simultânea afirmação de seu pertencimento ao Brasil constituem-se num dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha (OLIVEN, 1989, p. 07) que é constantemente evocada, atualizada e repostada⁵⁷.

Segundo Pecoits Targa (1991, p. 326), é o binômio *fronteira em guerra* mais *diversificação social* que resume, por excelência, o traço original da trajetória gaúcha, do qual pendem todas as outras particularidades econômicas, sociais e políticas da história regional. A característica simultânea de soldados e estancieiros assinala que o Rio Grande do Sul é a única porção do território brasileiro conquistada pelos próprios moradores, através das sucessivas guerras fronteiriças.

Por esse motivo, a revolução contra o Império do Brasil, no decênio 1835-1845, representa mais do que uma simples rebelião local contra a dominação oligárquica do centro do país. Hesitando a historiografia entre as causas federativa e separatista, monárquica ou republicana, o fato é que nenhuma dessas acepções constitui um fim em si mesmo (PICCOLO, 1985, p. 45-46), porquanto representem apenas uma estratégia política para levar o Império a atender às reivindicações formuladas pelos pecuaristas.

Opondo-se à política centralista do Império, por contrariar os seus interesses mais imediatos, sobretudo no aspecto tributário, os revolucionários lutam pela

57

¹ Peculiaridades contribuintes da construção de uma série de representações em torno do tema, após um longo processo de elaboração cultural, acabando por adquirir uma força quase mítica, que ora parece integrar o senso comum, ora parece expressar um típico fenômeno ideológico. Para Love (1975), o regionalismo pode ser definido como um comportamento político que aceita a existência de um estado-nação, mas que procura o favoritismo econômico e o patronato político da unidade política maior. Para Oliven (1989), entretanto, o regionalismo está ligado à emergência do Estado-moderno, em vista da configuração territorial (e soberana) por este assumida, a partir do século XVIII, com a construção das identidades nacionais. Segundo esse autor, o fenômeno aponta para as diferenças que existem entre regiões e utiliza estas diferenças na construção de identidades próprias, de modo que o regionalismo, assim como o nacionalismo, também abarque diferentes facetas, expressando posições de grupos distintos e interesses sócio-econômicos divergentes.

descolonização que, apesar do processo político de independência, para eles não se completa (PICCOLO, 1985, p.36). Isto ocorre na medida em que o processo para se emancipar de Portugal não parece alterar o estatuto colonial das regiões brasileiras, especialmente as mais distantes do centro político do país.

Todavia, se a *guerras fronteiriças*⁵⁸ criam a possibilidade de *diversificação social*, é exatamente esta última que encaminha a sociedade gaúcha por uma estrada diferente da percorrida pelo conjunto da sociedade brasileira (TARGA, 1991, p. 326). Em nenhum outro estado a diversificação social alcança o nível de concretude atingido no Rio Grande do Sul, de modo que o estabelecimento do sistema de pequenas propriedades rurais (sobretudo nas regiões situadas ao norte do estado) mostra-se alternativo ao projeto econômico em crise, baseado nas grandes propriedades rurais e no modelo agro-exportador.

Desse modo é que se constituem as condições sócio-políticas (*sui generis*) para o enfrentamento da grave crise econômica no sistema pecuário-exportador, cujo ápice ocorre na década de 1890, colocando em oposição as principais frações das classes políticas regionais. Confrontam-se, nesse contexto, dentre outros, os interesses de charqueadores, pecuaristas, colonos e comerciantes frente à mesma crise sócio-econômica regional⁵⁹.

58

¹ Nessa perspectiva, ao analisar o campeador rio-grandense, Oliveira Vianna (apud OLIVEN, 1989, p.05-07) atribui-lhe uma mentalidade específica, oriunda do meio ambiente e da superioridade política, provinda da experiência de guerra. Na expressão desse autor, o gaúcho é socialmente um produto do pampa, como politicamente é um produto da guerra, de modo que essa última experiência teria dado à elite gaúcha a capacidade de mando e a prática da organização de grandes massas humanas, desenvolvendo na sua consciência, além da interdependência entre a vida da sociedade e a vida privada familiar, também o sentimento e o valor do governo como órgão supremo dos interesses coletivos. Por sua vez, Love (1975, p. 4) chama atenção para o fato de que o debate a respeito do caráter gaúcho tenha sido focalizado, quase que exclusivamente, sobre uma das subculturas do Rio Grande do Sul, a saber, o complexo pastoril, que é o modo de vida ao qual somente uma minoria dos sul-rio-grandenses estaria efetivamente ligada.

59

¹ A diversidade de atores e interesses envolvidos não permite que se depreendam todas as posições políticas contempladas no antagonismo de dois ou mais segmentos sociais em conflito, como se representassem grupos socialmente homogêneos. A complexidade do fenômeno político, em sentido amplo, constitui-se de grupos minoritários, divergências internas e facções significativas tanto no seio dos opositores como no dos situacionistas. Permite-se, apesar desta constatação, que se concentrem alguns exercícios acadêmicos, de ótica mais panorâmica, nas idéias e formulações dos mentores desses movimentos, bem como nos interesses mais diretamente envolvidos e/ou expressamente invocados. Incontestemente, nesse sentido, é o confronto entre os interesses de pecuaristas e charqueadores, porquanto desejem os primeiros a abertura das fronteiras para deslocarem o gado para o Uruguai e Argentina (Província de Corrientes), em meio ao processo de engorda e venda em Montevideu, ao passo que os segundos queiram o fechamento da fronteira e a tributação do gado exportado para o Uruguai, em virtude da concorrência do charque de melhor qualidade e de menor preço que era lá

Dessa conjuntura política, o que se depreende é que os gaúchos encontram alternativas para a superação da crise sócio-econômica que assola o seu estado, por ser mais complexa tal sociedade regional do que qualquer outra brasileira de sua época. Isto porque sua economia possui um importante fracionamento do capital comercial, agrário e industrial (TARGA, 1991, p. 26), aliada à abundante mão-de-obra livre na indústria e nas pequenas propriedades rurais - emergente com os grandes fluxos imigratórios que recebe o estado, especialmente a partir do último quartel do século XIX.

Já nesse século, distinguem-se por sua posição geográfica e por suas características sócio-econômicas ao menos duas sub-regiões no estado, dando origem a sociedades diferenciadas em vários aspectos (HERRLEIN JR, 2004). De um lado encontra-se a *sociedade pecuarista*⁶⁰, situada na zona sul do estado, como decorrência dos movimentos migratórios ocorridos desde o século XVIII, caracterizando-se pelo subsistema econômico da pecuária, praticada de maneira extensiva e em grandes propriedades, com vistas à produção do couro e do charque⁶¹; do outro lado, a *sociedade colonial*⁶², caracterizada pela pequena propriedade rural e pela maior densidade da

produzido. Dessa sorte, costuma-se representar os interesses políticos divergentes, no final do século XIX, dos grupos oligárquicos e não-oligárquicos (PINTO, 1986). Dentre estes últimos, encontram-se os republicanos, formado por grupo de profissionais liberais não pertencentes às redes coronelistas de poder local do Rio Grande do Sul (TARGA, 1991) oriundos em sua grande maioria das Faculdades de Direito ou Medicina paulistas, de onde absorveram tais ideais políticos. Alguns deles, de comportamento mais jacobino, eram liderados pelo jovem advogado Júlio Prates de Castilhos, então editor do jornal republicano A Federação.

60

¹ Em termos partidários, parecem representar os interesses da sociedade pecuarista os grupos políticos que, afastados do poder provincial pelo golpe militar que instala a República, fundam o Partido Federalista, sob a liderança de Silveira Martins. Unindo elementos do extinto Partido Conservador a importantes republicanos históricos, os integrantes do extinto Partido Liberal acabam por se tornar uma amálgama de grupos com procedências e ideologias diversas, tendo ao menos um elemento comum: a oposição ao governo republicano.

61

¹ Em sentido geral, constitui-se a oligarquia local de pecuaristas latifundiários, localizados na fronteira meridional com o Uruguai, não raro com estâncias de ambos os lados da fronteira. Como a fração rural mais numerosa e importante da classe dominante regional, esses pecuaristas integram a rede coronelista do Partido Liberal durante o Império, exercendo o controle político absoluto sobre a província desde o final do século XVIII até o ocaso do regime monárquico. São reconhecidas suas práticas político-econômicas na Administração Pública pelo caráter classista, auto-interessado e patrimonialista. Em nome da tradição, valem-se do exercício do poder em seu próprio benefício, sem pudores ou mediações.

62

¹ A sociedade colonial, por sua vez, aliada a vários outros segmentos sociais em expansão econômica e que se encontram excluídos das arenas decisórias, está politicamente representada pelo pequeno (mas não menos combativo) grupo dos republicanos que, em seu nome, invoca os interesses de toda a coletividade. Dentre os republicanos, no entanto, destaca-se um grupo constituído por profissionais liberais, tendo à frente o positivista Júlio de Castilhos, com característica sócio-ocupacional predominantemente urbana, ainda que se enraizassem também as suas fortunas na pecuária extensiva.

população, que se encontra em rápido e dinâmico crescimento, com a diversificação da produção agrícola e a implantação das pequenas indústrias.

Dessa divisão histórica entre as sociedades *pecuarista* e *colonial* deriva a mais importante conseqüência para a singularidade regional, que se dá com a passagem do regime monárquico para o republicano⁶³. Isto ocorre porque somente no Rio Grande do Sul dá-se a substituição da oligarquia tradicional por um grupo político distinto⁶⁴, repercutindo numa das mais sangrentas guerras civis da história regional⁶⁵ (TARGA, 2004).

Divididas as elites políticas no estado entre liberais e republicanos, a partir da década de 1870, opera-se com o golpe castilhistas uma crescente radicalização dos conflitos que culmina na Revolta de 1893⁶⁶. A derrota militar da oligarquia rural permite ao governo republicano implementar políticas públicas que favorecem a diversificação

63

¹ Sob outro ângulo, pode também se afirmar que a transição do escravismo à mão de obra assalariada coincide com o período conhecido como Primeira República. Abolida a escravidão, como o mais sólido vínculo que unia as regiões produtoras brasileiras, acaba-se por golpear o Império e, com isso, as motivações político-econômicas que dão, até então, ao sistema monárquico, sob a forma unitária de Estado (SOUZA, 1968). Na expressão de Viotti da Costa (1999, pp. 454-455), a abolição não é propriamente causa da República: abolição e república são sintomas de uma mesma realidade; ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais.

64

¹ O fato é que a Constituição republicana (1891) elege um novo sistema de governo (presidencialista) e uma nova forma de Estado (federativa), conferindo grande autonomia aos estados-membros, em vista da expansão e dinamismo de que necessita a agricultura cafeeira (SOUZA, 1968, p. 164). Detendo certa abertura para o controle de política nacional, ao barganharem apoio aos candidatos à presidência da República, as oligarquias estaduais em todo o país ganham força e espaço nesse cenário político, pressionando pela manutenção do modo de produção pré-existente, baseado na monocultura e no latifúndio. Uma vez que se estruturam no poder, as oligarquias estaduais acabam por manter a forma coronelística de fazer política, conduzindo como rebanho a massa eleitoral que se encontra à margem do sistema representativo, em termos de sua inteligibilidade. Outras mudanças legislativas garantem a deputados e senadores mandatos sólidos e estáveis (SOUZA, 1968, p. 185), caracterizando as práticas político-institucionais durante a República Velha como as de caráter oligárquico-coronelistas, tal como o foi a "Política dos Governadores". Para aprofundamentos sobre o sistema coronelista, de clientela e de patronagem, vide os clássicos: LEAL, V. N., *Coronelismo enxada e voto*. São Paulo, 1975; FAORO, R. *Os donos do poder*. 2.ed., São Paulo, 1975).

65

¹ Estima-se a ocorrência de dez a doze mil mortos durante o conflito, dentro os quais mais de mil sob o ritual da "degola", numa população (à época) de um milhão de pessoas (LOVE, 1975, p. 77). Sobre as causas originárias da guerra civil de 1893, vide: TARGA, L. R. P. 1893: interpretações da guerra. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 127-150, 2003. Dentre elas encontra-se a promulgação pelos republicanos de uma Constituição Estadual absolutamente peculiar, que impedia a oligarquia tradicional de retomar ao poder por meios institucionais. Trata-se, enfim, de uma reação promovida pela oligarquia tradicional em vista do grupo republicano que assume o poder e restringe a possibilidade de sua reabsorção pelo sistema político.

66

¹ Agora entre republicanos e federalistas, uma vez que os membros do antigo Partido Liberal abrigam-se no Partido Federalista.

econômica e a difusão das relações capitalistas de produção, aliada à consolidação de novos atores sociais⁶⁷.

Desempenhando um papel secundário no processo de industrialização, os fazendeiros e charqueadores gaúchos não se tornam a *matriz* da burguesia industrial sul-rio-grandense. Como conseqüência, a burguesia industrial no estado não surge da atividade mais significativa (na época), porque não se mostra capaz de provocar uma diversificação e expansão na economia local, como fez o café no Estado de São Paulo⁶⁸.

A transição capitalista no Rio Grande do Sul assentou-se sobre as matrizes socioeconômicas e políticas que estavam historicamente postas ao final do Império. Havia uma crise econômica no setor pecuário-charqueador que era dominante na sociedade, mas enfrentava com dificuldade e lentidão a transformação das relações de produção imposta pelo fim do escravismo. Com o advento da República, esse setor perdeu o controle das instituições políticas regionais, enquanto a ascensão da agropecuária colonial e da acumulação comercial que nela se apoiava definiam os contornos principais das transformações capitalistas na região (HERRLEIN JR, 2004, p. 179).

Dessa forma, para Paul Singer (1977, pp. 184-193), o período da Primeira República acaba por consagrar a separação entre as sociedades *colonial* e *pecuarista*, permanecendo distantes entre si as metades norte e sul do estado, tanto geográfica como economicamente⁶⁹. Mantendo dinâmicas de completa autonomia, as relações

67

¹ Programam-se, assim, os gastos públicos em prol do desenvolvimento agrícola nas regiões colonial e arroeira, ao se adotar um projeto econômico alternativo ao pecuário-exportador. De forma diversa, no resto do país, estabelecem-se os marcos institucionais republicanos a partir do mesmo quadro político imperial, sem maiores rupturas sociais ou participação das classes populares. À frente das mesmas elites e sob o caráter ambíguo de seu liberalismo, os grupos políticos imperiais são transpostos, quase que integralmente, para o partido de rótulo republicano. Com isso, a debilidade da classe média e do proletariado urbano propicia a preponderância das oligarquias rurais até 1930 na quase totalidade dos estados-membros brasileiros. O ano de 1889 não significa uma ruptura do processo histórico brasileiro, já que as condições de vida dos trabalhadores continuam as mesmas e permanecem o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros (COSTA, 1999, p. 490).

68

¹ Até porque o charque e a pecuária extensiva não estiveram num ciclo de expansão a partir da segunda metade do século XIX, mas de uma profunda crise. Cabendo-lhes garantir de maneira auto-suficiente sua subsistência econômica, em condições de isolamento., A produção de um excedente para a metrópole nunca foi um fator determinante no seio da sociedade pecuarista, mas para assegurar a posse do território (HERRLEIN JR., 2004, p. 178). Daí que as pré-condições para os investimentos em indústrias passam a ser estabelecidas, no Rio Grande do Sul, em grande parte, por imigrantes estabelecidos na região de Porto alegre e na região serrana, a partir da acumulação de capital comercial, resultado das exportações dos minifúndios coloniais para o mercado sudeste brasileiro.

69

econômicas e intercâmbios comerciais não se aprofundam nem se aproximam, em vistas das transações diretas com os mercados externos agro-importadores.

Há, todavia, estudos que caracterizam o estabelecimento da economia sul-riograndense sob uma visão mais harmônica e complementar, na medida em que governo republicano promove profundas transformações político-institucionais em prol do mercado interno e da diversificação econômica⁷⁰. Por comparar o processo de divisão do trabalho no Brasil Meridional com as demais regiões do país, Castro (1977, p. 46) sustenta, nessa esteira, que o Rio Grande do Sul antecipa-se no processo de integração do mercado interno, reforçando uma estrutura econômica cujo grau de diversificação não tem paralelo no país.

Com isso, o desenvolvimento de atividades econômicas diferenciadas acaba por ensejar outro tipo de acumulação comercial, de característica fragmentada e desconcentrada⁷¹. Daí as diferentes matrizes sociais das sub-regiões (*pecuarista* e *colonial*) acabarem por estabelecer um curso próprio na transição para relações capitalistas de produção, com características divergentes do ocorrido nas demais regiões brasileiras, assentadas no modelo agroexportador, escravista e latifundiário.

Outra característica interessante e que se repete na história política do estado, de modo latente ou manifesto, é a tendência regional à polaridade política. Segundo Love (1975), a luta entre farrapos e imperiais é absorvida pelo comportamento político

¹ Nesse sentido, Arend (2004) avalia a influência de elementos de larga duração (variáveis como direitos de propriedade, aprendizagem, estrutura social, ideologia, hábitos, políticas públicas e inovações, além de outras características sociológicas próprias às circunstâncias locais) presentes nesse mesmo período histórico, porquanto possuem reflexos no comportamento de empresas, nas relações de poder e, sobretudo, nos custos de transação e transformação das atividades produtivas. Sua acurada análise, apoiada nas abordagens institucionalista e neoschumpeteriana, demonstra que o início da Primeira República e da segunda metade do século XX são momentos cruciais para o entendimento do desenvolvimento industrial gaúcho e, inclusive, do desequilíbrio sócio-econômico entre as metades norte e sul-riograndense.

70

¹ Baseada na ação governista do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), quanto ao desenvolvimento estadual no sistema de transportes, associada à análise do fluxo comercial de mercadorias entre o sistema colonial e pecuarista. Esses argumentos dão sustento à tese da transição capitalista via mercado interno, pela integração espacial do território gaúcho, mediada pela subdivisão do trabalho (CASTRO, 1977). Em nível nacional, esse processo de integração ocorre mais tarde, ao que tudo indica, a partir da Revolução de 1930, acentuado pela integração dos transportes rodoviários, na década de 1950.

71

¹ Outra importante razão pode estar associada ao fato de que, no Rio Grande do Sul, era o PRR - e não o Partido Conservador - quem se opunha com determinação ao Partido Liberal: enquanto os conservadores predominam nas outras províncias, no Rio Grande do Sul o domínio Liberal vinha de longa data (PINTO, 1986, p.).

regional, tornando-se uma tradição que se estende durante os períodos republicanos, ao longo dos séculos XIX e XX.

Trindade (1979, p. 119), nessa mesma perspectiva, destaca que no processo de formação do sistema partidário sul-rio-grandense, desde os primórdios da propaganda republicana até o advento do Estado-novo, persiste a clivagem ideológica entre duas famílias políticas que se confrontam ao longo do período: conservadores liberais *versus* conservadores-autoritários. Inserindo-se nos mais diferentes sistemas políticos ao longo da experiência republicana, mas dentro do mesmo universo habitado pelos setores dominantes da sociedade, tal confronto ideológico expressa a fissura ocorrida no seio das elites locais, por estarem assentadas em diferentes estruturas sócio-econômicas e por possuírem diferentes modelos de organização do poder.

Essa peculiaridade partidária inclina-se mais às tradições platinas do que as brasileiras⁷², estando ligada à ocupação tardia do território que afasta o estado do poder central ao longo do século XIX (TRINDADE, 1991, p. 08). Ademais, os acontecimentos da fase inicial da República Velha, como a Guerra Civil de 1893, acabam por moldar a política gaúcha, conduzindo-a à polarização partidária, apoiada em grande medida na chamada práxis autoritária⁷³.

Após a eclosão da Revolução Federalista (1893), dá-se o processo de legitimação do sistema político regional⁷⁴, uma vez que o centro da luta política pelo poder desloca-

72

¹ Fenômeno, que, ao ser reeditado ao longo da história política sul-rio-grandense, parece criar raízes na cultura política das elites políticas regionais e, em outros setores da população sul-rio-grandense, com as crises que envolveram chimangos *versus* maragatos; republicanos *versus* federalistas; legalistas *versus* libertadores; getulistas *versus* anti-getulistas; petebistas *versus* anti-petebistas; arenistas *versus* medebistas; petistas *versus* anti-petistas. Para aprofundamentos, vide: CÂNEPA, M. M. L. Partidos e representação política: a articulação dos níveis estaduais e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005; FILOMENA, C. L. A gênese da construção do discurso antipetista. Análise da eleição para governador do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1994. Porto Alegre, Civitas, vol. 8, núm. 2, maio-agosto, 2008, pp. 283-299. TRINDADE, H. & NOLL, M. I. Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: UFRGS, 1991.

73

¹ A aliança dos republicanos sul-rio-grandenses com o Exército Nacional é também de fundamental importância para a sua permanência no poder, estabelecendo as condições iniciais para que se implementasse uma experiência política singular, pelo controle e manutenção do poder político estadual por quase quarenta anos.

74

¹ Processo que se dá com outro fundamento de domínio político, com o câmbio de legitimidade mais próximo da forma legal do que tradicional. Sobre o assunto, *vide* o ensaio *A Política como vocação*, em que Weber (2002) realiza uma caracterização de três tipos-ideais sobre os quais as afirmações de legitimidade podem estar baseadas, a saber: a) a dominação tradicional, que repousa sobre a *autoridade do passado eterno*, isto é, dos *costumes santificados pela validez imemorial e pelo hábito, enraizado nos homens, de respeitá-los*; b) a dominação carismática, que se funda em *dons pessoais e*

se da questão do regime (*per se*) para a da competição eleitoral. O debate a respeito da forma de estado (unitário ou federativo) e do sistema de governo (presidencialista ou parlamentar) prolonga-se no tempo, mas se restringe ao interior dos setores oposicionistas.

O apoio prestado pelos Federalistas à candidatura do dissidente republicano, Fernando Abbott, nas eleições de 1907, associado à fundação do Partido Republicano Democrático (PRD), em 1908, torna explícita a desagregação dos setores oposicionistas⁷⁵. Por reunir grupos políticos com conceitos, ideias e objetivos muito diferentes entre si, evidencia-se que o único elemento que unia a oposição era o caráter *anticastilhistas* (ALVES, 1995, p. 190).

Consolidado o regime positivista, o embate é pelo acesso ao poder, pelas vias institucionais, já que Borges de Medeiros recusa vigência à Lei Federal de 1904, fazendo aplicar normativas que negam o direito de representação às minorias políticas (FERTIG, 2010, p. 532). Desse modo, o parlamento estadual é integrado somente por membros ligados ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR), desde o princípio da República até meados da segunda década, quando a partir de mudanças na legislação eleitoral, em 1913, o Partido Federalista elege seu primeiro (e único) representante na 7ª legislatura republicana (1913-1916).

Por essa razão, a experiência positivista expressa um período de ressignificação das antigas guerras gaúchas, em meio a representações explícitas de tensão social, repressão política e violência policial. Como consequência, dá-se a consolidação de um sistema político centralizado, no qual se vale o PRR para fraudar as eleições para a *presidência do estado*, de modo sistemático, reelegendo-se por sucessivos mandatos⁷⁶.

extraordinários de um indivíduo, na devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe; c) a dominação legal ou racional, que se impõe em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma competência positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas.

75

¹ Apoia a candidatura de Fernando Abbott, dissidente do PRR, somente a fração do Partido Federalista obediente à Comissão Diretora de Bagé. Os seguidores do Conselheiro Francisco Antunes Maciel abstêm-se da votação, por importar essa união no sacrifício do programa parlamentarista. Fragilizados e com muitas limitações em seu poder de atuação, os grupos oposicionistas não obtêm consenso para se reagregarem senão após a formação da Aliança Libertadora (1924) e da fundação do Partido Libertador, em 1928.

76

Júlio Prates de Castilhos (1893-98); Antônio Augusto Borges de Medeiros (1898-1903, 1903-1908, 1913-1918, 1918-1923 e 1923-28); Carlos Barbosa (1908-1913); e Getúlio Dorneles Vargas (1928-1930).

Daí a oposição permanecer alijada do poder até o final da década de 1920, apesar das revoltas e insurreições que forçam o regime a uma maior abertura política. E ainda que não obtenham sucesso imediato, os setores oposicionistas vão galgando força e espaço político até alcançarem as eleições de 1922, quando a derrota de Assis Brasil dá margem à Revolução de 1923.

Diante da intensa mobilização contra o uso de fraudes e sucessivas reeleições, o modelo positivista de dominação política dá seus primeiros sinais de exaustão doutrinária e pragmática. Além disso, o dissídio entre as esferas estadual e federal, quanto às candidaturas para a Presidência da República (1922), associado à crise econômica de 1921, reanimam as forças de oposição contra Borges de Medeiros.

Prolongada a sedição por todo o ano de 1923, apoiada moralmente pelo governo federal, encerra-se o conflito com o Acordo de Pedras Altas. Sobrevém, todavia, em janeiro de 1924, a formação da *Aliança Libertadora*, reunindo os hostes federalistas e republicanos dissidentes.

Diante dessa heterogênea formação, composta por parlamentaristas e presidencialistas, constituem-se as bases do Partido Libertador, fundado sob a presidência de Assis Brasil, em março de 1928, durante congresso realizado na cidade de Bagé. Com isso, dá-se com naturalidade a morte do Partido Federalista, como algo obsoleto e anacrônico da metafísica parlamentar - incompatível com a marcha da evolução política (OSÓRIO, 1992, p. 160).

Getúlio Vargas ascende à *presidência* do estado no mesmo ano, colocando em prática uma política de unificação regional, no sentido de reivindicar junto aos grupos dominantes o espaço a que caberia ao Rio Grande do Sul na política nacional. A trégua aos conflitos políticos advém do processo de conciliação entre Republicanos e Libertadores que resulta na formação da Aliança Liberal - base e esteio da Revolução de 1930⁷⁷.

77

¹ As candidaturas para a disputa presidencial, em 1922, entre Artur Bernardes, mineiro, candidato oficial e Nilo Peçanha, carioca, apoiado pelo PRR, já evidenciam certa divisão entre as oligarquias estaduais. A disputa eleitoral e a derrota de Nilo Peçanha animam a oposição maragata no estado que, agregada aos republicanos dissidentes, dá início a um novo conflito armado. Restabelece-se, assim, o histórico conflito armado entre chimangos e maragatos, sob a roupagem de uma nova Revolução (1923) que enseja a impossibilidade de reeleição de Borges de Medeiros ao executivo estadual, dentre outras razões.

De Ministro da Fazenda a líder da oposição, passando pela governança do Rio Grande do Sul⁷⁸, Vargas demonstra capacidade de absorção dos conflitos e das demandas atinentes aos diferentes grupos políticos. Conciliando tal habilidade (*virtù*) à cisão nos quadros da oligarquia mineira, pela insistência de Washington Luís em contrariar o pacto político em vigor (*fortuna*), as circunstâncias abrem caminho à vitória das oligarquias dissidentes, à frente de Getúlio Vargas, diante de um movimento apoiado pelo Exército gaúcho⁷⁹.

Neste contexto histórico, a ruptura com a República Velha implica o amoldar-se do sistema político às novas bases da economia e da organização social, assentadas na urbanização, na expansão do mercado interno e na industrialização. As transformações verificadas tanto na economia brasileira como na economia gaúcha evidenciam, já na década de 1920, o surgimento de novas demandas sociais, oriundas dos atores políticos emergentes. Isso dá lugar a interesses mais diversificados e complexos que, no entanto, começam a assumir contornos de classe (mais nítidos) ao longo da década de 1930.

A Revolução de 1930, movimento que teve origem no descontentamento das oligarquias periféricas e que colocou no poder o gaúcho Getúlio Vargas, também começou no Rio Grande do Sul. O movimento conseguiu fazer os políticos estaduais esquecerem suas clivagens internas face ao problema externo. É significativo que, uma vez vitorioso o movimento, Getúlio Vargas tenha feito sua entrada triunfal no Rio de Janeiro usando no pescoço o lenço vermelho dos federalistas, ele que vinha de uma família que militara no grupo oposto dos republicanos. Este gesto simbolizou simultaneamente que os conflitos internos cessaram e que diante de um problema maior o Rio Grande do Sul pacificou-se para ajudar a resolver os problemas do Brasil (OLIVEN, 1989, pp. 11-12).

78

A união dos Federalistas aos Republicanos, no Rio Grande do Sul, como resultado da política de aproximação de Vargas com a oposição, ao assumir o governo do estado (1928), associado ao apoio popular capitalizado pela chapa oposicionista, com a expansão da campanha presidencial, mostram-se decisivas para a vitória da Aliança Liberal, que ganha legitimidade ao apelo revolucionário, em face das denúncias de fraude nessa disputa eleitoral.

79

Ao sistematizar os condicionantes estruturais desse movimento, Fonseca (1999) considera os fatores de ordem política e econômica para a análise de sua gênese no sul do país. Relaciona, em sua acepção interpretativa, a crise da hegemonia cafeeicultora (com seus reflexos no pacto político que assegura o poder às oligarquias paulista e mineira) à emergência de novos atores cujas demandas ainda não estão socialmente contempladas, configurando um quadro de deterioração cada vez maior do sistema político brasileiro, em face das dificuldades de se contrapor às oposições dos mais diversos matizes que se fortalecem no período.

Com a Revolução de 1930⁸⁰, inaugura-se um novo momento nacional, trazendo novas perspectivas políticas para o Rio Grande do Sul, na medida em que se rompe com o monopólio do poder do PRR no estado (LOVE, 1975). Como apoiadores da *Aliança Liberal*, os antigos opositores, agora aliados do governo provisório de Vargas, obtêm garantias políticas e até a inclusão na Administração Federal (TRINDADE, 1991)⁸¹.

Nomeado Flores da Cunha como interventor estadual, o estado passa a ser governado por Republicanos e Libertadores que formam a chamada *Frente Única Gaúcha (FUG)*. Mas já em 1932 o PL romperia com Vargas, participando dos levantes ocorridos no estado em apoio ao movimento constitucionalista,⁸² visando à derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e à promulgação de uma nova constituição no país.

*A partir daí, Flores da Cunha engendra uma série de estratégias para combater os opositores do governo federal no estado. Todavia, as forças políticas (arregimentadas na FUG) que debelam a revolta no Rio Grande do Sul, ao apoiarem os rebeldes paulistas, não se desmobilizam totalmente, de forma que nem mesmo o exílio provisório desses líderes diminui a articulação entre os opositores*⁸³ (ELÍBIO JR., 2008, p. 307).

80

Citando Florestan Fernandes, Draibe (1985, pp. 14-16) associa o movimento revolucionário de 1930 a um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que permearam o processo de estruturação do capitalismo no país. Como uma típica modernização conservadora, nada foi alterado pelo processo revolucionário quanto às formas sociais e políticas passadas. Houve, portanto, a incorporação e sobreposição de formas na constituição das estruturas sociais e políticas correspondentes ao poder e à dominação burguesa. Em sua tríplice divisão (passado, presente e futuro), essa revolução envolve a questão do Estado como um movimento de construção das estruturas nacionais centralizadoras, unificadoras e centralizadas que, sobre uma dada estrutura de classe, articula e expressa o poder burguês como sendo único e do interesse de toda a Nação.

81

Vitorioso o movimento revolucionário, designaram-se alguns membros do PL para cargos na nova administração, como o presidente do PL, Assis Brasil, ao Ministério da Agricultura.

82

¹ Em 87 dias de combates, o movimento tem um saldo oficial de 934 mortos, tendo inúmeras cidades do interior do estado de São Paulo sofrido graves danos em sua infra-estrutura. Em termos políticos, pode também ser interpretada como uma resposta paulista à Revolução de 1930 que, colocando fim à República Velha, acaba com a autonomia dos estados e impede a posse do governador de São Paulo, Júlio Prestes, na presidência da República. De qualquer forma, a revolta paulista serve de alerta ao governo Vargas de que é chegado o momento de pôr um fim ao caráter revolucionário do regime. Em maio do ano seguinte, realizaram-se as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em ato preparatório à Constituição de 1934.

83

¹ Somente após a anistia dos revolucionários paulistas, em 1936, Raul Pilla voltaria do exílio, assumindo a Secretaria de Agricultura gaúcha, na gestão de Flores da Cunha e, antes de ter o seu mandato cassado pelo Estado Novo, elege-se deputado estadual Constituinte pela legenda do PL, ainda em 1937 (GAGLIETTI, 2007).

Ao buscar a congregação da classe política vinculada à administração estadual, objetivando consolidar o seu domínio no estado, Flores da Cunha funda o Partido Republicano Liberal (PRL), em 15 de novembro de 1932. O que se evidencia, porém, é o seu progressivo desgaste político-eleitoral, com a deslegitimação de seu poder como interventor no estado, na medida em que se coloca como entrave aos planos de Vargas quanto ao almejado golpe político.

Ademais, o fato é que, a despeito de todas as limitações institucionais, reconstituiu-se por vias transversas a polarização do sistema partidário sul-rio-grandense, agora no formato PRL *versus* FUG:

A ruptura da Frente Única, diante da indecisão do Governo Provisório em retomar os ideais políticos da Aliança Liberal, promovendo a reconstitucionalização do país, provocará novos conflitos internos entre as lideranças políticas regionais, reaproximando os autoritários e liberais moderados na formação de uma nova estrutura partidária, o Partido Republicano Liberal, sob a liderança do Interventor Flores da Cunha. Este processo de ruptura com o Governo Provisório e de reorganização partidária posterior, considerado na perspectiva da evolução do sistema partidário, mostra claramente que, apesar das mudanças advindas com a ascensão das lideranças gaúchas à hegemonia política nacional, permaneciam subjacentes as contradições que fracionaram, ao longo da República, as oligarquias regionais (TRINDADE, 1979, p. 167).

Desatrelado, posteriormente, de sua bipolaridade ideológico-partidária, o sistema político regional entra em desarticulação frente à escalada repressiva que precede o Estado-Novo. Ao se intensificarem os mecanismos de repressão e de controle social, rumo ao fechamento do regime, o quadro partidário gaúcho transforma-se profundamente até a extinção dos partidos políticos e o encerramento das atividades na Assembléia Legislativa (TRINDADE, 1979, p. 190).

Por sua vez, a redemocratização da política brasileira, durante a segunda metade da década de 1940, reflete uma combinação de fatores internos e externos⁸⁴, pelo desmantelamento da estrutura ditatorial. Com o final do Estado Novo, estabelece-se o sistema pluripartidário, no qual as agremiações partidárias obrigam-se à adoção do

84

¹ Os fatores externos estão ligados com a derrota do nazi-fascismo e a formação de uma nova conjuntura internacional, tornando politicamente inviável a sobrevivência de um regime ditatorial de um país integrante das forças aliadas na 2ª Guerra Mundial. Quantos aos fatos internos, pode afirmar-se que, a partir de 1942, ocorre um reagrupamento das oposições ao regime, representando um leque que vai desde setores das oligarquias regionais (prejudicados pela administração de Getúlio Vargas), passando pela oposição burguesa liberal, até chegar aos setores da esquerda democrática e comunista (ROLIM, 2007, p. 69).

caráter nacional, muito embora sejam mantidas as correntes político-ideológicas de outrora no âmbito estadual.

A nova Constituição (1946) congrega princípios liberais e conservadores⁸⁵, outorgando ao Poder Legislativo relativa importância para aprovação de medidas institucionais reclamadas pela sociedade, seja de caráter reformista, seja de caráter conservador. Daí se transformar o Legislativo em cenário de inúmeros embates e crises institucionais, em que nem a base governista, nem a base oposicionista detinham estabilidade de atuação política.

Não obstante, a queda do regime ditatorial é amortecida, sendo aproveitada sua máquina burocrático-administrativa na estruturação do novo quadro institucional. Para isso, vários recursos e instrumentos são acionados pelos grupos dirigentes ligados ao Estado Novo⁸⁶, com inegáveis efeitos sobre a estrutura partidária que se estabelece no período de 1945-1964.

Habilmente, Getúlio Vargas patrocina a formação do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), vinculado à estrutura sindical brasileira. Desse modo, a configuração partidária nacional aponta para uma formação triangular (PTB, PSD e UDN), em torno da qual se dá a disputa pelo poder.

O getulismo é incorporado e defendido tanto (e principalmente) pelo PTB como pelo PSD (embora com menor ênfase e com estratégia particular, pelo comportamento moderado), enquanto a UDN assume a função de ancoradouro da oposição em todo o país (CORTÉS, 2007). Ainda assim, no Rio Grande do Sul, o sistema partidário assume um formato mais linear e polarizado, com duas importantes especificidades na linha de forças anti-getulista.

A oposição está centrada em torno de um PSD dissidente da linha nacional, vez que não firma aliança com o PTB, por um processo de transferência de pessedistas fiéis

85

¹ Assegurando a divisão do Estado em três poderes independentes; a restauração das garantias individuais aos cidadãos; o fim da censura e da pena de morte; a manutenção da República Federativa Presidencialista e o voto secreto e universal para maiores de 18 anos, excetuando-se militares, analfabetos e religiosos.

86

¹ O Decreto-Lei nº 7.586, de 28/05/1945 (Lei Agamenon), que regulamenta as eleições presidenciais e a Assembleia Nacional Constituinte, introduz a exigência de organização em bases nacionais para o registro de partidos políticos pelo Tribunal Superior Eleitoral. Dessa forma, é concedido o registro provisório a organizações partidárias apoiadas por listas de pelo menos 10 mil eleitores, distribuídas em, no mínimo, cinco estados da Federação, com não menos de 500 eleitores em cada um deles. Posteriormente, a Lei nº 1.164, de 24/07/1950, que vigorou até 1965, regulamenta a questão do registro partidário, estabelecendo a exigência de filiação de um mínimo de 50 mil eleitores, espalhados em cinco ou mais estados, com pelo menos mil eleitores em cada um.

a Vargas que, por sua influência direta, deseja reforçar essa última sigla nas eleições estaduais de 1947 (ASTURIAN, p. 479). Completa-se tal migração no início da década de 1950, com a transposição da ala *autonomista* daquele partido, tendo como consequência a eliminação de seus quadros dos elementos mais fiéis a Vargas (*desgetulização*), fazendo com que o pacto nacional populista (PSD-PTB) não se implemente no estado.

Associado ao PSD, como seu principal aliado na oposição a Vargas, encontra-se o PL, de caráter profundamente regional, mas com uma influência bem mais significativa que a fragilizada UDN gaúcha. Por esse motivo, dentre os conservadores-liberais, são os Libertadores que demonstram maior dinamismo político-eleitoral no estado, enquanto os udenistas apontam para os quadros remanescentes dos antigos PRR e PRL, em torno de seus líderes dissidentes (TRINDADE, 1975).

Do lado oposto do espectro político encontra-se o PTB, como uma agremiação partidária genuinamente getulista que, ainda assim, apresenta sua inserção regional fragmentada. Segundo Bodea (1992, pp. 27-30), a formação do PTB gaúcho pode ser relacionada à confluência de três distintas correntes, incorporadas em diferentes momentos e circunstâncias: a) *sindicalista*, composta por lideranças sindicais que se forjaram no Estado Novo; b) *pragmático-getulista*, composta por ex-pessedistas que migraram para o PTB, no final da década de 1940, por sugestão e influência de Vargas e a c) *doutrinário-pasqualinista*, composta por profissionais liberais e intelectuais progressistas vinculados às teorias socialistas de Alberto Pasqualini.

Conseqüentemente, a reorganização partidária gaúcha se estabelece novamente, de forma atípica, porquanto seus partidos se organizem mais em função de clivagens ligadas ao padrão anterior do que definidos pelas lideranças e partidos emergentes no pós-guerra (LOVE, 1975). A enraizada dicotomia na tradição política gaúcha é expressa pelas coalizações PTB *versus* anti-PTB, de alta polaridade ideológica, mas de baixa coesão interna, por se restringirem suas afinidades em torno de um único sentimento político comum com respeito a Vargas.

Nessa conjuntura histórica, a curva ascensional do PTB mostra-se como um fator decisivo na dinâmica das forças políticas regionais, provocando reações à sua tendência hegemônica eleitoral. Por conseguinte, dá-se a progressiva aglutinação das forças anti-PTB na chamada Frente Democrática (PSD, PL, UDN e PRP) e, posteriormente, na Aliança Democrática Popular (PSD, PL, UDN e PDC).

Com decurso de quase uma década de interdição, a Assembléia Legislativa gaúcha retoma seus trabalhos em março de 1947. Depois de acirrada eleição constituinte, 23 das 55 cadeiras do parlamento gaúcho são ocupadas pelo PTB; 16 pelo PSD; 5 pelo PL; 4 pelo PRP; 4 pela UDN e 3 pelo PCB (HEINZ, 2005).

Tabela 1 – Eleições para Assembléia Legislativa no Rio Grande do Sul em 19/01/1947

PARTIDO	Percentual de votos (%)
PTB	30,88%
PSD	30,73%
PL	9,86%
UDN	8,50%
PRP	8,42%
PCB	5,76%
PSP	0,49%
ED	0,46%
Branco	4,55%
Nulos	0,35%
TOTAL	100,00%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 44).

Também em 1947, nas primeiras eleições para governador do estado, Walter Jobim (PSD/PRP/PCB) é eleito com uma pequena margem de votos, derrotando Alberto Pasqualini (PTB) e Décio Martins Costa (PL/UDN). Espelhando a composição da Assembléia, os dois maiores partidos (PTB e PSD) passam a dominar o centro das discussões políticas no estado, embalados pela forte oposição ao governo travada tanto pelos trabalhistas quanto pelos Libertadores (HEINZ, 2005, pp. 14-15).

Tabela 2 – Eleições para Governador no Estado do Rio Grande do Sul em 19/01/1947

CANDIDATO	PARTIDO(S)	% VOTOS
Walter Jobim	PSD/PRP/PCB	41,23%
Alberto Pasqualini	PTB	37,54%
Décio Martins Costa	PL/UDN	18,91%

Branços	-	1,85%
Nulos	-	0,37%
TOTAL	-	100,00%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
(*apud* NOLL e TRINDADE, 1995, p. 32).

Uma nova disputa pela governança é iniciada no estado, em outubro de 1950, agora em concomitância às eleições para o cargo de Presidente da República. Decidindo Vargas concorrer no pleito, pelo PTB, sua presença acaba por determinar as clivagens eleitorais para os demais cargos em competição no âmbito regional.

Em convenção estadual realizada em junho de 1950, o PTB lança o nome de Salgado Filho à disputa pelo governo do estado, contando com o apoio do PSP e da ala autonomista do PSD (BODEA, 1992). A inesperada morte desse candidato, em consequência de um acidente aéreo, determina a substituição de sua candidatura pela do autonomista Ernesto Dornelles.

O PSD lança o nome de Cylon Rosa à sucessão de Walter Jobim, buscando o apoio dos demais partidos opositores no estado (BODEA, 1992, pp. 63-66). O PL rejeita novamente tal aliança com o PSD, lançando Edgar Schneider em candidatura própria, seja por ter se notabilizado como um dos seus maiores opositores na Assembléia (ao lado do PTB) durante o governo Jobim, seja por se incompatibilizar ideologicamente com o PRP, em função de suas clivagens integralistas/fascistas.

A aliança de oposição, liderada pelo PSD, concretiza-se com a UDN e o PRP, nos seguintes moldes: em troca do apoio do PRP ao candidato udenista à Presidência da República, o Brigadeiro Eduardo Gomes, a UDN apóia o candidato ao Senado do PRP, Plínio Salgado (BODEA, 1992, pp. 63-64). Juntos, UDN e PRP apoiam o candidato pessedista ao governo do estado, Cylon Rosa que, por sua vez, em nível federal, apoia a candidatura à presidência de Christiano Machado⁸⁷, do próprio PSD.

Das eleições de 03 de outubro de 1950 decorre uma dupla vitória para o PTB: elegem-se Getúlio Vargas para a Presidência da República e Ernesto Dornelles, seu primo, à governança do estado. Na Assembleia Legislativa, o PL e o PSD assumem o

87

¹ A candidatura de Cristiano Machado à Presidência não agrada a alguns setores do PSD, tanto em âmbito nacional quanto local, gerando uma cisão nas hostes do partido pela que fica conhecida como *autonomista*, liderada por Francisco B. da Rocha.

papel de opositores, de forma sistemática, ao longo de toda crise política pela qual passa o governo federal (FERREIRA FILHO, 1978, p. 246).

Tabela 3 – Eleições para Governador do Estado do Rio Grande do Sul em 03/10/1950

CANDIDATO	PARTIDO(S)	% VOTOS
Ernesto Dornelles	PTB/ PSDA / PSP	45,85%
Cylon Rosa	PSD/UDN/PRP	39,47%
Edgar Schneider	PL	11,23%
Mendonça Lima	PSB	0,11%
Branços	-	2,56%
Nulos	-	0,76%
TOTAL	-	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (*apud* NOLL e TRINDADE, 1995, p. 60).

Tabela 4 – Eleições para Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul em 03/10/1950

PARTIDO	Percentual de votos (%)
PTB	34,76%
PSD	29,11%
PL	9,77%
PRP	7,48%
UDN	7,42%
PSP	3,63%
PSB	1,78%
PR	1,71%
Branços	2,88%
Nulos	1,46%
TOTAL	100,00%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (*apud* NOLL e TRINDADE, 1995, p. 66).

De qualquer forma, maiores agitações políticas estão reservadas para o término desse mandato, no ano de 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas. Como consequência do trágico desfecho, ocorrido na madrugada de 24 de agosto, registram-se por todo o estado diversos incêndios e depredações (por populares) aos órgãos considerados *inimigos* do regime varguista (FERREIRA FILHO, 1978, p. 248) ⁸⁸.

Emerge assim o protesto contra a atitude de indiferença e de inércia no episódio, por parte do governo do estado, acusado de não tomar as providências necessárias para conter os manifestantes. Mediante a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a oposição exige que Ernesto Dornelles se responsabilize pelos danos materiais ocorridos e puna as autoridades acusadas de omissão em prover a segurança e a ordem pública durante os tumultos.

O clima de instabilidade na política nacional denuncia o comportamento ambíguo da Assembleia, diante de um período de extrema apreensão quanto aos rumos do país. Os impasses políticos quanto à sucessão presidencial e as restrições constitucionais que se seguem, com a decretação do Estado de Sítio, não adiam as eleições agendadas para outubro daquele ano, muito embora afetem as hostilidades ideológicas que nesse processo estão envolvidas.

Com a amplitude das depredações ocorridas após a morte de Getúlio Vargas, especialmente em Porto Alegre, pode-se afirmar que houve uma transferência ainda maior da crise para o Estado. Para a oposição, ficou claro que o governo Dornelles se omitira de providenciar segurança adequada para a cidade, e este, por seu lado, alegou ser impossível controlar as massas que haviam saído às ruas. A instalação de uma CPI, de resultado incerto, sobre o caso serviu apenas para que se acirrassem ainda mais os ânimos da política estadual. As conseqüências do suicídio foram aproveitadas na campanha eleitoral que se aproximava, tanto pelos trabalhistas, que publicavam seguidamente a Carta Testamento de Vargas, como pelos seus opositores, que aproveitaram todas as acusações de corrupção que tinham vindo à tona contra o governo para atacar o Partido Trabalhista Brasileiro (HEINZ, 2005, p. 36).

Nesse contexto de tensão e de intensa radicalização política é que se desenvolvem as articulações para a formação de alianças político-eleitorais nas eleições estaduais de 1954. Isto acontece ainda que a composição da Frente Democrática (PSD, PL e UDN) já houvesse sido ensaiada no pleito municipal de 1951, quando Ildo Meneghetti (PSD) derrotou o candidato da oposição, o petebista Leonel Brizola, na disputa pela Prefeitura de Porto Alegre (BODEA, 1992).

Considerado imbatível pelos cronistas, por nunca haver perdido uma eleição (FERREIRA FILHO, 1968), Ildo Meneghetti pede afastamento das funções públicas

Os de maior proporção na capital do estado, onde são depredadas e incendiadas diversas empresas privadas; sedes de jornais (Diário de Notícias, O Estado do Rio Grande, o Jornal do Dia e a Tribuna Gaúcha) e emissoras de rádio (Farroupilha e a Difusora), além das sedes de inúmeros partidos da oposição, como a do Partido Libertador.

para lançar sua candidatura ao governo do estado⁸⁹. Assim, em outubro de 1954, fez garantir sua vitória com o apoio da Frente Democrática, derrotando o candidato *petebista*, o ex-senador Alberto Pasqualini.

Tabela 5 – Eleições para governador do Rio Grande do Sul em 03/10/1954

CANDIDATO	PARTIDO(S)	% VOTOS
Ildo Meneghetti	PSD/UDN/PL	46,17%
Alberto Pasqualini	PTB	42,51%
Wolfram Metzler	PRP	8,48%
José Diogo Brochado da Rocha	PSP	0,88%
J. Pereira Sampaio*	PSB	0,00%
Branços	-	1,38%
Nulos	-	0,61%
TOTAL	-	100,00%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 70). * Retirada da candidatura durante a campanha

Não obstante a vitória nas urnas, teve Meneghetti grandes dificuldades para governar, pois se encontrava o estado numa grave e profunda crise econômica, resultado de déficits orçamentários que se acumularam em várias administrações. Ademais, como opositor do Presidente Juscelino Kubitschek⁹⁰, o governo estadual ficou à margem das políticas públicas e de maiores investimentos do governo federal (FERREIRA FILHO, 1978, p. 249).

Ao organizar seu secretariado, o ex-governador levou em conta a representação dos partidos que o elegeram⁹¹, enquanto na Assembleia Legislativa contava com uma

89

¹ Findo o seu mandato estadual, em janeiro de 1959, Meneghetti é sucedido no governo pelo seu mais acirrado adversário, Brizola, que no pleito de 03 de outubro de 1958 vence o candidato da Frente Democrática, Cel. Peracchi Barcellos. No entanto, em 31 de janeiro de 1963, outra vez, subiria as escadarias do Piratini para ser empossado governador do estado, após derrotar nas urnas o candidato petebista Egídio Michaelen.

90

¹ Presidente que foi eleito não com o auxílio do PSD gaúcho, mas como o apoio oficial do PTB, que lhe impôs como companheiro de chapa o vice-presidente João Goulart.

91

¹ Assim dispôs sobre o seu Secretário (FERREIRA FILHO, 1978, p. 248): *Interior e Justiça* - Cel. Walter Peracchi Barcellos (PSD), depois substituído pelos deputados Ariosto Jaeger (PSD) e Hélio Carlomagno (PSD); *Fazenda* - Alcides Flores Soares Junior (UDN), depois substituído por

base governista heterogênea que, somente unida, conseguia fazer frente à bancada petebista: das 55 cadeiras, 23 eram ocupadas pelo PTB; 15 pelo PSD; 7 pelo PL; 4 pelo PRP; 3 pela UDN; 2 pelo PSP e 1 pelo PSB⁹².

Tabela 6 – Eleições para Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul em 03/10/1954

PARTIDO	Percentual de votos (%)
PTB	37,35%
PSD	24,70%
PL	12,79%
PRP	7,30%
UDN	6,29%
PSP	3,58%
PSB	2,82%
PDC	1,36%
PR	0,24%
Branco	2,33%
Nulos	1,13%
Não apurados	0,02%
TOTAL	100,00%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (*apud* NOLL e TRINDADE, 1995, p. 82).

Leovegildo Paiva (UDN); *Obras Públicas* - Eng. Euclides Triches (apartidário); *Educação* - Liberato Salzano Vieira de Cunha (PSD), substituído em seu falecimento pelo deputado Ariosto Jaeger (PSD); *Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio* - Orlando da Cunha Carlos (PL); *Procuradoria-Geral do Estado* - dep. Henrique Fonseca de Araújo (PL).

92

¹ Originalmente composta, segundo Aita et. Tal (1996, p. 153), pelos seguintes deputados: Abelardo José Nácul (PSD); Adalmiro Bandeira de Moura (PSP); Alberto Elias Carneiro (PTB); Alberto Hoffmann (PRP); Alcides Flores Soares Júnior (UDN); Amadeu Ferreira Weinmann (PL); Ariosto Jaeger (PSD); Armando Temperani Pereira (PTB); Arno Fernando Arnt (PRP); Artur Bachini (UDN); Augusto Nascimento e Silva (PSD); Airton d'Ávila Barnasque (PTB); Camilo Alves Gisler (PTB); Cândido Norberto dos Santos (PSB); Daniel Barnewitz Ribeiro (PTB); Domingos Francisco Spolidoro (PTB); Francisco Solano Borges (PL); Heitor Galant (PL); Heitor Silveira Campos (PTB); Hélio Carlomagno (PSD); Henrique Fonseca de Araújo (PL); Hipólito Jesus do Amaral Ribeiro (PSD); Jetro Jairo de Macedo Brum (PTB); João Batista Marchese (PSD); Joaquim de Deus Nunes (PSD); José Arlindo Kunzler (PSD); José Lamaison Porto (PSP); José Mariano de Freitas Beck (PTB); Justino da Costa Quintana (PTB); Lauro Franco Leitão (PSD); Liberato Salzano Vieira da Cunha (PSD); Manuel Braga Gastal (PL); Mário Vieira Marques (PTB); Múcio de Castro (PTB); Norberto Harald Schmidt (PL); Olinto Aramy Silva (PTB); Onil Xavier dos Santos (PRP); Osmar da Rocha Grafulha (PTB); Paulo Brossard de Souza Pinto (PL); Paulo Mincaroni (PTB); Pedro Afonso Anschau (PRP); Plauto de Abreu (PSD); Pompílio Gomes Sobrinho (PSD); Porcínio Borges Pinto (PSD); Raul Antônio Armando Pereira (PTB); Romeu Roesche Scheibe (PSD); Rubem Bento Alves (PTB); Siegfried Emanuel Heuser (PTB); Sueli Gomes de Oliveira (PTB); Teobaldo Neumann (PTB); Vítor Oscar Graeff (UDN); Waldemar Rodrigues da Silva (PTB); Walter Giordano Alves (PTB); Walter Peracchi Barcelos (PSD) e Wilson Vargas da Silveira (PTB).

Uma análise mais aprofundada desses resultados é realizada por Trindade (1978), ao revelar alguns padrões gerais no comportamento do eleitorado gaúcho no período 1950 a 1962. O primeiro deles é o da estabilidade do comportamento eleitoral no estado: a análise dos resultados globais mostra que os eleitores gaúchos votam segundo padrões de relativa estabilidade, em grande parte explicada pela fidelidade partidária dos eleitores petebistas e Libertadores⁹³.

Tabela 7 – Evolução eleitoral: PTB (1950-1962)

ANO	ASSEMBLEIA votantes (%)
1950	34,70%
1954	37,30%
1958	39,60%
1962*	35,50%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (*apud* TRINDADE, 1979, pp. 157).

Tabela 8 – Evolução eleitoral: PL (1950-1962)

ANO	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA votantes (%)
1950	9,7%
1954	12,7%
1958	11,9%
1962*	9,2%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (*apud* TRINDADE, 1979, pp. 158).

O segundo padrão é o da já referida tendência à polarização das preferências eleitorais gaúchas - mas não apenas nas eleições majoritárias de cunho estadual e federal, como também nas disputas político-partidárias locais (TRINDADE, 1978, pp. 165-168). Predomina, também assim, nas eleições municipais o embate entre o populismo (PTB) e os partidos conservadores liberais (anti-PTB), nucleados em torno do PSD, PL e UDN.

93

¹ Um traço marcante do perfil eleitoral do PL reside na sua estabilidade que se estende a 40% dos municípios do estado, sendo somente superado pelo PTB, cuja estabilidade atinge 68% dos municípios (TRINDADE, 1978, p. 167-168).

Tabela 9 – Polarização partidária no Rio Grande do Sul: municípios-pólo (1950-1962)

TIPO DE POLARIZAÇÃO 1º Partido vs. 2º Partido	Nº. DE MUNICÍPIOS (absolutos)
PTB vs. PSD	45
PTB vs. PL	12
PTB vs. UDN	3
PTB vs. PRP	3
PSD vs. PTB	20
OUTROS	8
TOTAL	91

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
(*apud* TRINDADE, 1979, p. 164).

O terceiro e o quarto padrão estão relacionados à dominação eleitoral do trabalhismo no estado⁹⁴ (sobretudo nos núcleos urbanos), associado ao declínio progressivo dos partidos conservadores liberais⁹⁵. O estudo desenvolvido por Trindade (p. 155-156) mostra, todavia, que embora possuam o PL e a UDN algumas zonas delineadas pela estabilidade ou crescimento, há diversificação na distribuição geográfica da força eleitoral entre eles⁹⁶, mascarando o recuo eleitoral de cada partido, considerado em sua individualidade.

94

¹ O trabalhismo predomina fortemente na zona sul do estado, especialmente na zona da Campanha e Missões, onde apesar da paradoxal concentração de grandes propriedades dedicadas à pecuária, localizam-se municípios com altos índices de urbanização e com um relativamente inflacionário setor terciário ocioso. Além disso, o trabalhismo faz-se presente, de forma expressiva, na totalidade das cidades denominadas pólos regionais ou subregionais, especialmente na região industrializada e intensamente urbana da área metropolitana de Porto Alegre.

95

¹ O padrão dominante dos conservadores-liberais no período é o de declínio dos partidos isoladamente, com exceção do PL que manifesta em alguns municípios um comportamento desviante. Ele é, pois, o único dos partidos conservadores-liberais que demonstra certo dinamismo, embora eleitoralmente circunscrito a certos municípios da região dos latifúndios da fronteira. A partir dos dados pode-se legitimamente concluir que o fenômeno do declínio dos partidos conservadores-liberais no Rio Grande do Sul está associado, essencialmente, à decadência eleitoral do pessedismo.

96

¹ O PL apresenta uma implantação estável em certo número de municípios da zona de fronteira, com predominância absoluta nos municípios de Jaguari, Caçapava e Taquari. Não obstante, na análise de polarizações partidárias locais, pode-se circunscrever uma zona de influência real dos libertadores a um conjunto de municípios situados na região sudoeste do estado. A UDN não possui, efetivamente, maior expressão eleitoral no estado, pois sua reduzida área de influência eleitoral circunscreve-se tão somente a municípios situados nos extremos geográficos, como Uruguaiana, Quaraí, Santa Vitória do Palmar, Torres e Osório. O PSD, por sua vez, tem suas bases eleitorais fundamentalmente na metade norte do estado, com exceção da serra do sudeste, zonas onde predominam fortemente as pequenas e

Tabela 10 – Tendência evolutiva dos partidos no Rio Grande do Sul: municípios-pólo (1950-1962)

PARTIDOS	Crescente n.º de municípios n. e %	Estável n.º de municípios n. e %	Decrescente n.º de municípios n. e %	Total
PTB	51 (55,9%)	16 (17,5%)	24 (26,3%)	91
PSD	8 (9,8%)	6 (6,6%)	77 (84,5%)	91
PL	44 (48,2%)	9 (9,8%)	38 (41,6%)	91
UDN	26 (28,4%)	6 (6,5%)	59 (64,7%)	91

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (*apud* TRINDADE, 1979, p. 163).

O quinto padrão é o da inviabilidade da formação de uma terceira força eleitoral capaz de apontar uma mediação ideológica, vez que o processo de polarização entre as duas grandes forças eleitorais (PTB e anti-PTB) repugna qualquer possibilidade alternativa (TRINDADE, 1978, p. 155). Nessa perspectiva dos fatos é que o discurso populista e o conservador-liberal enfrentam-se numa escala crescente de radicalização política cujo desfecho institucional será, irremediavelmente, o golpe de 1964.

É nesse cenário histórico que o Partido Libertador encena sua participação política na Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul, integrando (pela primeira vez) a base governista estadual desde a redemocratização do país, em 1945. Esse grupo político parecia ter adquirido mais coesão e unidade política, porquanto os grupos e líderes que expressavam ideologias heterogêneas tenham migrado para outras organizações políticas após o Estado-novo.

Não obstante os percalços e muitas adversidades para a sua institucionalização, agora em âmbito nacional (SÁ, 1973, pp. 96-97), o partido consegue apresentar à Justiça Eleitoral, à frente de Raul Pilla, os requisitos exigidos pela nova legislação partidária. Sucessivamente, elege em convenção partidária ocorrida em Bagé, no ano de 1947, o regime parlamentarista de governo como sua principal âncora discursiva, cujas estruturas ideológicas serão examinadas mais detalhadamente no capítulo oportuno.

médias propriedades rurais, cuja atividade principal da população liga-se ao setor primário. Desse modo, o que caracteriza a distribuição dos votos conservadores-liberais no estado é a diversificação do seu eleitorado em diferentes camadas geográficas que cobrem toda a extensão do território.

2.3 Do contexto ideológico e intelectual em que se insere o debate político

Dadas as peculiaridades econômicas e políticas delineadas no capítulo anterior, há necessidade de fazer algumas considerações preliminares à análise empírica, especificamente às implicações contextuais sob o objeto de investigação, ou seja, o discurso do partido libertador. Integra, pois, seu padrão discursivo, a família intelectual dos idealistas constitucionais (BRANDÃO, 2005) ou, na acepção de Trindade (1979), dos conservadores-liberais que, desde o final do Império até a instituição do Estado-Novo, em 1937, confrontam-se nas arenas políticas com seus adversários *conservadores-autoritários* (ou *idealistas-orgânicos*), em torno de uma maior ou menor intervenção do Estado na sociedade.

Como uma ideologia moderna, vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e à crise do mundo senhorial, as concepções liberais surgem (na Europa) das lutas da burguesia contra os abusos da autoridade real; os privilégios do clero e da nobreza; e os monopólios que inibem a produção, a circulação, o comércio e o trabalho livre (COSTA, 1999, p. 132-133). O liberalismo no Brasil, entretanto, só pode ser entendido com referência à realidade nacional, na medida em que se importam princípios e fórmulas políticas que não são de todo *adequados* às necessidades das elites locais.

Assim, do período imperial ao republicano, a trajetória política brasileira é marcada pelos conflitos e pelas tentativas de conciliação entre a retórica liberal e a política pragmática. Considerando que os mesmos institutos podem ter significados diferentes, em contextos distintos, deve-se ir além de uma análise formal do discurso liberal (COSTA, 1999, p. 132): é preciso desconstruí-lo, em sua acepção clássica, de modo que se possa definir a especificidade do liberalismo instaurado com características próprias no Brasil.

Utilizadas tais ideias em diferentes momentos históricos, por inúmeros grupos políticos e com distintos propósitos, há que se distinguir, pelo menos, dois tipos de liberalismo no Brasil (CARVALHO, 2003): aquele que é apropriado pelos proprietários rurais daquele que é apropriado pelos profissionais urbanos. Estes últimos, no entanto, emergem na sociedade brasileira a partir da década de 1860, com o maior desenvolvimento sócio-cultural e urbanístico do país, quando os direitos individuais, então, parecem encontrar melhores condições de se desenvolver.

No Rio Grande do Sul, todavia, a clivagem ideológica entre conservadores-liberais e conservadores-autoritários persiste desde primórdios da propaganda

republicana até o advento do Estado-Novo, a partir da cisão ocorrida no interior da classe dominante gaúcha⁹⁷.

O fato é que, em meio à formação da sociedade gaúcha, a deposição da oligarquia tradicional por um grupo político distinto implica uma significativa alteração no modo como se passa a legitimar o poder político em âmbito local. Uma vez que a oligarquia rural legitima-se no poder, ao longo do século XIX, pela forma tradicional de dominação, os republicanos buscam legitimar-se em outras bases, através de fundamentos modernizadores, baseados no Direito e no corpo doutrinário positivista.

Transita-se, dessa forma, de uma típica dominação patriarcal, exercida em virtude da fidelidade ao estancieiro, ao tipo-ideal de dominação racional, tendo como idéia-base a existência de um estatuto normativo previamente estabelecido (WEBER, 2002).

À diferença dos demais partidos republicanos brasileiros, o PRR estabelece as estruturas de seu discurso político com base na ideologia da eficiência administrativa, da regeneração das instituições políticas estatais (em termos de saúde financeira e responsabilidade fiscal) e do interesse geral das diferentes classes sociais, em prol do bem estar coletivo:

A questão da legitimação frente à população do Rio Grande do Sul pela eficiência foi central já no período de consolidação. Durante o “governicho”, os editoriais d'A Federação repetidas vezes colocaram a necessidade da volta do partido ao poder, para que pudessem ser assegurados os interesses da população do estado (...). Portanto, não era somente o regime republicano que deveria ser salvo com a presença do PRR no governo do estado, mas também os interesses das classes sociais, que estavam sendo ameaçados pela anarquia do governo dos monarquistas (PINTO, 1986, p. 25-26).

Por creditarem maior poder de legitimação⁹⁸ à moralidade e à eficiência administrativa, em detrimento da questão do voto e das eleições livres (PINTO, 1986,

⁹⁷ É em meio ao período de grande expansão dos chamados pasquins, célebres pelos ataques morais e pelos abusos de linguagem, que surge no Rio Grande do Sul o periódico *A federação*, em 1894, marcando a origem do jornalismo político-partidário gaúcho. Quando a força dos jornais estabelece-se como forma de ascensão política, os políticos substituem gradativamente, os tipógrafos na função social de jornalistas, desenvolvendo a concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visando a veicular, de forma organizada, a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil (Rüdiger apud DORNELLES, 2005). A partir da década de 1930, todavia, a industrialização fomenta o desenvolvimento das empresas jornalísticas, aumentando o público leitor e viabilizando a publicidade, como principal fonte de financiamento do jornalismo (DORNELLES, 2005, pp. 107-108). Desde então, co-existiram, lado a lado, o jornalismo noticioso com o político-partidário. Essa mudança de estilo verificada no jornalismo, entretanto, não significou a independência do jornalismo em relação aos seus candidatos políticos, mas contribuiu para que, gradativamente, o debate sobre os assuntos da atualidade fosse desvinculado dos compromissos doutrinários.

p.25), mostram-se os republicanos contrários ao princípio liberal da representação popular, por meio do qual seus adversários políticos poderiam suplantar-lhes no poder político. Como consequência, fraudam o processo eleitoral, de forma sistemática, ao longo de todo o primeiro período republicano e, também assim, restringem a atuação do Poder Legislativo local, transformando-o num órgão público com funções meramente orçamentárias e fiscais.

As concepções do PRR estavam embasadas na filosofia positivista, opondo-se tanto ao liberalismo político quanto ao liberalismo econômico. Os republicanos sul-rio-grandenses entendiam que ao estado cabia um papel fundamental na organização da sociedade, garantindo a harmonia social (ordem) e promovendo o desenvolvimento econômico (progresso). Possuíam uma visão orgânica da sociedade, pregando a incorporação do proletariado moderno e uma sociedade sem diferenças sociais profundas. Contrariamente ao liberalismo político, os republicanos positivistas não acreditavam na representação da sociedade através do voto. A verdadeira democracia era a administração da sociedade para todos e não a representação política dos setores da sociedade. Mesmo defendendo a livre iniciativa e preconizando a concorrência contra o regime de monopólio, o PRR não aceitava a supremacia do livre mercado sobre a vida social. O Estado deveria cumprir um papel auxiliar na vida econômica, exercendo uma tutela social, com responsabilidade sobre as condições de abastecimento e ocupação da população local. O positivismo justificava a intervenção do Estado na vida econômica, legitimando, no campo ideológico, as ações consideradas fundamentais para o plano econômico republicano pelo seu caráter social (HERRLEIN JR, 2004, p. 195).

Com efeito, cabe à Assembleia Legislativa tão somente aprovar o orçamento estadual, a partir de projeto elaborado pelo executivo, bem como decidir acerca do lançamento de tributos e da contratação de empréstimos. A atuação do corpo legislativo, avessa ao modelo liberal, amolda-se ao ideário positivista (OSÓRIO, 1992, p. 23), segundo o qual os representantes da sociedade não têm por função veicular interesses políticos ou econômicos de grupos sociais, mas sim fiscalizar o executivo na administração das finanças e do patrimônio público.

A formulação de uma constituição marcadamente positivista parece ser determinante ao sucesso dessa empreitada, que possui como objetivo maior fornecer

¹ A ação de conferir legitimidade a um ato, um processo ou uma ideologia, de modo que se torne aceitável para uma comunidade (COELHO, 1991, p. 360). O poder é habitualmente legitimado através da autoridade. Enquanto a noção de *legitimidade* pressupõe um consenso mais ou menos generalizado, a legitimação refere-se ao modo de obtenção desse consenso entre os membros de uma coletividade.

instrumentos ágeis ao governo para implementar seus projetos político-econômicos; impedir o acesso da oposição ao poder estatal (pelas vias institucionais) e consolidar a legitimidade do governo republicano (TARGA, 2004). Tais mecanismos servem para evitar a ingerência de interesses políticos ou econômicos de grupos rivais na gestão da coisa pública, transformando a questão constitucional no principal mote da luta política travada até o final da década de 1920:

A questão constitucional foi, durante a República Velha, um problema que ocupou uma posição de destaque na luta política, principalmente no discurso dos grupos oposicionistas. Tal centralidade está ligada a duas questões: uma relacionada com a própria organização do novo regime – a Constituição deveria refletir os anseios dos diversos grupos que se uniram em torno da propaganda republicana. A outra, pela própria tradição jurídica das elites brasileiras, da qual Rui Barbosa era o expoente máximo. Se o aparato constitucional foi um tema central no debate da República Velha em geral, foi no Rio Grande do Sul que a discussão do tema assumiu grandes proporções, tornando-se muitas vezes a questão em torno da qual se organizava a luta política (PINTO, 1986, p. 36).

Desse modo, ao longo de quatro décadas à frente do governo estadual, o PRR depara-se com o enfrentamento da oligarquia pecuário-exportadora (e de seus próprios dissidentes internos) e, no plano federal, com as oligarquias cafeeiro-exportadoras que sustentam o pacto político dos governadores⁹⁹. Daí definirem os republicanos as suas estratégias no poder pela utilização de um discurso socialmente neutro e não oligárquico¹⁰⁰, combinado ao caráter isolacionista de suas práticas políticas (PINTO, 1986, pp. 104-105).

Na trincheira oposta, todavia, os fundamentos ideológicos que embasam o discurso liberal-federalista são as concepções iluministas, difusas em meio a preceitos do Direito Natural e do Direito das Gentes¹⁰¹. Ao penetrarem nos portos da região, pelos

99

Política ideada por Campos Salles, que entregou os estados ao domínio das oligarquias locais, concedendo-lhes plena autonomia na direção dos assuntos regionais; recebendo delas, em troca, o apoio que necessitava na esfera federal (COSTA, 1999, p. 397).

100

Ainda que não se mostre anti-oligárquico, no sentido preciso da expressão, porquanto não se coloque em choque contra a política que era desenvolvida no plano federal, seu posicionamento é estratégico, por proporcionar ao PRR maior segurança e estabilidade no poder (PINTO, 1986, p.36). Não há lugar, pois, para radicalizações no quadro político de então, até porque as demais oligarquias estaduais poderiam aliar-se à oligarquia local para a retomada do poder político no estado.

101

O direito natural (*jus naturalis*), em sua acepção moderno-iluminista (séculos XVII e XVIII), pode ser definido como um modelo de racionalidade caracterizado pela confiança no poder da razão. Traduz-

mais diversos meios comunicantes, essas ideias que circulavam na região platina alcançam o Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX (PADOIM, 2001), quando foram difundidas pelo comércio de livros e periódicos; pelas faculdades de Direito; pela maçonaria; e, finalmente, pelos próprios partidos políticos.

(...) o Direito (ensino do) foi, para a América espanhola e para a portuguesa, do final do século XVIII em diante, uma prioridade e um destaque, sendo uma importante escola formadora de mentalidades, pois desenvolveu conteúdos vinculados aos fundamentos e evolução do jusnaturalismo e do direito das Gentes, como os conceitos de racional, nacional e natureza, a relação entre o Estado e o indivíduo, o equilíbrio entre autoridade e liberdade e o direito de se rebelar contra um governo tirânico (PADOIN, 2001, p. 22).

Egressos dos cursos do Direito, os bacharéis Gaspar Silveira Martins, Wenceslau Escobar, Antonio Ferreira Prestes Guimarães e Francisco da Silva Tavares, entre outros líderes da Revolução Federalista, difundiram sua versão liberal de Estado e do exercício do poder. Também assim, pela articulação militar e política com os *Blancos* e *Radicais*¹⁰², que através de redes de solidariedade firmadas nas zonas de fronteira, acabam absorvendo parte dos ideais político-liberais que, sucessivamente, serão expressos nos programas dos partidos Federalista, Democrático e Libertador.

Inserindo-se nos mais diferentes sistemas políticos ao longo da experiência republicana brasileira, o chamado *liberalismo oligárquico* assume feições semelhantes em todo o país. Ao adaptarem os princípios liberais a seus interesses e propósitos de

se, nesse sentido, a Escola do direito natural, apoiada em Grotius e Pufendorf, como uma concepção moderna do Direito que favorece a sua laicização e unificação (HUPPFER, 2011). No campo político expressa o princípio da tolerância religiosa e o da limitação dos poderes do Estado, que associado às teses do contrato social, constituem-se nas bases do Estado liberal moderno. Já no campo moral, representa semelhante reivindicação da autonomia da razão que o cartesianismo afirmava no campo filosófico e científico. Essas diferentes perspectivas a respeito do mesmo tema conduzem a um princípio de unificação que não se encontra propriamente no conteúdo, mas no método (racional) que permite a redução do Direito, da política e da moral a uma ciência demonstrativa (BOBBIO, 1986, p. 15). Quanto ao direito das gentes (*jus gentium*), como base do direito internacional, envolve o estudo sobre as relações entre os Estados soberanos, ou melhor, princípios da lei natural que regulam a conduta e os negócios dos Estados. Para aprofundamentos, vide: VATTEL, Emer de. O direito das gentes. trad. Vicente Marotta Rangel. Brasília, Editora Unb, 2004.

102

Partidos de oposição que compartilham realidades (ambos os grupos excluídos do poder no Uruguai e Argentina, respectivamente) e projetos políticos semelhantes, como a causa federalista. Os membros da ala tradicionalista do Partido Blanco (caudilhistas), por exemplo, contestavam a centralização política pelo poder executivo uruguaio e, igualmente, reivindicavam maior autonomia departamental e municipal, além do cumprimento do acordo de paz firmado em abril de 1872 (COSTA, 2006). Sobre o assunto: ARDAO, Arturo. *Racionalismo y Liberalismo en el Uruguay*. Montevideo: Universidad de la Republica, 1962.

dominação, as elites políticas rurais dão-lhe sentido e interpretação próprios, com acentuado tom conservador.

Politicamente, o liberalismo oligárquico incumbe-se de alimentar a idéia de uma *democracia representativa*, sob alguns prudentes ajustes institucionais (CODATO, 2008). Nessa variante, seu conteúdo aproxima-se da visão dos intelectuais-políticos do início do século XX, restringindo-se aos princípios do sufrágio universal, da divisão dos poderes e de uma visão elitista da dinâmica representativa, sem a participação ou o envolvimento das massas.

No campo econômico, a visão liberal-oligárquica é ainda mais seletiva, por não tolerar a intervenção estatal em seus interesses diretos (não raro relacionados com o comércio exportador), em nome do princípio do livre mercado e da livre iniciativa privada. Contudo, reclama pela intervenção estatal no financiamento da produção e dos estoques excedentes (CODATO, 2008, pp. 258-259), bem como da eventualidade de prejuízos comerciais.

A contra face desse conservantismo *anti-industrial* é a crença interessada na *vocação agrária* do Brasil, como sua principal plataforma ideológica (CODATO, 2008, p. 259). Assentada na grande propriedade e na economia pecuário-exportadora, buscam apoiar-se numa estrutura tradicional de dominação, assentada no patriarcalismo e no Direito natural¹⁰³.

Com isso, o núcleo do antagonismo ideológico entre republicanos e federalistas parece radicar-se nos projetos econômicos divergentes que formularam para o estado, por apresentarem soluções opostas para a crise da economia pecuário-exportadora (FONSECA, 1993). Os federalistas defendem um projeto de especialização pecuária para a economia meridional, fundados na teoria das vantagens comparativas¹⁰⁴,

103

Toda a tradição do pensamento jurídico ocidental (grego e latino) é dominada pela distinção entre o direito natural e o direito positivo (BOBBIO, 2006, pp. 23-26): o primeiro é posto pela natureza, permanecendo imutável no espaço e no tempo; o segundo é limitado a um determinado povo, com quem estabelece uma identidade social, sendo posto e legitimado por ele – o que o torna relativo e mutável. Em meados do século XIX, todavia, o positivismo jurídico, como reação às promessas não cumpridas pelo movimento iluminista, acaba reduzindo todo o direito existente ao positivo. Assim, ao excluir do natural a categoria de juridicidade, estabelece a sua teoria da coerência e da completude do ordenamento jurídico positivo.

104

A teoria das vantagens comparativas sugere que cada país se especialize na produção da mercadoria em que é relativamente mais eficiente (ou que tenha um custo relativamente baixo). Fornece, com isso, um mecanismo automático de ajustamento do balanço de pagamentos e uma demonstração de que todos os países, independente da estrutura de custos de sua economia, ganhariam com o livre comércio (GONTIJO, 2007). Essa teoria clássica do comércio, originalmente formulada por David

reivindicando estradas, portos e a taxaço do charque platino; os republicanos, por interpretaram a crise da economia regional como resultado do próprio modelo pecuário-exportador (TARGA, 2004), apostam no abastecimento do mercado interno, pela diversificação das exportações e pelo desenvolvimento do comércio e da indústria que se beneficiam das matérias-primas produzidas na região, a partir da produção dos pequenos e médios produtores rurais.

Tendo diagnosticado as causas da crise econômica meridional, ao formular um projeto para o futuro da sociedade gaúcha, o governo republicano coloca em prática uma série de reformas que considera necessárias para estabelecer a ordem pelo progresso sócio-político e econômico da região. Assim, se durante o Império o poder esteve centrado na oligarquia tradicional, que atuava em prol de suas atividades e interesses econômicos, o panorama da Primeira República inverte essa relação (TARGA, 2004), fazendo com que os novos setores sociais (agricultores/comerciantes das zonas coloniais; empresários arroseiros e, posteriormente, industrialistas) apareçam como os principais beneficiados pela ação política estatal¹⁰⁵.

Em vista desses objetivos, mostram-se os Republicanos cada vez mais radicais no que se propõem, de modo que o autoritarismo se torne uma constante ao longo das quatro décadas nas que permanecem no poder. Daí a sucessão de tais atitudes e medidas governamentais que distancia o entendimento entre republicanos e federalistas, ora pela defesa das relações comerciais e industriais (sobretudo a partir da década de 1920); ora pelo uso indiscriminado da máquina estatal e do autoritarismo político com que os primeiros conduzem a *presidência* no estado, envolto em sucessivas reeleições e continuadas fraudes eleitorais.

Sobrevém ao final de um longo período de instabilidades políticas, marcado por duas revoluções de grande repercussão social (1893 e 1923), a almejada trégua entre republicanos e federalistas e, também assim, a conciliação entre os setores de oposição (1928). Isto resulta na formação do Partido Libertador (PL), em torno das suas vertentes

Ricardo, predominou nas relações entre os países platinos até meados do século XX, fornecendo um modelo para a divisão do trabalho (SILVA, 2002). No entanto, as ocorridas mudanças nas estruturas industriais, a partir das décadas de 1950 e 1960, provocaram alterações nas relações comerciais entre os países, colocando em dúvida a capacidade dessa teoria para explicar o padrão de comércio internacional em seu todo.

105

Neste sentido, a reforma tributária proposta no início do século XX, objetiva o estabelecimento de uma estrutura fiscal baseada nos impostos diretos que recaem, em sua maior parte, sobre a propriedade da terra.

Assissista (presidencialista) e Gasparista (parlamentarista), bem como de outros dissidentes republicanos.

Nessas circunstâncias, os conservadores-liberais ganham corpo e formato político-partidário, com a reunião de grupos e líderes políticos de oposição consideravelmente heterogêneos. Não obstante, depois de acirrados debates, os Libertadores acabam por adotar o mesmo programa do Partido Democrático Nacional¹⁰⁶, que vem a ser uma reedição daquele formulado por Assis na primeira década do século XX.

Limita-se tal programa à enumeração de diversos preceitos democrático-liberais, muitos deles consagrados na Constituição de 1891 e, ainda, à defesa da lisura nos pleitos eleitorais, do voto secreto e da garantia dos direitos políticos (TRINDADE, 1979, p. 165). Inseri-se, também assim, por força da ala parlamentarista¹⁰⁷, a defesa das eleições indiretas para a Presidência da República e o princípio da responsabilidade dos Ministros de Estado perante o Congresso Nacional¹⁰⁸.

Daí o discurso do Partido Libertador poder ser identificado tanto pelo padrão de linguagem quanto pelas ideologias que o fundamentam, em grande parte relacionadas ao liberalismo político, em sua acepção clássica, combinado ao estilo político conservador. Associando-se às formas ideológicas que sustentam a ação política dos grandes proprietários rurais, no final do século XIX, suas regularidades discursivas estão inseridas no tradicional padrão das oligarquias regionais que, até o advento da Revolução de 1930, dominam o campo político na maior parte do país.

106

No final da década de 1920, a Aliança Libertadora, grupo político que reunia federalistas, assissistas e republicanos dissidentes, junta-se ao Partido Democrático de São Paulo e ao do Distrito Federal para criar o Partido Democrático Nacional (PDN).

107

Procurando driblar a rivalidade entre presidencialistas e parlamentaristas, representados pelos seguidores de Assis Brasil e Gaspar Martins, respectivamente, o programa partidário libertador inscreveu os princípios das *eleições indiretas* e do *governo coletivo*, pelo comparecimento e assunção de responsabilidades, pelos ministros de Estado, frente ao Congresso Nacional. Restaram silenciadas às questões de *governo solidário* e de *dissolução das câmaras* - isto é, a possibilidade de se derrubar um gabinete mediante o *voto de desconfiança* (SÁ, 1973 pp. 67.68). Não obstante, os gasparistas (federalistas parlamentaristas) teriam a possibilidade de trazer o assunto em pauta em convenções futuras, até que obtivessem maioria suficiente para a reforma do programa, com a inclusão dos demais preceitos parlamentaristas.

108

Com base em Osório (1992), pode afirmar-se que o programa Libertador (1928) não dispõe sobre maiores propostas no campo econômico ou social. Como síntese das aspirações do partido na atividade nacional e local está o lema do partido (item IV), Representação e Justiça, suscitando a criação e o desenvolvimento do processo de alistamento eleitoral, do voto secreto e da autonomia do Poder Judiciário - objetivando limitar as intervenções do Poder Executivo na investidura de Juízes e Magistrados.

Até Getúlio Vargas tornar-se presidente em 1930, a ordem política brasileira era profundamente elitista e oligárquica, e os partidos conservadores atuaram nesse longo período como reforço à ordem fundamentalmente conservadora. Durante o Império (1822-1889), os dois partidos principais, Liberais e Conservadores, eram extremamente fracos em termos organizacionais, e a natureza do poder político era basicamente pessoal. Com a sua formação em fins da década de 1830, os partidos Liberal e Conservador foram protagonistas moderadamente importantes na luta pelo poder político, constituindo canais para os cargos públicos, as peças-chave da ordem patrimonial (MAINWARING et. al., 2000, p. 17).

No que se refere ao conservadorismo político, ele é aplicável inclusive ao PRR, enquanto *conservadores-autoritários*, vez que todas as alterações promovidas na estrutura político-econômica do estado por esse partido, durante a primeira República, transcorrem sem provocar alterações bruscas na estrutura social¹⁰⁹. O positivismo, com ênfase na ação do Estado e na neutralização dos políticos tradicionais, apreende a tradicional fórmula política da *modernização conservadora*¹¹⁰.

Por isso a crítica à tese *reformista* do positivismo gaúcho, tal como é defendida por Fernando Henrique Cardoso (1980), na medida em que analisa a *ordem* para o contexto europeu e o *progresso* para o caso latino-americano. Essa concepção passa pelo entendimento de que o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro (progresso) nunca dispensou o outro lado da ideologia (ordem), em suas acepções próprias.

109

Interessante observar, nesse sentido, que ao contrário do ocorrido em vários países latino-americanos, não se constituíram as bases, no Brasil, para o desenvolvimento da clivagem conservadores vs. Liberais (MAINWARING et. al., 2000, pp. 17-18). Ambos as vertentes ideológicas compartilham de uma opinião similar na maioria das questões políticas e, inclusive, das religiosas, apoiadas sob o princípio da secularidade. Ao que indicam os estudos sobre o tema (ibidem, 2000, pp. 18-19), ao compararem o desenvolvimento dos partidos conservadores na América Latina, é útil distinguir aqueles países onde a competição e a participação política expandiu-se mais cedo daqueles em que se desenvolveram mais tarde. Essas diferenças nos padrões históricos moldariam as possibilidades iniciais para a menor ou maior institucionalização dos partidos conservadores.

110

O termo modernização conservadora foi elaborado, originalmente, por Barrington Moore Junior para retratar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, cujos processos de modernização social alicerçaram-se sobre um modelo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes. Os pensadores nacionais, por sua vez, muito embora sem as devidas mediações históricas, detiveram uma importância primordial, ao demonstrarem que houve a penetração das forças produtivas tipicamente capitalistas na agropecuária nacional, ainda que não tenham ocorrido maiores alterações fundiárias e se mantido concentrada, mormente nas grandes unidades de exploração agropecuária (PIRES e RAMOS, 2009, pp. 412-416).

Os dois aspectos do positivismo (*ordem e progresso*) não podem, nem para fins analíticos nem de exposição, ser dissociados, com o risco de, ao ignorar-se um deles, perderem sua dinâmica, sua complexidade e as múltiplas determinações que os envolvem. *Progresso dentro da ordem* supõe exatamente acumulação de capital sem quaisquer vínculos distributivistas e/ou associados a uma democracia substantiva: ao cercear as reivindicações, concebê-las como desordem ou anomia, o positivismo (sem qualquer arroubo panfletário) propõe a acumulação para o capital e o bom comportamento para o trabalho. Fica claro, então, que, para o caso brasileiro e, portanto, o gaúcho, não há de se destacar isoladamente nem a ordem nem o progresso; ambos fazem parte de um mesmo projeto e de um mesmo processo: "progresso", pois, desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas; mas necessariamente ordenado, pois, excludente e sem ferir aspectos tradicionais concentradores da estrutura social (FONSECA, 1993, pp. 415-416).

Até as vésperas da formação da Aliança Liberal, o Governo positivista gaúcho é contrário ao voto secreto, à Justiça Eleitoral, ao voto feminino e ao pluralismo partidário, ficando à margem da questão política a representação partidária dos trabalhadores e das classes médias urbanas mais pobres. O PRR tende a agir, via de regra, representando os interesses mais gerais e definidores das classes dominantes, legitimando-se frente às oposições políticas locais ou nacionais (FONSECA, 1993, p. 414).

Daí não ser possível associar ao PRR qualquer caráter progressista¹¹¹, se não em sentido estrito, limitado à defesa do desenvolvimento das relações capitalistas e, a partir dos anos 20, da industrialização, em detrimento do agrarismo predominante nas oligarquias rurais. Ao estimular a reprodução ampliada do capital comercial, privilegiando os interesses das elites urbanas, em detrimento da sociedade pecuarista-exportadora, o partido dá sentido e razão de ser à denominação de *República Velha* ou *Oligárquica*, no sentido de que a política oficial se ocupa dos interesses das elites envolvidas.

111

Nessa esteira, o ocorrido com as greves operárias, em 1917, deve ser interpretado de forma semelhante ao que aconteceu na transferência do controle da Viação Férrea do Rio Grande do Sul para o governo estadual, em 1920. Por não possuírem razões nem raízes mais profundas que possam detectar o aparecimento de algo novo, permanente ou duradouro nas relações entre as classes dirigentes e o movimento emergente dos trabalhadores, devem ser interpretadas no sentido mais restrito. As questões distributivas emergentes, contudo, nunca estiveram na pauta dos positivistas gaúchos, de modo que a especificidade daqueles acontecimentos isolados não possa conduzir senão a interpretação dessas ações como algo episódico (FONSECA p. 414), resultado de um conjunto de fatores circunstanciais que não é passível de generalização.

O estado gaúcho na República Velha defendia, no Rio Grande do Sul, a propriedade, o latifúndio, a modernização da pecuária e o aparelhamento dos meios de transportes como forma eficaz e completa de obter um capitalismo multilateral. O governo autoritário era elitista; na verdade, as disputas pelo poder se davam em termos de facções de classe dominante. O Rio Grande do Sul realizava, ao nível regional, o governo das classes conservadoras, propugnado por Comte. Uma elite, não de sábios, mas de políticos e administradores pertencentes ao Partido Republicano, (que) ocupava os postos-chaves, adotando como norma de conduta *viver às claras e viver para outrem*. Dentro deste ponto de vista, condenava-se o voto secreto, pois toda a ação do cidadão deveria ser pública e honestamente proclamada. Dentro de um contexto já estabelecido em termos de padrões de dominação-subordinação baseados na violência, na arbitrariedade e na intimidação, pode-se imaginar, em termos eleitorais, o que adviria deste 'viver às claras'... (PESAVENTO, 1979, p. 220).

O processo de conciliação das elites prossegue, todavia, com a criação da chamada Força Única Gaúcha (FUG) e, sucessivamente, da própria Aliança Liberal. Esta última, fundada com o objetivo imediato de aglutinar as forças oposicionistas em torno de uma candidatura capaz de enfrentar o candidato paulista Júlio Prestes, constitui-se num forte indicativo de decadência do sistema oligárquico nacional, tradicionalmente fechado e predominantemente agro-exportador¹¹².

À frente das oligarquias reunidas e regionalmente identificadas, Vargas mostra-se discursivamente sensível aos apelos de grupos sociais que, até então, estão relegados a um segundo plano no campo da participação política. Ao incorporar ao seu discurso aspirações e desejos específicos de setores populares e das oligarquias dissidentes à política do *Café-com-leite*¹¹³, personifica-se num símbolo da integração nacional.

Tal metamorfose também pode ser explicada pela situação de crise sócio-econômica e política que propicia o aparecimento de uma oposição mais atuante, apoiada em idéias de integração nacional, de democracia política, de desenvolvimento econômico e de enaltecimento nacional¹¹⁴. No campo discursivo, outro tema que

112

A decadência econômica das oligarquias agro-exportadoras atinge seu ápice com o fortalecimento político de outras frações da elite economicamente dominante, que ao questionar a situação vigente, opõe-se à resistência oligárquica de absorção a outros grupos emergentes na vida política do país.

113

Nome dado às articulações de bastidores acerca do revezamento entre São Paulo e Minas Gerais quanto à definição dos candidatos à Presidência da República, sob influência dos setores agrários desses estados que representavam, respectivamente, a maior economia e o maior colégio eleitoral brasileiro.

114

A marginalização do sistema político imposta pelo regime oligárquico passa a ser questionada pela plataforma da Aliança Liberal, que se constitui no principal instrumento da campanha presidencial de

compõe a plataforma ideológica aliancista encontra-se na necessidade de renovação das práticas democráticas, hábitos e costumes políticos (WASSERMAN, 2007).

Os apoteóticos manifestos públicos de Vargas apresentam conteúdo implícito de um caráter incorporador, objetivando o comprometimento do público ouvinte, através de uma inusitada disposição de apelo às massas para a participação política (WASSERMAN, 2007, p. 21). Tem o objetivo de atrair os setores urbanos cujo ingresso na política não é permitido através dos canais oligárquicos tradicionais. No ímpeto de uma *organização nacional*, Vargas assume a condição de porta-voz dos excluídos, incorporando ao seu discurso tanto as aspirações dos populares como as das oligárquicas dissidentes, como o único caminho capaz de promover a retomada do progresso e do desenvolvimento no país.

Associado ao clima de descontentamento e de disputa por espaço político (entre os setores tradicionais e os economicamente emergentes no período em questão), a efervescência revolucionária é também favorecida pela carência de inversões estrangeiras decorrentes da crise do capitalismo internacional (1929), o que reforça as características antioligárquicas do discurso oposicionista. Isto porque, em períodos de crise econômica, quando se tornam escassas as inversões estrangeiras e a distribuição de lucros beneficia mais alguns componentes da elite do que outros, costuma intensificar-se a disputa pelo controle do Estado, como forma de proteção pessoal dos efeitos da contração econômica (CODATO, 2006).

Em sociedades recentemente urbanizadas, cujas classes sociais pouco a pouco se habituavam ao convívio em situações de maior complexidade, onde (sic) o poder político era há muito tempo monopolizado por uma fração das elites econômicas que, além de tudo o mais, tinha comportamento aristocrático e tributário do período colonial, gerando processos políticos altamente autoritários, tornava-se difícil o aparecimento de grupos de oposição realmente combativos. Neste sentido, quando as idílicas formulações nacionalistas dos intelectuais românticos do século XIX foram substituídas por idéias e promessas incorporadoras elaboradas por políticos de elite, a tendência nessas sociedades foi que a memória coletiva passasse a identificar esses políticos como os fundadores da nação (WASSERMAN, 2007, p. 27).

Getúlio Vargas. Aliada à crítica do monopólio de poder exercido por grupos primário-exportadores, vincula-se também a preocupação desarticuladora do país, seja de ordem político-regional, seja de ordem político-econômica, advinda da excessiva proteção à cafeicultura, que se perpetua no poder pela fórmula de privatização dos lucros e de socialização das perdas.

O fato é que, com a ascensão de Vargas à Presidência da República, através da Revolução de 1930, dá-se a integração do Rio Grande do Sul à política nacional e, também assim, do próprio modelo positivista gaúcho¹¹⁵. Ao que tudo indica, a transposição desse modelo ao plano nacional, do ponto de vista ideológico, antecipa em muitos aspectos o projeto *desenvolvimentista*, no que se refere ao afastamento dos princípios do liberalismo econômico clássico (tal como o dogma do livre mercado) como pré-condição suficiente para assegurar a acumulação de capital.

Contudo, a transposição do positivismo gaúcho para a política nacional não se dá sem mediações (FONSECA, 1993). A moralização de um positivismo ortodoxo é substituída pela ideologia de um Estado comprometido com o progresso econômico que, ao contrair empréstimos, subsidia segmentos sociais e estabelece prioridades que passam a integrar a agenda estatal.

Ao se afastar das práticas políticas de seus antecessores políticos, Vargas leva às últimas conseqüências o ideário positivista de se comprometer com o progresso (FONSECA, 1993, p. 416), ainda que de modo conflitante com outro postulado da mesma ideologia, ligado à neutralidade de político¹¹⁶. Também assim, a almejada autonomia regional¹¹⁷, defendida tanto pelos Republicanos Rio-grandenses e como pelos Libertadores Assistentes cederá espaço na administração de Vargas para ações políticas altamente centralizadoras, frente ao sentimento nacionalista que suscita¹¹⁸.

115

¹ A tese do transplante do positivismo ao Governo Federal é controvertida entre a literatura historiográfica, quanto ao grau de influência de seus contornos ideológicos, na medida em que a Revolução de 1930 ocorre sob a égide de uma aliança integrada por políticos de diversos matizes ideológicos, muitos dos quais são críticos do positivismo e outros reconhecidamente contrários à via revolucionária. Soma-se, ainda, a aproximação de Vargas ao movimento tenentista, composto por liberais a integralistas, passando pelos comunistas, relativizando a influência positivista na gerência do poder à frente de Getúlio Vargas.

116

¹ Ao contrário de Borges de Medeiros, defensor do Estado moral que não deve se endividar, Vargas entendia o crédito como instituição fundamental para o progresso. O Estado neutro é substituído por outro mais atuante, comprometido com o progresso e com o financiamento da produção, tanto na prática como no discurso.

117

¹ Compreendido tanto pelos positivistas sul-rio-grandenses como pelos Federalistas como autonomia estadual, isto é, uma das principais bandeiras do PRR, ao longo de seus 40 anos no poder e, também assim, da oposição federalista na Assembléia, frente ao isolacionismo político estabelecido por Borges de Medeiros.

118

¹ Não é de se estranhar, portanto, a forte resistência encontrada no Rio Grande do Sul já às primeiras medidas centralizadoras do Governo Provisório. A Frente Única estadual, formada por ocasião da Aliança Liberal, gradualmente bandeou-se para a oposição. Republicanos e Libertadores não hesitaram em se declarar descontentes com os rumos tomados pela Revolução. Para aprofundamentos

A flexibilização desses dogmas positivistas, no entanto, não é algo abrupto em Vargas, mas que se ensaia ao final da República Velha; reforça-se na presidência do estado (1928)¹¹⁹ e, após a Quebra da Bolsa de Nova Iorque (1929), consolida-se na formação da Aliança Liberal, em termos discursivos. Com a Revolução de 1930, os princípios ideológicos positivistas já estão mais tênues¹²⁰, de modo que Vargas relativizará muitos outros dogmas *comteanos* para que, paulatinamente, possa agregar ao seu discurso novas ideologias político-econômicas em voga na década de 1930, como o corporativismo e o fascismo italiano.

Por esse motivo é que, com o fim da Primeira República, a ascensão de Vargas ao poder é considerada como um dos mais importantes eventos políticos brasileiros do século XX, a partir das significativas alterações que dela decorrem na estrutura sócio-econômica e política do país¹²¹. Contudo, essas mudanças podem ser interpretadas como uma iniciativa de determinados segmentos da elite e dos grupos políticos atrelados à Aliança Liberal que –apesar das alterações significativas provocadas na sociedade brasileira– parece apenas reconfigurar o modelo *dominação*¹²² num formato mais

sobre o assunto, vide: FLORES, Ericson. O Partido Libertador e a Revolução de 1930. IV *Seminário nacional de ciência política: teoria e metodologia em debate* (UFRGS). Anais... Disponível em: <www6.ufrgs.br/snecp/4SNCP/GT_InstPoliticlas/EricsonFlores.pdf> Acesso em: 23 abr. 2011.

119

¹ Ao assumir a *Presidência* do Rio Grande do Sul em 1928, juntamente com alguns membros da *geração de 1907*, Vargas daria ênfase à política nacional de fortalecimento do mercado interno, em contraposição ao isolacionismo da política borgista, voltada ao âmbito regional.

120

¹ Segundo Love (1975), trata-se de uma contradição evidente à doutrina de Comte, materializada não só nas figuras de Borges e Vargas, mas em duas diferentes gerações de políticos ligados ao PRR: a *Geração de 1907*, à qual pertenciam os elementos positivistas mais jovens (Vargas, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Lindolfo Collor e Osvaldo Aranha) e a geração dos patriarcas ou próceres da República (Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado). Embora formados dentro dos mesmos cânones positivistas, essa nova geração enfrenta os problemas de consolidação da nova forma de governo na pós-revolução (1893-1895), mostrando-se mais intransigentes à causa federalista, à ditadura positivista, à diversificação econômica estadual, aos dogmas do orçamento equilibrado e à imoralidade dos empréstimos públicos.

121

¹ Ao delinear as bases de uma sociedade moderna e industrializada, em nome da integração nacional, acaba por adotar, ao longo da década de 1930, o modelo corporativo de Estado e o controle das massas, mediante a regulamentação das relações de trabalho. De fato, com a chegada de Vargas ao Poder Federal em 1930, emergiram novas propostas, práticas políticas, símbolos e discursos que, desde logo, não são expressão única dos setores gaúchos, mas da correlação de forças constituída a nível nacional em torno da *Revolução de 1930*.

122

¹ Trata-se, assim, da capacidade de acomodação das próprias elites, num instinto de manutenção do poder político. Ou seja, os grupos que passaram a questionar o monopólio oligárquico do poder percebiam a necessidade de renovação do sistema político e do próprio modo com que se exerce a dominação. Não é de todo inoportuna, por essa razão, a comparação desse processo histórico (conservador) com o ocorrido no Rio Grande do Sul, quatro décadas antes, nem mesmo com o próprio

moderno, com maior grau de abertura e de conciliação entre os interesses vinculados aos grupos sociais emergentes desde as primeiras décadas do século XX.

No entretanto, em meio ao contexto estadual, assume Flores da Cunha, na qualidade de interventor federal, o papel de articulador entre Vargas e os líderes da Frente Única Gaúcha (FUG). Engedrando estratégias para combater os opositores políticos no estado, após eclodir em São Paulo a Revolução Constitucionalista (1932), funda o Partido Republicano Liberal (PRL)¹²³, em 15 de novembro de 1932 (TRINDADE, 2005), com intuito de congrega a classe política vinculada à Administração Pública Estadual.

A liderança autoritária de Flores (e sua reduzida preocupação com o implemento de políticas coerentes com os princípios partidários que defende, no plano discursivo) conduz a uma administração com frequentes alterações de rumo nas diretrizes econômicas e sociais¹²⁴. Em consequência, mostra-se elucidativa a afirmação de Trindade (2005, p. 102) de que, nesta conjuntura, no Rio Grande do Sul, não há propriamente um *governo partidário*, mas um *partido que se adapta às contingências do poder*.

Risorgimento italiano, ocorrido na segunda metade do século XIX. Daí a similitude da expressão de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada - *Façamos a Revolução pelo voto antes que o povo a faça pelas armas* - com a eternizada nas palavras do personagem de Lampedusa, Don Fabrizio Corbera, na obra *Il gattopardo*, na iminência do desembarque das tropas de Garibaldi na Sicília, com intuito de derrubarem o Reino Bourbon, dando continuidade ao processo de unificação italiano (1860) - *affinchè niente cambi, bisogna che tutto cambi (É preciso que as coisas mudem de lugar para que permaneçam onde elas estão, [tradução nossa])*.

123

Inspirando-se a denominação na tentativa de congrega as duas grandes ideologias partidárias, ou seja, na idéia de que era republicano (PRR) e, ao mesmo tempo, liberal (PL).

124

As proposições no campo econômico constituem-se de medidas fundamentais para a retomada do desenvolvimento interno em novas bases (TRINDADE, 2005, p. 88): 1) ampla concessão de crédito; 2) participação do Estado na criação da infra-estrutura necessária à ampliação dos negócios e do mercado interno; 3) criação de conselhos técnicos como consultores e planejadores (objetivo de racionalização dos processos produtivos); e 4) redução gradativa dos impostos e taxas incidentes sobre as atividades centrais da economia. Nessas condições, o Estado não desempenha o seu papel liberal clássico, mas de um Estado agenciador da nova regulação da vida econômica, configurando as condições necessárias para que as forças produtivas adquiram capacidade reprodutiva. Quanto à fração do programa constituída pela política social (ibidem, 2005, p. 89), a mesma liga-se diretamente às questões de regulamentação das relações entre trabalho e capital, previdência social e associação profissional. A incorporação da classe trabalhadora como um dos elementos do novo pacto social que se vai estabelecer, agenciado pelo Estado, requer não apenas o seu enquadramento no sistema produtivo como mão de obra, mas também no mercado de consumo, enquanto adquiridor de mercadorias. Incorporava-se, desta forma, as reivindicações básicas do trabalhismo, sendo que muitas delas já vinham dos pressupostos partidários do republicanismo castilhistas.

Nascido numa conjuntura cheia de pressões contraditórias, e agregando elementos de origens políticas diversificadas, o programa do PRL bem refletia esta situação mesclando proposições tradicionais e típicas de uma oligarquia republicanista pré-30 (veja-se a intransigência na defesa da autonomia estadual), com propostas modernizantes de intervenção estatal, regulamentação social e assessoria técnica, mais ao gosto de setores emergentes e identificados ideologicamente aos setores médios ou representativos de atividades mais urbanas de caráter industrial, comercial ou burocrático (TRINDADE, 2005, p. 88).

Os princípios programáticos do PRL continham contradições e ambivalências entre si, envolvidos numa estrutura organizativa relativamente simples, porém extremamente autoritária, centralizada na figura de Flores de Cunha. Sem um maior desenvolvimento de preceitos teóricos, em função da polarização ideológica entre os conservadores-autoritários do PRR e os conservadores-liberais do Partido Libertador, caracteriza-se como um partido tipicamente situacionista (OSÓRIO, 1992), procurando capturar os segmentos moderados dos partidos tradicionais¹²⁵.

De qualquer sorte, o certo é que os conflitos *federalismo vs. centralismo* e *Vargas vs. Flores* refletem-se diretamente na vida político-partidária gaúcha. Deste modo, as (re)articulações observadas ao longo desse período prendem-se não somente ao novo papel centralizador que o Estado passa a desempenhar, com o objetivo de nacionalizar as estruturas políticas (TRINDADE, 2005, p. 116), mas também às novas ideologias e tendências políticas que se tornam presentes nos debates parlamentares. Daí os temas da ortodoxia castilhista, do parlamentarismo gasparista e do liberalismo assistista ganharem novos contornos e adquirirem maior concretude histórica, ao serem diretamente questionados pelas (novas) doutrinas do fascismo integralista e do socialismo aliancista.

Com a ascensão de tais ideologias, todavia, advém também o Estado-Novo, interrompendo a experiência parlamentar no âmbito do Poder Legislativo (nacional e dos estados) até a retomada do processo de redemocratização do país, no pós-guerra. A nova conjuntura política (ditatorial) não impede, todavia, a gestão de novas ideologias e práticas políticas durante a experiência autoritária que se estende até 1945.

125

¹ Segundo Trindade (2005), a validade dessa afirmação pode ser inferida após 1945, quando o PL mantém suas bases políticas tradicionais, enquanto as lideranças do PRL e PRR (Flores e Borges) transformam-se na pequena UDN. Desse modo, o PRL cumpre sua função na Constituinte, garantindo, de um lado a continuidade de Getúlio e, de outro, projetando Flores nacionalmente como expressão política regional. Contudo, a atuação de Flores da Cunha condiciona-se ao papel que Vargas lhe reserva dentro da arena política, como seu colaborador e delegado - e não como agente autônomo de decisões.

Ângela de Castro Gomes (2002), por exemplo, propõe o uso da categoria *trabalhismo* para nomear uma experiência da história política brasileira que emerge em meados da década de 1940, mas que possuirá reflexos nas décadas seguintes, ganhando múltiplos significados e diferentes enunciadores. Ao acompanhar sua *invenção* num momento histórico precisamente delimitado no tempo (1942), a autora nomeia tal categoria como um conjunto de ideias crenças, valores, símbolos e estilos de fazer política que passa a integrar a cultura político-partidária e sindical brasileira a partir dos anos 1940, consolidando-se na década de 1950 e 1960.

Procurando afastar-se do sentido pejorativo que se associa à noção de *populismo*, a autora utiliza-se da expressão *trabalhismo* como uma categoria historicamente mais precisa e adequada para ressaltar novos significados para esse conjunto de idéias e práticas políticas da história brasileira, assentada na articulação entre Estado e Sindicato¹²⁶. Nesse sentido, a categoria de trabalhismo proposta pelo discurso estadonovista, no bojo da segunda guerra mundial e do exemplo político inglês, antecederia cronologicamente, em termos de veiculação política, o uso da categoria *populismo*, datada dos anos 1950 (GOMES, 2002, p. 59).

Em relação à categoria *trabalhismo*, é interessante verificar como ela é remetida ao início da Primeira República. Uma percepção, a meu ver, equivocada, pois está sendo lançada para um período anterior às próprias condições históricas que a geraram e a fizeram ter existência política no Brasil. Acredito, por exemplo, que esse tipo de raciocínio permitiria dizer que o presidente Hermes da Fonseca, que promoveu um Congresso Operário nos anos 1910, seria “trabalhista”. Permitiria, no limite, considerar que qualquer grupo organizado de trabalhadores que se relacionasse negociasse com autoridades políticas, ipso facto, era e é trabalhista. Ou seja, a categoria ganharia tanta amplitude e fluidez, que perderia sua eficiência conceitual.

126

¹ Em um interessante ensaio teórico, Gomes (2002) propõe-se a pensar o populismo como um mito político que integra o imaginário social brasileiro, ao passo que o trabalhismo é por ela considerado como uma tradição política pertencente ao campo do pensamento social/político brasileiro. Para isso, faz uso da noção de mito em Girardet, assumindo a forma de narrativa explicativa das origens e, por isso, das características de um grupo social; como uma ideia-força capaz de mobilizar e estimular os membros de um grupo para a ação ou como uma mistificação, uma ilusão produzida para lidar com a realidade, sem subordinação a um raciocínio de tipo lógico. O trabalhismo, por sua vez, não possuiria o mesmo tipo de poder explicativo e mobilizador de populismo, já que está situado historicamente de forma precisa, não havendo recuos a quaisquer origens remotas, nem enraizamentos em momentos imemoriais de formação da sociedade brasileira. Deve ser entendido, desse modo, como um conjunto de ideias, valores, símbolos, rituais e vocabulário que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940, quando começa a circular em um circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses pólos, em diferentes conjunturas políticas. Muito embora seu poder de significação e mobilização sobrevenha da releitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores, antes de 1930, ele só será apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque para as do PTB.

Uma crítica já endereçada a outros conceitos, como o de coronelismo, por exemplo (GOMES, 2002, p. 62).

Noutro sentido, Fonseca (1993) afirma não existir maior correlação entre o *positivismo* e o *trabalhismo* brasileiro, na medida em que este é contemporâneo ao Estado populista, sendo por isso muito posterior àquele. No entanto, tanto o *trabalhismo* como o *populismo* brasileiro decorreriam da emergência da sociedade de massas – fenômeno não existente durante a República Velha.

De qualquer modo, o fato é que o trabalhismo será apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque para as do PTB (GOMES, 2002, pp. 67-68). Com a emergência dessa ideologia política, altera-se a relação entre os direitos que integram a noção de justiça social, muito embora permaneça a cidadania sendo afiançada pelo Estado.

Superada a questão de que o trabalhismo foi sucessivamente reelaborado em situações históricas diversas daquela que o explica como fenômeno político, resta examinar outra formulação político-econômica que disputa por espaço e definição durante a década de 1950. Trata-se do chamado *nacional-desenvolvimentismo* que, tendo continuidade na década de 1970, após a derrocada do Estado populista e da ideologia trabalhista, parecer ter sua origem ligada ao positivismo gaúcho, que lhe é muito anterior cronologicamente.

Essa ideia desenvolvimentista, que toma vulto no Governo Federal após 1930, indubitavelmente tem como predecessor o governo de Vargas no Rio Grande do Sul, iniciado em 1928. Este criou, pelo Decreto n- 4.070, de 22 de junho desse ano, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. E, ao contrário de Borges de Medeiros, que defendia o Estado neutro e condenava empréstimos, sob a égide da moral positivista de que o Estado deveria não se endividar para dar exemplo moral à sociedade, Vargas entendia o crédito como instituição fundamental ao progresso. A moralização do positivismo ortodoxo foi substituída pela ideologia do Estado comprometido com o progresso, a qual deixava de ser figura de retórica: subsidiar e estabelecer prioridades passaram a fazer parte da agenda estatal. O Estado "neutro" foi substituído por outro, atuante, comprometido com o progresso e com o financiamento da produção tanto na prática como no discurso, o que não acontecia à época de Borges de Medeiros. Assim, ao se afastar da prática política de seu antecessor, Vargas levava às últimas conseqüências o ideário positivista de comprometer-se com o progresso, mas chocava-se com o postulado da neutralidade, também positivista: uma contradição «evidente da doutrina de Comte e materializada de forma diversa não só nas figuras dos dois políticos,

Borges e Vargas, mas em duas diferentes gerações de políticos ligados ao PRR (FONSECA, p. 1993, p. 416)”.

A tese segundo a qual o positivismo gaúcho é levado ao resto do país, a partir de 1930, com a ascensão de Vargas ao Poder Federal, é corrente na literatura, mas se reafirma que tal transposição não se dá de modo completo. Ao reinterpretar essa doutrina, dando-lhe nova roupagem, ele abandona paulatinamente os seus dogmas mais ortodoxos, ensejando a criação de algo novo na economia brasileira e, ao mesmo tempo, diverso do positivismo da velha geração.

O que permanece do positivismo, certamente, é o ideal de *progresso dentro da ordem*, que acompanha a própria história do desenvolvimento capitalista brasileiro. *Mutatis mutandis*, a própria Revolução de 1930 assemelha-se à ocorrida em solo gaúcho, quatro décadas antes, pelo fato de acarretar a substituição definitiva, no seio da classe dominante, do núcleo oligárquico pecuarista por uma nova elite, de origem positivista, portadora de um projeto reformador e modernizante, que acaba se personificando na figura de Vargas (BODEA, 1992, p. 2002).

Ambientado em um contexto de profundas mudanças no cenário internacional, o processo da redemocratização do sistema político brasileiro abre espaço para a construção de algumas diferenças e discursos políticos até então não admitidos. Com a queda do nazi-fascismo, associada à vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, estabelecem-se os marcos das mudanças institucionais, com o questionamento da própria ditadura estado-novista.

No decorrer do gradativo processo de restabelecimento da democracia, cresce e se diversifica a oposição a Vargas, ganhando contornos mais nítidos com o Manifesto dos Mineiros, em 1943. A partir de então, a política populista de Vargas aciona suas estratégias que se materializam em práticas políticas como a do trabalhismo e do peleguismo (política sindical submetida ao controle governamental).

O populismo de Vargas, no entanto, atingiria o seu auge em 1945, quando mobiliza as massas populares, influenciadas pelas lideranças trabalhistas e comunistas, para exigirem a sua permanência no poder (Queremismo). O clima de efervescência e agitação política acelera a queda do regime, ocorrida em outubro daquele ano – mas não sem antes patrocinar a criação de dois dos maiores partidos políticos (PSD e PTB); conceder anistia aos presos políticos; reformar a legislação partidária e eleitoral; anunciar eleições gerais; e convocar uma Assembleia Constituinte.

Tomando a frente do processo de redemocratização do país, consegue preservar sua liderança e imagem política, mostrando-se suas estratégias tão eficazes a ponto de determinar a eleição de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951), além de sua própria vitória nas eleições de 1950, quando pelo voto direto retorna à Presidência da República.

Já em 1947, no entanto, Dutra fecha a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e intervém em mais de cem sindicatos, pela acusação de focos de agitação operária. Atendendo às reivindicações conservadoras, ele também proíbe os jogos de azar e rompe relações com a União Soviética, decretando a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a cassação dos mandatos de seus parlamentares.

O segundo mandato presidencial de Getúlio Vargas foi marcado não só por importantes iniciativas nas áreas social e econômica, mas também pela grave instabilidade política e institucional. Diante da ascensão e radicalização dos movimentos populares, as pressões de grupos opositores (civis e militares) desencadearam uma aguda crise política que levou Vargas ao suicídio, em agosto de 1954.

O período que se segue, no campo político, é o dos reiterados embates e radicalizações ideológicas, com sucessivos rompimentos da ordem constitucional, em vista da ambígua imagem de Vargas que passa a se projetada pelos partidos em seus discursos políticos. Transforma-se o sistema político-partidário, nas décadas de 1950 e 1960, numa verdadeira guerra de trincheiras ideológicas em que diferentes projetos políticos pretendem articular em torno de si um maior número de significantes sociais, estimulando processos pró e contrarrevolucionários.

Nessa conjuntura política, torna-se possível identificar ao menos duas grandes cadeias de equivalência, representadas pelas forças PTB vs. Anti-PTB. Em meio a essas correntes, diferentes grupos políticos parecem diminuir suas diferenças ideológicas para integrarem em torno de si interesses comuns a respeito do processo de *mudança social*.

Para Pinto (2006), a mudança social é um significante vazio com grande presença no discurso político brasileiro, sendo esse significante talvez o mais importante e forte entre todos eles. Todavia, em torno dessa mesma expressão (*mudança*) criam-se inúmeros sentimentos e expectativas, positivos ou negativos, cada vez que é lançada no espaço político-partidário.

Isto se dá porque a noção de mudança tem como suporte a lógica da equivalência, relacionando-se, portanto, com os outros elementos discursivos, de forma antagônica. Como um típico significante vazio, essa noção agrega em torno de si receios e

expectativas muito diferentes, de modo que cada brasileiro, na conjuntura do pós-guerra, nela deposite ou projete diferentes opiniões que vão desde a instituição de um Estado de Bem-estar Social (*Welfare State*) até a institucionalização de um Estado comunista.

Expressam-se tais ideias por relações antagônicas, pressupondo em cada uma dessas construções o uso da lógica da equivalência, buscando diminuir diferenças interpartidárias e somar forças às cadeias que se organizam em favor ou contra a noção de mudança social. O discurso petebista, nessa perspectiva, é um discurso que privilegia a mudança social a partir de uma noção pretensamente uniforme de nação ou de povo, cujos interesses são o seu único e legítimo representante; já o discurso anti-petebista privilegia a manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições políticas, como o mais fiel e tradicional guardião da democracia.

Daí a luta pela hegemonia travada entre esses dois discursos expressar-se no empreendimento de desconstruir o adversário, bem como pela forma de construir a si próprio, em oposição ao outro. Nesse sentido, a questão ideológica, constituída a partir de categorias definitórias de grupo (como identidade, atividades, metas, normas e valores, posição social e recursos políticos), parece reduzir-se às posições políticas pró ou anti-petebista, porquanto maiores que as diferenças das partes que as constituem.

Quanto mais avançavam os anos, novas e diferentes expectativas em torno da ideia de mudança eram incorporadas ao projeto petebista, que passa a arrigementar eleitoralmente segmentos cada vez maiores da população. Para fazer frente aos avanços eleitorais da corrente adversária, também a oposição deixa de lançar candidaturas ou bandeiras políticas próprias (como o parlamentarismo, democracia liberal, etc) para que, unida em torno dos ideais da ordem democrática, pudessem derrotar nas urnas as *mudanças* defendidas pelo discurso a que se opunham.

Contudo, a forte agitação política e a radicalização dos discursos políticos resultariam em uma grave *crise orgânica* que debilitaria a crença nas regras do jogo e nas instituições democráticas. Na medida em que esses discursos contêm significados incorporados por sujeitos, que os constroem ou são por eles subjetificados, provocam efeitos concretos no modo como as pessoas e as instituições passam a se relacionar, com reflexo na própria forma com que a história toma os seus rumos.

3 DA ANÁLISE EMPÍRICA

3.2 Das recorrências temáticas no discurso libertador

Caracteriza-se a terceira República no Brasil (1945-1964) - período democrático no qual se insere o período investigado, i.e., a 40ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul ou 3.ª Legislatura a partir da Constituição Estadual de 1947 - pelos mais diferentes infortúnios econômicos e políticos em áreas estruturais como: transportes, hidrelétricas e fontes de energia; atrasos setoriais como o das indústrias químicas e metalúrgicas; desequilíbrios regionais entre o triângulo industrial do centro-sul e o restante do Brasil agrícola; aumento repentino da inflação; balança de pagamentos imprevisível, que limitava a capacidade da nação de importar e exportar; além da excessiva repatriação dos lucros por parte das companhias estrangeiras para suas redes no exterior (CORTES, 2007, p. 214).

Por esses motivos, o sentimento generalizado de crise é uma constante no discurso dos parlamentares Libertadores durante esse período que, uma vez associado ao pessimismo institucional, reflete a própria escassez de alternativas que se colocam como solução de continuidade à ordem democrática vigente.

SR. PAULO BROSSARD - Sr. Presidente e Srs. Deputados. Ninguém que contemple a situação nacional, seja no que diz respeito às suas dimensões estritamente políticas, seja no que se relaciona ao quadro da sua economia, seja no que pertine a sua realidade financeira, seja ainda no que se refere aos aspectos de sua vida moral, poderá deixar de angustiar-se com o panorama que tem aos seus olhos. Nunca como agora foi tão grande, por exemplo, o poder do dinheiro que como nas épocas de decadência, abre quase todas as portas e silencia quase todas as bocas. Nunca como agora, grassou uma onda de imoralidade tão grande, tão intensa, tão descarada, tão satisfeita e tão impune. Nunca, como nos dias que ocorrem, o Poder Central absorveu tamanha massa de poderes (ANAIS, AL 4.153, vol. CXXI, set. 1958, p. 219).

De fato, esse sentimento parece ter sido reforçado entre os parlamentares em geral e, especialmente, entre os integrantes da banca libertadora, após as interferências militares que se sucederam ao suicídio de Vargas, quando parte das Forças Armadas, associada a Carlos Lacerda e ao Presidente interino, Carlos Luz, pôs em prática uma tentativa de golpe para impedir a posse do Presidente eleito, Juscelino Kubitschek.

Também assim, embora estivesse do lado oposto, quando o general Henrique Teixeira Lott, defensor do resultado das urnas, em 11 de novembro de 1955, coloca suas tropas nas ruas do Rio de Janeiro, objetivando a renúncia de Carlos Luz e a decretação do Estado de Sítio¹²⁷.

O SR. PAULO BROSSARD – Muito grato, Sr. Presidente. Iludam-se os que quiseram iludir-se. A legalidade não existe mais em nosso país. A constituição não tem existência verdadeira. As instituições representativas têm apenas a aparência, funcionam nominalmente. Não representam, efetivamente, uma estrutura jurídica. Não simbolizam uma organização democrática. Não traduzem um Estado de Direito. Vivemos numa ditadura de fato, mascarada embora com o arcabouço das instituições representativas. E mais do que isso, estamos chegando à última fase de uma época de vida nacional. Infelizmente, ao meu modo de ver, não assistiremos brevemente à normalização jurídica, constitucional e econômico-financeira de nosso país. O sítio parece que veio selar com a supressão da liberdade o fim da breve existência da Terceira República. Não me incluo entre aqueles que acreditam na normal solução da crise que estamos vivendo. A crise não é só uma crise política, não é só uma crise jurídica. É uma crise profundamente social, é uma crise total, em cujas contorções, em cujo vértice não se sabe se vai se salvar a liberdade, a democracia e o futuro do nosso país. O sítio, sinistramente, amordaçando a liberdade, avilta um povo estrangulado pela miséria (ANAIS, AL 4.130, vol. CXVII, dez. 1955, p. 90).

A crise pela qual atravessa o País, dessa forma, é profunda e generalizada, não apenas em relação às instituições democráticas, mas também à estabilidade econômica e financeira que parece afetar a própria esperança na capacidade de recuperação.

O SR. PAULO BROSSARD - (...) Mas, Sr. Presidente, enquanto assistimos a esta não direi degradação, mas *decomposição cadavérica* da ordem jurídica, da ordem constitucional brasileira, chamo a atenção de V. Exa. para que a imprensa nos diz a respeito da inflação no nosso país. Jornais de ontem divulgaram que nos últimos 50 dias foram emitidos mais de dois bilhões de cruzeiros. Quer dizer que estamos com um sítio constitucional, com efeitos, consequências atribuídas ao sítio preventivo. Estamos chegando ao fim do ano, e este se não foi prorrogado, vai se esgotar exatamente às vésperas de natal. Se até lá outros acontecimentos mais violentos não ocorrerem, vai ser um natal sem liberdade. Graças ao estado de sítio, é o natal mais doloroso e

127

¹ Precedem esses fatos a renúncia de João Goulart no Ministério de Trabalho, ameaçado pelos militares que se contrapunham ao (concedido) aumento do salário mínimo, por reduzir drasticamente a diferença entre o salário dos operários e o soldo dos oficiais integrantes dos mais baixos escalões do Exército. O exército se encontrava cindido em dois blocos polarizados e um moderado, demarcados os dois primeiros, respectivamente, pelas alas nacional-desenvolvimentista e anti-imperialista vs. a ala direitista, conservadora e anticomunista. A tensão crescente da Guerra Fria também fez com que os setores mais radicais do exército se colocassem pró ou contra um nacionalismo econômico.

mais difícil para o povo brasileiro, que vence os dias mais aterrorizadores de toda a existência nacional e que não pode deixar de ser a prévia de uma fase de *convulsão social*, de uma fase de revolução social, que há de seguir-se a essa solução jurídica que estamos presenciando. O sítio não é o remédio para a crise política, para a crise moral, para a crise financeira, para a crise econômica que afunda o Brasil, que barra aos brasileiros todas as esperanças de um próximo futuro de paz social, de tranquilidade política e de progresso econômico (ANAIS, AL 4.130, vol. XCVII, dez. 1955, pp. 89-90).

O temor maior, como pode ser depreendido, é que a crise brasileira se transforme em uma grave *convulsão social* – expressão também utilizada por Mem de Sá, Senador pelo Partido Libertador, em discurso proferido na Assembleia gaúcha:

O SR. MEM DE SÁ - Menos que os tradicionais e vergonhosos golpes militares, que tanto vilipendiam a história sul-americana, menos que este temo eu - e por certo V. Exas. estão temendo comigo- temo eu as *convulsões sociais* a que o desespero levará este povo, se a maré montante, já agora alucinada, da inflação, não tiver um paradeiro imediato e uma solução verdadeiramente científica, doutrinária certa e séria, para que o povo possa trabalhar e viver, e não apenas consumir-se, sem saber por quanto tempo lhe sobrarão os meios indispensáveis (ANAIS, AL 4135, jun. 1956, pp. 523-525).

A origem da crise cambial e financeira que assola o País é identificada pelos parlamentares Libertadores na malfadada tentativa de estabilização da economia brasileira, tendo Osvaldo Aranha à frente da Secretaria da Fazenda.

O SR. BRAGA GASTAL - (...) É evidente. Mas quero referir que a elevação de ágios para aquisição de combustível líquido, por exemplo, que agora foi feita e em consequência da qual há o aumento no preço da gasolina, dos combustíveis em geral, essa elevação em nada diferencia também a política do Sr. Lucas Lopes da política do Sr. José Maria Alckmin, mesmo porque V. Exa. há de se lembrar de que a elevação de ágios dos combustíveis foi feita também no governo do Sr. Café Filho, que tinha como Ministro da Fazenda o Sr. Eugênio Gudin. Quer dizer que houve sempre elevação de ágios dentro do esquema geral da política cambial brasileira trazida pelo Plano-Aranha. Então, se não encontramos diferença em essência entre as duas políticas, chegaremos à conclusão de que o que se está verificando atualmente, vamos dizer, a *bomba* que explodiu como o Sr. Lucas Lopes foi uma *bomba* do tempo (relógio), uma bomba preparada não pelo Sr. Alckmin, mas preparada anteriormente, quando da Instrução 70, por ocasião do Plano-Aranha. A verdade é que todos os Ministros da Fazenda que vieram após o Sr. Aranha, inclusive o Sr. Eugênio Gudin, que chegou ao Ministério por um opositor da política do Sr. Aranha, todos os Ministros da Fazenda, repito, nada mais fizeram do que agravar o problema cambial brasileiro e, agora, o Sr. Lucas Lopes, embora de maneira superficial, epidérmica, dentro do esquema geral trazido inicialmente pela Instrução 70, atenuaram os efeitos de uma política

cambial caolha, absolutamente inadequada as necessidades do povo brasileiro (ANAIS, AL 4.154, vol. CXXII, out. 1958, p. 98).

Essa conjuntura ganha seus contornos durante o governo democrático de Vargas, no período 1951-1954. Conforme Vianna (1990), no setor interno ocorre pela retomada do processo inflacionário e pela recorrência do desequilíbrio financeiro nas contas públicas; e no setor externo, pela expectativa favorável em relação ao financiamento dos programas de desenvolvimento do Brasil, devida à elevação do preço do café e à mudança do governo nos Estados Unidos.

Segundo esse mesmo autor, o planejamento econômico adotado pelo governo pode ser dividido em duas diferentes fases: a primeira (1951-1952) é caracterizada pela tentativa de estabilizar a economia interna, tendo como pilar as políticas fiscais e monetárias; a segunda (1953-1954) objetiva propiciar uma ampliação do fluxo de capital dirigido para o País, evitando estrangulamentos em setores básicos da economia, com base na Comissão Mista Brasil/Estados Unidos (CMBEU) ¹²⁸.

Em sua primeira fase, as políticas econômicas do governo obtiveram como resultado a elevação das taxas de investimento no País, com o aumento da participação do setor privado, em detrimento do setor público¹²⁹. A segunda fase desse projeto governamental, que almejava realizações e empreendimentos no País, não foi integralmente alcançada, fazendo com que o planejamento econômico ruísse no primeiro semestre de 1953 (VIANNA, 1990).

128

¹ Instituída em 1950, com intuito de assegurar financiamentos ao Brasil pelo Banco Mundial e pelo Eximbank.

129

¹ No período 1951-1952, a política de comércio exterior apoiou-se numa taxa de câmbio (fixa) sobrevalorizada e em um regime de concessão de licenças para importar. Essas medidas político-econômicas tiveram que ser revistas pela pressão inflacionária e pela aguda propensão a importar; pelo precário abastecimento interno por produtos importados; pelas perspectivas decrescentes de escassez internacional de matérias-primas e pelas perspectivas favoráveis de evolução nas exportações, num cenário cambial temporariamente favorável. Nesse sentido, com a promulgação da Lei 1.807, em janeiro de 1953 (Lei de Mercado Livre), concedeu-se ampla liberdade de movimentos pelo câmbio livre ao capital estrangeiro no Brasil, ensejando elevar as exportações. Não obstante, esse documento legislativo produziu efeitos contrários, pois ao invés de aumentarem as exportações, elas diminuíram significativamente, levando o governo à revisão de seus planejamentos econômicos. Essa extensa liberalização na política de concessão de licenças impactou violentamente as reservas em moedas conversíveis do País, fazendo com que o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) definisse instruções para que se reintroduzisse um regime mais severo de licenciamento. Não obstante, a balança comercial foi deficitária e, além disto, houve o esgotamento das reservas internacionais e o acúmulo de atrasos comerciais durante o período - o que levou o Governo Vargas a sofrer uma crise cambial sem precedentes.

Tais resultados econômicos e financeiros, associados às greves eclodidas em São Paulo - dentre outras mobilizações sociais que sinalizavam um possível enfraquecimento das bases de sustentação do governo - levaram Vargas a abandonar o seu projeto econômico original. Com o objetivo de fortalecer a coesão do governo e de neutralizar as investidas oposicionistas, ele passa a apostar na estabilização da economia, ao promover a reforma ministerial na qual assumem Oswaldo Aranha (Fazenda); José Américo de Almeida (Viação e Obras Públicas); Antônio Balbino (Educação e Saúde); Tancredo Neves (Justiça); Vicente Rao (Relações Exteriores) e João Goulart (Trabalho).

Ao assumir o Ministério da Fazenda, em substituição a Horácio Lafer, Aranha buscava a estabilização da economia a partir de uma visão ortodoxa que, no entanto, privilegiava o ajuste cambial (VIANNA, 1989). A primeira reforma implementada por este ministro deu-se através da edição da Instrução 70 (SUMOC), de 9 de outubro de 1953, restabelecendo o monopólio cambial do Banco do Brasil e substituindo o controle quantitativo das importações pelo sistema de leilões¹³⁰.

Os primeiros resultados da Instrução 70 foram aparentemente positivos, em termos de superávit entre as exportações e importações, fazendo com que o governo federal também aumentasse as suas receitas com a cobrança de ágios sobre as importações. Contudo, essa mesma medida mostrou-se desastrosa para a economia regional: não conseguindo os agropecuaristas gaúchos exportarem os seus produtos para o exterior, não detinham direito à bonificação, fazendo com que o pagamento de ágios fosse repassado aos comerciantes locais.

Ocorre que os recursos destinados para a aquisição dessas divisas, arrecadados pelo governo federal, acabavam sendo orientados para outros setores econômicos do País, em sua grande parte nos investimentos de base para a estruturação do parque industrial no sudeste.

O SR. BRAGA GASTAL- Não se precisa ter mediano conhecimento do problema cambial para se conhecer da soma de erros que se vem fazendo

130

¹ Neste sistema, as importações foram divididas em cinco categorias, de acordo com o critério de essencialidade, cujas taxas passaram a ser definidas como: a) oficial sem sobretaxa (válida para importações especiais como trigo e papel imprensa); b) oficial com sobretaxa fixa (para importações dos governos, autarquias e sociedade de economia mista) e, por fim, c) oficial acrescida de sobretaxa variável (segundo lances feitos em bolsa) para as demais importações.

neste país, desde a famosa instrução 70, no que concerne ao câmbio. Hoje, decorridos estes anos, desde, o chamado “Esquema Aranha”, continua ele prevalecendo com ligeiras modificações que, entretanto, não afetam o conjunto básico do plano. Quando se anunciou a instrução 70, jogada ao conhecimento da nação, sem nenhum aviso prévio, sem nenhum debate, houve muitas vozes discordantes. É preciso que se diga, no entanto, que naquela oportunidade, brasileiros bem intencionados, acreditaram que a reforma cambial que se dizia então de emergência, pelo menos teria o sentido de movimentar a vida brasileira, por isso que, se afirmava, do montante dos ágios recolhidos parte substancial derivaria para o desenvolvimento básico do país, através de aplicação nas atividades agrícolas (...). Quinze ou vinte dias depois de decretada a reforma cambial, através da instrução 70, tive oportunidade de fazer, nesta assembléia, um longo discurso, mostrando os inconvenientes da substituição do sistema de licenças pelo de leilões. E, sobretudo mostrava os inconvenientes que resultariam para o Rio Grande do Sul (...). Fui daqueles que, naquele tempo da Instrução 70, acreditaram que algo de benéfico poderia ser trazido para o país com o reconhecimento dos ágios e sua aplicação em coisas reprodutivas, principalmente, como se dizia, no fomento à lavoura. Mais longe do que eu enxergaram aqueles que, como o senador Alberto Pasqualini e o deputado Heitor Galant, desde logo, desconfiaram o que eu se faria, no decorrer dos tempos, sem que se chegasse a este absurdo de vender dinheiro para ser aplicado nas importações ao correr do martelo, seria muito diferente, como aplicação do que aquilo que se dizia. Hoje, sabemos que ágios constituem uma verdadeira receita paralela aquela do orçamento da União e não se tem conhecimento – isto é mais grave- sobre a importância (ANAIS, AL 4.140, vol. CIX, jun. 1957, p. 76).

Canalizadas as receitas públicas no sudeste do País, a ideia é a de que as do governo federal só existiam para São Paulo e Minas Gerais, porquanto a expansão de seus parques industriais estaria sendo sustentada pelos capitais provenientes da produção agrícola ou atuando em seu prejuízo - muito embora a Instrução 70 previsse justamente o contrário.

O SR. OLIVEIRA ROSA - Dirão: Mas, Senhores, a respeito da produção agrícola, seja-nos permitido citar a opinião do senador Assis Chateaubriand, em artigo do Diário de Notícias, do dia 23 de maio do corrente ano. Diz ele, após comentar o problema (lê): ‘Dirão: mas o Brasil expandiu o seu parque industrial, da guerra pra cá, em condições dignas de encorajamento. É fato. Mas, à custa de quem se ampliou o poder industrial no país? À custa de sua agricultura, que vendendo a sua produção por baixo preço, devido ao confisco cambial, por aí anda cheia de gravosos, enquanto que a indústria nada pode exportar’ (AL 4.135, jun. 1956, p. 42).

Não se concebia, por esse motivo, que os recursos carreados para obras de infraestrutura industrial fossem suportados pelas demais classes econômicas, à custa de seus interesses e dos investimentos na produção agrícola. Esse discurso ganha voz e vez nos pronunciamentos dos deputados Libertadores quando os efeitos dessa Instrução

Normativa atingem, em cheio, dois dos mais essenciais produtos da economia sul-riograndense.

SR. PAULO BROSSARD- Senhor presidente e senhores deputados. Não é de hoje que o Rio Grande do Sul vem sendo hostilizado em sua economia pelo governo federal. Parece que idéia de governo da União é fazer com que o Rio Grande do Sul volte a ser o velho acampamento de tropas que foi outrora nos idos do império (...). Tenho falado reiteradas vezes sobre a política do governo federal em relação à economia tritícola rio-grandense. Há dois dias o nobre deputado companheiro de bancada, trazia ao debate, que há pouco foi reavivado pelo deputado Arno Arnt, o problema da lã, problema igualmente de grande repercussão na economia rio-grandense. Trigo e lã representam imensas parcelas na economia geral do Estado (...) Se fôssemos fazer um inventário, ilustre deputado, que sobraria da economia rio-grandense? Fiquemos por enquanto nestes dois produtos sobre o trigo e a lã, ambos recebendo um tratamento deliberadamente hostil do governo federal (ANAIS, AL 4.143, CXII, set. 1957, p. 681).

A questão tritícola foi, certamente, o assunto que ocupou maior espaço de tempo nas tribunas parlamentares, a partir do momento em que o Ministério da Agricultura brasileiro adquiriu do governo norte americano mais de 1.700.000 toneladas de trigo¹³¹, porque os dados oficiais apontavam a suficiência da produção nacional para atender o consumo interno, quando associada à tradicional importação dos países platinos.

O SR. HEITOR GALANT - (...) A compra de 1.700.000 toneladas de trigo dos Estados Unidos se realizou com dois objetivos e atendendo a duas finalidades: a primeira foi solucionar em parte o problema dos excedentes americanos de vez que os Estados Unidos estão realmente com uma excepcional produção de trigo e não sabendo o que fazer desse cereal a solução foi esta: oferecê-lo a venda ao Governo Brasileiro. Esta foi a primeira finalidade. A segunda foi proporcionar recursos ao Banco de Desenvolvimento Econômico já que o governo brasileiro desvia constantemente o dinheiro tirado do proço brasileiro para este estabelecimento de crédito. Como sabe V. Exas. existe um adicional de 15% sobre o Imposto de Renda que todos os contribuintes deste tributo pagam religiosamente todos os anos. Este adicional destina-se, exatamente, a proporcionar recursos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a fim de que este estabelecimento de crédito possa financiar as obras destinadas a resolver os problemas de base do Brasil. A verdade, porém, é que o governo arrecada este adicional e não entrega ao Banco, servindo-se dele para cobrir os seus desatinos orçamentários. Aí reside a segunda finalidade do negócio do trigo com o Governo Americano. O comentarista da Secção de Economia e Finanças do Diário de Notícias do Rio de Janeiro informa que até agora a

131

¹ Soma-se o fato de que o produto norte americano, adquirido a médio custo pelo governo brasileiro, tinha suas origens ligada à super safra ocorrida naquele país. Além de possuir baixa qualidade, mostrou-se impróprio para a produção de farinha, o que explica ter sido objeto de doação à Índia, nos meses anteriores à realização do convênio.

Embaixada Americana já entregou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a importância de CR\$ 1.510.815.152,21 corresponde à venda dos excedentes americanos no Brasil. O mesmo comentarista assim comenta o fato em apreço: *O Governo compra o trigo de que não necessita para fazer cruzeiros e emitirá cruzeiros para guardar o cereal que não será consumido. É um processo, realmente calamitoso, de tributação indireta lançado sobre uma nação já esmagada pelo peso dos impostos. Compra-se trigo que será pago, nominalmente, em cruzeiros* (ANAIS, AL 4.139, vol. CVIII, mai. 1957, p. 261).

O excedente desse produto no mercado interno fez não só baixar o preço de sua comercialização no País, como também inviabilizar o próprio armazenamento da nova safra, na medida em que não havia silos ou redes de estoque suficientes para comportar os grãos. Isso fazia com que grande parte da produção se deteriorasse, anulando qualquer perspectiva de ser comercializada.

O SR. PAULO BROSSARD – Vejam V. Exas., Senhores Deputados, a que situação chegamos: o Governo da República celebra convênio e acordos internacionais, em razão dos quais fica sem colocação e sem consumo a produção nacional de trigo. Não tenho palavras para estigmatizar o Governo e o Embaixador que procedem desta forma. A língua portuguesa não merece vocábulos com força bastante para ferretar devidamente traidores desta ordem, inimigos de nossa Pátria desta hierarquia, tão qualificados desafetos da nossa terra. Fica o fato na sua rudeza dolorosa a nos envergonhar e a nos ferir e dele pode-se extrair uma conclusão só, positiva, inelutável: ou o Brasil modifica este convenio a feição do Brasil. No Rio Grande não se verão mais trigais dourando as suas coxilhas. A fartura não acompanhará mais os que tiram da terra o seu sustento e o sustento do seu povo (ANAIS, AL 4.143, vol. CXII set. 1957, p. 188).

Mas não só os Libertadores, como a grande maioria das bancadas na Assembleia gaúcha, viam os interesses do sudeste como dominantes de certos setores da política nacional, na busca por recursos necessários a empreendimentos de vulto naquela região - a despeito da economia (agrícola) de outros estados-membros. Nesse sentido, identificam o famigerado convênio entre o governo brasileiro e o norte americano como forma de elevar a receita pública pela cobrança de ágios sobre o produto importado (trigo) ¹³².

132

¹ Havia elementos trazidos à tribuna pelo Deputado petebista Wilson Vargas, os quais indicavam a finalidade do convênio para efeito de angariar recursos para a expansão da produção de ferro e aço; para a construção da Represa de Furnas e da Barragem de Rio Grande; das obras de Paulo Afonso, no São Francisco; e a Usina de Três Marias, além da Ferrovia Passo Fundo-General Luz.

Mas, apesar da elevação da receita pela cobrança de ágios sobre as importações, inclusive sobre o trigo norte americano, a União apresentava um crescente déficit público devido a um aumento de gastos pelo governo, sustentado por sucessivos empréstimos do Banco do Brasil ao Tesouro Nacional.

O SR. HEITOR GALANT – (...) Todas as utilidades tem subido e constantemente por causa da política errada, da política absurda, da política insensata do Governo Federal no campo das finanças e da economia nacional. O Governo Federal tem constantemente agravado a inflação pela emissão de papel-moeda e pelos empréstimos de que lança mão no Banco do Brasil para atender aos seus déficits orçamentários. Os dados, os elementos referentes à execução orçamentária federal do ano passado indicam que o Tesouro Nacional foi o maior freguês do Banco do Brasil, que se viu até obrigado a diminuir os empréstimos para as atividades agrícolas a fim de poder atender aos constantes apelos do Tesouro aos seus cofres (ANAIS, AL 4.138, vol. CVII, abr. 1957, p. 161).

Como resultado das desvalorizações cambiais que pressionaram os custos das empresas, conduzindo-as a reagir através do aumento de preços, emergem também da Instrução 70 a redução dos investimentos privados e o absoluto descontrole do processo inflacionário¹³³.

O SR. PAULO BROSSARD – (...) Faz mais de meio século que um estadista brasileiro, que hoje certamente seria coberto de ridículo, porque era honesto e patriota, e que se chama Rui Barbosa escreveu , escreveu que o poder que legisla sobre a moeda, pode legislar sobre a grandeza ou sobre a ruína do povo. Nós estamos assistindo no Brasil ao empobrecimento, ao envelhecimento de todos os setores da vida nacional através das loucuras inflacionarias dirigidas sobre pressão por governo a governo que se remetem com a mesma incapacidade e incompreensão dos graves e altos problemas com que a Nação se defronta nos últimos tempos (ANAIS, AL 4.155, vol. CXXIII, nov. 1958, p. 21).

Comprometendo a política Vargasista de estabilização da economia, houve a necessidade de expandir o crédito no País para atender às demandas imediatas dos estados-membros e das indústrias, dadas as perdas com o aumento salarial promovido

133

¹ De qualquer forma, as maiores dificuldades enfrentadas por Aranha na implementação do plano de estabilização advieram do aumento (em 100%) do salário mínimo pelo Ministro do Trabalho, em fevereiro de 1954, aliado à crise enfrentada pelo café: o primeiro com o objetivo de melhorar a imagem do governo junto aos trabalhadores, diante das eleições de outubro de 1954; e a segunda, pela forte geadas que afetou uma das mais importantes áreas de produção brasileira, aliado ao boicote de consumo do produto pelo governo americano.

por João Goulart (Jango), em fevereiro de 1954, como assim também a própria defasagem de preços entre o momento da licitação e o da obtenção da licença para importar¹³⁴.

O SR. BRAGA GASTAL - Ora, com o dinheiro perdendo cada vez mais o valor aquisitivo, por força mesmo de desenvolvimento da espiral inflacionária, desenvolvimento que nos últimos meses anda batendo recordes, nós não vemos como o dinheiro pudesse se manter dentro do seu padrão aquisitivo. Para dar apenas um exemplo do que tem sido a política emissionista brasileira, vou referir apenas o que se fez no mês de setembro e nos primeiros dez dias do mês de dezembro. Em setembro, a Casa da Moeda emitiu a cifra impressionante e recorde de cinco bilhões e duzentos milhes de cruzeiros. Até o dia 10, foram lançados ao meio circulante mais um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros. Portanto, em quarenta dias, ou seja, no mês de setembro e nos primeiros dez dias de outubro, tivemos seis bilhões e setecentos milhões de cruzeiros de papel moeda jogados ao mio circulante (ANAIS, AL 4.154, vol. CXXII, out. 1958, p. 98).

De fato, tais dificuldades na conjuntura econômica do País¹³⁵, agravadas pela premente questão inflacionária, exacerbaram-se em problemas sócio-econômicos no estado, sendo por esse motivo um dos mais frequentes objetos na Tribuna do órgão legislativo estadual:

O SR. BRAGA GASTAL - Desde logo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dissemos àqueles representantes que os clamores que traziam não pertenciam e não provinham, por evidente, apenas da coletividade leopoldense, porque hoje eram clamores de todo o povo brasileiro que está sufocado nesta onda terrível do abismo, de todo o povo brasileiro que vê cada dia, cada hora, cada minuto e cada segundo o seu dinheiro se desvalorizando mais e mais e,

134

¹ Vianna (1990) ressalta que os componentes estruturais desse repique inflacionário podem ser relacionados a) à pressão de demanda advinda do processo de urbanização e industrialização sobre a produção agrícola, alternando os preços relativos da economia em benefício deste setor, refletindo-se em aumento generalizado de preços; b) à tendência inflacionária subjacente ao aumento dos preços das exportações e (c) à existência de baixa capacidade ociosa na economia, reduzindo a possibilidade de choques de demanda serem absorvidos integralmente através de aumento da produção, ou seja, expansão da oferta agregada.

135

¹ Devido a uma combinação de fatores externos e internos, o chamado Plano Aranha mostra-se fadado ao insucesso, trazendo com isso profundo impacto na vida político-econômica do País. Contribuiu para a frustração desse plano econômico a própria nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, dado o seu desinteresse na estabilização econômica do País. Não obtendo melhor sorte no campo político, em suas tentativas de acalmar a oposição, Vargas apela para a estratégia de confrontação de seus adversários. Buscando fortalecer o PTB, ele estabelece o apoio à classe trabalhadora como centro de sua ação e campanha política, contando com o apoio leal de Jango, à frente do Ministério do Trabalho. Contudo, tais escolhas políticas acabaram por afastá-lo dos militares centristas e de elementos da classe média, temerosos com as consequências de sua guinada à esquerda, em direção ao proletariado.

conseqüentemente, aumentando o preço da existência. Entretanto, Sr. Presidente, isso de se provar que o mal é geral, não diminui as angustias, não diminui as emoções, não diminui o clima de tensão, que inegavelmente, se verifica neste momento no País, clima que só não compreende, clima que só não entende precisamente o Governo Federal, precisamente o inefável bem-aventurado de Brasília, que anda diariamente por este país afora a distribuir as flores core de rosas de seu otimismo, já agora compartilhado pó sua ilustre consorte, a Primeira Dama do país (ANAIS, AL 4.155, vol. CXXIII, nov. 1958, p. 50, *grifos nossos*).

As severas críticas ao Poder Executivo Federal não se restringiam somente ao processo inflacionário (*per se*), havendo também vários embates acerca das medidas governamentais tomadas, sem maior sucesso, na tentativa de frear o avanço da inflação:

SR. BRAGA GASTAL: Afirmei que o congelamento, por portaria, tal como pretende determiná-lo o Sr. Presidente da República, é *aspirina* para curar esse terrível mal da vida brasileira. E por quê? Porque não acredito que se estabilizem, para já não dizer que baixem, os preços por via de portarias ou decretos. Se assim fosse, era de se perguntar, até, porque o Governo não havia tomado, há mais tempo, tal deliberação, se esta foi tão simples, tão primária, apenas baixar uma Portaria (...) O que disse eu e que foi sintetizado por S. Exa. foi exatamente isto: que esta o país com o seu organismo tomado pelo *câncer* da inflação, e o governo embora tenha por titular um médico, lhe dá apenas *aspirina* (ANAIS, AL 4.155, vol. CXXIII, nov. 1958, p. 425).

Em outra esteira interpretativa, mas de maneira complementar, pode ser compreendida a penúria pela qual passam o Estado do Rio Grande do Sul e o País, nas décadas de 1950 e 1960, como conseqüência do movimento geoeconômico que experimenta o capital industrial no Brasil (MÜLLER, 1979). Isto é, a crise econômico-financeira decorre da forma como o capital se consolida em âmbito nacional, acabando por redefinir a antiga articulação que existia entre os vários mercados regionais.

O fato é que, com a crise posterior à década de 1930, acentuou-se o perfil agropecuário da matriz produtiva no estado, que não foi compensada por um ciclo de desenvolvimento industrial mais avançado, de maior capitalização e investimento tecnológico. O processo de modernização patrocinado pelo Estado-Novo acentuaria a urbanização no Rio Grande do Sul, acabando por agravar a crise social nas cidades-pólo do interior e na região metropolitana de Porto Alegre, dada a extensão do êxodo rural e da dispensa de mão-de-obra nas estâncias da campanha gaúcha (MOURA, 2008).

Com o novo ciclo de desenvolvimento industrial, ocorrido na década de 1950, a partir do Governo de Juscelino Kubitschek, o País passa a ser o produtor de bens de consumo duráveis, tendo na indústria automobilística o motor da economia nacional. Não obstante, o Rio Grande do Sul ficaria para trás, estando a sua economia presa à matriz produtiva tradicional (agropecuária) que o faz sofrer penúrias nas décadas seguintes (MOURA, 2008, p. 26)

Na medida em que se implantam os blocos básicos industriais no sudeste do País, deixando transparecer os inibidores econômicos e políticos à instalação de uma indústria diferenciada no extremo-sul, percebe-se que o estado não dispõe de condições materiais, geográficas e políticas para erigir um pólo industrial de vulto (MÜLLER, 1979, pp. 362-363). Essas transformações, que envolvem aspectos políticos e financeiros mais amplos, dado o desafio de estabelecer um pólo industrial em solo gaúcho, parecem ser perfeitamente apreendidas pelos deputados *Libertadores*, em diagnóstico sobre a crise enfrentada naquele período de transição da economia tradicional para o modelo urbano-industrial:

O SR. BRAGA GASTAL- (...) Realmente, Sr. Presidente, o Brasil está sentindo dura e longamente aquilo que se chama, tanto no desenvolvimento do organismo da Nação, uma crise de crescimento. O Brasil está padecendo dessa crise terrível que é de profundidade, que é de conteúdo e da qual decorrem todas as outras crises que de tempos em tempos, sacodem a vida do nosso País. Não sou daqueles que se arrolam entre os pessimistas, principalmente no que respeita ao problema político brasileiro. Acho que este dentro do mundo moderno, há de ser sempre a decorrência do grande problema, que é o problema da economia. O Brasil se encontra, infelizmente, passando sem um período de transição, de uma fase quase colonial do seu desenvolvimento econômico, da fase que poderíamos chamar de primária da economia, para a grande era industrial. Se esta passagem é sob um sentido, um bem, e um fato decisivo do nosso progresso, cria por outro lado, problemas agudos que precisam ser superados depois de estudos metódicos, de estudos racionais, de estudos técnicos. Não é o que nós temos feito. Infelizmente. No nosso país, os problemas da economia costumam ser resolvidos de improviso, quase sempre cuidando-se mais dos efeitos do que das próprias causas. E neste conjunto de erros, o Brasil vai sentindo cada vez mais a perda, a dispersão dos seus esforços de país jovem, para que entrássemos, definitivamente, dentro de um rumo previamente traçado e que nos levasse afinal, aos grandes objetivos de emancipação (ANAIS, AL 4140, vol. CIX, jun. 1957, p. 75).

A partir da década de 1950, a acelerada industrialização do País faz com que sejam tomadas políticas de modernização favoráveis ao centro econômico nacional. Daí a polarização ideológica entre *União* vs. *estado*, como expressão dos diferentes

interesses nacionais e regionais, associada à variante *indústria vs. agropecuária*, ganharem materialidade nos discursos dos parlamentares Libertadores, que representam segmentos sociais e econômicos bem definidos na geografia eleitoral do estado.

O SR. FERREIRA WEINMANN - Sr. Presidente e Srs. Deputados. Os jornais de hoje trazem um resumo da prestação de contas que S. Exa., O Sr. Presidente da República, por ocasião de se completar um ano e meio de sua administração vem de prestar a Nação. (...) Ao ler rapidamente esta manhã, os vários tópicos da palestra presidencial, me foi dado contristadoramente notar que o Rio Grande do Sul tem sido o grande esquecido em todos os empreendimentos que a S. Exa., O Sr. Presidente da república proclamou como já realizado neste ano e meio de Governo. (...) Ora, nós aqui do Rio Grande do Sul, temos tido dificuldades em receber um auxílio substancial do Governo Federal. E eu quero trazer ao conhecimento desta casa, mais uma vez que até para recebermos verbas que nos cabem de direito e que estão, portanto, dentro desse Plano do Governo Federal, até hoje tem sido impossível remover as barreiras que tem impedido a sua vinda a este estado (ANAIS, AL 4.142, vol. CXI, ago. 1957, p. 36).

A partir desse momento, o embate ideológico entre *União vs. Rio Grande do Sul*, como expressão do antagonismo PTB vs. anti-PTB, passa a ser inserido nos discursos e pronunciamentos legislativos com maior veemência.

O SR. PAULO BROSSARD - Pergunto eu ao representante desse partido petebista que elegeu o presidente da república, que participa do seu Ministério, que dá ordens em todos os setores da administração pública, que manda e não pede, que tem o vice-presidente da república como seu presidente, o que faz este partido em favor do Rio Grande do Sul? Acumplicia-se a tudo, é conivente com tudo a tudo assiste de braços cruzados. Há dias perguntava eu onde estava aquela fogosidade, aquele ardor, aquele entusiasmo bíblico que movia os deputados petebistas quando não eram governo da república e quando para defender um homem da ilibada reputação de Juarez Távora, tudo atribuíam aquele brasileiro eminente e se faziam uns centauros, uns defensores indomáveis do RS. Agora que detém as rédeas do governo federal, agora que mandam e não pedem, nesta república cujo governo ambulante agora estão os nossos iminentes colegas esmorecidos, cansados, desestimulados, sem energia e sem entusiasmo, participando coniventemente como cúmplices, senão como fautores desta empresa malfadada que o Rio Grande do Sul há de condenar irremissivelmente, nesta empresa maldita de castigar, hostilizar e ferir a economia rio-grandense (ANAIS, AL 4.145, CXIV, nov. 1957, p. 07).

O conflito suscitado é conhecido na historiografia política local, ora assumindo a forma de apelo aos princípios federalistas, ora assumindo o reclame por uma maior autonomia regional.

O SR. HEITOR GALANT - Esses defeitos estruturais do regime não há de se negar seriamente ameaças à Federação. Urge pois combatê-los mesmo porque do contrario dentro de algumas décadas a pressão do centro em acelerar o desenvolvimento mais fartamente assistido pelo governo federal nos abastará dos mercados aos quais temos levado o fruto do nosso trabalho (ANAIS, AL 4.150, vol. CXVIII, jun. 1958, p. 105).

A questão relevante, nesse dado momento histórico, era a de aprofundar o caráter agroindustrial de seu parque, em torno de bens primários, ou carrear fundos para produção industrial de bens intermediários (MÜLLER, 1979, p. 362). Conforme indicam as evidências, parece haver uma adesão maior dos grupos políticos *petebistas* à criação de um pólo genuinamente industrial, enquanto os membros dos grupos *anti-petebistas*, como o Partido Libertador, declinavam à opção de intensificação das matérias-primas regionais.

Com isso, o desafio de estabelecer um pólo industrial em solo gaúcho ganha as fileiras dos partidos políticos, não só dividindo-os entre si, como também atingindo o interior de suas organizações partidárias (MÜLLER, 1979, p. 362).

O SR. PAULO BROSSARD - Entretanto, estas declarações são mais ou menos poéticas, são líricas, são românticas. Gostaria é de ver o PTB exigindo outro comportamento ao seu representante no Governo Federal, ao Ministro da Agricultura. Agora, o que não se concebe nem se aceita é que o Ministro da Agricultura esteja praticando a política *anti-rio-grandenses* e *antitritícola*, lá e os seus correligionários. (...) Assim, Sr. Presidente, quero mostrar ao Rio Grande do Sul, a contradição que há entre o que diz aqui dentro do Partido Trabalhista e o que faz no governo da república o mesmo Partido Trabalhista. (...) Outrossim, começo a pensar que a participação do partido trabalhista, seja ainda maior, em todo este negócio. Para criar dificuldades ao Governo do Estado chaga ao ponto de provocar e de dirigir uma catástrofe contra a economia do RS, como o Governo Federal, está fazendo através do Ministério da Agricultura (ANAIS, AL 4.145, CXIV, nov. 1957, p. 05).

Como expressão do antagonismo PTB vs. anti-PTB, esse sentimento ganha outras dimensões nos pronunciamentos parlamentares durante as sessões ocorridas na Assembleia Gaúcha. Esta se divide entre forças partidárias opostas, em partes quase equivalentes. A polarização ideológica é materializada na veemência das críticas e protestos que não se limitavam apenas ao governo estadual, mas que se estendiam

(principalmente) ao governo federal, porquanto as bancadas estabeleciam os vínculos político-partidários entre as diferentes esferas governamentais.

SR. PAULO BROSSARD- O Partido Trabalhista elegeu e integra este governo traficante, mas pretende não ser responsável pelas traficâncias praticadas, embora continue no governo. E continua no governo gerindo a pasta da agricultura, que ele conserva com as duas mãos a qualquer preço, ainda que sacrificando a economia do Rio Grande do Sul, ainda que extinguindo a triticultura gaúcha, ainda que haja traficância ele continua no governo e continua ainda que sem dignidade. (...) Vou encerrar, confiando em uma reação desta enorme parcela política, que é a do Partido Trabalhista. Mas, enquanto o Partido Trabalhista ficar no seu afável sorriso que agora encanta as fisionomias tão amáveis dos seus representantes nesta casa, eu apontarei a agremiação como a “caveira” da triticultura rio-grandense (ANAIS, AL 4.143, CXII, set. 1957, pp. 682-683).

De qualquer sorte, o fator agropecuário da industrialização gaúcha era apenas o pano de fundo. A principal questão da economia-política gaúcha expressava-se nos próprios percalços do caminho a serem trilhados para o fortalecimento do mercado e do parque fabril no sul do País - com destaque para a ausência de crédito.

SR. BRAGA GASTAL – Sr. Presidente. Temos afirmado vezes várias que os dois maiores abusos que se antepõem no momento ao desenvolvimento do Brasil são: em primeiro lugar, essa esdrúxula política cambial e, em segundo, a falta de créditos necessária à expansão da indústria e do comércio. Há poucos dias mais uma vez visitou o Rio Grande do Sul S. Excelência o Sr. Ministro Dr. José Maria Alckmin, titular da Fazenda Federal que aqui veio a convite das classes conservadoras e do Sr. Prefeito Municipal, segundo se informou. Novamente, assentou S. Exa. a sua tese já asseverada de que uma vez em Porto Alegre quando de um congresso fazendário de que não tem havido *restrição de crédito*. O que tem havido, na opinião do Sr. Ministro da Fazenda, é apenas a *seleção de crédito*, vale dizer, uma ordem traçada de prioridades para a entrega dos créditos e não mais os créditos dados indiscriminadamente, segundo afirmou S. Exa. se fazia até na sua administração. É necessário para que contestem as afirmações do Sr. José Maria Alckmin, que se passe em revista, embora com a rapidez que determina a exiguidade deste espaço parlamentar, a necessidade de financiamento, a necessidade de crédito do parque industrial e comercial do Rio Grande do Sul. Não conheço, Sr. Presidente, dentro do sistema de indústria do nosso estado, nenhuma área, nenhuma unidade que não esteja clamando por crédito, crédito rápido, crédito eficiente, que seja como o plasma sanguíneo no organismo biológico. Ainda há poucos dias ouvia de industriais da cidade de Rio Grande a situação dramática em que esse encontra a indústria na cidade marítima justamente por falta de crédito. E isto tudo está dito, escrito largamente, aqui em Porto Alegre, onde as forças da produção há pouco dirigiram-se às autoridades federais justamente, solicitando uma área maior, uma faixa maior de crédito para as operações do

Rio Grande do Sul, sob pena de colapso quase total da economia (ANAIS, AL 4.151, vol. CXIX, jul. 1958, p.373).

Na esfera federal, as medidas de controle cambial e de contingenciamento de importações, tomadas diante da modesta entrada de capitais externos no País, objetivavam um desempenho mais favorável na balança comercial. Além disso, a política de concessão de crédito efetuada pelo governo federal, à frente do Banco Brasil, visava apenas a facilitar os investimentos nacionais no processo de substituição de importações, operando na contramão dos interesses tanto dos industriais como dos agropecuaristas.

SR. HEITOR GALANT- Os empréstimos para as atividades da agricultura e da pecuária se reduzem a chaves da carteira especializada do Banco do Brasil, exatamente porque o Banco do Brasil é obrigado a satisfazer as exigências constantes antiinflacionárias para atividades inflacionárias que se exercem através do tesouro nacional (ANAIS, AL 4.144, CXIII, out. 1957, p. 179).

Preso ao seu sistema tradicional de produção local, a economia sul-rio-grandense assume lugar cada vez mais periférico no âmbito nacional, ainda que desenvolvesse, internamente, um modo próprio de acumular capitais e de organizar o poder.

SR. HEITOR GALANT- Sr. Presidente, Srs. Deputados. O governo federal como tantas vezes já foi acentuado nesta casa, tem sido realmente uma madrasta avarenta e impiedosa com relação à economia rural do Rio Grande do Sul. Já sabe no Rio Grande do Sul como tem sido tratado o problema da nossa lavoura tritícola. (...). Como vêem V. Exas., os nossos criadores não estão pedindo favores ao governo; desejam apenas que lhes sejam concebidos novos créditos naturalmente dentro das condições regulamentares do Banco do Brasil, para o repovoamento dos seus campos que estão semi-vazios, em consequências da enorme quantidade de gado que pereceu no corrente ano. (...) Contamos, ainda, apesar do desinteresse do Ministério da Agricultura, pela economia rio-grandense, que esses apelos sejam atendidos, pois não é crível que se releguem a um abandono criminoso os superiores interesses do nosso estado, representados na sua pecuária, que além de constituir uma atividade tradicional da nossa gente, representa também um dos mais fortes esteios de nossa economia e de nossa riqueza (ANAIS, AL 4.143, CXII, set. 1957, pp. 637-639).

O próprio governador gaúcho à época dos fatos, Ildo Meneghetti, procurando viabilizar os meios necessários para a expansão do parque industrial no estado, encontrou grandes dificuldades para obter crédito e licenciamento. Tendo sido negada

pelo Ministério da Fazenda a licença para a importação de máquinas essenciais ao funcionamento do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER), sob a justificativa de que o orçamento cambial da República não suportava um impacto tão pesado como o que adviria de tal aquisição, o Governador viu-se obrigado a recorrer ao Supremo Tribunal Federal, com o apoio massivo da bancada libertadora.

O SR. HEITOR GALANT - Esta com a razão o ilustre líder das classes produtoras do estado, pois é evidente que os superiores interesses da coletividade gaúcha devem sempre pairar acima dos objetivos partidários imediatos que nem sempre representam, por ausência de espírito publico de certos dirigentes políticos, as melhores causas do povo. Haja vista, como ilustração, dos conceitos emitidos pelo Sr. Silvio Torres, o referente e deplorável episódio que obrigou o governo Ildo Meneghetti no cumprimento do seu alto cargo, a recorrer ao Supremo Tribunal Federal. O seu gesto que teve enorme repercussão em todo o país e constitui um grito de alarma na defesa da autonomia dos estados, foi provocado, como se sabe, pela politiquice do bloco partidário formado pelo PTB, PRP e PSP, que não teve pejo em sacrificar sagrados interesses do Rio Grande do Sul, pensando apenas nas suas mesquinhas ambições eleitorais. (...) A mesquinha atitude dos falsos rio-grandenses que, em má hora, acharam de contrariar uma legítima aspiração do seu estado, dando mão forte ao poderes do Centro, que se comprazem em querer sufocar a ânsia de progresso que domina os filhos do sul. (...) A federação que aí está não existe; ou melhor, existe apenas no papel, porque não passa de letra morta. Urge, pois que não percamos mais tempo. Partamos imediatamente, para a reforma constitucional, porque não haverá alternativa. Os estados nada valem ou valem muito pouco porque não podem cumprir o que deviam em benefício do povo, jungidos que vivem ao poder econômico da União (ANAI, AL 4.150, vol. CXVIII, jun. 1958, p. 106).

Desse ponto de vista, o período que vai de 1930 a 1950 pode ser entendido como uma fase na qual os constituintes do modelo histórico de acumulação e dominação gaúcha são explorados ao máximo, a favor das classes agropecuárias e industriais dominantes (MÜLLER, 1979, p. 363). Todavia, a partir dos anos 1950, os produtos dessa exploração intensiva passam do ativo para o passivo da conta de poder dessas mesmas classes que, para se manterem como tais, deveriam dar prosseguimento à forma de industrialização das matérias-primas regionais, mantendo incólume a estrutura fundiária.

Nessa trilha lógica, a crise regional emerge quando a prioridade é dada à criação de um pólo industrial, como forma de resolver os problemas oriundos da exploração intensiva do modelo histórico gaúcho, baseado na intensa urbanização e nas suas mazelas econômicas e sociais. Esse processo de modernização, todavia, possui relações profundas com as formas de organização do trabalho social; com o crescimento do

desemprego no meio rural e urbano; com a falta de estrutura-social para a maioria da população; e com a rápida necessidade de instalação de uma infraestrutura econômica (transporte, comunicações e energia) de suporte ao desenvolvimento.

Neste sentido, Draibe (1985) discute a relação entre a formação do Estado brasileiro e o advento do projeto de industrialização no País. As fases percorridas pela industrialização no País¹³⁶ a partir da crise da economia exportadora abriram espaço para a constituição das bases materiais do capitalismo, entre as décadas de 1930 e 1950, bem como para formação e expressão de suas classes fundamentais em torno de um Estado capitalista-burguês.

A partir da análise da natureza das relações entre o político e o econômico, ela adverte para o debate sobre quais caminhos deveriam ser percorridos em torno das questões de autonomia, compromisso e capacidade dirigente do Estado na condução de desenvolvimento do País¹³⁷. À medida que o Estado se expandia, com as habituais deficiências em seu aparelho, ampliava sua capacidade de regulação e intervenção sobre áreas cada vez mais abrangentes da vida social, adquirindo as suas políticas graus de complexidades em diferentes áreas de conflito e articulação de interesses.

É nessa conjuntura de crise, em um quadro de relações institucionais instáveis, que se estrutura a autonomia do Estado brasileiro, sendo por isso apreendida e criticada pelo discurso da bancada libertadora, diante de sua forma particular de ver o mundo. Em torno dessa disputa de sentido é que definem o destino da sociedade regional,

136

¹ Compreendendo a) a economia exportadora capitalista (1822-1933); b) a industrialização restringida (1933-1955); e c) a industrialização pesada (1956-61). Draibe (1985) delimitou as duas últimas fases como as determinantes do processo de industrialização no País. A restringida ocorreu entre os anos 1933 a 1955, quando a dinâmica da expansão industrial assenta-se no movimento endógeno de acumulação, muito embora sob bases técnicas e financeiras ainda tímidas. Já entre 1956 e 1961 ocorreu a industrialização pesada, quando surgem investimentos complementares e concentrados, promovendo uma alteração radical na estrutura do sistema sócio-econômico e produtivo. De qualquer sorte, o fato é que a ação do Estado na dinâmica econômica mostrou ser capaz de investir em infraestrutura; estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira e definir um esquema de acumulação e favorecimentos. Neste contexto, coube também ao Estado planejar, regular e intervir nos mercados, como se fosse produtor e empresário, ao coordenar não só os gastos e investimentos, como também o ritmo e os rumos do desenvolvimento capitalista no País.

137

¹ Nesse sentido, Draibe (1985, pp. 33-35) identifica a primeira alternativa encontrada pelo Estado brasileiro, pela via conservadora de desenvolvimento, na conformação de interesses rurais e urbanos, nucleados a partir das estratégias da economia exportadora capitalista. Outra alternativa vai se fundar nos interesses estratégicos da burguesia industrial, por uma via mais moderada das transformações sociais capitalistas. Por fim, uma terceira alternativa teria sido a do proletariado, com a aceleração do desenvolvimento das forças que iriam ao encontro de alguns importantes interesses populares, como a ampliação do nível do emprego e um salto qualitativo nas suas estruturas de renda e de consumo urbano, associado à desapropriação das grandes propriedades rurais economicamente não produtivas.

procurando conduzir o formato das relações capitalistas no estado, inclusive em suas feições político-sociais¹³⁸.

Ao se opor às modalidades de intervenção estatal nos moldes petebistas que, particularmente, em solo gaúcho, ganham contornos ideológicos radicalizados, o Partido Libertador demarca sua atuação na Assembleia gaúcha mediante o uso de estruturas ideológicas e discursivas bem conhecidas. Assim, após a identificação das principais insurgências temáticas no discurso libertador durante o período investigado, procura-se demonstrar, no próximo subitem, algumas das estratégias e artifícios que delineiam um molde ou padrão de discurso que lhe é característico.

3.3 Das regularidades discursivas no discurso libertador

Para efeito desse estudo, a seleção de unidades léxicas segue a estratégica universal (van DIJK, 1996) que se apoia na forma com que se descrevem, representam e associam as ações e os membros do grupo ao qual se pertence (*ingroup*) e ao qual se opõe (*outgroup*). Diante do antagonismo das forças PTB vs. anti-PTB, as características ideológicas são delimitadas no discurso libertador tanto pelos adjetivos e substantivos usados para a auto-representação como pela atribuição de (des)valores ao grupo rival.

Tal estratégia, como já anunciado, não é somente explorada na análise de confrontos diretos entre os grupos em conflito, mas podendo também ser utilizada na identificação de interesses políticos que possam ser relevantes de acordo com o tema, contexto, atos de fala e metas comunicativas (van DIJK, 2005). Como comunicações auto-interessadas, os discursos políticos são racionalmente organizados por meio de articulações, analogias e associações semânticas que podem ser vinculadas a qualquer um dos grupos políticos envolvidos com referência a ações, objetos, lugares e acontecimentos históricos.

Valendo-se de uma série de dispositivos linguísticos, como o uso de léxicos, hipérboles, aliterações, metáforas ou generalizações, os discursos são organizados para destacar, obscurecer ou distorcer determinados fatos, enfoques e sentidos. Em suma, a fala e a linguagem escrita têm uma ampla gama de possibilidades para o acento,

138

¹ Do ponto de vista social e político, o Estado regulou as relações sociais, ao absorver no interior das suas estruturas os interesses econômicos e sócio-políticos do País. Com isso, transformou-se numa arena de conflitos mediados e arbitrados pelos seus agentes, debilitando as instituições representativas e as próprias formas (autônomas) de aglutinação e expressão de interesses e conflitos de toda ordem.

silenciamento e sobredeterminação de significados, associada à definição da própria pauta discursiva, de modo que essas ferramentas possam ser ideologicamente utilizadas como instrumentos de persuasão.

Ao se constituir num instrumento persuasivo em torno de um tema público que é relevante e usualmente controvertido, o discurso visa a induzir os expectadores à adesão a uma determinada ideia ou à tomada de atitudes que *interessam* ao comunicante, no sentido hegemônico dessa expressão. Tal pretensão hegemônica, expressa através do discurso, pode servir como peça fundamental para a análise de períodos históricos em que as próprias noções de ordem política, institucional ou democrática não estiveram claramente dadas ou hegemônicas pelos sujeitos políticos em disputa (MENDONÇA, 2009, p. 158).

Sendo as ideologias sumamente abstratas, porque devem ser funcionais em muitos campos e situações, elas também podem especificar-se no discurso concreto com relação a assuntos sociais mais específicos, como *a) os sistemas de governo como fontes do vício ou da salvação das instituições políticas brasileiras; b) o viés oligárquico à base de uma visão liberal de mundo político e econômico; e c) o conservadorismo como guia político*. Nesse sentido, considera-se que o discurso de um partido inserido no sistema político brasileiro, no contexto histórico da década de 1950, possa ser analisado quanto ao posicionamento que ocupa no espectro ideológico, tanto pela postura assumida diante da ideia de *mudança* como pela forma com que avalia a *intervenção do Estado na Sociedade*.

3.3.1 Os sistemas de governo como fontes do vício e da salvação das instituições políticas brasileiras

O discurso libertador é, pois, o produto da incorporação de crenças típicas aos *idealistas constitucionais* (BRANDÃO, 2005), no sentido de que esses orientam sua lógica argumentativa segundo o paradigma de que são *as formas viciosas das instituições políticas que reprimem e deformam a sociedade*¹³⁹. Essa família intelectual,

139

¹ Para Tavares Bastos e Raymundo Faoro, o legado estatal português é origem de muitas de nossas vicissitudes institucionais (CEPÊDA, 2008, pp. 234-235), seja pela excessiva centralização que acaba por substituir a sociedade na iniciativa da produção, seja pelo patrimonialismo que, sob as características de um estamento burocrático, impede a consolidação de uma ordem burguesa propriamente dita no país. Contudo, segundo Santos (1978, p. 97), Assis Brasil e Rui Barbosa podem

na expressão de Cepêda (2008, p. 235), está unvida pelos laços de valorização da representação política, do federalismo e da visão institucional *sub leges*.

Também para Santos (1978, pp. 67-68), sobressaem-se no liberalismo brasileiro ao menos duas correntes políticas que se mostram confiantes na indissolubilidade entre as liberdades (individuais e coletivas) ou na organização sócio-econômica que iguala a maximização dos lucros individuais à maximização do bem-estar geral. Ensejando ambas as vertentes da implantação de uma sociedade de mercado no Brasil, por meio de ênfases diversas, os *liberais doutrinários* creiam que a liberalização política seria suficiente (*per se*) para implementar o liberalismo econômico, enquanto os *instrumentais autoritários* acreditavam que somente um sistema político permitiria destruir as barreiras e transitar para um sistema social autenticamente liberal.

Dessa forma, para os Libertadores, o presidencialismo seria a causa de todos os males que assolavam o país, ao passo que o parlamentarismo seria a única alternativa ou solução para salvá-lo da crise orgânica em que se encontrava:

SR. PAULO BROSSARD (...) O que é preciso, Sr. Presidente, é que todas as correntes efetivamente democráticas se congreguem e unam suas vozes e suas forças para salvar este país do fundo do atoleiro em que se encontra, e que é o resultado de sessenta anos do malfadado presidencialismo. (...) Seria, aliás, Sr. Presidente, uma grande solução para esta situação a que chegamos, se as principais correntes partidárias acertassem um candidato comum. Não acredito na possibilidade da realização desse propósito, mas acredito sinceramente que seria uma grande solução; era Sr. Presidente, a sistematização dos grandes abusos do regime presidencial. Contra isso, Sr. Presidente, que é necessária a união de todos os democratas, a fim de que se chame a real atenção popular para a gravidade real, efetiva e permanente deste problema que não se vai esgotar a 3 de outubro de 1955 (...) Esta crise é inerente ao regime e, enquanto o nosso país viver sob a degradação presidencialista, assistiremos, de 5 em 5 anos, esta mesma calamidade lutuosa que estamos assistindo hoje (ANAIS, AL 4.122, vol. LXXXIX, abr. 1955, p. 174, grifos nossos).

Com o médico Raul Pilla à frente, o PL que é fundado sob bases nacionais, em 1945, mostra-se mais coeso e homogêneo que o de 1928, sob bases estaduais, após a migração de diversas lideranças ideologicamente distintas para outras organizações políticas¹⁴⁰. Contando a ala *parlamentarista* com maior poder de influência, já na

ser considerados como os mais notáveis exemplos de liberalismo doutrinário nas primeiras décadas da República, com suas crenças inabaláveis de que boas *leis* criam *boas e eficientes instituicoes*, assim como *boas instituicoes* garantem a *qualidade moral* do sistema.

140

¹ À medida em que o PL vai consolidando sua doutrina, algumas lideranças políticas menos simpáticas à ideologia liberal-conservadora migravam para outros grupos políticos. Neste sentido, Bruno de

segunda convenção partidária após o período de redemocratização, no ano de 1947, o partido consegue eleger o sistema parlamentarista de governo como a principal bandeira ideológica do PL:

O SR. LIMA BECK- Sr. Presidente e Srs. Deputados. Pertencço a um partido que tem no seu nome o radical da liberdade, por cuja vigência trazemos uma luta centenária e às vezes matizada de sacrifícios. Mas, se entendemos que é um dever pugnar pela liberdade, também entendemos que não é possível lutar pela liberdade, sem o complemento indispensável e necessário que é a responsabilidade. Não posso, Sr. Presidente, entender que se invoque, que se lute por liberdade, sem que, ao mesmo tempo, se lute, com o mesmo ardor e com a mesma sinceridade, pela responsabilidade. Essa uma das razões porque o Partido Libertador insiste na tese do parlamentarismo, por entender que esse regime facilita a apuração da responsabilidade, o que não ocorre, em nosso entender, com o regime presidencialista (ANAIS, AL 4.130, vol. XCVII, dez. 1955, p. 305, grifos nossos).

Considerava-se o parlamentarismo como uma *panaceia milagrosa* para a cura de todos os males enfrentados pela sociedade gaúcha e brasileira de então. A maneira pela qual o poder político é dividido e exercido no âmbito de um Estado teria repercussão e responsabilidade pelo (sub)desenvolvimento das práticas econômicas e sociais como um todo.

A profunda crise político-econômica que levou Getúlio Vargas ao suicídio; a burla nos orçamentos das autarquias estaduais; as práticas autoritárias no sistema político brasileiro; as interferências dos militares no regime democrático; a instabilidade institucional ou o subsdesenvolvimento do sistema partidário conduziriam à imprestabilidade do presidencialismo, cuja vítima maior seria a democracia no País:

O SR. PAULO BROSSARD – é fora de dúvida que em agosto de 1954 houve uma quebra formal da constituição. O governo deixou de existir em agosto de 1954. O governo esfacelou-se. O governo entra em delinquência, e a despeito disto nos termos constitucionais e graças ao estúpido presidencialismo ainda tinha o nome de governo quando não era mais governo. Os episódios de agosto de 1954 constituem a mais cabal e eloquente demonstração da imprestabilidade do presidencialismo. Diante de uma crise política profunda ele se quebra porque não oferece remédios adequados à solução das crises. Os remédios do presidencialismo são a revolução e o golpe de Estado. A

Mendonça Lima, propondo um programa mais avançado em termos de reformas sociais, mobiliza-se para fundar o PSB no estado; Alberto Pasqualini fez-se um dos principais teóricos do Trabalho; enquanto Valter Jobim, como um líder no PSD, tornou-se Governador do estado em 1947. Contudo, o PL manteve suas bases políticas no pós-guerra à frente de seu núcleo liberal-conservador, enquanto as lideranças tradicionais do PRL e PRR (Flores e Borges) acabariam por se transformar na pequena UDN.

vítima é sempre a estrutura constitucional que não resiste à força incoercível dos fatos, isto é, evidente, Srs. Deputados. Só não vê isto quem não quer ver. Mas não vou prosseguir nesta ordem de considerações. Lembrarei apenas o que disse o Sr. Osvaldo Aranha a respeito da crise de agosto de 1954, e do suicídio do então presidente da República. Disse que o ex-presidente fora vítima do presidencialismo. O que isto quer dizer? Que dizer que uma crise profunda não encontra solução legal dentro do regime presidencialista. O *impeachment*, ninguém ignore, é um tigre de palha, segundo a imagem de Rui Barbosa (ANAIS, AL 4.132, vol. XCVIII, abr. 1956, p. 77, grifos nossos).

Por sua vez, seria o regime parlamentarista responsável pelas maiores conquistas brasileiras, ao oportunizar ao País a vitórias em guerras; a abolição da escravatura; e a emancipação do Estado-Nação:

O SR. PAULO BROSSARD - (...) Na América Latina, o regime parlamentar ensejou que o Brasil surgisse como Nação, enfrentasse as suas maiores dificuldades internacionais, vencesse guerras e resolvesse democraticamente o mais grave problema social que já teve que foi a escravidão (ANAIS, set. 1957, AL 4.143, vol. CXII, set. 1957, p. 449, *grifos nossos*).

Da forma como o PL organiza seu discurso político para se impor ideologicamente, depreendem-se os efeitos de uma *sobredeterminação* de sentido, na forma dos mecanismos de *deslocamento* e de *condensação*. Ao se apropriar dessas categorias psicanalíticas, o que se objetiva demonstrar é a possibilidade de constituição das mais diferentes representações acerca dos mesmos fatos e objetos, produzindo uma reorientação de sentido segundo os significados cristalizados pelo enunciador (LACLAU, 1987).

No deslocamento, essa transformação acontece pela substituição de uma representação por outra, enquanto na condensação comporta-se de modo a aglomerar duas ou mais representações formando uma terceira, distinta das que lhe originou - ainda que mantenha latentemente o mesmo significado. Dessa forma, a condensação e o deslocamento podem também ser entendidos, em termos linguísticos, como metáfora e metonímia, respectivamente, em que ambas essas figuras de linguagem estejam contidas numa estrutura associativa de ideias que formam uma cadeia de significantes¹⁴¹.

141

¹ A utilização de categorias psicanalíticas na análise de discurso rege-se pelo princípio de que também o inconsciente está estruturado como uma linguagem. Logo uma metáfora não é um ornamento, assim como a metonímia não é um inocente estilo de linguagem. Tais mecanismos são formas completas de

Pinto (2006, p. 105) cita diferentes exemplos de processos de deslocamento no discurso político, como a centralidade no discurso da violência em detrimento do discurso de combate à desigualdade social; a atribuição à catástrofes naturais de fracassos de políticas agrícolas e a atribuição à desqualificação do trabalhador sua condição de desempregado. A hegemonia, por sua vez, é um típico exemplo de condensação, através da qual se pode trazer diferentes grupos em torno de uma mesma luta condensada em muitos sentidos¹⁴² em torno de um mesmo núcleo comum.

Com isso, pode afirmar-se que na insistente tentativa de implantação do *regime de gabinete* no País, o PL conseguiu agregar em torno dessa tese defensores oportunistas, que por diferentes razões associavam-se à causa parlamentarista. Sem maior convicção e engajamento do que efetivamente representava a implantação desse sistema de governo, como uma possível mudança de hábitos e costumes políticos, a diversidade de interesses e objetivos na aprovação desses projetos acabou por reproduzir versões defectivas de um parlamentarismo à brasileira.

Nesse sentido, em janeiro de 1936, não foi pela convicção democrática de Flores da Cunha que se estabeleceu no Rio Grande do Sul um *parlamentarismo mitigado*, através da assinatura do *modus vivendi*¹⁴³. As características particulares da conjuntura em questão remetiam a uma estratégia do Governador de se aproximar da oposição por razões de segurança interna, diante de seu iminente rompimento de relações com Vargas (TRINDADE, 2005, p. 113).

Também assim, por razões ainda mais óbvias, não foi por afinidade ideológica que o PL e o PTB, partidos de oposição ao governo de Walter Jobim (1947-1951), aprovaram uma emenda parlamentarista à recém-promulgada Constituição Estadual de 1947. Formulada pelo Partido Libertador e apresentada pelos trabalhistas João Goulart e

se organizar um discurso, como instrumentos de difusão e de percepção de ideias. Por meio de metáforas interpretamos o mundo como uma coisa ou outra, dando-lhe nuances ou significados específicos.

142

¹ Sobre o assunto, vide: MENDONÇA, Daniel de . A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe: em direção à noção de significante vazio. Barbarói (UNISC), Santa Cruz do Sul, v. 01, n. 01, p. 55-71, 2003; MENDONÇA, Daniel de . A Constituição do Imaginário Popular Opositor. Cadernos de Ciência Política - PPGCPol - UFRGS, v. I, p. 03-28, 2002; PINTO, Céli Regina Jardim. A democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Sociologia, Porto Alegre, ano 1, n. 2., jul.-dez. 1999. pp. 68-99.

143

¹ Acordo político entre o PRL (Flores da Cunha) e a FUG (PRR/PL) que instituiu a figura do Presidente do Secretariado, como coordenador de atividades das várias Secretarias de Estado, relativizando os poderes do Executivo (TRINDADE, 2005, p. 114). O Secretariado era um órgão coletivo que condicionava a atuação dos Secretários à aprovação dos respectivos partidos. Além disso, dava à Assembléia o direito de convocar tais Secretários para elucidar problemas e prestar contas.

Leonel Brizola, a emenda suscitou infindáveis embates sobre como administrar o estado, possuindo o intuito *petebista* de cercear os poderes do Governador, se não de inviabilizar a sua governabilidade¹⁴⁴.

Já a proposição de um projeto de emenda constitucional (PEC), em abril de 1956, da autoria de Raul Pilla¹⁴⁵, instituindo o regime parlamentarista no País, obteve a aprovação de mais de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados (178 assinaturas). No entanto, o PEC foi *vetado* pelo Ministro da Guerra, o general Henrique Lott, pelas mesmas razões que o levaram, alguns meses antes, a depôr os Presidentes Carlos Luz e Café Filho, em 11 e 21 de novembro de 1955, respectivamente¹⁴⁶.

Todavia, com a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, em 1961 - e como uma saída *honrosa* para a crise política que negava posse ao vice-presidente João Goulart - seria desarquivada a famigerada *Proposta Pilla de Emenda à Constituição* de 1956. Daí sua aprovação ocorrer no Senado Federal, em 03 de agosto de 1961 (por 48 votos contra 6), não obstante sua substantiva alteração, resultando mais uma vez na instituição de um distorcido parlamentarismo à brasileira.

Mas não são esses os únicos deslocamentos e condensações identificados no discurso libertador. Em verdade, no padrão discursivo dessa bancada prima-se pela *sobredeterminação*, ora apontando para um efeito de homogeneidade, ora apontando para um efeito de especificidade.

3.3.2 O viés oligárquico à base de uma visão liberal de mundo político e econômico

144

¹ A famigerada emenda parlamentarista foi objeto de recurso ao Supremo Tribunal Federal, por parte do Governador do Estado, que obteve sucesso no empreendimento de declarar sua inconstitucionalidade. Para maiores aprofundamentos sobre o assunto, vide: BACCHIERI DUARTE, J. *Os dez dias em que o Rio Grande do Sul foi parlamentarista*. Porto Alegre: ALERGS, 2003.

145

¹ Emenda Constitucional nº 3, de março de 1956. Observa-se que Pilla não havia obtido o mesmo sucesso na Assembleia Nacional Constituinte (1946) e na Câmara dos Deputados (em 1949 e 1952), com semelhantes projetos. Note-se, também, que no mês anterior à proposição da emenda, em fevereiro de 1956, havia ocorrido a Revolta de *Jacareacanga*, que representou outro ensaio de golpe por militares antigetulistas, chegando ao fim no dia 29 de fevereiro de 1956, quando as tropas legalistas diluíram o movimento.

146

¹ O Ministro da Guerra, Henrique Lott, com o objeto de assegurar a posse de JK, que confirmou-o depois no mesmo Ministério, esteve à frente dos (contra)golpes preventivos de 1955 que ficaram conhecidos como “Novembrada”. Com intuito de defender a Constituição em vigor, Lott instituiu o Estado de Sítio no país e o susteve até 31 de janeiro de 1956, com a ascensão de Juscelino.

Segundo Codato (2008), o liberalismo das oligarquias brasileiras acabou por adaptar os princípios liberais clássicos aos seus propósitos de dominação social, dando a eles uma interpretação ultraconservadora. Como uma ideologia predominante na República Velha, essa leitura da realidade acaba por forjar *liberalismos* próprios no campo político e no econômico.

Balizados os marcos do liberalismo brasileiro a partir dos seus paradoxos, também Santos (1978, pp. 68-69) demonstra haver certa tenuidade entre os *liberais doutrinários* e os *autoritários instrumentais* em suas tentativas de criar uma sociedade de mercado - segundo o modelo liberal que defendiam - diante das dificuldades que encontraram para implementá-la¹⁴⁷. Talvez por esse motivo seja que Trindade (1985) relacione os traços fundamentais da política brasileira a um *hibridismo institucionalizado*, isto é, à forma como as instituições liberais são preservadas sob a hegemonia do autoritarismo.

Na opinião desse autor, o Brasil possui dois traços básicos de interação entre o Estado e a Sociedade civil: a expansão do controle estatal e a atitude persistente das elites políticas de dissuadir as formas de participação de tipo liberal-democrático. A singularidade do sistema político brasileiro está na sua persistente hibridez ideológica e institucional, combinando estruturas e práticas autoritárias e liberais (TRINDADE, 1985, p. 70).

Adaptando os princípios liberais-democráticos aos seus interesses e propósitos de dominação, os Libertadores continuaram a disputar por espaço na conjuntura do pós-guerra, ao procurarem dar sentido e interpretação própria aos elementos constituintes do cenário institucional. Enquanto tendiam a relativizar o princípio da não-intervenção do Estado na economia, quando se tratava de interesses próprios, ao disporem sobre os princípios de justiça social a orientação é outra: os preceitos liberais devem ser empregados em sua literalidade, devendo a focalização prevalecer sobre a universalização das políticas públicas, apoiando-se no que se denomina de Estado (social) mínimo:

147

¹ Para isso, associa-se à noção de *práxis liberal* no Brasil ao conjunto de ideias sobre a organização social, a natureza e as funções do mercado e o papel do poder político no processo de reprodução social (SANTOS, 1978, p. 68).

O SR. FERREIRA WEIMANN- Agradeço a contribuição de V. Exa. E devo dizer que também concordo com a opinião desta autoridade em matéria de ensino, embora deva esclarecer que conheço o pensamento de S. S. a respeito da orientação do Ensino que entende deva ser estatal, neste ponto divergindo S. Exa. radicalmente da tese que defendo. (...) Mas em comparação ao que gasta o Estado com a sua Sede de Ensino Secundário, Ensino de Segundo Ciclo, nós vemos que não representa quase nada o auxílio-escolar aos estabelecimentos particulares, pois seriam apenas na média de R\$4.500,00 por bolsa, 500 bolsas no ano de 1955 e 900 fornecidas em 1956 e 4.800 bolsas fornecidas no corrente ano. (...) Vêem V. Exas. Como o Estado está dispendendo somas enormes na manutenção de sua rede de Ensino do segundo Ciclo sem se valer do meio mais barato, que seria o de amparo crescente aos estabelecimentos de ensino particular. (...) Este sistema proporciona, além das vantagens da criação do estabelecimento de ensino do grau médio que falta, a de não criar o funcionamento de dois estabelecimentos do mesmo grau de ensino, que se prejudicarão reciprocamente. (...) Se em lugar dos nove milhões que é quanto o Estado fornece para os estabelecimentos particulares de ensino, o Estado destinasse CR\$ 47.600.000,00 para o custeio de bolsas de estudos, teríamos que ele poderia dar cerca de 10.578 bolsas de estudo com essa importância, sendo que dividindo essas 10.578 bolsas por duzentos e cinquenta, que foi mais ou menos a média que demos para o Ciclo Secundário de cada estabelecimento de ensino médio, teríamos que só com o que gasta com o professorado para manter esses quarenta e quatro ginásios, o Estado manteria um igual número de alunos em estabelecimentos particulares, não tendo a obrigação de construir prédios, de mantê-los e as demais despesas que lhes são correlatas (ANAIS, AL 4.142, vol. CXI, ago. 1957, pp. 302-303, *grifos nossos*)

Em contraposição, os petebistas objetivavam a expansão da máquina pública, estatizando todas as escolas particulares (num quadro escolar ainda insubsistente) para atender à demanda de todos os alunos¹⁴⁸. Dessa forma, enquanto os petebistas só admitiam a *interferência* privada no ensino público em caráter subsidiário, por reconhecerem que o Estado não detinha aparelhamento para suprir as deficiências imediatas no campo educacional, o PL discordava dessa postura, por acreditar que o ensino público e gratuito não deveria ser universal, porquanto o Estado não tinha o dever de arcar com o ônus de bolsas e subsídios para todos os cidadãos, de forma indistinta:

O SR. FERREIRA WEIMANN- Quanto à segunda parte eu me coloco, nobre deputado, frontalmente em terreno oposto ao de V. Exa. Eu não entendo que o Estado há no regime que eu defendo nesta casa, no regime democrático,

148

¹ Convém destacar que, nesse período, segundo dados oficiais trazidos ao debate pelo deputado libertador, o estado alfabetizava cerca de um terço das crianças em idade escolar e pouco mais da metade da população escolar era alfabetizada pelas escolas municipais ou pelas escolas primárias particulares. Ademais, o índice de analfabetismo no estado alcançava o índice de 23% (vinte e três por cento, sendo que apenas 25% (vinte e cinco por cento) dos estabelecimentos ocupados pelos grupos escolares eram de propriedade do estado.

não está obrigado a estender de tal forma a sua rede educacional de maneira a que ele sozinho possa dar assistência a toda a infância em idade escolar. Apenas ele, com os demais estabelecimento de ensino de ordem particular, de ordem municipal pelas razões que de momento, eu não gostaria de abordar, porque então nos descambaríamos para um terreno completamente diverso daquele que estou abordando agora. (...) Gratuito sim. Minha tese chega a este ponto. Gratuito exclusivamente para àqueles que não tem recursos... Aliás, com essa advertência, nós queremos declarar que somos dos que esposamos a convicção de que sobre o ensino Primário e o Ensino Normal e que deve o Estado concentrar o melhor da sua atuação. Os estados modernos no regime democrático, tem o dever precípua de, pelo menos, alfabetizar o cidadão, a fim de que não se torne letra morta a igualdade de possibilidade, dos alicerces em que se fundamentam os regimes de opinião popular (...) Aliás, essa nossa observação, nasceu por termos nós, por longos anos e mesmo ao tempo de estudante, participado das funções de mestre, e essa observação foi confirmada plenamente por ocasião da nossa viagem aos Estados Unidos (ANAIS, AL 4.142, vol. CXI, ago. 1957, pp. 303-305, *grifos nossos*).

A sugestão do deputado é a de incluir um novo sistema na distribuição de auxílios pelo Estado, sem a necessidade de construir novas escolas públicas. Ao fornecer bolsas de estudo a alunos carentes, estimular-se-ia a iniciativa privada para que o fizesse e, também assim, disputasse com outras escolas da rede privada o subsídio estatal oferecido pelo governo.

O SR. FERREIRA WEIMANN - O ensino é público (nos Estados Unidos) e o Estado ministra bolsas de estudos para crianças que não podem pagar a matrícula. E mais, a matrícula é paga diretamente para o país, de maneira que no estabelecimento ninguém sabe quem está pagando com os próprios recursos e quem não o está. (...) Entretanto, pelas observações já enunciadas e por entendermos que as bolsas devem se destinar exclusivamente aos alunos pobres, lançamos esta sugestão de que todos os estabelecimentos de ensino particular participem de convênios, recebendo bolsas de estudo que deverão ser dadas exclusivamente para alunos pobres (ANAIS, AL 4.142, vol. CXI, ago. 1957, pp. 310, *grifos nossos*)

No campo econômico, como já antecipado, a visão liberal-oligárquica era seletiva, por não tolerar a intervenção estatal em seus interesses diretos (não raro relacionados com o comércio exportador), em nome do princípio do livre mercado e da livre iniciativa privada. Contudo, reclama pela intervenção estatal no financiamento da produção e dos estoques excedentes (CODATO, 2008, pp. 258-259), bem como na eventualidade de prejuízos comerciais:

SR. LIMA BECK - (...) Já comentei em outras oportunidades, Sr. Presidente, que nada adianta procurar resolver ou baixar o custo de vida, sem resolver e planificar os problemas da agricultura. Nós sabemos que nada serve a proteção da indústria manufatureira, a indústria pesada e a indústria de base, se não organizarmos no alicerce, a agricultura. Pois assim, já sustentei nesta casa, teremos uma civilização de fachada, uma civilização que não corresponde a realidade, pois a civilização só é grande quando o povo sabe aproveitar e valorizar a terra onde vive. (...) Depois quando tudo tende a aumentar forçado pelos aumentos que o governo insensatamente ordenou, porque é um Governo inflacionário, quer queira quer não, por culpa das obras adiáveis e não reprodutivas depois desse delírio aumentista quando o preço dos gêneros aumenta inevitável, inexorável, desgraçadamente que é que o governo faz? Qual a sua idéia-mãe? Importar gêneros de primeira necessidade. Mandar vir gêneros da Argentina, da Indonésia, dos Estados Unidos, da Suécia, da... Que acontecerá à agricultura? À lavoura brasileira? (...) Impotente para enfrentar os preços da concorrência desleal, pois os produtos importados o serão por dólar oficial, dólar-barato, dólar-mentira, dólar-vergonha, dólar-governo, a agricultura brasileira se esvaziará e se entregará ao próprio destino, à própria fatalidade. (...) Donde se conclui que o governo com o dinheiro confiscado da agricultura, através da mentira cambial de que vos falei, esmagará a própria agricultura. Com nossos dólares confiscados da agricultura brasileira o governo importará gêneros para castigar a agricultura brasileira. Política de loucos (AL 4.158, vol. CXXV, fev. 1959, p. 135, *grifos nossos*).

Dada a erudição do enunciador e o seu interesse em imprimir veracidade ao discurso, mostra-se possível elencar uma dezena de figuras de linguagem num único trecho de pronunciamento do partido Libertador, seja pelo excesso de adjetivações, seja pela repetição de expressões que servem para reforçar o pretenso sentido. Contribui desse modo para uma maior ênfase e expressividade do enunciado:

SR. HEITOR GALANT- (...) Contamos, ainda, apesar do desinteresse do Ministério da Agricultura pela economia rio-grandense, que esses apelos sejam atendidos, pois não é crível que se requeiem a um abandono criminoso os superiores interesses do nosso estado representados na sua pecuária, que além de constituir uma atividade tradicional da nossa gente, representa também um dos mais fortes esteios de nossa economia e de nossa riqueza (ANAIS, AL 4.143, CXII, set. 1957, p. 639, *grifos nossos*).

Na oração em destaque, pela aplicação desses mesmos mecanismos, denota-se outra estratégia discursiva que está assentada na ideologia da *vocação agropecuária* do estado como um elemento *tradicional*. Analisado por esse ângulo, o discurso parece confirmar que a *tradição* e o *esteio econômico* servem de base e de fundamento ao processo de sobredeterminação que eleva os interesses pecuários à condição de interesses superiores do estado.

Pela intervenção ideológica, eliminam-se também as fronteiras entre a figuração e a realidade: o simbólico da *tradição* sugere que *nossa gente e nossa riqueza* sejam uma só, dando um efeito de homogeneidade pelo processo de sobredeterminação. Aqui opera outra estratégia do discurso liberal-oligárquico, com referência ao sentimento regional: consistindo numa espécie de superioridade em relação aos demais estados brasileiros, esse espírito proclama a defesa da autonomia estadual, beirando às margens do separatismo político¹⁴⁹.

Love (1975, p. 4) também chama a atenção para esse fato, no sentido de que o debate a respeito do caráter *gaúcho* tenha sido focalizado, quase que exclusivamente, sobre uma das subculturas do Rio Grande do Sul - o complexo pastoril - que é o modo de vida ao qual somente uma minoria dos sul-rio-grandenses estaria efetivamente ligada. A literatura que trata da construída imagem do *gaúcho* sugere forte conexão entre o sentimento conservador e os interesses de preservação das relações político-econômicas junto aos setores historicamente ligados à agropecuária (MOURA, 2008, p. 27).

Nessa mesma perspectiva, ao analisar o campeador rio-grandense, Oliveira Vianna (*apud* OLIVEN, 1989, p.05-07) atribui-lhe uma mentalidade específica, oriunda do meio ambiente e da superioridade política, provinda da experiência de guerra. Na expressão desse autor, o gaúcho é socialmente um *produto do pampa*, como politicamente é um *produto da guerra*, de modo que essa última experiência teria dado à elite gaúcha a capacidade de mando e a prática da organização de grandes massas humanas.

Honra e heroísmo também são ingredientes marcantes dessa representação construída (e assumida) como identidade cultural, sustentada nas disputas e guerras políticas (MOURA, 2008, p. 28). Introduziu-se, com isso, nas classes médias e populares do meio urbano, a imagem idealizada e ideologicamente fabricada do gaúcho, ao mesmo tempo em que se projetou ao centro do país a apologia das guerras e das

149

¹ Analisando o ideário da classe dirigente paulista, Love (*apud* CODATO, 2008, p. 258) descreve vários elementos do programa político dos liberais paulistas no período de 1889-1937: a ideologia partidária tanto do PRP [Partido Republicano Paulista] quanto do PD-PC [Partido Democrático, Partido Constitucionalista] colocava-se na tradição do liberalismo do século XIX, ao apregoarem as liberdades do indivíduo e a intervenção limitada do Estado na economia e na sociedade, além de defenderem a presença do capital externo em investimentos públicos e privados. No campo da representação política, preferiam a representação territorial no Congresso, ao invés da funcional ou corporativa, não abrindo mão de um elevado grau de autonomia para cada membro da federação. Nesse sentido, também a tensão entre regionalismo e nacionalismo constituía-se numa característica correlata da política dominante do Estado de São Paulo.

figuras históricas alçadas à condição de símbolo de grandeza, dissolvidas no *spectrum* homogenizador da tradição local:

O SR. NORBERTO SCHMIDT- Aliás, agindo dentro dos princípios que devem nortear a vida pública dos homens, que nesta casa tem ou tiveram a honra de representar o PL e a todos que tendo a honra de representá-lo em nome do povo - tem agido dentro das normas programáticas e no espírito ativo sim, mas profundamente coerente e justo de um partido que soube ser talvez o decano de quantos hoje compõem o bordado do quadro político do Brasil, e um dos que sempre esteve na vanguarda das tradições de legalidade, de humanidade, de coerência e sobretudo, de absoluta justiça e imparcialidade em nosso querido berço pátrio (ANAIS, AL 4.130, vol. XCVII, dez 1955, p.311, *grifos nossos*).

Outro aspecto oligárquico avaliado no discurso libertador foi a frequente presença da dicotomia dos interesses urbanos vs. interesses rurais, denunciando forte indício do fator ideológico assentado numa estratégia argumentativa pela qual esse partido reclama a intervenção do Estado em favor da agropecuária:

SR. NORBERTO SCHMIDT Um povo, uma nação que não cuida – preferencialmente - de seus produtores agrícola, está fadada a sofrer as agruras e os inconvenientes de uma má política distributiva (...). Mas quem se importa com as dificuldades com que luta o homem do interior para prover o sustento de suas famílias? Quem procura saber o quanto tudo aumentou, inclusive para o agricultor obviamente em decorrência dos aumentos do salário mínimo ditados pelo Chefe da Nação para socorrer ao braço assalariado? É cuidando do interesse deste, justo e respeitável, sem dúvida, que se pretende manter, baixar o preço de todas as utilidades de que carece. Mas deve haver o equilíbrio, devem ser considerados os interesses de ambas as classes - a da produção agrícola e do operário - para que não ocorra um mal muito maior, que é o do desestímulo completo do homem da produção agrícola (AL 4.158, vol. CXXV, fev. 1959, p. 134, *grifos nossos*).

As expressões *povo* e *nação* representam neste trecho uma noção metonímica de *Estado*, que deveria *cuidar de seus produtores agrícolas*, sugerindo tratar-se de interesses gerais ou coletivos. *Agricultor* e *braço assalariado*, pelo processo metafórico, expressam os interesses desses dois setores (*operário e produção agrícola*) que se encontram em lados diferentes, se não opostos, devendo por isso receberem, no limite, tratamento equivalentes.

Pelo deslocamento discursivo, fundem-se os interesses das elites pecuaristas com os interesses da coletividade, ao passo que se fala de uns no lugar de outros. Os dois

movimentos são complementares, de modo que predomina ora a condensação, ora o deslocamento:

O SR. HEITOR GALANT - (...) Está com a razão o ilustre líder das classes produtoras do estado, pois é evidente que os superiores interesses da coletividade gaúcha devem sempre pairar acima dos objetivos partidários imediatos, que nem sempre representam, por ausência de espírito público de certos dirigentes políticos, as melhores causas do povo (ANAIS, AL 4.150, vol. CXVIII jun. 1958, p. 106, *grifos nossos*).

Tornando homogêneos, pois, os interesses das *classes produtoras do estado* com *superiores interesses da coletividade gaúcha*, que devem ser representados pelo espírito público de seu líder político, isto é, o Governador do estado que, ao defender os interesses das classes produtoras, atende às *melhores causas do seu povo*. Com isso, a parte assume o lugar do todo na medida em que os interesses da elite pecurista são tomados como os interesses de toda a coletividade que, por conseguinte, há de ser representada pelo Governador do estado, isto é, como o *líder das classes produtoras*.

O SR. OLIVEIRA ROSA- Nesse problema dos preços, deveria haver uma colaboração íntima entre todos os setores do poder público que estão encarregados desses casos. O consumidor deveria ser o primeiro a vir denunciar as autoridades esses abusos, no entanto, os consumidores são os maiores culpados por esta exploração. (...) Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu também culpo, em parte, os partidos políticos, porque, quando se aproxima uma campanha eleitoral, os elementos dos partidos políticos pedem auxílio aos tubarões, aos exploradores do povo, e depois, esses elementos não tem autoridade moral para vir combater essa gente (AL 4.135, vol. C, jun. 1956, pp. 40-44).

Observa-se, também aqui, a descrença nos partidos políticos como articuladores das alternativas e dos interesses públicos, por não estarem legitimados a assumirem questões dessa ordem de grandeza. Isto ocorre, provavelmente, como efeito da forte influência da centralização política e da burocracia estatal, no que se refere à institucionalização dos partidos políticos no período subsequente ao Estado-Novo (SOUZA, 1976).

Não estando os partidos políticos legitimados para representar a coletividade, nem mesmo para operar diretamente os interesses públicos, pode suscitar-se quem

efetivamente representam e qual a natureza dos interesses que são por eles articulados. Considerados incapazes de orientar o processo de desenvolvimento sócio-econômico e político do País, os partidos políticos servem de base para a representação dos interesses classistas, que agenciariam os grandes homens públicos para expressarem suas reivindicações:

O SR. OLIVEIRA ROSA- (...) Senhores, atualmente o povo brasileiro está se organizando em varias classes econômicas. É o operariado em torno dos seus sindicatos, são os agricultores formando as suas cooperativas ou as suas associações rurais, são os comerciantes formando as suas associações comerciais. Torna-se necessário que as várias classes econômicas em que se divide o povo estudem o problema econômico brasileiro e apresentem as suas sugestões ao governo. Não é necessário, nobre deputado, que essas classes transformem as suas organizações em meio de compreensão política, de influencia política. É necessário que elas estudem os problemas brasileiros e ofereçam as suas soluções ao poder publico, aos nossos governantes. Na realidade, em campanhas políticas eleitorais, já que estamos em regime de política partidária, essas organizações poderão quando muito, apoiar, independente de preferências partidárias, aqueles membros seus que estejam em melhores condições, não só sob o ponto de vista moral mas também de cultura, de representá-los nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional (...). Mas aqui temos representantes de trabalhadores, como é o caso do nobre deputado Waldemar Rodrigues, temos representantes dos agricultores, como vários elementos das bancadas do PSD e do PTB. Está muito bem representada a fisionomia econômica do Rio Grande do Sul aqui nesta Casa, e o próprio deputado Candido Norberto, também representa um setor (...). Por isso, é que defendo o ponto de vista de que os nossos homens públicos devem antes de resolver um problema, auscultar os maiores interessados na sua solução. Devem atender não apenas as estatísticas mas sim de seus gabinetes de trabalho e irem ao encontro das classes interessadas, dos agricultoras que moram no interior, auscultar os trabalhadores, ouvir os nossos comerciantes e nossos industriais para, então, transformar em lei aquilo que pretenderam antes. Só assim poderemos resolver os nossos problemas nacionais, ouvindo o povo em suas diferentes classes (AL 4.135, vol. C, jun. 1956, pp. 40-44, *grifos nossos*).

Os traços essenciais dessa ideologia política oligárquica estão diretamente relacionados à noção elitista de representação política, composta por homens *notáveis* que, ouvindo os clamores das *classes interessadas*, melhor equacionariam os interesses *coletivos*, ao formularem soluções aos problemas nacionais pela via legislativa.

Politicamente, ao lado do legalismo constitucional que inspira e regula o regime, incumbe-se de alimentar a ideia de uma democracia representativa mediante prudentes ajustes em suas instituições (CODATO, 2008): o formalismo abstrato do constitucionalismo está a serviço da manipulação eleitoral das massas rurais e da

irrelevância política das camadas médias urbanas, em meio a uma concepção profundamente elitista da representação.

Daí se observar como é possível condensar diferentes sentidos à noção de *povo*:

O SR. OLIVEIRA ROSA- Não estou defendendo o sistema corporativo do governo; estou defendendo o ponto de vista de que essas organizações de classe não devem ter interferência político-partidária, não devem apoiar determinados partidos, devem apoiar elementos (indivíduos) que saiam do seu meio, embora pertençam a varias correntes partidárias, como tem acontecido, por exemplo, com o Centro Cívico da Produção, com a organização de cooperativas, etc. Eles tem apoiado elementos que saem de seu meio, independentemente de partidos políticos. Estou defendendo o ponto de vista de que o povo procure votar em homens que estejam à altura de representá-los nas câmaras legislativas. Eu defendo é uma seleção de valores (...) É o governo de homens capazes.(AL 4.135, vol. C, jun. 1956, p. 42, grifos nossos).

As raízes dessas concepções têm sua origem no pensamento oligárquico, sedimentadas numa cultura aristocrática, intelectualista¹⁵⁰. O governo de *homens capazes*, i. e., de *homens públicos* que emergem das organizações de classe, independentemente de partidos políticos, porquanto somente esses estejam à altura da representação dos interesses coletivos nas camaras legislativas, está diretamente relacionado à noção elitista dos *notáveis*, presente em diferentes momentos da vida política nacional.

Nessa variante, a ideologia libertadora reproduz a visão de grandes expoentes do pensamento político brasileiro como Oliveira Vianna e Alberto Torres (PÉCAUT, 1990, p. 21)¹⁵¹, *ipsis literis*:

150

Em sua acepção original, aristocracia expressa uma forma de governo em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas privilegiadas, que são consideradas as mais bem qualificadas para fazê-lo. O conceito foi desenvolvido pelos filósofos gregos que defendiam a ideia de que apenas deveriam governar os melhores cidadãos, isto é, aqueles que fossem superiores moral e intelectualmente, objetivando atender os interesses de toda a população (JAPIASSÚ, 1996). Ganhando ênfase em Platão, o termo ganhou novas conotações/distorções, passando também a identificar também o governo das mais altas classes sociais, por herança ou tradição, confundindo-se com a própria noção de oligarquia.

151

Tendo em perspectiva a realidade brasileira, nota-se ser de grande vulto a manifestação elitista. Sem vínculos com um público vasto capaz de remunerá-los, o intelectual não podia fugir ao apoio e estímulo do Estado e dos pequenos círculos. Observou-se, desde então, a supressão dos tradicionais confins entre os intelectuais e o poder. Desde o Império (estendendo-se, mais do que nunca, na República), com o crescente número de bacharéis e doutores, multiplicados ano a ano, a classe intelectual, confrontada pela ameaça da perda de seu *status* social (AZEVEDO, 1996), procurou encontrar meios de subsistência nas atividades governamentais e administrativas. Ao longo do Segundo Reinado, a relação dos intelectuais com o Estado assumiria, assim, a forma de mecenato.

O SR. OLIVEIRA ROSA- Há necessidade do povo brasileiro se organizar, já não digo em corporações, o que ofenderia os ouvidos do nobre deputado Cândido Norberto, mas é necessário que se organize a fim de oferecer sugestões ao seu governo. Quero citar a opinião do sociólogo brasileiro, recentemente falecido, Oliveira Viana, em Instituições Políticas Brasileiras. Diz o seguinte: ‘É a cultura do povo, realmente- quando em condições de democracia ou onde a democracia existe- que diz aos homens de governo o que a sociedade julga ou sente como sendo o seu bem comum, o seu interesse publico: - as suas necessidades coletivas. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo,- onde o espírito de solidariedade é muito desenvolvido e o gosto da associação muito vivo.- este interesse publico, estas necessidades coletivas, estas aspirações de bem comum da Nação são expressas por miríades de órgãos, que representam a tradição de solidariedade social ou profissional destes povos: sindicatos, ligados, associações, universidades, sociedades, cooperativas, comitês, corporações, federações, etc. na Inglaterra ou nos Estados Unidos, é destas fontes infinitas que sai a chamada *opinião pública*, de poder tão compulsório ali. O homem público inglês ou americano- com a vocação de homem de Estado e com o temperamento de *republico* - tem nessas fontes, sempre vivazes e perenes, os motivos permanentes da sua inspiração, as indicações dos seus planos de governo: - os signos reveladores do bem comum, da coletividade. No Brasil, ao contrario disto, estas fontes de opinião publica não funcionam porque não existem, à falta de agencias e instituições que a produzam. O homem público, realmente grande entre nós, tem que ser, por isto, antes de tudo, um homem de intuição - com a centelha divinatória do interesse publico. Por isto mesmo, o labor é mais heróico- e a sua devoção ao serviço publico mais meritória. O “meio social, a cultura do povo-massa nada lhe oferece neste sentido”. Mas, Srs. Deputados, atualmente, o nosso povo, como dizia antes, está se organizando e se opera uma transformação na mentalidade brasileira, porque, hoje em dia, os homens públicos já tem suas fontes de informação (AL 4.135, vol. C, jun. 1956, p. 43, *grifos nossos*).

Examinando a relação entre intelectuais e classe política, Bobbio (1997, p.11) alerta para a imperiosidade de, preliminarmente, observar-se que as elites intelectuais se auto-concebem como uma categoria apartada da sociedade, possuindo função política distinta dos outros componentes sociais. Ponto importante também aventado pelo autor é que o papel das minorias intelectuais, em sociedades não-funcionais, é exacerbado: essa classe assume tarefas políticas decisivas, em momentos de preparação ideológica, dirigidas a processos de transformação social.

Como sucedâneo do público, o Estado e os grupos dirigentes funcionavam como patronos que buscavam absorver os representantes políticos e ideológicos (PÉCAUT, 2003), submetendo-os à adoção de *fórmulas culturais assépticas*, por meio de uma apologia harmônica (NOGUEIRA, 1984, p. 61), passível de conviver com o regime político-social.

Os intelectuais à brasileira, segundo Miceli (1979), são os segmentos representativos das elites que se deixam cooptar pelo poder do Estado, como forma de canalizar vantagens ou privilégios de classe. No estudo sobre as relações entre os pensadores e a classe dirigente brasileira, esse mesmo autor identifica nas profissões intelectuais um refúgio reservado aos herdeiros das famílias emergentes, pertencentes à fração intelectual das classes dominantes e, acima de tudo, aos filhos das famílias oligárquicas em declínio, de longa data especializadas no desempenho de cargos culturais e políticos de maior prestígio.

Essas especificidades parecem aproximar-se do perfil sócio-ocupacional da bancada libertadora traçado por Heinz et. al. (2005, pp. 75-89), que resgatou algumas das características biográficas dos deputados estaduais gaúchos durante o período de 1947-1982. Trata-se de um estudo sociológico que oferece perspectivas gerais da representação parlamentar através de indicadores de idade, origem (meso)regional, formação universitária e ocupação profissional.

Durante o período investigado (1955-1959), os grupos que se enfrentam no cenário político-partidário (*petebistas* e *anti-petebistas*) possuíam uma relativa semelhança em termos da média de idade dos deputados estaduais (38,98 anos no dia da posse), o que sugere uma situação de estabilidade no recrutamento dos representantes no conjunto do polarizado quadro partidário sul-rio-grandense (HEINZ, 2005, p. 78).

Ao identificar os deputados estaduais segundo as mesorregiões de origem, os deputados libertadores parecem provir, em sua grande maioria, da 7ª Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, composta pelas microrregiões da campanha ocidental, central e meridional¹⁵². No entanto, como alerta o pesquisador, a investigação refere-se apenas ao local de nascimento dos parlamentares - porquanto não tenha sido possível examinar os vínculos natalícios com as trajetórias políticas dos deputados - de modo que nem sempre esse corresponda ao local onde as carreiras políticas foram desenvolvidas ou mesmo onde se encontrava sua base eleitoral.

152

Em comparação com as mesorregiões Nordeste (4ª) e Noroeste (5ª), a mesorregião da Campanha Meridional (7ª) apresentava expressivo crescimento na sua representação eleitoral nas Legislaturas anteriores ao golpe militar de 1964, sofrendo uma significativa queda após esse incidente histórico, expressando possivelmente o crescimento econômico da metade norte do Estado e do empobrecimento relativo da metade sul (HEINZ, 2005, p. 80).

No que se refere ao nível de diplomação dos deputados estaduais¹⁵³, o PL é aquele que apresenta o maior índice de titulação, havendo mais de 82% do total de seus deputados ao menos com um curso de graduação (HEINZ, 2005, p. 88). Quanto aos cursos superiores frequentados por esses mesmos parlamentares (e que à época pouco diferia da área de ocupação profissional), cerca de 78,37% possuía formação em Direito e 10,81% em Medicina¹⁵⁴.

De qualquer forma, é preciso levar em conta que muitos médicos, advogados e engenheiros exerceram em algum momento - e eventualmente exerciam mesmo por ocasião de sua diplomação como deputados - atividades no serviço público, na docência universitária ou nos setores primário (agropecuário), secundário (industrial) e terciário (comerciário). Em razão dessa característica, optou o investigador por considerar sempre a ocupação ligada à formação superior, o que não ilide que esses profissionais fossem advogados/pecuaristas, engenheiros/pecuaristas ou médicos/industrialistas, dentre outras combinações.

O fato é que as transformações econômicas e sociais das décadas de 1930 a 1950 acrescentaram uma nova dinâmica às atividades profissionais e, também assim, uma nova dimensão às próprias práticas clientelísticas e de mandonismo político (CARVALHO, 1977)¹⁵⁵. O homem de nível universitário, muitas vezes advogado ou

153

Em contraposição ao PRP, que ocupa posição inversa, como o partido com menor número de diplomados universitários (30,77%). Segundo Heinz (2005), este é entre todos os dados o mais interessante, posto que é aquele que apresenta o resultado *desviante* em relação aos demais partidos. Na legislatura contemporânea ao primeiro governo de Ildo Meneghetti (1955-1959), o nível de diplomação entre os deputados em geral também é o mais alto do período investigado (1947 a 1982): 60% (sessenta por cento). Além disso, o percentual de diplomados é sensivelmente superior entre os titulares com relação aos suplentes, o que sugeriria uma maior e mais longa preparação para a carreira política daqueles melhor sucedidos na competição eleitoral.

154

A investigação procurou indicar a profissão do deputado antes do seu primeiro mandato para a Assembléia Legislativa, ou seja, aquela que lhe ofereceu um potencial eleitoral para o ingresso na carreira parlamentar. Outro dado interessante a se destacar é que o número de bacharéis em Direito supera mais da metade daqueles que possuem formação universitária no grupo *antipetebista*, não ultrapassando 43% (quarenta e três) por cento entre aqueles *petebistas*.

155

Carvalho (1997) critica a imprecisão e inconsistência no uso de conceitos básicos como *mandonismo*, *coronelismo* e *clientelismo*, porquanto seu errôneo emprego acaba por (re)produzir confusões entre essas diferentes práticas políticas. Para o autor, o coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, importando o fortalecimento do poder do Estado que antes era exercido pelo coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930. Nessa concepção, o coronelismo é um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, cedendo-lhe sobretudo o controle dos

médico, passou a fazer às vezes do *coronel*, como o mais respeitado chefe político local que, como uma dirigente-chave de um partido político no seu município, estava à frente do diretório¹⁵⁶.

Pécaut (1990) destaca a existência de duas importantes gerações de intelectuais republicanos, partícipes em decisivos momentos históricos: a *primeira geração* enquadra-se historicamente no período de 1930-1945, assumindo caráter ora de movimento nacionalista, ora de modernização cultural¹⁵⁷ - com forte impulso antiliberal e elitista¹⁵⁸; à projeção de um Estado forte e unificado; a *segunda geração* seria a

cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. A noção de *mandonismo*, por sua vez, aproxima-se daquela de *caciquismo* na literatura hispano-americana, referindo-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O *mandão*, o *potentado*, o *chefe*, ou mesmo o *coronel* como indivíduo, seria aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O *mandonismo* não é um sistema, é uma característica da política *tradicional*. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas, confundindo-se a sua trajetória com a do alcance dos direitos civis e políticos e, assim, com a própria história da formação da cidadania. As relações *clientelísticas*, nesse caso, dispensam a presença do coronel, já que se dão entre os políticos e setores mais marginalizados da sociedade, indicando um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.

156

Nunes (2010) classifica quatro tipos de relações entre Estado e Sociedade (gramáticas) nas práticas políticas brasileiras: *clientelismo*, *corporativismo*, *insulamento burocrático* e *universalismo de procedimentos*. Segundo o autor, em todos os governos essas *gramáticas* estiveram presentes, algumas com mais ênfase do que outras. Nesse sentido, se durante a ditadura de Getúlio Vargas prevaleceu o *corporativismo* e o *insulamento burocrático*, durante o governo JK/Jango o *clientelismo* desempenhou papel mais relevante, ao passo que durante a ditadura militar, sobretudo no início dos anos 1970, tenha predominado a *gramática* do *insulamento burocrático*. Muito embora distintas e baseadas em princípios diferentes, essas *gramáticas* seriam empiricamente compatíveis e suas relações observáveis em sociedades sincréticas, o que afastaria um suposto paradoxo entre o discurso e a prática política.

157

Nesse mesmo sentido, Octavio Ianni (1993, p. 429) afirma que o pensamento brasileiro, ao longo do século XX, está fascinado por dois problemas: a questão nacional e a modernização. Eles predominam sobre praticamente todos os outros, quando não os englobam, pura e simplesmente.

158

No ancoradouro do elitismo nacional, foram justapostos aos ideais nacionalistas uma série de argumentos cientificistas e biosociológicos em oposição à razão iluminista. Cita-se, p. ex., as obras de Oliveira Vianna e Azevedo de Amaral, por suas teorizações de cunho autoritário e racista, refletindo as idéias de intelectuais europeus como Darwin, Spencer, Le Bon, Lapouge e Glumpowicz. A respeito do assunto, vide SANTOS, Evenice Chaves. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. *Psicologia em estudo*, v.8, n.2, pp.29-37. jul/dez. 2003. Ademais, buscariam esses intelectuais estruturar política e culturalmente uma massa amorfa, reivindicando a qualificação necessária para esculpir os sentimentos e expressões nacionais, presentes na rocha bruta da tradição popular. Parece claro que essa forma de pensamento deve muito também aos estudos de Ortega y Gasset, no que se refere à contraposição entre elites intelectuais (às quais caberiam a direção da sociedade) e as massas produzidas pela democracia liberal.

composta por intelectuais brasileiros, em meados do século XX (1954-1964), na qual o nacionalismo passaria a significar a ativação das massas e a resistência ao Imperialismo.

Não havendo mais dúvidas quanto à existência de uma nação brasileira, identificada em torno de seus interesses econômicos, culturais e políticos, o foco de construção intelectual passaria às questões do desenvolvimento nacional, inclinado à defesa da *emancipação popular*, da ordem e da soberania nacional (PÉCAUT, 1990, p.99). Nesta fase, amplia-se o círculo intelectual engajado no projeto *nacional-desenvolvimentista*¹⁵⁹, acompanhado de um desejo de integração solidário às classes populares, dominado por um espírito geral de condescendência.

Em contraposição a essa corrente, havia um importante refluxo por parte dos grupos sociais mais conservadores, que ao reagirem ao radicalismo de setores intelectuais mais progressistas, informariam sua eminente ruptura com as regras do jogo político. Para Pécaut (1990, p. 103), o Golpe militar de 1964 viria apenas a confirmar o que se percebia anteriormente nas universidades e nos meios de comunicação; nas organizações profissionais e na Administração Pública: numerosos contingentes nutriam medo ou aversão à inclusão política das massas.

Despidos de qualquer propensão a incluir as camadas populares no processo político, os deputados libertadores expressavam também certa repulsa à extensão do direito de voto aos analfabetos, até porque (possivelmente) serviria às manobras demagógicas e clientelísticas dos grupos populistas:

O SR. BRAGA GASTAL- Há pouco o nobre deputado, Wilson Vargas, em aparte, referiu-se a recente entrevista do Sr. Governador do estado, manifestando-se contra o voto dos analfabetos. Este tema, Sr. Presidente, não é novo, tendo sido discutido, desde muito e foi debatido longamente na fase da elaboração do atual diploma maior do país. (...) Por que, então, Sr. Presidente, privam-se os analfabetos do direito de votar? Privam-se os analfabetos do direito de votar apenas porque esse direito de cidadania não pode ser consagrado pela metade, não pode ser consagrado apenas para quem

159

Vertente liberal surgida no pós-guerra, baseada na substituição de importações, que tem no Estado o principal empreendedor, associado ao capital estrangeiro, visando a dar autonomia e sustentação aos países subdesenvolvidos. Bastante afinado com esse pensamento econômico esteve o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), reunindo alguns intelectuais influentes como Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto – intencionados em colaborar para a superação do subdesenvolvimento, forjando uma ideologia do desenvolvimento nacional que ajudaria a promover o golpe militar em 1964, juntamente com os trabalhos da Escola Superior de Guerra na formação da ideologia anticomunista no núcleo militar brasileiro. MOREIRA, Vania. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, no.35, pp.329-360.

vota, sem ter o direito de ser votado (ANAIS, AL 4.142, vol. CXI, ago. 1957, p. 109, *grifos nossos*).

Justificando o impedimento do voto dos analfabetos com argumentos de ordem jurídica, esse parlamentar sofre interferências em seu discurso, por parte dos deputados petebistas, no sentido de que a opinião do governador estava assentada em princípios de natureza política e não de hermenêutica constitucional, no que se contrapõe o deputado libertador, nos seguintes termos:

BRAGA GASTAL - Não posso de maneira alguma dizer, aqui, sobre a orientação tomada pelo Sr. Governador, se ela foi sob o critério jurídico, assessorada pelos assistentes que tem, ou se tenha sido apenas no que respeita ao mérito. Mas o que é verdade é que defendendo essa tese de que o analfabeto não deve votar, há muito cultor do Direito como de outro lado também, se V. Exa. compulsar a obra do Desembargador José Duarte, em que esse eminente jurista define as discussões durante a fase constituinte, V. Exa. há de ver que na discussão dos artigos do projeto hoje consubstanciados nesse Título Quarto da Declaração de Direitos, estabeleceram-se longos debates sobre o voto dos analfabetos. Em uma parte muito ponderável aliás, dizia-se que o homem embora analfabeto pode concorrer e concorre realmente neste País de 60% de analfabetos, para a grandeza da pátria. Mas, de outro lado, situavam desdobrando com muita lucidez os argumentos de ordem jurídica, que não será possível exercer pela metade o direito de cidadania. Se alguém vota, tem em princípio direito de ser votado. Procura-se aqui apenas o aprimoramento do regime democrático (ANAIS, AL 4.142, vol. CXI, ago. 1957, pp. 109-110, *grifos nossos*).

Suscitado a declarar a sua posição sobre o assunto, ponderou que era absolutamente contrário ao voto dos analfabetos, seja por razões jurídicas, seja por razões políticas, em nome do aprimoramento do regime democrático e, também assim, para que não se desestimulasse a conclusão do ensino primário:

O SR. BRAGA GASTAL – Nobre Deputado Wilson Vargas. Agora, então, defino, a pedido de V. Exa., e achava que havia antes definido com a minha conceituação. Sou contrario ao voto dos analfabetos e isto porque admito a necessidade de se aprimorar o sistema democrático. Mas o que me parece na Constituição aberrante, o que parece injustificável é o parágrafo único do art. 132, que veda o alistamento das praças de pré. O motivo dessa vedação é a defesa nacional, mas a verdade é que ninguém é chamado a eleições em tempo de guerra. Entendo que o praça de pré, sempre que sabendo ler e escrever, este sim, deve ter direito a voto. (...) Muito interessante então o debate que aqui se faz. O analfabeto, aquele a quem inclusive, se entrega uma cédula e se diz que é para votar em tal candidato, pode votar, mas o cidadão válido, que sabe ler e escrever e muitas vezes até universitário é, não deve votar, porque está sujeito à coação. Mas essa coação não existe na vida civil, nas fabricas, nos escritórios, nos campos em toda a parte? Existe! (...) Que

apenas votassem? Então seria uma cidadania parcial, que não existe. O cidadão só pode eleger governo, mas não pode ele próprio ser governo. (...) É que não se pode ser cidadão quem apenas vota em outrem e que não possa receber a contrapartida democrática. Seria antidemocrático que a lei dissesse: os analfabetos só poderão votar mas não poderão ser votados (...) Se estamos tratando de melhorar um sistema democrático não há dúvida de que o que desejamos fazer, o que precisamos fazer será diminuir o número desses que são inalistáveis, por serem analfabetos e nunca, sob qualquer pretexto, nos batermos contra a inscrição constitucional para criar um sistema político erigido sobre a inconsciência (ANAIS, AL 4.142, vol. CXI, ago. 1957, pp. 110-111, grifos nossos).

Destacando-se nesse trecho outro aspecto preliminar no discurso libertador, no que se refere ao sentimento contrário à participação das massas no processo político, uma vez que a percentagem dos analfabetos era ainda significativa em meio à população. Ainda que se considere a conjuntura política em que se processa tal opinião, em vista da ameaça eleitoral que essa fração populacional representa como massa de manobra política, por parte do discurso populista, não há como negar a associação que faz o deputado entre o grau de instrução formal e a capacidade de escolha política, renegando ao analfabeto as condições de cidadania e de consciência política.

O SR. PAULO BROSSARD - (...) trago para os anais da assembléia, dois documentos que reputo importantes e os dou como lidos. Um é do jurista Levy Carneiro, que foi para dar apenas um de seus títulos, e não o menor – Juiz da Corte Internacional de Haia - Levy Carneiro falando na Academia Brasileira, enunciou alguns conceitos que merecem leitura e meditação pelos representantes do povo, relativamente à questão da concessão do direito de voto ao analfabeto, e que tantas vezes tem sido discutida fora daqui e até aqui. É um homem de representação no mundo intelectual e cultural do Brasil e cujo pensamento, emitido num senáculo inteiramente desvinculado das contendas partidárias parece que ainda sobe de ponto como merecedor de atenção e da reflexão de seus patrícios. O outro é o do Bispo D. Victor Luiz Sartori, Bispo auxiliar em Santa Maria. Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias* de ontem teve a ocasião de prestar corajosas e lúcidas declarações a respeito desta tentativa que eu considero funesta que é a de conceder o direito de voto ao analfabeto. (...) Ao dar como lidas as declarações de S. Exa. Reverendíssima D. Victor Luiz Sartori quero fazer daqui um apelo não só a S. Exa. Reverendíssima D. Victor Luiz Sartori, Bispo Auxiliar de Santa Maria, mas também ao Episcopado Rio-grandense e Nacional, se a tão alto posso dirigir apelo, no sentido de que tome posição relativa a esse problema, que oriente a larga parcela populacional brasileira que ouve e segue as pregações episcopais, que oriente seus fiéis em assunto tão delicado (ANAIS, AL 4.143, vol. CXII set. 1957, p. 457, grifos nossos).

As declarações a que se referiu o deputado Paulo Brossard, prestadas pelo Bispo Auxiliar de Santa Maria no *Diário de Notícias* e pelo Jurista Levy Carneiro na Academia Brasileira de Letras, expressavam contundentes críticas à pressão que os *partidos populistas* estavam exercendo no Congresso para a aprovação do PEC favorável ao voto dos analfabetos. Esses documentos foram entregues à taquigrafia para que fossem integralmente transcritos nos Anais da Assembleia Legislativa, expressando a opinião dos segmentos sociais conservadores que se coadunavam com a do Partido Libertador.

Outro tópico que parece aproximar o discurso libertador do estilo dos pensadores dos anos 20 é o frequente uso de metáforas e analogias biológicas pressupõe a sociedade brasileira como um todo orgânico, a partir do qual as elites políticas arrogam a si próprias o privilégio do poder.¹⁶⁰ Essa concepção (organicista) trazia consigo o desejo de intervenção cirúrgica no organismo brasileiro, cabendo à elite política - composta pelos mais sábios e capazes, valendo-se das estruturas do Estado - coordenar o projeto de *salvação nacional*¹⁶¹.

Como um organismo, a sociedade brasileira não pode apelar pela auto-regulação, vez que segundo a fisiologia linguística, está doente, moribundo. Daí o discurso libertador suscitar a intervenção estatal para restabelecer a economia que, atingida pelo *câncer* da inflação, necessitava da terapia adequada:

SR. BRAGA GASTAL: Afirmei que o congelamento, por Portaria, tal como pretende determiná-lo o Sr. Presidente da República, é *aspirina* para *curar* esse terrível mal da vida brasileira. E por quê? Porque não acredito que se

160

¹ A análise de Lamounier (1979) sobre a formação do pensamento político autoritário na Primeira República é amplamente acolhida pela doutrina ao esquematizá-lo em diferentes componentes: predomínio do princípio estatal sobre o de mercado; visão orgânico-corporativa da sociedade; objetivismo tecnocrático; visão autoritária do conflito social; não organização da sociedade civil; não mobilização política; elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política e Leviatã Benevolente.

161

¹ Nessa linha de argumentação, é interessante notar a relação entre a perspectiva que confere à elite um papel central e a visão determinista que o atrela a um sociologia evolucionista, eis que os intelectuais dos anos 20 estão presos a uma ótica de que as transformações sociais são pensadas dentro de um quadro de referência mais amplo do que a esfera da ação governamental, em que a evolução da sociedade passa pela transformação do homem através da educação, da cultura e da transformação de associações. Caberia à elite um papel mais amplo do que o mero controle estatal, no que o projeto de *salvação nacional*, embora fundamentalmente cultural, não pode deixar de pensar novas formas de governo, que não poderia ser entregue ao menos capazes. Cf. OLIVEIRA, Lucia Lippi de. As idéias fora do tempo. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 483

estabilizem, para já não dizer que baixem os preços por via de portarias ou decretos. Se assim fosse, era de se perguntar, até, porque o Governo não havia tomado há mais tempo tal deliberação, se esta foi tão simples, tão primária, apenas baixar uma Portaria (...) O que disse eu e que foi sintetizado por S. Exa. foi exatamente isto: que esta o país com o seu organismo tomado pelo *câncer* da inflação, e o governo embora tenha por titular um médico, lhe dá apenas aspirina (ANAIS, AL 4.155, vol. CXXIII, nov. 1958, p. 425, *grifos nossos*).

No discurso do PL, essa mesma estratégia ganha a dimensão metafórica com o objetivo de influenciar o rumo dos acontecimentos, alertando sobre o que se percebia como problemático e, ao mesmo tempo, propondo um modelo alternativo de organização do Estado e da sociedade, a partir de sua visão de mundo.

Distinguidas as esferas de Estado e as esferas de Governo, bem como suas diferentes formas de atuação, ganha destaque a metáfora biológica entre a vida orgânica e a vida política como forma de instrumento da prática política, especialmente nos períodos de *crise* – expressão que também possui raízes na *clínica médica*, ao designar as mudanças que ocorrem ao longo de uma doença e cujos sintomas determinam a terapêutica adequada para cada caso. No discurso libertador, essa *intervenção cirúrgica* deveria ser pontual, pela introdução do regime parlamentarista no País, sob pena de ruína de toda ordem democrático-constitucional.

O SR. PAULO BROSSARD - Agradecendo, mais uma vez, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as desvanecedoras manifestações dos eminentes Colegas, que se foram cedendo o seu tempo para que eu pudesse ir fazendo o descosido discurso que fiz, encerro minhas palavras, asseverando que a constituição do Brasil não sobreviverá por muito tempo, se não for convenientemente reformada; se não for inteligentemente adoptada ao meio e ao momento; se não for estruturada dentro de um sistema que, não só é o que consagra uma forma mais perfeita de *Democracia*, senão também que é o único a permitir o funcionamento razoável das instituições democráticas graças ao seu inteligente sistema de *freios* e *contrapesos*, de *compensação* e de *flexibilidade*. A democracia, diz Kelsen, não é sinônimo de Parlamentarismo, mas pode dizer-se que não há democracia efetiva fora do regime parlamentarista. É a lição de um dos maiores mestres do Direito Público universal da atualidade. Encerro, Sr. Presidente, passando a Taquigrafia esses documentos que dou como lidos fazendo derradeiro apelo para que os últimos *abencerragens* do malfadado presidencialismo consultem, examinem e estudem os segredos da nossa História e vejam enquanto for tempo que a salvação do regime democrático no Brasil, depende em larga dose da adoção de um regime propriamente democrático, vale dizer, de um regime parlamentar (ANAIS, AL 4.143, set. 1957, p. 457, *grifos nossos*).

A visão *pessimista da natureza humana* (falibilidade e fragilidade dos homens) e não preocupação por parte das elites dominantes nacionais em expandir o processo de cidadania para parcelas significativas da população é outro traço característico do processo de *modernização conservadora* no Brasil (PIRES, 2009, p. 420). Mas esses não são os únicos elementos indicativos do grau de conservadorismo discursivo adotado pelo PL.

3.3.3 O conservadorismo como guia político do discurso libertador

O padrão reacionário do discurso libertador dá-se, também, pela proximidade entre o campo jurídico e o campo moral: compostos por uma série de princípios norteadores que servem de roteiro à vida político-partidária, as estâncias morais fundem-se com as estâncias legais, como se o fenômeno jurídico pertencesse ao mesmo campo semântico da Justiça. Com isso, os Libertadores buscam assentar seus argumentos numa estrutura sólida e estável, típica da forma de domínio tradicional, assentada no desejo de conservar a política como símbolo de classe e prestígio social - em detrimento de manobras eleitorais de conteúdo populista.

O SR. PAULO BROSSARD - O exercício da Política, Sr Presidente e Srs. Deputados, é uma das responsabilidades, e das mais graves, pois a política traça rumos à sociedade humana e normas de convivência coletiva. Paz e Progresso muito dela dependem. Nós a compreendemos como uma expressão da vida que deve criar condições de segurança e de desenvolvimento para o povo. E ainda entendemos a política como uma atividade moral, destinada a atender as exigências humanas da vida terrestre (ANAIS, AL 4.157, vol. CXXIV, dez.1958 a jan. 1959, p. 41, *grifos nossos*).

Por envolver tal tradição (*raízes na história*) também questões de pertencimento e de identidade relacionadas a esterótipos, o culto às tradições políticas e o enquadramento da memória coletiva têm seus limites e contornos demarcados na noção de autenticidade (MOURA, 2008, p. 30). Assumindo o discurso da *tradição* a defesa dos *verdadeiros valores e fatos da história*, qualquer contestação assume o lugar da mais gravosa ofensa aos elementos estratégicos que cumprem essa função.

Nesta perspectiva, ao afirmar o deputado adversário, a partir de um pronunciamento na Tribuna Legislativa, que o PL estaria *vivendo de um passado que jamais existiu*, o deputado libertador reage, com veemência, como se atingido fosse por

um disparo (*atirar* é o verbo que utiliza) em seu âmagio, sugerindo que fosse tal discurso retificado pelo deputado na seção taquigráfica, para que não constasse nos Anais da Assembleia:

O SR. BRAGA GASTAL - Atirou-se S. Exa. contra o Partido Libertador, sem nenhuma reserva de natureza pessoal, como se o Partido Libertador só soubesse viver na intriga, na miséria e na mentira. Disse S. Exa., ademais uma frase que anotei ipsis literis, cujo sentido é absolutamente imperceptível, tão mau o vernáculo e tão vazia a idéia. Disse, S. Exa. o Sr. Paulo Peterlongo: - O PL está vivendo de um passado de um passado que não existiu jamais! Ora, Sr. Presidente, se não tivesse existido esse passado, não existiria o Partido Libertador e não existiria também a história, toda ela, da vida cívica do Rio Grande, não existiria este Plenário, não existiria o eminente e o jovem deputado Paulo Peterlongo. Porque Sr. Presidente, é necessário que se saiba que foram as lutas duras do Partido Libertador dentro de um passado que existiu e que o nobre deputado Paulo Peterlongo poderá encontrar nos anais das glórias do Rio Grande do Sul, foram essas rudes refregas que conseguiram estabilizar a democracia mais do que o rio-grandense, brasileira. Os libertadores do passado, Sr. Presidente, lutaram de armas na mão na conquista do voto secreto e da magistratura eleitoral. Hoje, Sr. Presidente, quando afirmamos que as eleições no Brasil representam tanto quanto possível aproximando-se de uma forma ideal, a verdade eleitoral, nós estamos rendendo culto, estamos rendendo homenagens, não apenas nós, Libertadores, mas todos quantos analisam o fenômeno político brasileiro, aqueles que conseguiram estas duas prerrogativas fundamentais que se encerravam no clássico binômio de Assis Brasil: Representação e Justiça. Representação - pelo voto que realmente expressa a verdade eleitoral; Justiça - para julgar essa forma de demonstração da vontade coletiva. Ora, Sr. Presidente, dizer-se que não existiu esse passado, dizer-se que não existiu a luta dos Federalistas e posteriormente dos Libertadores, e passar-se a borracha sobre uma fase das mais empolgantes, das mais vibrantes da história do Rio Grande do Sul. (...) que entenda deva fazer ao texto. Isto até seria melhor, bastante melhor, para esta Casa, bastante melhor para uma época política que há de ser julgada pelas gerações por vindouras quando aqui outros homens se assentarem e lerem os anais desta Casa. Assim, não há de ficar na crônica dos trabalhos parlamentares uma heresia, uma monstruosidade do porte desta que V. Exa. proferiu. Se nós, outrora, Senhor Presidente, lutamos, pelos nossos antepassados de armas na mão e deles, do seu sacrifício, conseguimos as armas do sufrágio e da alta magistratura eleitoral, não defraudaremos esse exemplo. É isso justamente o que pedimos faça o iminente Deputado Paulo Peterlongo, em vez de, neste Plenário, dar essa demonstração por todos os títulos. Trate perimida S. Exa. uma demonstração de má bravura, que não é a mais adequada para o Plenário de uma Assembléia. Eis como se explica o ardor, a fúria quase sagrada com que era tocado ainda há pouco o ilustre Deputado Paulo Mincarone! (ANAIS, AL 4.152, vol. CXX, ago. 1958, grifos nossos)

Analisando as unidades de significação, saltam às vistas que as expressões *vida cívica, homenagens, bravura, culto e glória* antagonizam-se às expressões *ardor, fúria, heresia e monstruosidade*, embora pareçam compor ambos os grupos de substantivos o mesmo campo semântico (tradicionalista) do sagrado e do profano. Observam-se,

também aqui, num sentido mais amplo, os efeitos de uma típica sobredeterminação, na medida em que as prerrogativas do voto secreto e da magistratura eleitoral, articuladas numa só cadeia equivalencial, correspondem a todas as conquistas cívicas e liberais democráticas no País.

A despeito da importância que obtiveram no cenário político regional, não se pode desprender que dos embates entre Federalistas e Republicanos se possa absorver a estabilidade da democracia rio-grandense ou brasileira - até porque outros grupos e movimentos políticos e sociais também reivindicaram esses direitos nas mais diferentes conjunturas históricas.

Dentre outras características do pensamento conservador já evidenciadas no discurso analisado, como a visão pessimista da *natureza humana*, além da crença na correção moral e política acima demonstrada, outro elemento típico encontrado na pauta discursiva desses parlamentares é a atitude negativa em relação à mudança:

O SR. PAULO BROSSARD - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vestido assim com esta túnica de estoicismo, quero iniciar as observações que pretendo fazer, lembrando aquela norma tradicional na política inglesa, e não só na política das instituições livres, a nação que vem realizando de forma incomparável o mais perfeito tipo do bom da Inglaterra, a mãe dos parlamentos, a sementeira e saudável Governo Democrático. Para os ingleses, as coisas não devem ser mudadas, sendo quando, tendo se tornado imprestáveis, se tornaram também nocivas. Não basta que elas tenham se tornado desatuais, mas somente quando elas se tornam nocivas é que elas são extirpadas do organismo político e da engrenagem administrativa daquele povo extraordinário. (...) (ANAIS, AL 4.155, vol. CXXIII, nov. 1958, p. 261, *grifos nossos*)

O que se evidencia, assim, é um esforço para assimilar os princípios do Liberalismo, ainda nos primórdios da expansão da máquina estatal, dando lhes aplicação naquilo que lhe era conveniente, do ponto de vista de seus interesses políticos. Com isso, as práticas reais de funcionamento das instituições democráticas no cenário político-econômico brasileiro precisariam ser revistas, por não mais creditarem ao liberalismo político soluções à magnitude dos problemas enfrentados pela crise intitucional:

O SR. LIMA BECK - O problema democrático estritamente político à moda Liberal de Rousseau, ou o problema democrático dentro dos quadros estatistas

à moda de Hegel, não pode mais ser admitido. A democracia do nosso tempo tem que ser uma democracia humanista que deve considerar a criatura tanto no seu aspecto espiritual quanto no seu aspecto corporal. Por isso nós entendemos que a democracia verdadeira, a democracia moderna, a democracia que pode criar uma convivência de paz e de prosperidade, essa democracia tem que se alicerçar em princípios de economia que dêem uma segurança de vida a todos os homens. Não podemos viver mais numa democracia que se inspire em princípios acadêmicos, tão somente, mas numa democracia que se baseie em realidade da política, da economia hodierna, que não é apenas uma ciência para acumulação da riqueza, mas uma ciência destinada a servir a sociedade, a servir a humanidade nos seus destinos de paz e de progress (ANAIS, AL 4.157, vol. CXXIV, dez.1958 a jan. 1959, pp. 42-43, *grifos nossos*).

Como regra geral, a mentalidade conservadora, por si própria, não contém predisposição teorizante: ela parte de uma pragmática de que não cumpre divagar sobre as situações em que se encontram os homens naturalmente ajustados (MERCADANTE, 1980). Despido de inquietações em seu estado de espírito, não há problema equacionado para um conservador numa ordem natural das coisas.

Todavia, o ataque ideológico de um grupo social, em prenunciar uma nova era, ou que represente interesses de grupos sociais ascendentes é que provoca no espírito conservador os turbidos receios quanto à segurança de seu poder, dando margem a determinadas reações teóricas (MERCADANTE, 1980, p. 227). Ao recorrer a um racionalismo que se distingue pelo sentido normativo impresso à experiência: assolado pelo desafio, o conservador difunde as ideias em consonância com a realidade objetiva, substituindo a norma formal do liberalismo opositor por um conteúdo concreto: fundem-se ideia e realidade.

Por conseguinte, a referência democrática às modas de Rousseau e Hegel parece não ter sido aleatória, sugerindo referências ao embate filosófico-político que esse último travou com a noção *rousseauniana* da *vontade geral* (e, por conseguinte, da *soberania popular* e do *governo de assembleia*). Tal discussão teve um importante papel na construção da teoria democrática e constitucional do século XIX, num momento (pós-napoleônico) em que a burguesia européia já havia consolidado a sua dominação - e a história teria chegado ao seu fim (COUTINHO, 1998).

Antecipando a crítica de Schumpeter (1961), a filosofia de Hegel conduz à ideia de que *vontade geral* não seria definida de forma absoluta ou definitiva, porquanto seja resultado de um processo histórico em permanente construção, dissolução e reconstrução (COUTINHO, 1998, p. 74). Na medida em que a *vontade geral* não

resultava de um postulado moral, como resultado da ação *virtuosa* dos indivíduos, o *interesse público* ou *comum* não deveria ser concebido em direta oposição ao interesse privado (como o fez Rousseau), sendo necessário supor um campo de mediações que articulasse (dialeticamente) o singular com o universal¹⁶².

O fato é que, transcorridos quase dois séculos desde que esse empenho político-filosófico ocorrera, ele é (res)suscitado pelo discurso libertador, a despeito da ausência de mediações históricas, para compor uma crítica da conjuntura institucional que se encontrava em crise, estruturada sob o instituto da representação política. Muito embora o postulado liberal-democrático da representação política ter sido absolutamente estranho na época em que Hegel viveu, uma explicação para a referência ao debate filosófico trazido à tona pelo deputado libertador pode ser buscada na conjuntura dos fatos em que está inserido.

A crítica hegeliana à subjetividade da noção de *vontade geral* advém do uso que dela fez o terrorismo jacobino durante a Revolução Francesa, apontado como consequência das posições de Rousseau no contrato social. Já o desalento libertador com relação aos princípios e mecanismos da liberal-democracia (em termos políticos) advém da radicalização que a suposta *vontade geral* adquire no discurso populista, cujo avanço eleitoral fazia pressentir as promessas de mudança social e política.

Com isso, a oposição entre a *democracia acadêmica* (política) e a *democracia econômica* (alicerçada em princípios de economia) a que fez referência o deputado libertador pode ser de alguma forma comparada ao desafio assumido por Hegel quanto à superação do maniqueísmo rousseauiano entre o *singular* (privado) e o *universal* (público). Buscando intermediações ao antagonismo a que tais teorias estariam sujeitas, dado o grau subjetivo de que se constituíam, a filosofia hegeliana admite a ideia de consenso dos governados (*vontade geral*), desde que fosse caracterizada por um consenso organizado, ancorado na vontade (razão) do Estado¹⁶³.

162

¹ Contudo, o status político-filosófico do pensamento hegeliano encontra limite na formulação de alternativas para mediar essa relação entre o público e o privado, ao associar a *vontade geral* à própria vontade do Estado, que agiria racionalmente através de uma camada de tecnoburocratas - expressando tipo legal-formal de dominação legítima classificado por Weber.

163

¹ É também em combate ao subjetivismo que critica os autores contratualistas. Negando assim a possibilidade de que se forme uma nova eticidade a partir de uma vontade coletiva consensualmente elaborada, Hegel insiste na caracterização transindividual de uma vontade geral ou universal

Enquanto Hegel assume o desafio de conciliar a *liberdade individual* (ou a autonomia do sujeito moderno) com a reconstrução de uma ordem social fundada na prioridade do interesse público sobre o privado (o chamado *universal* greco-romano, ressuscitado na proposta democrática de Rousseau), também o raciocínio libertador esforçava-se para encontrar uma solução lógica que frenasse os segmentos mais jacobinos da ideologia populista que, ancorados na soberania popular das urnas, ameaçavam mudanças radicais na sociedade brasileira¹⁶⁴.

A necessidade de procurar na *democracia econômica* elementos que pudessem responder com maior eficiência à instabilidade institucional provocada pela *democracia política* tornou-se ainda mais evidente pela ausência de perspectivas para o futuro oposicionista, dada a miserabilidade de um presente em que já que não se vislumbram mais alternativas políticas, com o coroamento final da história:

O SR. PAULO BROSSARD- É expressão de uma sociedade que esta minada de germes corruptores, e que ao observador menos atento se apresenta como portadora de sinais inequívocos de declínio. Parece que estamos assistindo ao findar de um ciclo histórico, apressado, fora de duvida pelos agentes desencantados pelas ultimas guerras e que vieram modificar radicalmente de alto a baixo os padrões tradicionais de vida dos povos e das nações. As deflagrações que abriram um sulco tão profundo na cultura, na economia e na historia de todos os povos, já cessaram mas não cessaram os seus efeitos que a humanidade ainda há de carregar por muito tempo. Parece que o esforço imenso, que o esforço extraordinário feito pelos povos durante a guerra armada contribuiu para apressar uma transformação mais violenta nas estruturas sociais não só do povo brasileiro como da generalidade dos povos. A verdade é que estamos assistindo a um fim de época; a verdade é que somos testemunhas de um quadro em que o mundo está desaparecendo para dar lugar a um nascimento de um novo mundo. Em nosso país esta tremenda e, talvez pavorosa modificação vem sendo acelerada pela pressão dominadora dos fatores inflacionários, que de uma forma mais ou menos perceptível ou sorrateiramente há muito preparam como dinamite a modificação radical da sociedade brasileira. (ANAIS, AL 4.155, vol. CXXIII, nov. 1958, p. 21, *grifos nossos*)

Dessa instabilidade resultante de alternâncias de dominação e surtos de expansão liberal, geralmente frustrados por crises políticas e instabilidades cíclicas, entende

164

O curioso é que uma proposta de síntese entre as formulações de Rousseau e de Hegel é precisamente a questão de base que compõem o conceito gramsciano de *hegemonia*, depois revisado por Ernesto Laclau. Para maiores aprofundamentos, vide COUTINHO, Carlos Nelson. Vontade geral e democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci. In: *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Editora Cortez, 1994, pp. 121-142

Trindade (1985) que as ideologias liberais no Brasil estabelecem entraves à consolidação do autoritarismo e este, por sua vez, define limites aceitáveis de democracia política. Daí os diferentes arranjos entre Estado e elites importarem avanços e recuos no sistema político democrático, no que se refere às intervenções de ordem política e econômica, delimitando os espaços público e privado.

Tendo a República populista assumido como desafio a definição de um novo modelo capaz de substituir o oligárquico decadente, o projeto de Vargas elabora-se pela via estatal e sob a proteção do estamento militar, modernizando a economia; reestruturando de forma mais autônoma as relações com as oligarquias regionais; e definindo as formas de representação dos novos interesses industriais e da organização corporativa do sindicalismo. Porque nasceu da vontade do próprio governo, revelando-se instrumental no processo político econômico do País, o liberalismo brasileiro preocupou-se com a necessidade de uma ordenação do poder nacional desde o período anterior à independência (TRINDADE, 2005, p.66).

Contudo, as oligarquias rurais não perderam seu poder de representação no estado e no País, mas apenas a sua exclusividade após a Revolução de 1930, quando se obrigaram a dividir espaço com outros setores e segmentos sociais emergentes. O controle do Estado pela classe dominante rural, mesmo com a passagem de um regime para outro, praticamente não se altera até a década de 1930; relativiza-se durante o Estado-Novo¹⁶⁵ e ressurge na redemocratização do País.

Nesse sentido, a implantação de uma lógica capitalista moderna e internacionalizada, via regulação das relações entre o Estado e a sociedade, não foi suficiente para sufragar a presença dos liberais oligárquicos na disputa pelo poder. Além de não ocorrer de uma hora para outra, esse processo também não atingiu (da mesma forma e nas mesmas proporções) todo o conjunto da sociedade: a implantação

165

¹ Tomando por base o caso das interventorias gaúchas, Abreu (2008) recorda que o discurso que justifica à nação a implantação do Estado Novo advém da necessidade de se combater os excessos do federalismo e do liberalismo então vigentes no país, que ameaçavam a ordem e a unidade nacional, em benefício dos interesses particulares das tradicionais oligarquias regionais e de seus partidos. Não obstante o discurso oficial do regime e de seus intelectuais, colocando interesse do Estado acima dos interesses particularistas classes, grupos e partidos, a sua consolidação e legitimação política somente monstrou-se possível a partir das negociações e concessões que foram feitas às oligarquias e aos partidos regionais. De fato, o regime ditatorial acabaria por implantar no país uma prática política autoritária e modernizadora, limitando a autonomia e o poder das oligarquias regionais. Entretanto, essa maior centralização do poder político e a construção de um Estado moderno não foram capazes de eliminar completamente o antigo da sociedade brasileira. Em sua prática política, portanto, de modo a legitimar-se e a manter a ordem e a unidade nacional, o Estado Novo precisou o tempo todo negociar e conciliar seus interesses com os das oligarquias.

dessa nova ordem não chegou a eliminar as forças políticas de então, de modo que o sincretismo entre o *moderno* e o *tradicional* passaram a conviver e a interagir entre si (NUNES, 2010, pp. 17-19).

Apesar das disposições liberais e do avanço que representou a expansão da representação e da participação política, Trindade (2005, pp. 68-72) reafirma que o exercício do liberalismo no Brasil foi profundamente delineado pela presença das elites agrárias. Daí compreende esse autor que o segredo da dialética no sistema político brasileiro, tanto passado como no presente, está na coexistência entre a lógica liberal com a práxis autoritária, expressando os efeitos colaterais dessa relação de impacto direto na estabilidade/instabilidade político-econômica do País, como o próprio condicionamento na continuidade/ruptura da ordem democrática.

3.4 Das alterações ou interferências no padrão de discurso libertador

Tão importante quanto dominar as estruturas lingüísticas da norma padrão é desvelar os constitutivos ideológicos que compõem determinado discurso. Por estarem os sentidos mais aquém ou além das palavras e orações, os discursos políticos devem ser analisados por suas (sobre)determinações de sentido, formuladas a partir de contextos particulares.

A condição primeira da linguagem é a de sua incompletude: nem sujeitos nem sentidos estão completos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob a indeterminação completa de sentido que atesta sua abertura ao simbólico, porquanto a ausência seja também o lugar do possível.

Não existindo o sentido em si, ele é determinado pelos sujeitos que o empregam arbitrariamente em relação aos objetos simbólicos, a partir de um contexto e das circunstâncias de enunciação. Dessa forma, mostra-se interessante e também oportuno referir que o mais disputado sentido pela bancada libertadora, no período em questão, relaciona-se ao significado de *oposição*.

SR. PAULO BROSSARD- Sr. Presidente e Srs. Deputados. O discurso que acaba de proferir o ilustre líder do Partido Trabalhista traz-me à lembrança uma observação que há tempo fiz a respeito da bancada Trabalhista com assento nesta assembléia e é a de que ela tem negado ao Estado do RS a colaboração que seria de esperar-se ela desse: a colaboração da Oposição.

Quem ouve um discurso de S. Exa. o nobre e brilhante deputado Wilson Vargas.é tomado de funda melancolia S. Exa. é sempre igual aos seus pronunciamentos anteriores. ...ele se repete sempre, ele não varia nunca, é sempre igual, no mesmo tom e no mesmo vocabulário. Ouvi-lo seria uma tortura, pelo conjunto invariavelmente monocórdio dos seus discursos não fora a sedução de sua figura (...). Mas de oposição, de crítica inteligente e sagaz, de averiguação das falhas e dos erros possíveis, lastimavelmente nada aparece, ficamos sempre credores daquilo que era lícito esperar de V. Exa. e de sua bancada. Temos ouvido e parece que já agora nos devemos resignar a continuar a ouvir apenas brados, apenas sonoridades, apenas gestos espetaculares, mas jamais uma contribuição efetiva, uma análise construtiva, uma conclusão objetiva. A Oposição fica sempre na retórica vazia, nas aparências, nas frases feitas destinadas às galerias, sem nenhum reflexo, sem nenhuma vantagem, sinto dizê-lo, sem nenhum resultado para a melhoria do governo estadual. Talvez os eminentes Deputados Trabalhista ainda não saibam que o papel da Oposição é ajudar o governo pela censura, pela crítica, pela denúncia dos seus erros, que todos são capazes de praticar, pela indicação de soluções mais razoáveis. Infelizmente esta contribuição o governo ate hoje não teve. Aqui temos ouvido somente deblaterações, temos ouvido, infelizmente, apenas brados e quando se espera algo de positivo, a Oposição atende ao estertor, e do grito nunca passa ao argumento, jamais atinge a colaboração fecunda de uma crítica inteligente e superior. Ainda agora assistimos a isto; apenas um formoso jogo de frases, apenas uma variada manifestação de gestos e infelizmente nada mais, e deploravelmente, nada mais. E lamentavelmente, Sr. Presidente e Sr. deputados, a mesma cena de repetição, a mesma fita em serie que se repete sem originalidade e sem grandeza Sr. Presidente, sinto dizer que já não tenho esperanças em ver a Oposição fazer oposição no sentido autentico. E tanto isto é verdade, que as vezes até alguns deputados do lado de cá tem desejo de fazer um pouco de oposição para que se estabeleça um certo equilíbrio, entre as funções de governo, já que a Oposição não é exercida como deveria sê-lo. Encerrando, Sr. Presidente, não posso deixar de verificar, também, verdadeiro transe em que entram o ilustre líder trabalhista e os seus eminentes companheiros de representação, quando sentem a vacuidade das próprias palavras diante dos sucessivos empreendimentos governamentais, em quase todas as comunas rio-grandenses e de tal forma, Sr. Presidente, que chegam a perder a serenidade e chegam a reclamar e a protestar contra iniciativas governamentais que as populações tomam como bem vindas, iniciativas que são recebidas calorosamente pelas populações do RS, eis que são empresas que visam satisfazer fundamentais necessidades do nosso estado. Veja o povo rio-grandense o procedimento da bancada Opositorista nesta casa. Note o seu desagrado pelo fato de o Governo do estado levar a cinquenta e tantos municípios rio-grandenses o serviço de águas. (...) Senhores Deputados. Fazer oposição é tão importante quanto governar. Não estranha, portanto, que aqueles que não souberam governar agora não saibam fazer oposição. (...) Ao ensejo da discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 37-57 era apenas isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que queria dizer nesta oportunidade, averiguar uma ocorrência, apurar um fato, registrar um fenômeno(ANAIS, AL 4.141, vol. CX, jul. 1957, pp. 396-397, *grifos nossos*).

Dispondo sobre os inúmeros sentidos que o termo *oposição* pode conter, o Partido Libertador o utiliza como uma estratégia de argumentação para legitimar suas tomadas de posição e, ao mesmo tempo, para deslegitimar a conduta adversária frente à ideia de que essa não estaria cumprindo com seus deveres parlamentares:

O SR. HEITOR GALANT- Sr. Presidente e Srs. Deputados. O problema de abastecimento de leite na cidade de Porto Alegre tem motivado uma série de intervenções dos Srs. Deputados, nesta Casa e despertado os comentários da imprensa da nossa capital. É natural Sr. Presidente, que um assunto que interessa tão de perto a toda a população, que um problema que tão intensamente vem afligindo e atormentando o nosso povo, os quinhentos mil habitantes da cidade de Porto Alegre, chame a atenção da imprensa local e desperte, também, a preocupação dos senhores deputados para o encaminhamento de uma solução satisfatória. Reconheço o direito e o dever dos senhores representantes da oposição e da imprensa desta capital de registrarem os erros porventura cometidos pelo governo, pelo departamento encarregado deste problema. Mais do que ninguém reconheço esta faculdade à oposição, porque uma das suas funções é essa - criticar os poderes publicos, indicando-lhes os desacertos e, para que sua missão seja completa, apontando também as soluções mais adequadas para estes problemas que intensamente afligem e tomentam a população porto-alegrense. Desejamos, no entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fieis à nossa tradição política, fieis à nossa pregação de todos os tempos, que essa crítica se revista de um alto sentido construtivo, porque só revestida dessa característica é que ela está desempenhando a sua verdadeira função, é que ela estará a serviço dos superiores interesses do RS. Mas a verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que, dada a exaltação e o apaixonamento com que o problema tem sido tratado em certas oportunidades a crítica em torno deste assunto tem resvalado para um terreno que não é o melhor, que não é o mais adequado a nos conduzir a solução que o povo de nós espera (ANAIS, AL 4.134, vol. XCIX, mai. 1956, pp. 271-272, *grifos nossos*).

SR. PAULO BROSSARD- Sei agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que o ilustre deputado líder do Partido Trabalhista Brasileiro entende por oposição construtiva. O que visava o substitutivo, Sr. Presidente? Visava ele dar, desde já, melhor tratamento pecuniário aos servidores das exatorias e, ao mesmo tempo impedir que muitas das verbas da mais transcendental importância, sejam cortadas. Mas o ilustre deputado Wilson Vargas entende que na oposição construtiva no apoio incondicional que dá ao Projeto nº 357 de origem governamental, em cortar Cr\$ 16.000,00 da verba para a Biblioteca do Conselho Contribuinte, em cortar, na Comissão Estadual de compras a verba de Cr\$ 13.620,00 para aparelhagem para laboratórios, em tirar dos Tribunais do júri, Juizados, Cr\$ 57.000,00 para material de expediente. (...) Haverá algum deputado que não saiba que este departamento não tem todas as verbas de que ele necessita, haverá algum cidadão medianamente ilustrado ou mediocremente informado que não saiba que na generalidade dos serviços públicos do Estado, existe uma quase miséria, existe uma mesquinhez de verbas, existem necessidades a cada passo, em cada canto, a reclamar e exigir verbas maiores para sua satisfação? Mas o ilustre deputado líder da oposição acredita que está fazendo oposição construtiva em cortar dos serviços públicos, da coletividade rio-grandense verbas como essas (...) (ANAIS, AL 4.141, vol. CX, jul. 1957, p.311, p. 29, *grifos nossos*).

O SR. PAULO BROSSARD- (...) Durante o quinquênio do presidente Gaspar Dutra, como durante o período em que governou o Brasil o extinto presidente Vargas, a bancada do Partido Libertador reiteradas vezes votou *com o governo*, isto é, aprovou atos do governo ou votou projetos de lei de origem governamental. Foram reiteradas as vezes que isto ocorreu sem que em nenhuma oportunidade houvesse renunciado aos seus princípios programáticos ou à sua orientação doutrinária (ANAIS, AL 4.132, vol. XCVIII, abr. 1956, p. 81).

Serve-se, para isso, do tradicional e glorioso passado, como fonte de referência semântica para se adequar ao correto significado e conteúdo que a expressão oposicionista deve conter:

SR. PAULO BROSSARD- Tempo houve em que a Oposição era, segundo páginas insuperadas de Assis Brasil, ativa, liberal e econômica. Agora ela é perdulária, como se pode ver pela traição da inteligência do nobre deputado Wilson Vargas. Há pouco dizia eu, S. Exa., como nós, via muito claramente, mercê da sua invejável argúcia e da sua brilhante inteligência, os erros do Projeto. Conhece-os, mas não quer prestar ao RS o serviço que o RS espera que a Oposição parlamentar lhe preste, mais a ele, ao RS, que ao governo, e diz que só o fará se o governo enviar uma mensagem retificativa ao Projeto, a fim de mais uma vez, tecer uma das suas críticas candentes ao titular da Pasta da Fazenda. (ANAIS, AL 4.141, vol. CX, jul. 1957, p.311, p. 27, *grifos nossos*).

A definição de sentido em torno do conteúdo de oposição não é aleatória, dada a situação incômoda que a bancada libertadora se auto-impõe na condição *governista*. O sobrepeso da co-governança *lhe* é demasiado grande, posto que sua trajetória na oposição *lhe* concedeu não só a fama, liberdade e o prestígio para a crítica, mas também o desengano dos atos decisórios de governo.

SR. PAULO BROSSARD- Sr. Presidente e Srs. Deputados, não ouvi senão as derradeiras palavras do discurso do Sr. Deputado Wilson Vargas, líder da Bancada Petebista desta casa. Não posso, portanto, emitir um juízo sobre o mesmo, ouvi entretanto, um julgamento seu a respeito do Partido Libertador, que este sim, já e já o repetimos, em restrições, em toda a linha integralmente porque não há nem aqui nem fora daqui quem possa dizer ao Partido Libertador o que pretendeu atacar-*lhe* o ilustre líder do PTB. Não *lhe* pode dizer por que dentro e fora do governo ele tem mantido a mesma linha de coerência e dignidade. Se o ilustre deputado ou qualquer representante do povo tiver contra o Governo uma acusação fundada que a faça e contará desde logo com a nossa integral solidariedade – porque não estamos aqui para defender sistematicamente o governo. Estamos aqui, isto sim, para defender os interesses do povo - e os interesses do povo nem sempre são defendidos pelos militantes da oposição. Muitas vezes, é a oposição que aparece para defender aquilo que é contra os interesses do povo, contra os interesses de seu estado. Ainda há pouco o Rio Grande e o Brasil assistiram indignados e traumatizados a atitude de três líderes partidários que sigilosamente, ocultamente, na calada da noite, de *falcoavam* os interesses do seu estado, do seu povo, pedindo que o governo da República hostilizasse o Rio Grande. Saiba, portanto, o ilustre deputado, e saibam todos os senhores deputados, que o que nós temos a dizer-lhes é que deploramos que esse governo não tenha recebido a contribuição honesta da oposição, a qual aqui tem se limitado a verberar, a fazer coro de várias espécies e ordem, mas que pouco tem dado de si, que pouco tem desempenhado da alta e magnífica função oposicionista, que verdadeira oposição com vozerio, com ameaças,

com gestos, com manifestações teatrais (...). Disto isto, Sr. Presidente, quero mais uma vez declarar que aqui estaremos hoje, como ontem, como amanhã e como sempre, prontos a criticar, seja qual for a autoridade, pelos abusos que porventura venha a cometer; e se o Senhor ilustre deputado, líder petebista, fez uma crítica fundada e objetiva, lealmente lhe dou os parabéns, porque terá cumprido seu dever; se acertadamente acertada foi a sua censura, receba os meus cumprimentos, os nossos cumprimentos, porque aqui outra coisa não queremos senão que o nosso estado volte a conhecer os dias sombrios e de triste memória que viveu no passado, inclusive no tempo do governo petebista, onde o ilustre deputado e seus companheiros reinavam soberanos e arbitrariamente por todo o Rio Grande (ANAIS, AL 4.150, vol. CXVIII, jun. 1958, p. 327, *grifos nossos*).

Nessa esteira, o Partido Libertador demonstra seu receio diante da possibilidade de ver os seus atos de co-gestão utilizados contra-si mesmo pela corrente adversária. Assim, busca em sua trajetória histórica salvaguardar sua integridade moral para continuar a fazer oposição.

O SR. FERREIRA WEIMANN- Veja V. Exa. como o mesmo fato se presta a interpretações diversas. V. Exa. há de me fazer uma justiça. Nunca fui um incensador de governos e pelo contrario fiz a minha formação moral nos campos da Oposição e a minha tendência inata é estar sempre controlando a ação dos governos. Digo mais, muito pouco me aproximo das antecâmaras governamentais por índole e para conservar minha independência e o meu feitio moral. Este é o meu modo de agir e creio que é do conhecimento de V. Exas., mas devo dizer que reconheço na atitude do governo Ildo Meneghetti uma alta dose de ponderação e de saber, porque S. Exa. Mandou este projeto (ANAIS, AL 4.143, set. 1957, p. 541, *grifos nossos*).

Para se preservar dessas críticas e frustrações diante da ocorrida vitória *petebista* – em outubro de 1958, na disputa pela governança do Estado – apoia-se no conceito da *tradição vigilante* como forma de reafirmar sua identidade partidária na vocação oposicionista.

O SR. BRAGA GASTAL – (...) Isto, sobre ser o que entendemos seja o estrito cumprimento de nosso dever cívico, demonstrava por outro lado a nossa imparcialidade, a nossa isenção perante os nossos deveres parlamentares. Entretanto, a mutação política que se vem verificando em nosso Estado mais uma vez se fez sentir agora a três de outubro. O Partido Libertador novamente irá para o seu clima, para o cenário em que cimentou a sua tradição, o clima oposicionista. Pode o nobre deputado Wilson Vargas ter a certeza de que, com a mesma veemência, com a mesma isenção, com a mesma imparcialidade com que aqui na nossa bancada, fomos governo, sustentamos a obra administrativa por todos os títulos magnífica e histórica do Engenheiro Ildo Meneghetti, nos estaremos para a oposição vigilante ao Governo que se vai implantar a 31 de janeiro. A verdade, Sr. Presidente, é

que o Partido Libertador não se pode increpar o fato de ter passado pelo governo para perder a sua identidade, a sua vocação histórica. Passamos pelo Governo, nestes quatro anos, Sr Presidente, e ao fim deles chegamos empunhando a mesma bandeira de luta. Nunca nos acomodamos por isso. (...) O Partido Libertador deixa o governo tranquilamente com a certeza de que cumpriu o seu dever, e vai para a posição que é tradicionalmente sua na vida pública do Rio Grande do Sul - a tradição da vigilância, a tradição oposicionista, de onde fiscalizará os atos do Governo, com a certeza de que neste particular, muito trabalho terá ao longo dos quatro anos (ANAIS, AL 4.155, vol. CXXIII, nov. 1958, pp. 221-222, *grifos nossos*).

A partir dessas e de outras características, a presente investigação delimitou a formação discursiva do Partido Libertador, o que permitiu compreender, em linhas gerais, o seu processo de produção dos sentidos e sua relação com a ideologia política a que se vincula. Delimitadas as principais regularidades quanto ao seu funcionamento padrão, mostra-se oportuno verificar a hipótese que orientou a pesquisa, no sentido de que a aproximação dos libertadores da arena governamental possa ter deslocado o seu discurso do extremo ao centro da escala ideológica.

A questão foi formulada a partir do argumento desenvolvido por Sartori (1982, pp. 156-170), segundo o qual os partidos situados nos extremos da escala ideológica, quando orientados para o governo, tendem a se deslocar mais ao centro desse espectro. Isto ocorre em resposta à necessidade de contemplar uma gama maior de interesses, através da ampliação de sua pauta discursiva. A moderação de metas e estratégias discursivas, à medida que um partido insere-se na competição eleitoral, com vistas à conquista ou manutenção no poder, parece ser influenciada pela dinâmica da competição política na arena eleitoral e decisória.

Nesse sentido, a própria adesão do PL à Frente Democrática para concorrer às eleições estaduais é um forte indício de mudança em seu comportamento político, uma vez que esse partido tradicionalmente atuou no campo de oposição ao governo do estado, não raro isoladamente, em termos eleitorais. Aproximando-se das demais legendas anti-getulistas, a partir das eleições municipais de Porto Alegre (1951), procurou reduzir suas diferenças com os grupos partidários situados à direita do espectro ideológico. Buscou assim maior capacidade de oposição eleitoral frente aos avanços obtidos pela corrente adversária (*petebista*), naquele contexto representada pelo candidato Leonel Brizola.

A hipótese de mudança discursiva é também sustentada por um ambiente político que requer transformação de metas e estratégias discursivas. Exige subtrair diferenças em vista de um discurso de poder em que o PL agora participa e exerce. Se por um lado,

ao reconhecer legitimidade política nas ações do governo Meneghetti, o PL tem suas ideias e princípios colocados à prova; por outro, adquire maior grau de influência junto às instituições políticas estaduais (Executivo e Legislativo).

Como consequência de sua presença no governo, o PL tem mais acesso a recursos seletivos que o inclinam à modificação de sua linha política de atuação (PANEBIANCO, 1990). Desse modo, mesmo que as características de estrutura organizacional conduzam o Partido a uma posição ideológica mais à direita, os Libertadores podem ter sido obrigados a modificá-la na arena decisória, dependendo de seus interesses na arena eleitoral.

O fato é que as transformações sócio-culturais ocorridas na sociedade brasileira, em meados do século XX, sobretudo no campo da comunicação de massa, implicaram alterações em termos de estratégias de visibilidade e (des)construção da imagem pública frente aos eleitores. A configuração da arena política, como um espaço de competição, no qual as estratégias de persuasão possuem um papel significativo, refletiram-se na (re)adequação do fazer político às regras vigentes nos espaços de visibilidade que a tribuna legislativa oferece aos parlamentares (GOMES, 2004).

Contando Porto Alegre com uma população estimada em 400 mil habitantes e o Estado do Rio Grande do Sul com um pouco mais de 4 milhões, o rádio e os jornais¹⁶⁶, como veículos de comunicação de massa daquele período histórico, assumem papéis decisivos no cenário político gaúcho (DORNELLES, 2005). Não sendo sinônimo de grandes mudanças na economia sul-rio-grandense, que conta com taxas negativas de crescimento, a década de 50 trouxe consigo certa euforia pela vitória dos Aliados frente às forças do Eixo; pelo processo de democratização após o Estado-Novo e pelas expectativas que colocam o estado e o país no curso de reais possibilidades de mudança socioeconômica.

Nesse contexto de agitações políticas e sociais, a imprensa encontra solo fértil para construções intelectuais acerca do possível rumo das mudanças a serem promovidas no estado e no país. O debate em torno da democracia e da industrialização

¹⁶⁶ Tendo significativa participação no trabalho de organização e elaboração das doutrinas, os jornais político-partidários instrumentalizavam a disputa hegemônica em torno da constituição da chamada *opinião pública*, constituída a partir dos debates travados pelas elites letradas. Além disso, sustentavam as campanhas eleitorais, criando um espaço comum de discussão dos problemas da sociedade civil, em termos partidários (DORNELLES, 2005). O último grande jornal do gênero a ser lançado no Rio Grande do Sul foi o do órgão do Partido Libertador, *O Estado do Rio Grande*, em 1929. Sob o comando do Partido Libertador haviam diários do interior em Alegrete, Santo Ângelo e Bagé, dentre outros.

passa a ser travado entre os grupos intelectuais quanto às proposições econômicas e políticas necessárias ao desenvolvimento brasileiro¹⁶⁷.

Nessa conjuntura, o sucesso eleitoral de um homem político já não depende exclusivamente do respeito, admiração ou temor reverencial que um cacique político ou chefe local possa exercer a partir de sua influência no campo social. As alterações estruturais, ocorridas nas décadas de 1930 a 1950, acrescentaram uma nova dinâmica à atividade política, a partir da qual seus atores buscaram melhor formatação de sua imagem perante a mídia e a opinião pública.

A preocupação dos atores políticos com (re)ajuste das imagens públicas às expectativas dos eleitores requereu seu (re)direcionamento discursivo, por meio da elaboração de estratégias comunicativas de uma abertura ao diálogo com diferentes públicos. Isto porque a dimensão estratégica da comunicação política passou a residir na promoção e revitalização de processos de interação com os diferentes atores sociais (SILVA, 2009).

A (re)construção da imagem dos atores e partidos políticos requereu estratégias comunicativas capazes de gerenciar e controlar suas mensagens e, sobretudo, de estabelecer relações entre os partidos e os principais segmentos eleitorais responsáveis pela chamada opinião pública (GOMES, 2004). Foi preciso redefinir metas e estratégias comunicativas que mantivessem a imagem pública de um candidato em harmonia de emissão e recepção, antecipando reações e validando os códigos interpretativos que perfazem o senso-comum.

Tais estratégias discursivas são formuladas pelos atores políticos para (re)adequação da sua imagem quanto à veiculação conforme seus interesses, tornando-a hegemônica através da retórica e de outros comportamentos. Desse modo, às tradicionais funções substantivas da política agregar-se-iam as funções relacionadas à produção, ajuste e administração da imagem (GOMES, 2004, p. 278).

167

¹ Circunscrita na atmosfera da guerra-fria, a democracia apresenta-se para os grupos políticos de então como um instrumento capaz de romper com a visão autoritária estadonovista, passando a assumir entre os grupos mais conservadores uma acepção finalística, vinculada ao aperfeiçoamento moral e intelectual da nação. Já o debate acerca da industrialização estava centrado, inicialmente, em torno das ideias de Roberto Simonsen, defensor da necessária transição das fases mercantil ao capitalismo industrial e de Engênio Gudin, apóstolo da teoria das vantagens comparativas, que apregoava o modelo agro-exportador com a vocação natural do país. SICSÚ, João. O embate pioneiro entre liberais e desenvolvimentistas. *Desafios do Desenvolvimento*. Brasília, IPEA, fev. mar. 2010, ed. 59, pp. 83-89. Posteriormente, ganham espaço os estudos desenvolvidos junto à CEPAL acerca desenvolvimento nos países latino-americanos, ligados diretamente à criação de um parque industrial e de medidas alternativas à divisão internacional do trabalho nos países centrais.

Acredita-se, nesse sentido, que o indiscutível avanço eleitoral dos grupos petebistas, que passaram a arregimentar eleitoralmente segmentos cada vez maiores da população, fez com que o PL, ao ocupar a posição de governança, fizesse uso do acesso a recursos seletivos para se despojar de sua imagem pejorativa no meio político, associada ao caráter reacionário, aristocrático e antipopular.

Essa decisão sugere mais do que um simples desgaste da imagem do partido junto à sociedade, já que o termo liberal, no Brasil, carrega forte carga negativa afastando-o do eleitorado. Todavia, não há de se falar em crise de identidade, mas em compreensão de que o partido não mais poderia amparar-se eleitoralmente em sua fechada pauta ideológico-discursiva, sem levar em consideração a conjuntura político-econômica de então.

Por esse motivo é que, já no primeiro ano de mandato da 41ª Legislatura (1955), em meio às manifestações em homenagem ao Dia do Trabalhador, o PL aos partidos populistas para prestar suas homenagens à classe trabalhadora. Revisando sua pauta discursiva, a bancada libertadora não mediu esforços para se aproximar daquilo que desejam ouvir os segmentos sociais com maior expressão eleitoral no período.

Procurando desvincular-se do estereótipo patronal e reacionário, o PL se insere na arena político-eleitoral senão para disputar a representação dos trabalhadores (até então exercida com exclusividade pelos partidos populistas), ao menos para diminuir o seu significativo índice de rejeição entre os segmentos populares. Para isso, vale-se de argumentos que apontam para uma generalização ou homogeneidade dos interesses coletivos, como se estivessem determinados assuntos acima de qualquer partido ou ideologia política:

O SR. BRAGA GASTAL - É isto que precisa ser dito, mas dito de frente, dito sem mistificações por todos os homens, sejam de que corrente partidária forem e, principalmente, daqueles que tem os compromissos de governo, para que sejamos dignos dos votos que recebemos dos trabalhadores que vivem numa terra em que a legislação, lida, se afigura um paraíso mas que é em verdade, em matéria de previdência e seguro social, aquela terra...(...) Esta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é uma realidade dura, uma realidade que conclama os homens, independentemente de pensamentos ideológicos, mas homens de coração e de formação cristã, para uma luta, para que, enfim, chegue um governo que, ao invés de dizer que a única formula de aumentar os ingressos dos IAP e Caixas, é tirar mais dos contribuintes, estude uma maneira racional, uma maneira justa de a União pagar aquilo que deve aos trabalhadores brasileiros (ANAIS, AL 4.131, dez. 1955 a abr. 1956, p. 31)

Contudo, a simples presença libertadora na tribuna para prestar suas homenagens ao trabalhador, na correspondente data comemorativa, recebe imediato protesto e questionamento por parte dos grupos adversários. Isto porque os preceitos trabalhistas haviam recentemente ganhado espaço no programa partidário do PL (ainda que houvesse disposições com semelhante conteúdo já no programa partidário de 1928) ao que o deputado libertador responde com a seguinte manifestação:

O SR. LIMA BECK- V. Exa. simplesmente adiantou-se, pois desejo tratar desse ponto no decorrer do meu trabalho. Dizia eu que a manifestação do meu partido sintoniza-se perfeitamente com o significado dessa homenagem, pois que o primeiro movimento político partidário em prol das reivindicações trabalhistas foi realizado pelo Partido Libertador, assumido em 1928 no histórico congresso de Bagé (...). Eu disse movimento político partidário programático. Quero dizer que o primeiro programa partidário desse país que inscreveu entre os seus princípios fundamentais as reivindicações sociais dos trabalhadores, foi o programa do Partido Libertador no Congresso de Bagé, de 1928, por obra posta do seu presidente, o saudoso e ilustre o Sr. Assis Brasil. Não vamos debater este assunto pois estou colocando apenas no ponto de vista de programa partidário e mesmo qualquer um de nós que reivindicasse a origem desse movimento, o faria ilegitimamente, pois que isto deve estar na consciência e nos sentimentos de todos nós (...) Chegamos a uma época em que devemos reconhecer que a civilização do capital deve ser substituída pela civilização do trabalho. E, assim, Sr. Presidente, por entender o meu Partido que estamos na época de lutar para que as bases do capitalismo do mundo sejam arredadas e substituídas pelas bases éticas e fundamentais do trabalho foi que o meu partido adotou há dois anos atrás, em Congresso realizado no Rio de Janeiro, a sua conhecida declaração de princípios, aliás originada no Rio Grande do Sul, com o mesmo sentido que o Partido Libertador realizou movimentos no passado histórico do Rio Grande do Sul. Sabemos que a fase de libertação política, de certa maneira, já está superado, e precisamos ingressar decidida e sinceramente na fase política de libertação social e econômica. Foi por isso que o Partido Libertador adotou entre os princípios fundamentais que informam seu programa partidário declarações como *a ordem econômica deve ser governada pelas necessidades do homem e não pela exigência do lucro* – e declara ainda mais adiante – *é por uma democracia humanista que o trabalho deve primar sobre o capital* – e por isso assim escrevem – *a participação dos trabalhadores na propriedade dos meios de produção com a crescente primazia na empresa do regime de sociedade sobre o assalariado, e com a política verdadeira do cooperativismo* (ANAIS, AL 4.122, vol. LXXXIX, abril 1955, pp. 488-489, grifos nossos).

É possível que as contundentes críticas resultantes dessa polêmica declaração tenham conduzido o PL a se silenciar sobre o tema na comemoração da mesma data, no ano sucessivo (1956). Todavia, em 31 de abril de 1957, o PL retomaria à fatídica tese, agora melhor estruturada em termos argumentativos:

O SR. HEITOR GALANT- Muito me honra o aparte de V. Exa., Sr. Presidente e Srs. Deputados. O Partido Libertador tem sobradas razões para integrar-se nas comemorações de amanhã, porque madrugamos no nosso apoio pelas conquistas sociais, eis que o nosso Programa Partidário de 1928, inspirado pelo gênio de Assis Brasil, já consagrou em suas páginas as reivindicações dos trabalhadores. O Programa está aí; a história está aí para todos os que quiserem inteirar-se dessa verdade indiscutível. Já antes de 1928, Assis Brasil, do seu exílio na cidade uruguaia de Mello, quando corrido de sua pátria pela prepotência da época, já clamava essa Luta, em manifesto famoso que consta a história política do RS, pelas reivindicações dos trabalhadores brasileiros naquela época vergonhosamente espezinados e perseguidos toda vez que ousavam lutar por suas conquistas. Posteriormente, quando se formou a Frente Única do Rio Grande do Sul, para a gloriosa campanha da Aliança Liberal, o nosso Partido ainda pela intervenção de Assis Brasil, empenhou-se e fez questão cerrada de que no programa da Aliança Liberal contassem aqueles dispositivos a que me referi do programa de então do Partido Libertador (ANAIS. AL 4.138, vol. CVII, abril 1957, p. 144, *grifos nossos*).

Questionado, no entanto, pelo líder dos partidos populistas, quanto aos direitos co-memorados naquela ocasião, na opinião do PL esses direitos deveriam ser extensíveis ao homem do campo – temática que, ao lado do voto dos analfabetos, integrou os mais acalorados debates na Câmara Federal durante a década de 1950. O deputado libertador não é enfático em sua resposta, divagando sobre o assunto:

O SR. HEITOR GALANT- Sr. Presidente e Srs. Deputados. A lembrança que acaba de ser feita da extensão das leis trabalhistas ao homem do campo, é evidentemente em tema que terá de ser examinado, debatido e estudado com o critério e o cuidado que merece. Reconhecemos que o homem do campo necessita também do amparo legal e temos a certeza de que este ano o Congresso Nacional dedicará sua atenção a este magno problema. Com estas palavras, Sr. Presidente e Srs. Deputados, encerramos esta breve oração que traduz todo o nosso apreço e toda a nossa homenagem ao trabalhador brasileiro, no seu dia máximo que transcorre amanhã e a todos os homens modestos e humildes que diariamente concorrem e cooperam para o progresso de seu povo e para o bem estar de sua população (ANAIS. AL 4.138, vol. CVII, abril 1957, p. 145, *grifos nossos*).

Questões ligadas ao direito dos trabalhadores, como a assistência prestada pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão à época existentes, aparecem inúmeras vezes na pauta libertadora, geralmente como instrumento de ataque ao Governo Federal (JK/Jango) e à Prefeitura de Porto Alegre (Brizola), mais especialmente contra aos grupos *petebistas* que deles participavam.

O SR. BRAGA GASTAL- Sr. Presidente e Srs. Deputados. Esperava que fosse da bancada do Partido Trabalhista Brasileira que se elevasse ao início de nossos trabalhos ao corrente ano, uma palavra de protesto contra o saque, contra o abuso, contra o crime que se pretende cometer com a elevação das taxas dos Institutos e Caixas de Aposentados e Pensões, contra o trabalhador brasileiro. E esperava Sr. Presidente, Srs. Deputados, que viesse da bancada trabalhista este protesto, pela notória vinculação que não podemos negar do PTB com a massa operária e especialmente pela coligação que o PTB com o atual Presidente da Republica. Chego, porém, a esta Casa, neste início do ano parlamentar de 1956, e venho sentir que é ainda na palavra de um deputado de outro partido, o nobre deputado, Onil Xavier dos Santos, e, depois pela minha modesta palavra, que o trabalhador vem encontrar sua defesa dentro desta casa, naquilo que ele tem de mais sagrado, que é o direito à percepção de um salário que lhe garanta um mínimo de subsistência. Assim já foi no ano passado. Nessa oportunidade, ocupando a nossa tribuna em duas ocasiões, focalizamos o problema da desassistência em que vive o trabalhador por parte dos seus Institutos e, depois, tivemos a satisfação de ouvir também, o nobre deputado Onil Xavier, em varias oportunidades, e sempre com aquela convicção de lealdade ao mandato, que o caracteriza clamando pelos benefícios sempre sonogados ao trabalhador brasileiro. O clamor está mais vivo na boca dos trabalhadores. A história se conta em rápidas palavras. Feito quase sob as baionetas do general Lott e o aumento à classe militar (ANAIS, AL 4.131, dez. 1955 a abr. 1956, p. 29, *grifos nossos*).

A mais frequente acusação libertadora é a de que a eleição do Presidente da República (J.K.) esteve sustentada sob um pacto pré-eleitoral caracterizado pela repartição de poderes entre o PSD (nacional) com o PTB (estadual). Entregues à administração do PTB, os Institutos de Aposentadorias e Pensões serviriam a manobras clientelísticas e eleitoreiras denunciadas pelos grupos anti-petebistas.

O SR. BRAGA GASTAL - O IAPETC, entretanto, tripudiando sobre a miséria de operários, de viúvas de operários, de órfãos de operários, castigados sobremodo, naquilo que lhes deve legalmente, a fim de foicá-los a abandonar os pretórios, em cujo recinto pleiteia, na forma da lei, o reconhecimento dos seus direitos. (...) Declaro, Srs. Presidente, e afirmo, para ver se consigo assim, o estímulo dos eminentes deputados do PTB, que nessas autarquias de previdência social, chamadas de previdência social e que são, verdadeiramente, uma calamidade publica. Se retrata praticamente o modo de gerir e de administrar do petebismo. Acuso esse Partido de explorar as entidades d e previdência social para fins político-partidários e de, através delas, sugar a bolsa pobre dos contribuintes que ele tantas vezes mistifica; acuso o petebismo de servir-se dessas autarquias para avantajarse politicamente de uma forma calculista, fria e cética, explorar assim os infelizes contribuintes que, como galés, são obrigados a desfalcar o seu exíguo orçamento, para enriquecer os cofres de uma entidade que lhes é mais do que madrasta, porque é desafeta congênita e parece que irreconciliável; acuso o petebismo na esperança, ainda que esfumada, de despertar nos seus representantes, nesta Casa, de desrespeitar neles o sentimento de justiça e de fazer com que eles, não com palavras aqui, mas com atos lá dentro, deixando de explorar os contribuintes desses institutos, notadamente do I.A.P.E.T.C., deixando de sugar-lhes as migalhas dos seus salários, venham a fazer com que essas entidades prestem para alguma coisa além de poderosos, de poderosíssimos instrumentos de corrupção eleitoral, de envolvimento

político, de influencia partidário. Não me venha com os seus sinuosos pronunciamentos, nos quais, fel à sua origem, costuma se exprimir como exímio esgrimista do espírito e da palavra a qual, muitas vezes, à maneira de Talleyrand, lhe serve para ocultar o pensamento... Espero que o ilustre chefe petebista de essa satisfação mesmo ao seu Colega do que aos explorados contribuintes do I.A.P.E.T.C. e de outras entidades ditas de previdência social. Tem S. Exa. todos os recursos para isto fazer, basta que o queira (ANAIS, AL 4.153, vol. CXXI, set. 1958, p. 75).

Seguindo nessa perspectiva, percebe-se que o discurso político, no cotejo das disputas ideológico-partidárias, constitui-se num campo especialmente fértil para a determinação de sentidos. A argumentação política independe da verdade lógica, jurídica ou empírica que possa ser evocada para sustentar as teses em disputa.

O SR. BRAGA GASTAL - Em primeiro lugar: S. Exa. me perguntou se é ou não *apropriação indébita* o atraso que o Estado teria no pagamento do pessoal beneficiado pela chamada “Lei Peracchi”. Respondo a S. Exa. (que não é *apropriação indébita*. *Apropriação indébita*, darei um exemplo, é o que faz a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, quando desconta de seus servidores, de seus trabalhadores, de seus servidores, as quantias que deve entregar ao Instituto de Previdência e com elas fica. *Apropriação indébita*, repito Senhor Presidente, é aquilo que está fazendo o Senhor Leonel Brizola, quando desconta do trabalhador para entregar ao Instituto de Previdência e, entretanto, não entrega, fica com o dinheiro, apropria-se dele, deixando o trabalhador sem possibilidades de usufruir daqueles benefícios que o Instituto de Previdência lhe assegura (ANAIS, AL 4.151, vol. CXIX, jul. 1958, p. 7, *grifos nossos*).

De qualquer sorte, as mudanças na pauta discursiva do PL não se restringem à temática trabalhista, estendendo-se a outras áreas também reivindicadas pelos grupos políticos reformistas. Questionado, por exemplo, pela bancada *petebista*, sobre a posição adotada pelo PL acerca da reforma agrária, o deputado Lima Beck assim respondeu:

O SR LIMA BECK - Sr. Presidente e Srs. Deputados. Muitos são ainda os outros itens desse manifesto que, com a leitura que acabei de fazer, constituem pontos dignos de registro, nesta Assembleia, dignos do nosso aplauso e mercedores de nossa solidariedade, principalmente por que este manifesto é assinado também pelo Partido libertador de SP, máxime, quando, as vezes alguém, por má vontade, ou por desconhecimento da realidade das cousas, atribui a esse Partido o caráter de reacionário. Entretanto, Sr. Presidente, um partido que assina um manifesto de tal teor, que pugna efetivamente sobre compromissos pelo monopólio estatal do petróleo, pelo monopólio dos elementos atômicos dos materiais radioativos, que compromete a se bater contra o abuso do poder econômico (...). É verdade que não particulariza (o manifesto) os termos dessa reforma agrária, porque num manifesto que menciona itens não seria possível desenvolver em que

termos essa reforma agrária deve ser feita. Mas evidentemente, a reforma agrária que visa à extinção do latifúndio improdutivo é, sem dúvida, um dos princípios programáticos do Partido Libertador. Não sei se V. Exa. (conhece) a carta de reformas do programa de meu Partido, onde menciona expressamente a função social da propriedade e chega ao ponto de dizer que muitas vezes, diante de certas resistências, vamos dizer, reacionárias, o Estado deve desapropriar ou expropriar a propriedade, para lhe dar a missão que ela tem, de função social, de ser produtiva, de concorrer par o que nós chamamos de bem comum (ANAIS, AL 4.155. vol. CXXIII, nov. 1958, p. 239, grifos).

Contudo, Lima Beck é rapidamente repreendido por outro deputado *petebista* que, ao sopesar a existência de princípios favoráveis à reforma agrária em manifestos e programas partidários, afirma não se traduzirem esses preceitos em votos favoráveis à matéria no Congresso Nacional. Nesse sentido, afirma que, no momento da votação, diversas medidas em favor da reforma agrária restaram frustradas por que os partidos anti-populistas ou acabaram votando contra, ou se abstiveram do plenário.

Atenuando o tom do debate, a resposta do deputado Libertador sobrevém dentro do molde liberal-conservador já delimitado anteriormente:

O SR. LIMA BECK – Vou enviar a V. Excelência um dos trabalhos realizados por mim em um dos congressos do Partido Libertador sob o título “A pobreza rural”. Nesse congresso, realizado há oito anos, eu sustentava a necessidade de estender-se aos campos o que V. Exa. chama “a legislação de existência ao operário rural”. É evidente que isso não pode ser feito a galope, tem que ser feito em condições tais que não traga uma perturbação, vamos dizer, na própria ordem social. (...) Ainda respondendo a S. Excelência, posso assegurar que pelo menos uma grande maioria do meu Partido é favorável à legislação para o operário rural e na própria Carta que reformou o Programa do Partido Libertador V. Exa. poderá encontrar disposições lá prevendo a extensão da legislação social ao campo, mesmo porque é oportunidade de dizer a V. Excelência, o primeiro partido que, neste Brasil, inscreveu no seu programa princípios da legislação trabalhista foi o Partido Libertador, quando muitos chefes e fundadores do Partido de V. Excelências sustentavam, ainda intransigentemente, princípios que não pareciam se coadunar com estas reivindicações (ANAIS, AL 4.155. vol. CXXIII, nov. 1958, p. 239, *grifos nossos*).

Não é de outra forma que o PL reage frente à pecha de *entreguista*, quanto ao assunto da exploração nacional dos recursos naturais na forma de monopólio estatal. Dado o nacionalismo conjugado às práticas de desenvolvimento do país, uma postura contrária ao monopólio petrolífero, por exemplo, soaria demasiado impopular, fazendo com que a postura em relação à intervenção estatal na economia fosse revista pela bancada libertadora:

O SR. LIMA BECK A Petrobrás veio, está vendo tudo e a tudo está vencendo. E agora, as realizações desta companhia respondem e confundem a persistente campanha derrotista daqueles que não querem acreditar nessas grandes forças da nacionalidade. É o que demonstra a toda hora o relatório do Petróleo Brasileiro S.A., publicação relativa ao exercício de 1958 e cujos tópicos principais bem merecem destaque e divulgação. É esta finalidade da nossa presença nesta tribuna. Com apenas quatro anos de existência, a Petrobrás já é hoje o maior empreendimento industrial do país e, talvez, da América do Sul (...). E vejam V. Exas. o que isto está representando para o Brasil em relação à nossa soberania e no fortalecimento da nossa estrutura econômica! São esses, Srs. Deputados, os dados mais interessantes que caracterizam a existência da Petrobrás. E nós hoje podemos dizer que a Petrobrás não é uma arremetida de *nacionalismo chauvinista*, não é um ensaio, não é uma promessa. A Petrobrás é uma realidade e assim, com a Petrobrás, o Brasil poderá marchar para os grandes destinos de nação superior. (ANAIS, AL 4.138. vol. CVII, abr. 1957, p. 95 e p. 120, *grifos nossos*).

Em outra oportunidade, também o deputado Braga Gastal manifestou-se sobre o líquido que, na acepção populista, representava a segurança e a soberania da Nação contra os *trustes* internacionais:

O SR. BRAGA GASTAL - Ora, é verdade - nunca o negamos e todo o Rio Grande do Sul sabe disso - que eu me empenhei no passado, quando a luta foi necessária pela emancipação econômica da nossa Pátria, que naquele momento se concretizava na estatização, no monopólio do petróleo. Fiz todas as campanhas pela estatização do petróleo brasileiro, sem olhar quem estivesse ao meu lado. Não indagava, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se ao meu lado estavam os comunistas, os socialistas ou cidadão filiados a qualquer outra facção partidária. Encontrei o meu lado, propugno pelo monopólio estatal do petróleo, varias vezes correligionários meus do porte de um Lima Beck, irmão do deputado Mariano Beck. Agora, que eu nunca encontrei ao meu lado, nessa oportunidade, foram os trabalhistas especialmente o deputado Mariano Beck (ANAIS, AL 4.153, vol. CXXI, set. 1958, p. 123).

Mais uma vez, a bancada trabalhista contesta tais declarações, apontando que nas últimas eleições que tinham ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, a Frente Democrática - integrada pelo PSD, UDN e pelo próprio PL- tinha feito campanha em praça pública contra a estatização do petróleo, ao que o deputado libertador respondeu:

SR. LIMA BECK- Mas V. Exa., sabe muito bem que dentro dos partidos há sempre quem tenha pontos de vista contrários às teses aprovadas (...) (ANAIS, AL 4.138. vol. CVII, abr. 1957, p. 95 e p. 120, *grifos nossos*).

De fato, segundo Panebianco (1990, pp. 83-88), a linha política do partido é sempre objeto de disputa entre atores que controlam alguma área de incerteza para a sobrevivência da organização, isto é, o controle de competência ou *expertise*; gestão das relações com o ambiente; comunicações internas; interpretação das regras formais; fontes de financiamento da organização; e formas de recrutamento.

De qualquer forma, a estratégia de legitimação para os deputados antipopulistas que se posicionavam a favor do monopólio petrolífero é a mesma, i.e., o princípio de generalização ou homogeneidade dos interesses coletivos, como se o assunto estivesse acima de qualquer partido ou ideologia política:

O SR. BRAGA GASTAL- Eu agradeço, Sr. Presidente, a iniciativa do nobre deputado que propiciou o debate democrático de uma matéria da mais importante repercussão na vida brasileira, matéria que não é minha, como homem, que não é minha como partidário, que não é do PTB, que não é de nenhum partido, por isto que diz respeito fundamentalmente, com a nossa existência como povo livre e é matéria referente à defesa das nossa riquezas. Volto a repetir que quando dei o meu aparte, não me dirigia e nem poderia me dirigir a qualquer bancada dentro desta Casa, que tem comprovado a sua inclinação por aquela política que parece a mais consentânea com as necessidades brasileiras. (...) (De qualquer forma, este) é um país de apregoados decentes, mas um país em que a todo o momento os homens verdadeiramente decentes tem que se envergonhar perante o mundo, porque é o país das grandes negociatas, das falcatruas e dos escândalos. E isto, Sr. Presidente, que precisa ser dito e é para esta luta - porque isto também é nacionalismo e nacionalismo político - é para esta luta que estão convocados todos os homens verdadeiramente decentes, os homens que não querem esconder situações, simplesmente porque estas situações podem ferir correligionários seus. Era isto, Sr. Presidente, o que tinha a dizer (ANAIS, AL 4.139. vol. CVIII, mai. 1957, pp. 248-249, *grifos nossos*).

Em linhas gerais, a questão da mudança discursiva está diretamente relacionada à inviabilidade eleitoral para se defender abertamente bandeiras contra os trabalhadores, a exploração estatal do petróleo e reformas ou gastos sociais. Com isso, o discurso libertador busca adaptar-se às regras do jogo para se aproximar das necessidades do público para o qual agora impescinde dirigir-se em termos eleitorais.

A meta última dessas práticas discursivas, imersa em um complexo jogo de interesses, é a de persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. O objetivo é o de ver reconhecidas pelos outros as representações, identidades e relações sociais construídas por intermédio do discurso.

A questão da representatividade política e da identidade coletiva são temas clássicos que têm ocupado o pensamento filosófico e político nos últimos dois séculos,

voltadas às questões da legitimidade e da democracia política. Em situações concretas, essas questões são repostas com novos matizes, emergindo delas os dilemas da incorporação que expressam o desejo de *entrar no jogo* sem ter que alterar significativamente seus valores e princípios identitários.

Ao que apontam as evidências, a reorientação das estratégias discursivas dos deputados libertadores pode estar relacionada a um conjunto mais amplo de fatores do que sua exclusiva participação no governo Meneghetti. Entretanto, não se pode afirmar que as causas desse redirecionamento discursivo sejam decorrentes, exclusivamente, de sua ascensão à arena governamental; O certo é que ocorrem deslocamentos quanto ao posicionamento ideológico do PL, a partir de sua tentativa de vinculação a novas imagens político-partidárias, com significativas alterações em sua pauta discursiva.

Na disputa eleitoral por cargos majoritários, ganha aquele que obtiver o maior número de votos, isto é, ganha quem conseguir persuadir a maioria. Assim, na democracia eleitoral, se o objetivo maior de todo o partido é ganhar ou participar do poder, esse percurso é longo e perpassa pelo voto popular.

Sugerem as evidências empíricas, entretanto, de que o conjunto de critérios para a valorização da ação interessada, elaborado a partir de uma aferição ideológica, possa também ser constituído a partir de fatores de natureza não volitiva ou intencional. Ao depender do equilíbrio de poder entre os grupos que compõem o sistema partidário, por exemplo, o comportamento dos partidos também estaria fortemente influenciado pela estabilidade do sistema político e pela dinâmica da competição eleitoral.

A inclinação à força centrípeta que dá moderação discursiva aos partidos que ocupam os extremos dessa escala ideológica, quando esses alcançam o poder, dependem da estabilidade do sistema político, além de outros fatores internos e externos à organização partidária. A instabilidade do quadro institucional parece fomentar a descrença na legitimidade que os atores políticos atribuem às instituições liberal-democráticas. Isto faz com que a incerteza sobre possibilidades de retornos futuros para concessões no presente os leve a ignorar as estratégias moderadas para a obtenção de melhores resultados eleitorais.

Um claro momento de radicalização política ocorreu quando da visita do Deputado Federal Carlos Lacerda – líder udenista e um dos principais opositores aos grupos populistas – visitou o Estado do Rio Grande do Sul, em setembro ano de 1957. Não é por outro motivo que o PL reagiu com determinação ao extremismo dos discursos petebistas, ameaçando romper com as regras do jogo, se necessário fosse:

O SR. PAULO BROSSARD- Observo de início, que o ilustre líder do Partido Trabalhista Brasileiro, esta tarde, fez um discurso sem precedentes nesta Casa: foi o discurso mais violento e mais anti-parlamentar já proferido nesta Assembléia. Digo isto, porque já tive ocasião de dizer S. Exa. pessoalmente, chamando-lhe a atenção para as consequências que não poderão deixar de resultar se o seu stilo de oratória fizer escola, se sua linguagem firmar praxe nesta Casa que S. Exa. Deputado Carlos de Lacerda, é um direito seu. Eu, por exemplo, faço um juízo muito mau, faço pior dos juízos a respeito de uma serie de pessoas que S. Exa. entende talvez sejam beneméritas à Pátria . Mas o de que S. Exa. não tem direito é de transbordar incivilmente a sua indignação exprimindo-a em termos violentíssimos e ofensivos a partidos e a deputados (...). Tal maneira de proceder, evidentemente não poderá deixar de criar um clima insustentável e insuportável nesta Assembléia. A respeito dos últimos acontecimentos tenho a dizer Sr. Presidente, e não vou repetir o que já foi tão bem dito nesta casa, que o grupo que domina o Partido Trabalhista neste Estado, prestou um serviço ao RS, com seu procedimento violento e selvagem (...) Promovendo um motim, advogando a violência, fazendo a apologia da desordem, alguns líderes do Partido Trabalhista prestaram um serviço à coletividade, porque deixaram evidenciada a própria periculosidade. Chamo a atenção do RS para este fato: o Partido Trabalhista não é hoje governo do RS, não comanda a força pública, não dá ordens à Polícia, não chefia a Brigada Militar, no entanto, chega ao ponto de provocar, de advogar, de aplaudir e de postular a desordem e a violência. Ora, quando uma pessoa entra e sai num Banco, presumivelmente vai fazer uma operação monetária. Ou deixa ou sai com dinheiro. Não obstante ninguém entra num Banco ou dele sai com um revolver na mão para agredir a primeira pessoa que encontre. Por que isto ocorre? Porque estamos num meio civilizado. Ao tempo em que o homem habitava as cavernas é de imaginar-se que o indivíduo que tivesse uma presa, um alimento para o dia, que representasse, digamos assim, o seu capital, na linguagem moderna, usasse de um tacape para defender-se do primeiro ser humano igual a ele que lhe surgisse à vista. Num Estado civilizado, isso graças a Deus, já não ocorre. Por quê? Porque existe o mutuo respeito, a paz fundada na ordem, a liberdade exercitada na lei, porque existe a autoridade consentida. Quando uma autoridade nos dá uma ordem, que nos mete a garrucha ao peito, nem o reino, nem o sábio, porque a autoridade representa a sociedade e nós sabemos que devemos respeito à autoridade publica. (...) Podemos criticá-la sem que isto lhes constitua ofensa, ou justifique uma violência sua, sem que por isto a autoridade nos trancáfie na cadeia ou nos leve à força como nos bons tempos do absolutismo. Isto ocorre porque já atingimos um estágio social dito civilizado, porque o ser humano ao longo de milênios de evolução, foi desapegando de seu modo de sentir e reagir certas manifestações grotescas, grosseiras, instintivas, animais - numa palavra, selvagens. Nós, dentro desta casa, podemos divergir radicalmente, fundamentalmente em questões essenciais e nem por isso devemos ou sequer podemos faltar ao respeito que todos nós devemos (Muito bem!). Por que isto? Simplesmente por que estamos num meio civilizado, não em uma sociedade de homens de caverna; e não em uma sociedade de trogloditas; e não em uma sociedade de símios. Pois bem, o que todos assistimos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que o grupo dominante do PTB gaúcho nos fez presenciar foi a apologia da violência, da desordem, do motim, do crime, da selvageria, quando quis, pela violência, pela brutalidade, pela selvageria, impedir que um grupo de homens, por sinal congressistas, viesses ao RS e aos rio-grandenses falasses. (...) Pois bem. Desde o instante em que foi noticiado que se ia fazer não sei o que contra o deputado Lacerda, seus companheiros de caravana, desde o instante em que se quis imprimir através de irradiações sucessivas que se manchava de que se compromete a cidadão

que já fosse, então mudei de idéia, resolvi e fui ao encontro (...). Amanhã seríamos nós da oposição que não poderíamos fazer um comício em praça pública porque seríamos desbaratados pela força pública, à pata de cavalo, barbaramente, caudilhescamente, selvagemmente. Ou então pela massa insuflada e enlouquecida que a agiria à solta, graças ao oportuno recolhimento da força pública aos seus quartéis. Foi contra isto que me insurji, que me insurjo e que me insurgirei sempre como muita gente se insurgiu e se insurge. Era isto que queria dizer, Sr. Presidente. Imaginem V. Exas., imaginem ao Rio Grande o que não ocorreria neste desgraçado estado, para qualquer indivíduo que caísse sob as iras destes mandões bárbaros e selvagens, que em pleno século XX, no ano de 1957, querem impedir que brasileiros circulem livremente pelo território nacional, se não houvesse um governo capaz de garantir a ordem, de custodiar as liberdades, de defender os direitos, de não ceder aos incitamentos da violência. Por isto eu disse - e repito- um bom serviço prestado a nós o grupo que domina o PTB rio-grandense, graças ao seu procedimento selvagem, volto a dizer antidemocrático, violento, bárbaro, próprio de homens da caverna, próprio de trogloditas (ANAIS, AL 4.143, set. 1957, pp. 501-503, *grifos nossos*).

Outro momento de radicalização ocorreu às vésperas das eleições de 1958, quando o PTB gaúcho foi acusado de firmar aliança com os integralistas e os comunistas no estado, ainda que esses últimos estivessem na ilegalidade política desde o ano de 1947.

O SR. BRAGA GASTAL - Já agora se concretiza no panorama político do RS a mais estranha das coligações partidárias. É o PTB apresentando um candidato, o Sr. Engenheiro Leonel Brizola, que recebeu por paradoxal que isto possa parecer, apoio das duas extremas: da extrema direita, representada pelo Partido de Representação popular (PRP), o partido que recentemente na convenção de Vitoria, no Espírito Santo, apresentou-se com a mesma bandeira, a mesma idéia, o mesmo chefe da extinta Ação Integralista Brasileira (AIB) e, de outro lado, o Partido Comunista, representado pelo Sr. Luiz Carlos Prestes e os seus seguidores. (...) V. Exa.. poderá debater, mas primeiro, V. Exa. há de permitir que eu, aliás, desnecessariamente, traga ao conhecimento do RS aquilo que o RS já conhece de sobejo: as vinculações entre o Partido Trabalhista e os Comunistas do RS. Vou dizer e vou confirmar quantas vezes forem necessárias que o Sr. Leonel Brizola tem tido toda espécie de ligações com os comunistas do RS, bastando que se demonstre o entendimento, o ajuste, o convenio feito na Câmara Municipal de POA, com os representantes do Partido Republicano. E ninguém poderá negar que o Partido Republicano tem sido aquela legenda a abrigar, em seu seio os militantes comunistas rio-grandenses. Antes de permitir o aparte a V. Exa., o nobre deputado Aristides Basílio de Campos, vou ler como o Partido Republicano continua a ser no RS o ninho onde se tem abrigado os seguidores do Sr. Luiz Carlos Prestes. Tenho aqui, no *Correio do Povo* de hoje algumas decisões do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na sua reunião de ontem. La pelas tantas diz o seguinte: determinar o registro dos seguintes candidatos do Partido Republicano: *para o Senado- Engenheiro Gabriel Pedro Moacir...Se o nobre deputado Alcides Costas ou o nobre deputado Aristides Campos não souberem quem são estes que tiveram o registro de seus nomes impugnados pelo TRE, é muito fácil procurar saber quem seja o líder ferroviário de Santa Maria, Sr. Baltazar Melo, quem seja o advogado de Santa Maria, Antonio Motecy, quem seja o advogado Percy de Abreu Lima, quem seja o advogado de Livramento* e assim por diante. (...) Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, havia um processamento, havia uma continuidade, de maneira, Sr. Presidente, que a vinda do Sr. Carlos Prestes a

POA, para de público, apoiar o Sr. Leonel Brizola é, antes de tudo, lógico e coerente e isto por que, o Sr. Presidente, não é só no Plano Municipal de POA que se vem estabelecendo liames entre a atual direção do Partido Trabalhista Brasileiro e os comunistas. O Sr. João Goulart justificou com estas palavras esta aliança: O comunismo procura a melhora de vida do trabalhador. Nós também, então, é natural que marchemos juntos para os mesmos objetivos. Mas com relação ao PTB, nas suas vinculações com o Partido Comunista do Brasil, isto é uma constante. A relação se está processando de direção partidária a direção partidária, de partido a partido, nos pontos onde se estabelecem os contatos. Aqui no RS, nobre deputado, Mariano Beck, está na própria entrevista do Sr. Luiz Carlos Prestes. Disse S. S^a. que nenhum entendimento houve com a direção partidária. Quero lembrar que falta uma palavra, nenhum entendimento houve até agora, neste momento, por que os entendimentos vêm de há muito, nobre deputado. Eu já demonstrei, e de resto isto é um fato notório de que se tem, desde o início do Governo do Sr. Leonel Brizola, preparado este epílogo, para as eleições de três de outubro. (...) Ora Sr. Presidente,, não há nada mais fácil de ser refutado do que esse trecho. Basta que se veja, Sr. Presidente, que o Sr. Luiz Carlos Prestes, na sua entrevista, divide o Brasil assim: de um lado, os verdadeiros patriotas, que lutam pela emancipação nacional e pela liberdade individual, e que são os nacionalistas; de outro, os que estão a serviço do imperialismo e do golpismo, os entreguistas. A seguir ele recomenda que os comunistas votem, no RS, no Sr. Leonel Brizola, porque é um nacionalista. (...) Mas eu desejaria que S. Exa., o deputado Alcides Costa, dissesse a esta casa e no RS quando for apurado pleito de três de outubro, quantos votos o Sr. Leonel Brizola requereu que fossem descontados em sua votação ao TRE? Porque a esta altura, Sr Presidente, não tenhamos mais dúvidas de que os comunistas vão mesmo votar no Sr. Leonel Brizola, vão votar no Sr. Guido Mondin. E isto é ainda inconcebível, é incrível, mas é o que vai acontecer. Não vão votar no Sr. Peracchi Barcellos, que eles acusam de governista e reacionário; não votar no Sr. Brito Velho, que é, no seu entender, governista e entreguista. Eles vão votar sim, repito, no PTB e no PRP, nesta união política esdrúxula, estranha, como estranha e esdrúxula é esta vida política que se inaugurou sobre a égide do PTB, aqui no RS (ANAIS, AL 4.153, vol. CXXI, set. 1958, p. 114-117, *grifos nossos*).

Por fim, após a vitória do PTB ao governo do estado, à frente de Leonel Brizola, bem com a maioria absoluta que adquire na Assembleia, o que se percebe é a profunda apatia dos Libertadores, descrentes na possibilidade de qualquer acordo ou trégua na arena parlamentar.

O SR. PAULO BROSSARD- O debate parlamentar, como em geral, pressupõe uma certa independência de pensamento, uma certa disponibilidade intelectual, uma certa permeabilidade à argumentação adversa, sem o que ele perde a sua razão de ser e desaparecem os motivos que o legitimam e que dele fazem o mais eficaz processo de entendimento entre os homens. A posição das bancadas populistas nesta Casa é radical e estanque. Elas hão de aprovar, sejam quais forem os argumentos por ventura oferecidos na discussão parlamentar, elas vão aprovar por unanimidade, sem discrepância e insensíveis a qualquer esboço de modificação, o Projeto tal qual foi chancelado pelo chefe do grupo populista no RS. (...) O *rolo compressor* a que se aludiu dá idéia mesmo da opacidade, da impermeabilidade da maioria que se constituiu para impor a comunidade rio-grandense novos tipos de empresa administrativa (ANAIS, AL 4.155, vol. CXXIII, nov. 1958, p. 261).

Observa-se, desse modo, que se houve momentos em que a bancada Libertadora parece ter relativizado o caráter liberal-conservador de seu discurso político, o quadro de instabilidade e incerteza política, associado ao avanço eleitoral e à radicalização da bancada populista conduziu o PL, noutros momentos, ao acirramento de sua doutrina política. Isso fez com que o partido se deslocasse novamente para posições mais extremas na escala ideológica.

Muito embora não seja o objetivo deste estudo explicar esse ambivalente movimento na escala ideológica realizado pelo PL, se não apenas demonstrá-lo em termos discursivos. O que se depreende é que não apenas sua preferência ideológica e os recursos partidários que dispunha na arena governamental parecem ser suficientes para explicar tais mudanças discursivas, ocorridas a partir da segunda metade da década de 1950.

Há de se considerar, para isso, também a distribuição dos eleitores na sociedade; as informações relacionadas ao tipo de sistema partidário; e a posição ideológica dos outros partidos nesse mesmo sistema (DOWNS, 1999), dentre outros fatores. A questão principal é que a instabilidade política durante o período investigado reduziu o horizonte temporal das barganhas políticas pela bancada Libertadora, que acaba rompendo com as regras do jogo cooperativo no campo das interações político-partidárias.

Dessa combinação institucional com a baixa adesão dos atores políticos aos marcos da democracia liberal, o que se fomentou foi a instabilidade política. Conseqüentemente, radicalizaram-se as estratégias discursivas, inclusive anti-sistema, impedindo que sua ambição de crescimento eleitoral influenciasse o seu discurso político, via moderação de suas metas e estratégias políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se com o presente estudo realizar uma análise ideológica do discurso proferido pela bancada libertadora, consubstanciada em seus pronunciamentos na Assembleia Legislativa gaúcha, no período de 1955-1959. A hipótese que orientou a investigação foi a de um deslocamento desse discurso, do extremo ao centro do espectro ideológico, diante da maior inserção do PL na arena decisória, na medida em que tal (re)posicionamento contemplaria uma gama maior de interesses e de eleitores.

Dentre os possíveis enfoques de abordagem, foram privilegiadas as perspectivas doutrinária e sociológica como marcos de referência à pesquisa, porquanto as tipologias partidárias clássicas (organizacional, finalística, etc.) tenham sido estabelecidas pela literatura especializada a partir da realidade européia. Diferenciando-se dos tipos-ideiais presentes nessas classificações, os partidos latino-americanos costumam ser classificados como tipos intermediários ou empíricos, por assumirem características próprias ou de natureza híbrida.

Merece ser mencionada, de qualquer forma, a distinção entre partidos de *quadros* e de *massas*, tal como é defendida por Duverger (1987), ao apontar para os tipos de partidos políticos mais relevantes no âmbito de sua investigação. Nesse sentido, o Partido Libertador parece aproximar-se daqueles partidos que se formaram a partir da reunião de pessoas ilustres ou notáveis, que compartilhavam opiniões e interesses comuns na arena política.

Não obstante, para efeito dessa pesquisa, a forma como se encontram estruturados os partidos políticos ganha caráter acessório ou complementar, porquanto a abordagem ideológica mostra-se decisiva à compreensão dos sentidos que os objetos simbólicos veiculam no contexto político brasileiro das décadas de 1950 e 1960, como repercussões do fazer político em termos de clivagens, crenças e valores próprios à cultura regional. Através de deslocamentos no eixo ideológico é que os partidos também fazem ajustes em seus padrões discursivos para alcançarem determinados objetivos na arena eleitoral, mobilizando parte de sua identidade e imagem partidária.

Isto ocorre porque o jogo político, nas diferentes arenas em que é travado, requer certo dinamismo e elasticidade discursiva que, não raro, produz ambigüidades ou interferências na avaliação/definição dos objetos simbólicos, segundo os interesses a serem contemplados. A construção, (des)construção e (re)construção desses objetos,

assim como das próprias imagens partidárias fazem da perspectiva ideológica um plano de observação promissor quanto ao fluxo contínuo de atores, sentidos e usos da política.

O fato é que, no plano discursivo investigado, os deputados libertadores empregam uma linguagem retórica, dando interpretação à história, aos fatos e aos objetos simbólicos a partir da visão de mundo em que se inserem, no leque de produções intelectuais dos chamados *idealistas constitucionais*. Essa classificação surge a partir de Oliveira Vianna (1951), ganhando em Brandão (2005) a dimensão de uma genealogia do pensamento político brasileiro, no sentido de que tais pensadores orientam sua lógica argumentativa segundo o paradigma de que são as formas viciosas das instituições políticas que reprimem e deformam a sociedade brasileira.

Incorporando a lógica desse estilo de pensamento, o discurso do Partido Libertador agrega-se aos grupos intelectuais que, diante da problemática relação entre Estado e Sociedade no Brasil, unge-se pelos laços de valorização representativa, do federalismo e da visão institucional *sub leges* (CÊPEDA, 2008, p. 234). Já na acepção de Trindade (1979), sob a alcunha de *conservador-liberal*, esse mesmo discurso predomina no país desde o final do Império até a instituição do Estado-Novo, confrontando-se nas arenas políticas com o seu adversário político (o conservador-autoritário) em torno de uma maior ou menor intervenção do Estado na Sociedade.

Como uma variação do conservadorismo político, o conservadorismo-liberal incorpora elementos do liberalismo econômico e político, combinando atitudes reacionárias com preceitos liberais clássicos. Distinguem-se, assim, seja generalidade dos conservadores, por batalharem pelo afastamento dos aparelhos de Estado da Sociedade; seja da generalidade dos Liberais, pela relativização dos princípios que norteiam a doutrina liberal e pelas posições morais que imputam ao Estado e à Sociedade para o bem da ordem e do bem coletivo.

Como reacionários, os conservadores-liberais são favoráveis à manutenção das Instituições porque essas expressam a sabedoria da tradição, enquanto as mudanças refletem a racionalização de indivíduos ou grupos que estão apenas expostos a contingências do presente. Logo as eventuais alterações sociais projetadas sob a ânsia do intelecto individual dificilmente superariam a *engenharia social* assentada na sabedoria e na experiência de várias gerações acumuladas no intelecto coletivo.

Também para Santos (1978, pp. 67-68), constitui no pensamento político brasileiro o que denomina de *liberal-doutrinário* o discurso que se mostra confiante na indissolubilidade entre as liberdades (individuais e coletivas), crenes na liberalização

política como condição suficiente (*per se*) para implementar uma sociedade de mercado no Brasil. Não é por outro motivo que esse autor considera Assis Brasil – patriarca e fundador do Partido Libertador - como um dos mais notáveis exemplos de liberalismo doutrinário nas primeiras décadas da República, diante de sua crença inabalável de que as boas leis criam boas e eficientes instituições, assim como as boas instituições garantem a qualidade moral do sistema (SANTOS, 1978, p. 97).

Daí o PL considerar o sistema de governo *parlamentarista* como a panaceia milagrosa para a cura de todos os males enfrentados pela Sociedade brasileira de então. A maneira pela qual o poder político é dividido e exercido no âmbito do Estado deteria assim repercussão e responsabilidade pelo (sub)desenvolvimento das práticas econômicas e sociais como um todo.

Da profunda crise política que levava Getúlio ao suicídio às interferências dos militares no regime democrático, passando pela instabilidade institucional do país: tudo conduziria à imprestabilidade do presidencialismo. Por sua vez, seria o *regime parlamentarista* durante o Império o responsável pelas maiores conquistas brasileiras, ao oportunizar ao País a vitórias em guerras; a abolição da escravatura; e a consolidação do Estado-Nação.

Com isso, pode verificar-se que na insistente tentativa de implantação do *regime de gabinete* no País, o PL conseguiu agregar em torno dessa tese defensores oportunistas, que por diferentes razões associavam-se à causa parlamentarista. Sem maior convicção e engajamento do que efetivamente representava a implantação desse sistema de governo, como uma possível mudança de hábitos e costumes políticos, a diversidade de interesses e objetivos na aprovação desses projetos acabou por reproduzir versões defectivas de um parlamentarismo à brasileira.

Depreendeu-se, a partir desse estudo, o modo como o PL organiza seu discurso político para se impor ideologicamente, mediante a utilização da sobredeterminação de sentidos, na forma dos mecanismos de deslocamento e de condensação. Ao se apropriar dessas categorias psíquicas, o que se objetivou demonstrar é a possibilidade de constituição das mais diferentes representações acerca dos mesmos fatos e objetos simbólicos, ao veicularem (re)orientações de sentido segundo os significados pretendidos pela bancada libertadora.

Ao procurarem adaptar os princípios liberais-democráticos aos seus interesses e propósitos de dominação, os Libertadores continuaram a disputar por espaço na conjuntura do pós-guerra, dando sentido e interpretação própria aos elementos

constituintes do cenário institucional. Inclínavam-se a relativizar o princípio da não-intervenção do Estado na economia, quando se tratava de assuntos ligados agropecuária de exportação; já ao disporem sobre os princípios de justiça social, a orientação era outra: os preceitos liberais deveriam ser empregados em sua literalidade, devendo a focalização prevalecer sobre a universalização das políticas públicas, apoiando-se no que se denomina de Estado Social mínimo.

Quanto ao padrão reacionário desse discurso, ele se expressa pela aproximação dos mundos jurídico e moral, como se os atos e fenômenos nesses produzidos pertencessem ao mesmo campo semântico. Com isso, os Libertadores buscam assentar seus argumentos na estrutura sólida e estável do domínio tradicional, assentada no desejo de conservar a política como símbolo de classe e prestígio social.

Dentre outras características do pensamento conservador evidenciadas no discurso analisado estiveram a visão pessimista da natureza humana; a crença na correção moral e a atitude negativa em relação à mudança, além do eterno retorno ao *passado de glórias*. Por envolver tal tradição também questões de pertencimento e de identidade relacionadas a esterótipos culturais, o culto às tradições políticas e o enquadramento da memória coletiva demarcaram nesse discurso seus limites e contornos na noção de autenticidade (MOURA, 2008, p. 30).

Outro traço essencial de sua formação discursiva esteve centrado na noção elitista de representação política, composta por homens notáveis que, ouvindo os clamores das classes interessadas, melhor equacionariam os interesses coletivos, ao formularem soluções aos problemas nacionais pela via legislativa. Despidos de qualquer propensão a incluir as camadas populares no processo político, os deputados libertadores expressavam grande repulsa à extensão do direito de voto aos analfabetos, até porque esses serviriam às manobras demagógicas e clientelísticas dos grupos populistas.

Mas não só o sentimento antipopular parece aproximar o discurso libertador do estilo dos pensadores políticos dos anos 20: o frequente uso de metáforas e analogias biológicas também pressupôs a sociedade brasileira como um todo orgânico, a partir do qual as elites políticas arrogam a si próprias o privilégio do poder. Essa concepção organicista da sociedade, de matriz positivista, trazia consigo o desejo de intervenção cirúrgica no organismo brasileiro, cabendo à elite política (composta pelos mais sábios e capazes) conduzir o progresso e a ordem nacional.

Valendo-se dos estudos desenvolvidos por Miceli (1979) sobre as relações entre os pensadores e a classe dirigente brasileira, identificou-se que as profissões intelectuais

foram um refúgio reservado aos herdeiros das famílias emergentes, pertencentes à fração intelectual das classes dominantes e, acima de tudo, aos filhos das famílias oligárquicas em declínio, de longa data especializadas no desempenho de cargos culturais e políticos de maior prestígio. Essas especificidades pareceram aproximar-se do perfil sócio-ocupacional da bancada libertadora traçado por Heinz et. al. (2005, pp. 75-89), que resgatou algumas das características biográficas dos deputados estaduais gaúchos.

Assim, no que se refere ao nível de diplomação dos deputados estaduais, o PL é aquele que apresenta o maior índice de titulação acadêmica no período investigado (1947 a 1982), havendo mais de 82% do total de seus deputados com ao menos um curso de graduação. Quanto à identificação dos deputados estaduais segundo as mesorregiões de origem, os libertadores parecem provir, em sua grande maioria, da 7ª Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, composta pelas microrregiões da campanha ocidental, campanha central e campanha meridional.

Todavia, ao se associar as noções de representação, ideologia e identidade ao grupo, segmento social e região do estado, houve implicitamente o reconhecimento da exceção no estabelecimento dessas regras. Não se tratou de homogeneizar nem ontologizar as representações e forças simbólicas com se fossem unânimes.

A análise sustentou-se no pressuposto de que as ideologias veiculadas no discurso parlamentar estejam diretamente compreendidas pelo fenômeno da representação político-partidária, sem a pretensão de alcançar as verdadeiras ou as objetivas intenções dos atores históricos. Trata-se, assim, de conceber ou pensar a atuação desses agentes como portadores dos interesses políticos que eleitoralmente representavam, sob o cotejo de que há sempre uma densidade saturada de tensões a ser presumida em qualquer processo representativo.

E o que se evidencia no discurso desses deputados é, justamente, um esforço para assimilar os princípios do Liberalismo, ainda nos primórdios da expansão da máquina estatal, dando-lhes aplicação naquilo que lhe era conveniente, do ponto de vista de seus interesses políticos. Por isso é que, segundo os Libertadores, as práticas reais de funcionamento das instituições democráticas no cenário político-econômico brasileiro precisariam ser revistas, ao não mais creditarem ao liberalismo político soluções à magnitude dos problemas enfrentados na órbita social.

Tendo a República populista assumido como desafio a definição de um novo modelo capaz de substituir o oligárquico decadente, o projeto de Vargas elabora-se pela

via estatal e sob a proteção do estamento militar. Isto ocorreu pela via da modernização econômica; pela reestruturação das relações com as oligarquias regionais; pela definição das formas de representação dos novos interesses industriais e pela articulação corporativo-sindicalista.

Contudo, as oligarquias rurais não perderam seu poder de representação política no estado e no País, mas apenas cederam sua exclusividade após a Revolução de 1930, quando se obrigaram a dividir espaço com outros setores e segmentos sociais emergentes. O controle do Estado pela classe dominante rural, mesmo com a passagem de um regime para outro, praticamente não se altera até a década de 1930; relativiza-se durante o Estado-Novo e ressurge na redemocratização do País.

Essas conclusões podem ser aferidas no próprio discurso libertador diante de suas respostas aos dilemas históricos enfrentados. De qualquer modo, a implantação de uma lógica capitalista moderna e internacionalizada, via regulação das relações entre o Estado e a Sociedade, não foi suficiente para sufragar a presença dos liberais oligárquicos na disputa pelo poder.

Além de não ocorrer de uma hora para outra, o processo de modernização política do país também não atingiu (da mesma forma e nas mesmas proporções) todo o conjunto da sociedade. A implantação dessa nova ordem não chegou a eliminar as forças políticas de então, de modo que o sincretismo entre o moderno e o tradicional passaram a conviver e a interagir entre si (NUNES, 2010, pp. 17-19).

Apesar da expansão do sufrágio, com a participação e representação de novos segmentos sociais no processo político-eleitoral, Trindade (2005, pp. 68-72) reafirma que o exercício do liberalismo no Brasil foi profundamente delineado pela presença das elites agrárias. Daí compreender esse autor que o segredo da dialética no sistema político brasileiro, tanto passado como no presente, está na coexistência entre a lógica liberal com a práxis autoritária, expressando os efeitos colaterais dessa relação um impacto direto na estabilidade político-econômica do País, com reflexos na continuidade/ruptura da ordem democrática e institucional.

Nesse mesmo raciocínio, Santos (1978, pp. 68-69) também demonstra certa tenuidade entre os liberais-doutrinários e os autoritários instrumentais em suas tentativas de criar uma sociedade de mercado - segundo o modelo liberal que defendiam - diante das dificuldades que encontraram para programar-la. Talvez seja por esse motivo que Trindade (1985) relacione os traços fundamentais da política brasileira a um hibridismo

institucionalizado, isto é, à forma como as instituições liberais são preservadas sob a hegemonia do autoritarismo.

Na opinião desse autor, o Brasil possui dois traços básicos de interação entre o Estado e a Sociedade civil: a expansão do controle estatal e a atitude persistente das elites políticas de dissuadir as formas de participação de tipo liberal-democrático. A singularidade do sistema político brasileiro está na sua persistente hibridez ideológica e institucional, combinando estruturas e práticas autoritárias e liberais (TRINDADE, 1985, p. 70).

Aproximava-se, pois, o discurso libertador desse mesmo sentimento que animava as oligarquias brasileiras, ao submeter os princípios liberais clássicos a uma interpretação ultraconservadora (CODATO, 2008). Dentre outros aspectos dessa ideologia, evidenciou-se a presença entre os Libertadores da dicotomia dos interesses urbanos vs. interesses rurais, assentada numa estratégia argumentativa pela qual reclamavam pela intervenção estatal nesse último campo da economia, nos termos da velha fórmula oligárquica do *privatizar os lucros e socializar os prejuízos*.

Observou-se no discurso libertador, também assim, a descrença nos partidos políticos como articuladores das alternativas e dos interesses públicos, por não estarem legitimados a assumirem questões dessa ordem de grandeza. Isto ocorreu, provavelmente, como efeito da forte influência da centralização política e da burocracia estatal durante o Estado-Novo, no que se refere à institucionalização dos partidos políticos no período subsequente à 2ª Guerra Mundial (SOUZA, 1976).

Como reflexo da instabilidade resultante de alternâncias de dominação e surtos de expansão liberal, geralmente frustrados por crises políticas e instabilidades cíclicas, entende Trindade (1985) que as ideologias liberais no Brasil estabeleceram entraves à consolidação do autoritarismo e este, por sua vez, definiu limites aceitáveis de democracia política. Daí os diferentes arranjos entre o Estado e as elites políticas importarem avanços e recuos no sistema democrático brasileiro, no que se refere às intervenções de ordem política e econômica, delimitando a tênue separação entre o público e o privado.

Porque nasceu da vontade do próprio governo, revelando-se instrumental no processo político e econômico do País, o liberalismo brasileiro preocupou-se com a necessidade de uma ordenação do poder nacional desde o período anterior à independência (TRINDADE, 2005, p.66). Para efeito explicativo, é que também se associa à noção de *práxis liberal*, como um conjunto de ideias sobre a organização

social, a natureza/funções do mercado e o papel do poder político no processo de reprodução social no país (SANTOS, 1978, p. 68).

Assim como se nos inseriram mais diferentes sistemas políticos ao longo da experiência republicana, os libertadores marcaram presença na Terceira República ao se incumbirem da defesa das ideologias que são amplamente compartilhadas pelos conservadores-liberais. Nesse sentido, cumpriram com a defesa de um rol de garantias e direitos liberais clássicos, mas com uma forte separação entre o Estado e a Sociedade, assentada no princípio de exclusão das massas do manejo do poder.

Noutras palavras, o Estado deve garantir a liberdade aos *cidadãos de bem* e excluir os setores marginais da tomada de decisões. Desse modo, os libertadores adaptaram os princípios liberais de representação democrático-eleitoral, dando aos seus propósitos e interesses políticos os ajustes que entendia necessários à manutenção da ordem.

A partir dessas e de outras características, a presente investigação delimitou uma possível formação discursiva do Partido Libertador, o que permitiu compreender, em linhas gerais, o seu processo de produção de sentidos e sua relação com a ideologia política a que se vincula. Delimitadas as principais regularidades quanto ao seu funcionamento padrão, mostrou-se oportuno verificar a hipótese que orientou a pesquisa, no sentido de que a aproximação dos libertadores da arena governamental possa ter deslocado o seu discurso do extremo ao centro da escala ideológica.

A questão foi formulada a partir do argumento desenvolvido por Sartori (1982, pp. 156-170), segundo o qual os partidos situados nos extremos da escala ideológica, quando orientados para o governo, tendem a se deslocar mais ao centro desse espectro. Isto ocorreria em resposta à necessidade de contemplar uma gama maior de interesses e de eleitores, fazendo frente aos avanços eleitorais *petebistas*, através da ampliação de sua pauta discursiva.

A moderação de metas e estratégias discursivas, à medida que um partido insere-se na competição eleitoral, com vistas à conquista ou manutenção no poder, parece ser influenciada pela dinâmica da competição política na arena eleitoral e decisória. Nesse sentido, a própria adesão do PL à Frente Democrática para concorrer às eleições estaduais, em 1955, já é um forte indício de mudança em seu comportamento político, uma vez que esse partido tradicionalmente atuou no campo de oposição ao governo do estado, não raro isoladamente, em termos eleitorais.

Aproximando-se das demais legendas anti-getulistas a partir das eleições municipais de Porto Alegre, em 1951, procurou reduzir suas diferenças com os grupos partidários situados à direita do espectro ideológico. Buscou, assim, maior capacidade de oposição eleitoral frente aos avanços obtidos pela corrente adversária, naquele contexto representada pelo candidato Leonel Brizola.

Se por um lado, ao reconhecer legitimidade política nas ações do governo Meneghetti, o PL teve suas ideias e princípios colocados à prova; por outro, adquiriu maior grau de influência junto às Instituições políticas estaduais (Executivo e Legislativo). Como consequência de sua presença no governo, o PL teve maior acesso a recursos seletivos que o inclinaram à modificação de sua linha política de atuação, requerendo transformação de suas metas e estratégias discursivas (PANEBIANCO, 1990).

A mudança discursiva pode também ser sustentada por um ambiente político que inclinou os Libertadores a realizá-la na arena decisória e parlamentar, dependendo de seus interesses na arena eleitoral. O fato é que as transformações sócio-culturais ocorridas na sociedade brasileira, em meados do século XX, sobretudo no campo da comunicação de massa, implicaram alterações em termos de estratégias de visibilidade e (des)construção da imagem pública frente aos eleitores.

A configuração da arena política, como um espaço de competição no qual as estratégias de persuasão possuem um papel significativo, refletiu-se na (re)adequação do fazer político às condições vigentes, dentro dos espaços de visibilidade que a tribuna legislativa oferece aos parlamentares (GOMES, 2004). Nessa conjuntura, o sucesso eleitoral de um homem político já não dependeria exclusivamente do respeito, admiração ou temor reverencial que um cacique ou chefe político local poderia exercer a partir de sua influência no campo social.

As alterações estruturais, ocorridas nas décadas de 1930 a 1950, acrescentaram uma nova dinâmica à atividade política, a partir da qual seus atores buscaram melhor formatação de sua imagem perante a mídia e a opinião pública. A preocupação dos atores políticos com o (re)ajuste de suas imagens às expectativas dos eleitores requereu um (re)direcionamento discursivo, por meio da elaboração de estratégias comunicativas de abertura ao diálogo com os mais diferentes públicos.

Essa (re)construção da imagem desses atores políticos requereu estratégias comunicativas capazes de gerenciar e controlar suas mensagens e, sobretudo, de estabelecer relações entre os partidos e os principais segmentos eleitorais responsáveis

pela chamada opinião pública (GOMES, 2004). Foi preciso redefinir metas e estratégias comunicativas que mantivessem a imagem pública desses parlamentares (como possíveis candidatos) em maior harmonia de emissão e recepção, antecipando reações e validando os códigos interpretativos que perfazem o senso-comum.

Tais estratégias discursivas são formuladas pelos atores políticos para (re)adequação da sua imagem quanto à veiculação de seus interesses, tornando-a hegemônica através da retórica e de outros comportamentos. Desse modo, às tradicionais funções substantivas da política agregar-se-iam as funções relacionadas à produção, ajuste e administração da imagem partidária (GOMES, 2004, p. 278).

Acredita-se, nesse sentido, que o indiscutível avanço eleitoral dos grupos petebistas, que passaram a arregimentar eleitoralmente segmentos cada vez maiores da população, fez com que o PL, ao ocupar a posição de governança, fizesse uso dos recursos seletivos a que teve acesso para se despojar de sua imagem pejorativa no meio político, associada ao caráter reacionário, aristocrático e antipopular.

Essa decisão sugere mais do que um simples desgaste da imagem do partido junto à sociedade, porquanto que o próprio termo liberal, no Brasil, carrega forte carga negativa, afastando-o do eleitorado. Todavia, não há de se falar em crise de identidade, mas em compreensão de que o partido não mais poderia amparar-se eleitoralmente em sua fechada pauta ideológico-discursiva, sem levar em consideração a conjuntura político-econômica de então.

Afastar-se do estigma que cerca sua identidade, refletida no adjetivo reacionário e na associação quase imediata aos preceitos liberais, ainda mais estigmatizados na época, era um desafio natural para qualquer partido que pretendesse alcançar o poder. Restringindo-se a polarização política em torno das pretendidas reformas entre discursos demagógicos ou dissimulados, a consequência é o empobrecimento do debate político, em prejuízo da discussão sobre a possível disfunção da dependência estatal quanto ao desenvolvimento da sociedade brasileira.

Por esse motivo é que, já no primeiro ano de mandato da 41ª Legislatura (1955), em meio às manifestações em homenagem ao Dia do Trabalhador, o PL agrega-se aos partidos populistas para também prestar suas homenagens à classe trabalhadora. Revisando sua pauta discursiva, a bancada libertadora não mediu esforços para se aproximar daquilo que desejavam ouvir os segmentos sociais com maior expressão eleitoral no período.

Procurando desvincular-se do estereótipo patronal e reacionário, o PL se insere na arena político-eleitoral senão para disputar a representação dos trabalhadores (até então

exercida com exclusividade pelos partidos populistas), ao menos para diminuir o seu significativo índice de rejeição entre os segmentos populares. Para isso, vale-se de argumentos que apontam para uma generalização ou homogeneidade dos interesses coletivos, como se estivessem determinados assuntos políticos acima de qualquer partido ou ideologia política.

Contudo, a simples presença libertadora na tribuna para prestar suas homenagens ao trabalhador, na correspondente data comemorativa, recebe imediato protesto e questionamento por parte dos grupos adversários. Isto porque os preceitos trabalhistas haviam recentemente ganhado espaço no programa partidário do PL, ainda que houvesse disposições com semelhante conteúdo já no programa partidário de 1928, em termos mais abstratos.

É possível que as contundentes críticas resultantes dessas polêmicas manifestações tenham conduzido o PL a se silenciar sobre o tema na comemoração da mesma data, no ano sucessivo (1956). Todavia, em 31 de abril de 1957, o PL retomaria à fatídica tese de que foi o primeiro programa partidário a contemplar princípios trabalhistas, quando a grande maioria dos líderes partidários sequer admitiam tal inserção.

Observa-se, dessa forma, que o ponto convergente de todas as interferências na pauta e no padrão discursivo do bancada libertadora está na valorização das lutas do passado. A memória acaba por assumir a função de legitimar o novo na disputa por espaços discursivos ainda não percorridos.

Outras questões ligadas ao direito dos trabalhadores, como a assistência prestada pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão aparecem inúmeras vezes na pauta libertadora, geralmente como instrumento de ataque ao Governo Federal (J.K./Jango) e à Prefeitura de Porto Alegre (Brizola), mais especialmente contra aos grupos petebistas que deles participavam.

A mais frequente acusação libertadora é a de que a eleição do Presidente da República (J.K.) esteve sustentada sob um pacto pré-eleitoral caracterizado pela repartição de poderes entre o PSD (nacional) com o PTB (estadual). Entregues à administração do PTB, os Institutos de Aposentadorias e Pensões serviriam a manobras clientelísticas e eleitoreiras denunciadas pelos grupos anti-petebistas.

De qualquer sorte, as mudanças na pauta discursiva do PL não se restringiram à temática trabalhista, estendendo-se a outras áreas também reivindicadas pelos grupos políticos reformistas. Questionado pela bancada petebista sobre a posição adotada acerca da reforma agrária, o PL admitiu sua recente inserção em pauta programática,

ainda que se não se traduzissem esses preceitos em votos favoráveis à matéria no Congresso Nacional.

Nesse sentido, afirmam seus opositores que, no momento da votação, diversas medidas em favor da reforma agrária restaram frustradas por que os partidos anti-populistas ou acabaram votando contra, ou se abstiveram do plenário. A tática descrita chegou a ser recitada por um deputado libertador, noutro contexto dos debates parlamentares, ao citar um pensador francês que não se pode precisar: *mudam-se as ideias, mas não se mudam os votos*.

Não é de outra forma que o PL reage frente à pecha de *entreguista*, quanto ao assunto da exploração nacional dos recursos naturais na forma de monopólio estatal. Dado o nacionalismo conjugado às práticas de desenvolvimento do país, uma postura contrária ao monopólio petrolífero soaria demasiado impopular, fazendo com que a postura em relação à intervenção estatal na economia fosse revista pela bancada libertadora em relação ao posicionamento defendido nos debates eleitorais que conduziram o partido à coligação com o Governo Ildo Meneghetti.

De fato, segundo Panebianco (1990, pp. 83-88), a linha política do partido é sempre objeto de disputa entre atores que controlam alguma área de incerteza para a sobrevivência da organização, isto é, o controle de competência ou expertise; gestão das relações com o ambiente; comunicações internas; interpretação das regras formais; fontes de financiamento da organização; e formas de recrutamento. No caso concreto, a questão da mudança discursiva está diretamente relacionada à inviabilidade eleitoral para se defender abertamente bandeiras contra os trabalhadores, a exploração estatal do petróleo e reformas ou gastos sociais.

Com isso, o discurso libertador busca adaptar-se às regras do jogo para se aproximar das necessidades do público para o qual agora imprescinde dirigir-se em termos eleitorais. A meta última dessas práticas discursivas, imersa em um complexo jogo de interesses, é a de persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado.

O objetivo é o de ver reconhecidas pelos outros as representações, identidades e relações sociais construídas por intermédio desse reformulado discurso. Em situações concretas, são formuladas respostas com novos matizes, emergindo dessas o desejo de ingressar no jogo eleitoral sem ter que alterar significativamente seus valores e princípios identitários.

Ao que apontam as evidências, a reorientação dessas estratégias discursivas pode estar relacionada a um conjunto mais amplo de fatores determinantes. Dessa forma, não

se pode afirmar que as causas desse redirecionamento discursivo sejam decorrentes, exclusivamente, de sua ascensão à arena governamental, assim como não se pode afastar o grau dessa contribuição.

O certo é que ocorrem deslocamentos quanto ao posicionamento ideológico do PL, a partir de sua tentativa de vinculação a novas imagens político-partidárias, com significativas alterações em sua pauta discursiva. Isto se dá porque na disputa por cargos majoritários ou proporcionais, ganha aquele que obtiver o maior número de votos, isto é, ganha quem conseguir persuadir uma maior fatia do eleitorado.

Assim, na democracia eleitoral, se o objetivo maior de todo o partido é ganhar ou participar do poder, esse percurso perpassa pelo voto popular. Sugerem as evidências empíricas, entretanto, de que o conjunto de critérios para a valorização da ação interessada, elaborado a partir de uma aferição ideológica, possa também ser constituído a partir de fatores de natureza não volitiva ou intencional.

Ao depender do equilíbrio de poder entre os grupos que compõem o sistema partidário, por exemplo, o comportamento dos partidos também estaria fortemente influenciado pela estabilidade do sistema político e pela dinâmica da competição eleitoral. A inclinação à força centrípeta que dá moderação discursiva aos partidos que ocupam os extremos dessa escala ideológica, quando esses alcançam o poder, dependem da estabilidade do sistema político, além de outros fatores internos e externos à organização partidária.

A instabilidade do quadro institucional daquele período histórico, todavia, parece fomentar a descrença na legitimidade que os atores políticos atribuem às instituições liberal-democráticas. Isto faz com que a incerteza sobre possibilidades de retornos futuros para concessões no presente os leve a ignorar as estratégias moderadas para a obtenção de melhores resultados eleitorais.

Observa-se, desse modo, que se houve momentos em que a bancada Libertadora parece ter relativizado o caráter liberal-conservador de seu discurso político, foi o quadro de instabilidade e incerteza política, associado ao avanço eleitoral e à radicalização da bancada populista que acaba por conduzir o PL, noutros momentos, ao acirramento de sua doutrina política. Isso fez com que o partido se deslocasse novamente para posições mais extremas na escala ideológica, ignorando eventuais desvantagens que desse comportamento pudesse resultar.

Muito embora não seja o objetivo deste estudo explicar esse ambivalente movimento na escala ideológica realizado pelo PL, se não apenas evidenciá-lo em

termos discursivos, o que se depreende é que não apenas sua preferência ideológica e os recursos partidários que dispunha na arena governamental parecem ser suficientes para explicar tais mudanças discursivas, ocorridas a partir da segunda metade da década de 1950.

Há de se considerar, portanto, dentre outros fatores, a distribuição dos eleitores na sociedade e as informações relacionadas ao tipo de sistema partidário, além da posição ideológica dos outros partidos nesse mesmo sistema (DOWNS, 1999). O importante é que a tensão e a polaridade ideológica durante o período investigado tenham reduzido o horizonte temporal das barganhas políticas pela bancada Libertadora, que acaba rompendo, gradativamente, com as regras do jogo cooperativo no campo das interações político-partidárias.

Da combinação de polaridades com a baixa adesão dos atores políticos aos marcos da democracia liberal, o que se fomentou foi a instabilidade política. Conseqüentemente, radicalizaram-se as estratégias discursivas, inclusive as *anti-sistema*, impedindo que sua ambição de crescimento eleitoral influenciasse o seu discurso político, via moderação de metas e estratégias discursivas.

Essa inferência encontra guarida em Sartori (1982, pp. 157-159), ao afirmar que quanto mais polarizado for o sistema, maior a chance de surgirem partidos que tentarão deslegitimar as regras do jogo democrático. Exercendo as agremiações uma oposição irresponsável, ao rejeitarem a identificação com o sistema político ou com as promessas e projetos apresentados, as chances de se compor um governo de coalizção ou de honrar os compromissos assumidos mostram-se extremamente reduzidas (SARTORI, 1982, p. 164).

Após a vitória de Leonel Brizola na disputa pelo governo do estado, em outubro de 1958, o discurso libertador torna-se, progressivamente, ainda mais pessimista e reacionário. Em síntese, somar-se tal discurso ao coro dos grupos sociais mais conservadores, que ao reagirem ao radicalismo de setores mais progressistas, informariam a eminente ruptura com as regras do jogo político, em março de 1964.

Com isso, a elaboração de um construto teórico permitiu realizar uma leitura da ideologia veiculada no discurso da bancada libertadora, desenvolvendo-se a pesquisa em meio a fontes bibliográficas e documentais. A partir das contribuições de diversos autores sobre o conceito de ideologia e a operacionalização da análise de discurso, a pesquisa documental valeu-se de pronunciamentos legislativos que, em tese, ainda não

havia recebido um tratamento analítico ou, então, não haviam sido analisados de acordo com os objetivos dessa investigação.

Como em toda a pesquisa documental, a dissertação apresenta limitações quanto à sua não representatividade e subjetividade analítica, muito embora estejam esses obstáculos presentes, em menor ou maior grau, em toda e qualquer investigação social. De qualquer forma, convém lembrar que esse tipo de pesquisa possui relevância não porque responde definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor compreensão sobre o assunto ou, no limite, fornece hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios.

A despeito da delimitação do tema e dos objetivos da pesquisa, muitos são ainda os questionamentos e comparações que os resultados da pesquisa incitam o pesquisador a fazer com relação ao sistema político contemporâneo. O primeiro deles diz respeito a temas como o das diferenças ideológicas entre os partidos, na medida em que se manifestam em opiniões e ações (coligações eleitorais, coalizões de governo, políticas públicas etc.).

Mobilizando os eleitores para a criação de símbolos de fidelidade e identidade, a ideologia partidária é ainda um tema muito debatido quanto ao provimento de informações importantes e de fácil assimilação acerca dos partidos políticos. Esse questionamento, todavia, perpassa pela verificação de uma acentuada assimetria de informações quanto o *conhecimento das regras do jogo* entre representantes e representados, que não dispõem sobre o mesmo referencial teórico e instrumental necessário para análise das ações políticas.

Antes disso, porém, o que fica latente é a inexistência no país de uma tradição direitista relacionada diretamente à defesa das bandeiras tipicamente liberais. Se em outros países a direita é concebida de forma natural, como parte essencial da cena democrática à alternância no poder, ela não encontra maior ressonância numa sociedade paternalista, habituada a imputar ao Estado a exclusiva responsabilidade pelo provimento de suas necessidades.

A rejeição ao rótulo liberal pode ser relacionada à herança negativa deixada pelas legendas conservadoras no Brasil, que não raro são associadas à pecha *antidemocrática*, por ter sido o ARENA o grande sustentáculo do regime militar. Como um desqualificativo político, o termo *liberal* passa a ser usado para encobrir atitudes de uma cultura política patrimonialista, cuja genuína tradição está expressa nos parcos limites entre o público e o privado.

Contudo, se no plano eleitoral o espectro ideológico vai da extrema-esquerda ao centro, no plano da arena parlamentar e governamental os partidos tendem a ser aproximar, em termos de *práxis* política. Como resultado do consenso social-democrata que se consolidaria nas décadas seguintes, após a redemocratização de país (1988), as organizações partidárias que portavam em seu nome alguma referência à doutrina liberal sofreram solução de continuidade, refletindo as dificuldades para o surgimento de uma sólida oposição democrática no contemporâneo sistema político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne de. Elites políticas regionais: o caso das interventórias gaúchas, *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 187-197, jun. 2008 pp. 187-197

AITA, Carmen; et. alli (orgs.). Parlamentares gaúchas das Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. São Paulo, *Lua Nova*, n. 80.2010. pp. 71-96.

ALVES, Francisco das Neves. Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896 – 1908): tentativas de rearticulação. *Biblos*, Rio Grande, v° 7, 1995, p. 190.

AMADEO, Javier. Idéias econômicas e poder político: o ingresso das reformas estruturais na agenda política argentina. *Teoria e sociedade*, Belo Horizonte (UFMG), n° 17, v. 1. jan.-jun. 2009. pp. 32-57.

AREND, Marcelo. *Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise institucionalista e neo-schumpeteriana evolucionária*. 2004. Dissertação (Mestrado). UFSC/PPGE, Florianópolis, 2004.

ASTURIAN, Marcos Jovino. A disputa eleitoral no Rio Grande do Sul (1950) através dos modos de operação da ideologia. *Anais Eletrônicos do IV Seminário de História Regional* (2010). Disponível em: <
www.ppgh.upf.br/index.php?option=com_docman&task...> Acesso em: 23 dez. 2010

AZEVEDO, José. Metodologias qualitativas: análise do discurso. In: ESTEVES, Antonio et. al. *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Sociologia, 1998. pp 107-114

BAQUERO, Marcelo. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Editora Universidade-UFRGS, Porto Alegre, 2000.

BARRETT, Michèle. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 235-264.

BELL, Daniel. *O fim da ideologia* (trad. Sérgio Bath). Editora Unb, 1980.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na Sociedade contemporânea*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

_____; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

BORLOTI, Elizeu. et. al. *Análise Comportamental do Discurso: fundamentos e método. Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008, Vol. 24 n. 1, pp. 101-110.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. *Dados* (Revista de Ciências Sociais), Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, 2005, pp. 231-269.

BRASIL. *Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945*. Código Eleitoral de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei C. nº 9, de 28 de fev. de 1945. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=26767>>. Acesso em: 29 jun. 2008.

BRASIL. *Lei nº 1.164, de 24 de Julho de 1950*. Institui o Código Eleitoral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1164.htm>. Acesso em: 23 abril 2011.

BRITO, Ricardo Camargo. Notas acerca de la determinación de lo ideológico y verdadero en teoría de la ideología. Santiago (Chile), *Revista de Ciencia Política*, Pontificia Universidad Católica, vol. 25, n. 2, 2005. pp. 117-142.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento econômico*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

CARVALHO, Jose Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras., 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. *A construção da ordem. A elite política imperial*. 3 a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CASTRO, Antonio Barros de. *Sete Ensaio sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

CEPÊDA, Vera Alves. Dilemas do pensamento político: famílias intelectuais e as interpretações sobre o brasileiro. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 16, n. 31, nov. 2008. p. 231-238

CODATO, Adriano Nervo. *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado-Novo*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. [s. n.], 2008.

_____. Parâmetros para uma análise empírica da relação entre ideias, elites e instituições. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 7, p. 23-48, 2008.

COELHO, Luiz Fernando. *Teoria Crítica do Direito*. ed. 2. Porto Alegre: Editor Sergio Antonio Fabris, 1991.

CONVERSE, Philip E. The nature of belief systems in mass publics (1964), *Critical Review: a Journal of Politics and Society*, 18:1-3, 2006, pp. 1-74 Disponível: <<http://dx.doi.org/10.1080/08913810608443650>> Acesso em: 23.04. 2010

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2007.

CORTEZ, Noé Hernandez. Análisis de la ideología desde la teoría del discurso de Ernesto Laclau. Disponível em: <<http://noehernandezcortez.files.wordpress.com/2010/11/anc3a1lisis-de-la-ideologc3ada-desde-la-teorc3ada-del-discurso-de-ernesto-laclau.pdf>> Acesso em: 23.02.2011

COSTA, Marcus Vinicius da. *A revolução federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes, os projetos e discursos construídos pela elite liberal-federalista*. Dissertação. Mestrado de Integração Latino-Americana (2006). Universidade Federal de Santa Maria. 289 p.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. ed. 7. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. A dimensão objetiva da vontade geral em Hegel. *Lua Nova* [online]. 1998, n.43, pp. 59-75.

CRAWFORD, Neta C. How Previous Ideas Affect Later Ideas. In: GOODIN, Robert E. TILLY, Charles (orgs.). *Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2006. pp. 266-283.

DORNELLES, Beatriz C. et. al. Os primeiros jornais de bairro comunitários de Porto Alegre. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 27, 2005. pp. 105-116
_____. Trajetória da imprensa gaúcha. *Revista PJ:Br* (São Paulo), ECA/São Paulo, v. 1, p. 1-15, 2004.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930 a 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara, 1987.

EAGLETON Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora UNESP/ Boitempo, 1997.

EARP, Fábio Sá. A tríplice revolução da geração keynesiana: notas sobre a dinâmica da difusão das idéias econômicas. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, 2000. pp. 138-162 2000.

ELIBIO JR, Antonio Manoel. Tirania em marcha ou lucta contra a dictadura: partidos políticos, história e governo no Brasil (1932-1934). *História & Perspectivas*, Uberlândia (39): 305-326, jul.dez.2008. pp. 305-326.

FERRARI, Liliana Edith. Misticismo, retórica e política. Barcelona, *Athenea Digital*, n.

5, mar-jul. 2004.

FERREIRA FILHO, Arthur. Fatos da história riograndense contemporânea. In: *Enciclopédia Rio-Grandense* (separata). Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1968, p. 44-69

_____. *História Geral do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

FERTIG, André; ROUSTON, Eduardo. O partido federalista na assembléia dos representantes: ideias e discursos (1913 e 1916). *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010, pp, 523-543.

FERRAZ, Fracisco. As defesas do público em relação ao orador e seu discurso. *Portal Política para políticos*. Disponível em: <<http://www.politicaparapoliticos.com.br/capa.php>> Acesso em: 23 nov. 2011.

FERREIRA NETO, Edgard Leite. *Partidos Políticos no Brasil*. ed. 2. São Paulo: Contexto, 1989.

FONSECA, Eduardo Gianetti da. *O mercado das crenças: filosofia econômica e mudança social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A gênese regional da revolução de 30. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v.29, n. 1, 1999. p.113-27

FONSECA, Pedro Cezar D. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 1993.

_____. Elites regionais e formas de dominação. In: TARGA, Luiz Roberto P. (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre; Lajeado: UFRGS/FEE/Univates, 1998.

FRANCO, Afonso de Arinos Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.

FREEDEN, Michael. Ideology and political theory'. Oxford, *Journal of Political Ideologies*, 11: 1, 1998, pp. 03-22. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13569310500395834>> Acesso em: 23 set. 2010.

GAGLIETTI, Mauro. *Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 55-68, 2002.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HALL, Peter A. The role of interests, institutions, and ideas in the comparative political economy of the industrialized nations. In: LICHBACH, Mark Irving; ZUCKERMAN, Alan S. *Comparative politics: rationality, culture, and structure*. Cambridge: University

Press, 2002. pp. 174-207.

HEINZ, Flávio Madureira (org.). *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

HERRLEIN JR, Ronaldo. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 1 (22), p. 175-207, jan./jun. 2004.

HILÁRIO, Janaína Carla S. Vargas. História política: cultura política e sociabilidade partidária - uma proposta metodológica. São Leopoldo, *História*, Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), vol. 10, nº 2 - maio/agosto de 2006, pp. 142-153.

HUPFFER, Haide Maria. A filosofia do jus naturalismo moderno-iluminista como paradigma precursor da cientificidade do direito. São Paulo, *Temas Atuais de Processo Civil*, v. 1, n. 2, ag. 2011

IÑIGUEZ, Lupicínio Rueda. ANTAKI, Charles. Análisis del discurso. In: ESTEVES, Antonio et. al. *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Sociologia, 1998. pp. 133-147.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JOHN, T. Jost. The End of the End of Ideology. *The American Psychological Association*, Vol. 61, No. 7, pp. 651-670. out. 2006. Disponível em: <http://www.uky.edu/AS/PoliSci/Peffley/pdf/Jost%202006%20The%20End%20of%20the%20End%20of%20Ideology_American%20Psychologist.pdf> Acesso em: 24 jun. 2011

KNIGHT, Kathleen. Transformations of the Concept of Ideology In the Twentieth Century. *American Political Science Review* {on line}, vol. 100, n. 4, nov. 2006. pp. 619-626.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Emancipation (s)*. London/New York: Verso: 2007.

_____. *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

_____. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

_____. The Death and Resurrection of the Theory of Ideology. MLN, Vol. 112, no. 3, *German Issue* (Apr., 1997), pp. 297-321 (The Johns Hopkins University Press). Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3251278>>. Acesso em: 06 jul. 2010

_____; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

_____. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel. 1996, 215 p.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na primeira república: uma interpretação. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. t. III. 2. v. ed. 3 São Paulo: Difel, 1985. pp. 345-374.

_____; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Rio Fundo Editora, 1991.

LIMA JR., Olavo Brasil de. O sistema partidário brasileiro (1945-1962). In: David Fleischer (org.). *Os partidos no Brasil*. Brasília: Editora da Unb, 1981.

_____. *Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIPSET, Seymour Martin. *O homem político*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1967.

LOSADA, Rodrigo. CASAS, Andres Casas. *Enfoques para el analisis politico: historia, epistemologia y perspectivas de la ciencia politica*. Bogota: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2008.

LOVE, Joseph L. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo, Perspectiva, 1975.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1956.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes: 1998.

MELO, Carlos Ranulfo. Nem tanto ao mar nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: ALCÁNTARA, Manuel et. al. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar o político a partir da teoria do discurso. Brasília, *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 1. janeiro-junho de 2009. pp. 153-169.

_____. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, jun.2003 pp. 135-145.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. ed. 3 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MOURA, Paulo G. M. de. Raízes do conservadorismo gaúcho. In: BOEIRA, Nelson (org.). *Rio Grande em debate: conservadorismo e mudança*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. pp. 21-34

MÜLLER, Gustavo. *As múltiplas arenas do jogo político*. Portal Político para políticos. Disponível em: <<https://www.politicaparapoliticos.com.br/2finterna.php%3ft%3d755300>> Acesso em: 09.03.2012

MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. pp.358-402

MULLINS, Willard A., 'On the concept of *ideology* in political science', *American Political Science Review*, 66 (1972), pp. 498-510

NUNES, Edson de Oliveira Nunes. *A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismos e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3(9), 1989. pp. 5-14.

OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1992.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. v. 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PERES, Paulo. Revisitando a Teoria Geral dos partidos políticos de Maurice Duverger. *Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB/ANPOCS)*, ago.-dez. 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República velha gaúcha: estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio. (orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. pp. 193-253

PICCOLO, Helga Iracema L. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José H. (org.). *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. pp. 30-60.

PINTO, Celi Regina J. Elementos para uma análise de discurso político. *Barbarói (UNISC)*, v. 24, p. 87-118, 2006.

_____. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PIRES, Murilo José de Souza. RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: Sua origem e utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 40, n. 3, jul-set. 2009, pp. 411- 424.

RÉMOND, Rene (org.). Uma história presente. In: RÉMOND, Rene (org.) *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 13-36

_____. Por que a história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 7-19.

RENNÓ, Lúcio R. Revisitando a Corrente Dominante da Teoria da Cultura Política. *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Brasília, v. 1, n. 1, 1997.

MERELMAN, Richard. The Development of Political Ideology: a Framework for the analysis of political socialization. *American Political Science Review*, LXIII, setembro de 1969, p. 750-767

ROLIM, César Daniel de Assis. A consolidação do PTB na conjuntura político-partidária nacional (1959-1964). *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 20, n. 2, 2007. pp. 69-75.

RUESCHEMEYER, Dietrich. Why and how ideas matter. In: GOODIN, Robert E. TILLY, Charles. *Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2006. pp. 227-251.

SA, Mem de. *Tempo de Lembrar*. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio, 1981.

_____. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre, Tabajara, 1973,

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A praxis liberal no Brasil: proposta para reflexão e pesquisa. In: *Ordem Burquesa e liberalismo político*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978. pp. 65-117

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Editora UNB., Brasília: 1982.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil: 1945-2000*. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SICSÚ, João. O embate pioneiro entre liberais e desenvolvimentistas. *Desafios do Desenvolvimento*. Brasília, IPEA, fev.- mar. 2010, ed. 59, pp. 83-89.

SILVA, Edmundo Nunes da. TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A exclusão política da oligarquia tradicional gaúcha. In: HEINZ, Flávio M. HERRLEIN JR., Ronaldo. (org.) *Histórias regionais do cone sul*. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2004.

SILVA, Célia Lúcia. MARQUES, Ângela Cristina. Estratégias comunicativas para a (des)construção da imagem pública: a política de imagem no contexto de campanhas eleitorais. *Em Questão*, Porto Alegre., v. 15, n. 2, jul./dez. 2009, pp. 45 – 63.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1977.

SOARES, Gláucio Ary Dillon., *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. O processo Político Partidário na República Velha. In MORA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1968.

_____. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1946)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

_____. Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964). *Rev. bras. Ci. Soc.*, 2006, v. 21, n.61, pp. 7-40.

TARGA, Luiz Roberto P.; SILVA, Edmílson Nunes da. A exclusão política da oligarquia tradicional gaúcha. In: HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JR., Ronaldo (org.) *Histórias regionais do cone sul*. Santa Cruz do Sul: Editora UNISC, 2004.

_____. Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 11(2), pp. 308-344, 1991.

TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à imposição da aliança político-revolucionária de 30. In: DACANAL, José Hildebrando et. al. (orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. pp. 119-191.

_____. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. In: CARDOSO, Fernando Henrique et.al. (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 154-204.

_____. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945). In: ROUQUÉ, Alan et. alli. (orgs.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. pp. 46-72

_____. NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e Eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1991.

_____. NOLL, Maria Izabel. Subsídios para a história do parlamento Gaúcho (1890-1937). Porto Alegre: Corag, 2005.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN DIJK, Teun A. Algunas notas sobre la ideología y la teoría del discurso. Xalapa, *Semiosis*, Universidad Veracruzana, nº 5, julio-diciembre de 1980, pp. 37-53.

_____. Análisis del discurso ideológico. Cidade do México, *Versión*, n. 6, 1996, pp. 15-43.

_____. Discurso, conocimiento e ideología. Madrid, *Cuadernos de Información y Comunicación*, Universidad Complutense de Madrid, no 10, 2005. pp. 285-318

_____. Ideología y análisis del discurso. Maracaibo, *Utopia y Praxis Latinoamericana*, Universidad del Zulia, V. 10, nº 29. Abril-Junho, 2005, pp. 9-36.

_____. La contextualización del discurso parlamentario: Aznar, Iraq y la pragmática del mentir.

In.: CORTÉS, L. et. alli. (orgs.). *Discurso y Oralidad*. v. 1., Madrid: Editora Arco/Libros, 2007. pp. 137-180

_____. Política, ideología y discurso. Maracaibo, *Quórum Académico*, Universidad de Zulia (Venezuela), 2(2), pp. 15-47, 2005.

_____. Un estudio lingüístico de la ideología (1999). In: Giovanni Parodi Sweis (Ed.), *Discurso, cognición y Educación*. Ensayos en Honor a Luis A. Gómez Macker. Valparaiso (Chile): Edição Universidad Católica de Valparaiso, 1999, pp. 27-42.

_____. What is Political Discourse Analysis? Bruxelas, *Belgian Journal of*

Linguistics, v. 11), pp. 11-52. 1997.

_____. Text and context of parliamentary debates. In: BAYLEY, P. (org.). *Cross-cultural Perspective on Parliamentary Discourse*. Amsterdam: Benjamins, 2004. pp. 339-372.

_____. La multidisciplinarietà del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad In. Ruth Wodak & Michael Meyer (orgs.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. (pp. 143- 177). Barcelona: Gedisa, 2003.

_____. Modelos en la memoria. El papel de las representaciones de la situación en el procesamiento del discurso. *Revista Latina de Pensamiento y Lenguaje*, 2(1), Invierno 1993-1994, pp. 39-55.

_____. Discurso, cognición y sociedad. *Signos*. Teoría y práctica de lo educación, n. 22, Oct.-Dic. 1997. Pp. 66-74.

VEIGA, Luciana Fernandes. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº 2, nov. 2007. pp.340-365

VIANNA, Sérgio Besserman. Política Econômica Externa e Industrialização (1946-1951). In: ABREU, Marcelo de Paiva Abreu (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990. pp. 105-122

_____. Duas Tentativas de Estabilização: 1951-1954 In: ABREU, Marcelo de Paiva Abreu (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990. pp. 123-150.

WASSERMAN, Claudia. Os programas políticos e trajetória pública dos candidatos à sucessão das oligarquias no México, Brasil e Argentina no começo do século XX. *Revista de História Comparada*, v. 1, p. 2, 2007.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: ed. Martin Claret, 2002.